

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

THAISA DA SILVA FERREIRA

PIXAÇÃO NA CIDADE DE GOIÂNIA:
CRIMINALIZAÇÃO E PUNIÇÃO DA JUVENTUDE

GOIÂNIA
2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese

2. Nome completo do autor

THAISA DA SILVA FERREIRA

3. Título do trabalho

PIXAÇÃO NA CIDADE DE GOIÂNIA: CRIMINALIZAÇÃO E PUNIÇÃO DA JUVENTUDE

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

- a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);
- b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **THAISA DA SILVA FERREIRA, Usuário Externo**, em 02/05/2022, às 08:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Dijaci David De Oliveira, Professor do Magistério Superior**, em 02/05/2022, às 16:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2867675** e o código CRC **0679424E**.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

THAISA DA SILVA FERREIRA

PIXAÇÃO NA CIDADE DE GOIÂNIA:
CRIMINALIZAÇÃO E PUNIÇÃO DA JUVENTUDE

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de doutora em Sociologia no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Goiás.

Área de concentração: Sociedade, Política e Cultura

Linha de pesquisa: Desigualdades, Diferenças e Violências

Orientador: Prof. Dr. Dijaci David de Oliveira

Coorientador: Prof. Dr. Alexandre Barbosa Pereira

GOIÂNIA

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Ferreira, Thaisa da Silva

Pixação na cidade de Goiânia: [manuscrito] : Criminalização e punição da juventude / Thaisa da Silva Ferreira. - 2022.

197 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Dijaci David de Oliveira; co-orientador Dr. Alexandre Barbosa Pereira.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Sociais (FCS), Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Goiânia, 2022.

Anexos. Apêndice.

Inclui siglas, mapas, fotografias, tabelas, lista de figuras.

1. Juventude. 2. Pixação. 3. Criminalização. 4. Direito à cidade. I. Oliveira, Dijaci David de, orient. II. Título.

CDU 316.334.55/56



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

ATA DE DEFESA DE TESE

Ata Nº 11 da sessão de Defesa de Tese da THAISA DA SILVA FERREIRA que confere o título de Doutora em **Sociologia**, na área de concentração em Sociedade, Política e Cultura.

Aos vinte e oito de abril de dois mil e vinte e dois, a partir das nove horas na sala virtual (<https://meet.google.com/bth-daot-esq>) realizou-se a sessão pública de Defesa de Tese intitulada "PIXAÇÃO NA CIDADE DE GOIÂNIA: CRIMINALIZAÇÃO E PUNIÇÃO DA JUVENTUDE". Os trabalhos foram instalados pelo orientador, Professor Doutor Dijaci David de Oliveira (PPGS/UFG), com a participação do Professor Doutor Alexandre Barbosa Pereira (Unifesp) como coorientador e demais convidados/as da Banca Examinadora: Professor Doutor Flávio Munhoz Sofiati (PPGS/UFG) convidado titular interno; Professora Doutora Eliane Gonçalves (PPGS/UFG), convidada titular interna; Professora Doutora Bruna Gisi Martins de Almeida (USP), convidada titular externa e Professor Doutor Júlio da Silveira Moreira (UNILA), convidado titular externo. Durante a arguição os/as componentes da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. Finalizada a arguição, a Banca Examinadora reuniu-se em sessão reservada a fim de concluir o julgamento da Tese e considerou a candidata **aprovada** pelos/as seus componentes. Proclamados os resultados pelo Professor Doutor Dijaci David de Oliveira, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelas/os participantes da Banca Examinadora.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Dijaci David De Oliveira, Professor do Magistério Superior**, em 29/04/2022, às 08:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Barbosa Pereira, Usuário Externo**, em 29/04/2022, às 11:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Flávio Munhoz Sofiati, Professor do Magistério Superior**, em 29/04/2022, às 11:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Andréa Vettorassi, Vice-Coordenadora de Pós-Graduação**, em 29/04/2022, às 11:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eliane Gonçalves, Professor do Magistério Superior**, em 29/04/2022, às 11:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Mello De Almeida Neto, Diretor**, em 25/05/2022, às 14:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2861135** e o código CRC **BAC1E5FC**.

AGRADECIMENTOS

Escrever os agradecimentos de uma tese que dependeu de muitas colaborações, parcerias e trocas é uma tarefa difícil e acredito ser impossível fazer em tão poucas linhas.

Agradeço primeiramente aos/as interlocutores/as com quem tive a imensa sorte de conviver nos últimos anos: Anark e Kaly foram essenciais para que eu pudesse exercer a pesquisa. Muito obrigada por estarem comigo ao longo desses 5 anos de forma tão prestativa. Me faltam palavras para expressar o valor da atenção, do cuidado e da paciência que me receberam Coyote, Noite, Musa, Laika, Leona, Snepsa, Garfo, Fulano, Dollar, Enigma, Sipa, Lótus, Bizon, Badauí, Eroi e Dmic.

Contudo, eu não teria como iniciar tal empreitada sem a parceria do meu orientador: Dijaci de Oliveira que aceitou minha proposta de pesquisa prontamente. Agradeço pela confiança e solicitude durante todos estes anos. Da mesma maneira agradeço imensamente meu coorientador: Alexandre Barbosa Pereira por aceitar sem hesitação a orientação da pesquisa já iniciada. Agradeço as leituras atentas, presteza, diligência com todas minhas dificuldades, meus maiores agradecimentos.

Embora essa pesquisa seja no campo da Sociologia ela foi fortalecida a partir de muita antropologia, nesse aspecto, especiais agradecimentos as/os amigas/os antropólogas/os. À Francly Eide Nunes leal, querida Fran, pelo acolhimento, pelo aprendizado dispensado no cotidiano, pelos ensinamentos do fazer a pesquisa e da vida a ser vivida. Gratidão.

À amiga e professora Camila Mainardi, obrigada pela amizade, pelas leituras da pesquisa, pela possibilidade de aprender o ofício de estar em sala de aula no estágio docente. Aprendizado para a vida.

Ao amigo e intelectual Antônio Augusto Oliveira Gonçalves, muito obrigada pelas trocas afetivas, pela companhia em terras tão distantes e por fazer parte do meu crescimento intelectual.

Meus sinceros agradecimentos aos professores/as que contribuíram na qualificação dessa tese: professor Flávio Sofiati pela contribuição e leitura atenta e a professora Miriam Fábila Alves pelos comentários tecidos.

Todo meu reconhecimento a generosidade dispensada pela banca que participou do final desse processo: pesquisadora Bruna Gisi e professor Júlio da Silveira Moreira, assim como, os/as professores/as da “casa” Eliane Gonçalves e professor Flávio Sofiati.

As professoras Michele Cunha Franco e Telma Ferreira Nascimento Durães, pelas contribuições acadêmicas. Reconheço todas as contribuições dos professores do PPGS e dos

eventos que proporcionaram valorosa experiência no campo da pesquisa: Jordão Horta Nunes e Ricardo Barbosa de Lima.

Reconheço a amizade de lindas mulheres que surgiram nessa caminhada acadêmica do doutorado: Liza Santos, Carolina Cadima, Simone de Jesus e Flávia Valéria Cassemiro de Abreu. Muito obrigada. Sororidade sempre.

Não obstante, as/os amigas/os que me acompanham desde a graduação na Escola de Sociologia e Política de São Paulo, Camila Nastari e Rafael Cunha Lopes meus sinceros agradecimentos, foi nesse lugar e com pessoas como vocês que minha vida acadêmica começou.

Maria Carolina Schlittler e Giane Silvestre por compartilhar a maternança, as discussões acadêmicas e os dilemas da vida desde o mestrado até o fim deste doutorado, muito obrigada por se mostrarem presentes mesmo à distância.

Agradeço meu pai e minha mãe pelos primeiros ensinamentos e por acreditarem que eu era capaz de chegar a caminhos escolhidos. Ao meu irmão Rodrigo e ao meu sobrinho Murillo, ambos distantes, mas muito presentes no carinho dispensado.

Ao meu companheiro de vida Diego Jose Dias Mendes pela compreensão nos dias difíceis e a leveza do cotidiano. Obrigada por seguir na parceria e trazer ao mundo a pequena Teresa.

A Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), agradeço por proporcionarem a bolsa de pesquisa, sem a qual não teria sido possível realizar essa tese.

Meus sinceros agradecimentos à Universidade Federal de Goiás – UFG e ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia – PPGS, principalmente, ao corpo docente pelos difíceis anos de 2018 e 2019 onde o programa passou por dificuldades devido ao momento de desgoverno que se estabeleceu no país.

Concluir uma tese de doutorado na universidade pública, sendo eu aluna de escola pública desde o ensino fundamental, na atual conjuntura política deste país é um ato de resistência. A pesquisa e a ciência nunca foram tão desacreditadas. Por tanto, meu maior agradecimento ao findar essa pesquisa é para todas/os as/os cientistas que resistem e continuam a seguir em frente diariamente diante ao obscurantismo que governantes instauraram em nosso país.

RESUMO

A pesquisa apresenta narrativas de jovens pixadores que atuam na cidade de Goiânia. Tais narrativas apontam percepções sobre a ação de pixar e a maneira com que esses jovens exercem tal prática em um contexto de criminalização. A partir de metodologia qualitativa, utilizo grupo de discussão, entrevistas semi-estruturadas e etnografia para uma análise aprofundada dessas ações na cidade de Goiânia. A pixação é uma prática entendida por parte da sociedade brasileira como algo que deteriora, suja e degrada os espaços públicos e privados, e, no limite, a pixação está no código penal brasileiro como crime ambiental. Por outro lado, jovens que a praticam apontam especificidades em sua maneira de ser e de estar no mundo. Para refletirmos a respeito, apresento percepções de um grupo de jovens pixadores/as: segundo eles/as, a pixação exprime uma grafia complexa, e, não somente isso, nela existe uma construção que atravessa o individual e o coletivo. A feitura do pixo por esses/essas jovens também apresenta uma estética visual que é elucidada, segundo eles/as, a partir de uma maneira específica e peculiar de estar na cidade, sendo assim uma técnica comparada em oposição a outras, como o *bomb*, o *grapixo* e o próprio grafite. Logo, a análise das narrativas desses jovens aponta para práticas juvenis que, para além da criminalização, pura e simples, permite-nos entender possibilidades distintas de estar e vivenciar a cidade.

Palavras-chave: juventude; pixação; criminalização; direito à cidade.

ABSTRACT

The research presents narratives of young street writers who work in the city of Goiânia. Such narratives point to perceptions in the action of writers and how these young people exercise this practice in a context of criminalization. Based on a qualitative methodology, I use a discussion group, semi-structured interviews and ethnography for an in-depth analysis of these actions in the city of Goiânia. Street writers is a practice understood by Brazilian society as something that deteriorates, dirty and degrades the public and private spaces in which it is inserted. On the other hand, the subjects who use it point out specificities in their way of being and being in the world. To reflect on this, I present perceptions of a group of young street writers and according to them, street writers expresses a complex spelling, and, not only that, there is a construction that crosses the individual and the collective. The making of writers by these young people also presents a visual aesthetic that is elucidated, according to them, from a specific and peculiar way of being in the city, thus being a technique compared in opposition to others, such as the bomb, grapixo and graphite itself. Therefore, the analysis of the narratives of these young people points to youth practices that, in addition to criminalization, pure and simple, allows us to understand different possibilities of being and experiencing the city.

Keywords: youth; street writers; criminalization; right to the city.

RESUMEN

La investigación presenta narrativas de jóvenes grafiteros que actúan en la ciudad de Goiânia. Tales narrativas apuntan a percepciones en la acción de grafitar y cómo estos jóvenes ejercen esta práctica en un contexto de criminalización. Basado en una metodología cualitativa, utilizo un grupo de discusión, entrevistas semiestructuradas y etnografía para un análisis en profundidad de estas acciones en la ciudad de Goiânia. El grafito es una práctica entendida por la sociedad brasileña como algo que deteriora, ensucia y degrada los espacios públicos y privados en los que se inserta. Por otro lado, los sujetos que la utilizan señalan especificidades en su forma de ser y estar en el mundo. Para reflexionar sobre esto, presento percepciones de un grupo de jóvenes grafiteros y según ellos, el grafito expresa una ortografía compleja, y no solo eso, hay una construcción que cruza lo individual y lo colectivo. La realización de lo grafito por parte de estos jóvenes presenta también una estética visual que se dilucida, según ellos, a partir de una forma específica y peculiar de estar en la ciudad, siendo así una técnica comparada frente a otras, como bombs, el grapixo y grafito. Por tanto, el análisis de las narrativas de estos jóvenes apunta a prácticas juveniles que, además de la criminalización, pura y simplemente, permiten comprender diferentes posibilidades de ser y vivir la ciudad.

Palabras clave: juventud; grafito; criminalización; derecho a la ciudad.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa da cidade de Goiânia e os espaços frequentados pelos jovens.	30
Figura 2 – Foto do muro do terreno onde ocorreu o acidente de césio-137.	56
Figura 3 – Foto da entrada do museu de arte urbana – Beco da Codorna.	67
Figura 4 – Foto vista de cima do evento musical “chorinho”.	68
Figura 5 – Pixação Goiana.....	93
Figura 6 – Pixação Goiana 2.....	94
Figura 7 – Parede com mistura de estilos.	95
Figura 8 – Pixações e intervenções artísticas.	96
Figura 9 – Escrita conhecida como Tag.	97
Figura 10 – Muro chamado de agenda.	98
Figura 11 – Muro considerado “eterno”.	99
Figura 12 – Exemplo de atropelo na pixação.	100
Figura 13 – Pixação com intervenção política.....	101
Figura 14 – Pixação com intervenção política 2.....	102
Figura 15 – Pixação de torcida organizada.	103
Figura 16 – Pixação de facções criminosas.	104
Figura 17 – Pixação de escalada em prédio de Goiânia.	105
Figura 18 – Pixação de escalada em São Paulo.	106
Figura 19 – Pixação típica Paulistana “Tag Reto”.	107
Figura 20 – Pixação típica de Brasília “Sanfonada”.	108
Figura 21 – Imagem do alfabeto típico goiano.	109
Figura 22 – Mural feito pelo artista Robinho Santana na cidade de belo Horizonte.	123

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Perfis dos jovens.	80
------------------------------------	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AR	Artes nas ruas
COVID-19	<i>Corona Virus Disease</i>
CP	Código Penal
CPB	Código Penal Brasileiro
DEMA	Delegacia Estadual do Meio Ambiente
DJ	<i>Disc jockey</i>
ESP-SP	Escola de Sociologia e Política de São Paulo
EUA	Estados Unidos da América
GAP	Galera da arte proibida
GDA	Grafitheiros de Atitude
GRA	Garotos Rebeldes em Ação
LUA	Legião unida pela arte
MPL	Movimento Passe Livre
MPGO	Ministério Público de Goiás
MP	Ministério Público
ONG	Organizações não governamentais
PPGAS	Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
PUC	Pontifícia Universidade Católica
RAP	Rhythm and Poetry
ROTAM	Rondas Ostensivas Táticas Metropolitanas
SECULT	Secretaria de Cultura
TEV	Torcida Esquadrão Vilanovense
TJMG	Tribunal de Justiça de Minas Gerais
UFG	Universidade Federal de Goiás

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1 PERCURSO METODOLÓGICO	30
2 GOIÂNIA, CIDADE OCUPADA E JUVENTUDE À REVELIA	44
2.1 Revisitando o conceito de cidade	46
2.2 Como surge uma cidade: notas sobre Goiânia	51
2.3 A cidade de Goiânia: seus entornos e suas disputas	60
2.4 Os territórios e os espaços possíveis	64
2.5 A questão da territorialidade	72
2.6 Quem foram as/os entrevistadas/os.....	78
3 A GRAFIA DA CIDADE.....	89
3.1 A cidade é de quem faz a cidade	90
3.2 Caminhando com as/os pixadoras/es	92
3.3 Bora dar um rolê hoje? Tem umas promoções ali!	110
3.4 Por que importa o estudo da pixação?	114
4 CRIME, PUNIÇÃO E PRÁTICAS COTIDIANAS DA PIXAÇÃO	119
4.1 O criminoso, o crime e a criminalização	121
4.2 O que diz a legislação? Ou “baseado em quê?”	130
4.3 Polícia para quem precisa	137
4.4 Porque criminalizamos a pixação?	143
4.5 A descriminalização da pixação como alternativa	152
4.6 Pixação como expressão, grafite como paliativo	158
5 OS/AS PIXADORES/AS E SUAS APROPRIAÇÕES	164
5.1 Como se iniciam e se organizam os grupos de pixação em Goiânia.....	165
5.2 A discussão desnecessária: A pixação é arte?	167
CONSIDERAÇÕES FINAIS	173
REFERÊNCIAS	180
APÊNDICES	188

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa se iniciou com o interesse de problematizar como a juventude é sistematicamente criminalizada e percebida nas cidades a partir da pixação. Empiricamente, o estudo partiu de uma etnografia feita na cidade de Goiânia com jovens pixadores e pixadoras.

Tal temática surgiu ainda durante a graduação na Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP), a partir de diálogos tecidos na subárea de Sociologia Urbana. Diante desse interesse, passei a me dedicar aos estudos sobre juventudes no meio urbano. Em 2014, decidi fazer o mestrado na cidade de Salvador, Bahia, na época, com um dos maiores índices de letalidade juvenil do país. A pesquisa se deu com jovens, a partir de suas narrativas sobre violência.

Ao acompanhar as experiências desses jovens urbanos, a pesquisa tomou outros rumos. A princípio, esperava por narrativas sobre violência letal, entretanto, os resultados apontaram para uma problemática sobre a mobilidade desses jovens pela cidade de Salvador. Em suas falas, a dificuldade no acesso à cidade foi o principal obstáculo sentido por esses jovens. Dessa investigação, resultou a dissertação de título: *Narrativas de jovens sobre percepções de violência em bairros periféricos da cidade de Salvador, Bahia* (FERREIRA, 2016).

A pesquisa de mestrado permitiu desenvolver outros panoramas em relação à percepção de violência pela juventude. Nas entrevistas, a questão da criminalização policial e das diversas dificuldades no acesso à cidade foram frequentes e foi a partir da fala de um jovem pixador que a questão do acesso fora explicada. Segundo este jovem, a pixação permitia a ele acesso e mobilidade, possibilidades que outros jovens não apresentaram possuir na pesquisa.

Foi então que considerei a possibilidade de a pixação vir a ser uma forma de existir/resistir na/cidade, problematizando, assim, o acesso à cidade por parte das diversas juventudes. Nesse sentido, iniciei a presente tese tentando identificar qual era a juventude a que eu estava me referindo e como ela atuava na cidade de Goiânia, cidade lócus da pesquisa.

A definição de juventude(s) aqui empregada deriva uma categoria sociológica e deve ser especificada em seu uso. Para esta pesquisa, tomo-a pela perspectiva de geração

e das diferenças culturais, de forma contrária ao entendimento de juventude a partir da definição biológica ou na perspectiva da divisão de faixas etárias.

Ao trazer o conceito de gerações para problematizar o conceito de juventudes, aproximo-me do aporte teórico de Karl Mannheim, sociólogo húngaro que trabalha com a Sociologia do Conhecimento. O autor defende uma terceira via teórica, em oposição à teoria positivista francesa e à teoria do romantismo alemão. Nessa perspectiva, Mannheim (1967) observa as diferentes formas de se pensar o mesmo problema num determinado período histórico, defendendo que cada temporalidade apresenta diferentes elementos constitutivos de uma determinada geração. Mannheim apresenta o debate sobre juventude e gerações a partir de uma noção qualitativa do tempo e como esse tempo está voltado para um processo incessante de mudanças sociais, e, dessa perspectiva, o sociólogo nos auxilia a pensar as juventudes em suas diversidades (YNCERA, 1993).

Wivian Weller (2005), socióloga e estudiosa de Mannheim, defende que para entendermos o conceito de juventude e como ela é vivida de fato pelos jovens de ambos os sexos será necessário dedicar maior importância às descrições e narrativas dos autores envolvidos, associadas à reflexão teórico-metodológica, assim como à análise dos dados empíricos.

Sendo assim, nessa tese, o estudo se concentra em uma juventude urbana e por isso a cidade vai ser o território das experiências vividas e das trocas simbólicas deste grupo. Contudo, não é minha intenção fazer uma revisão da literatura, mas situar de que maneira utilizo o conceito de juventudes.

O objetivo é analisar a criminalização e a ação dos jovens que atuam ou atuaram na pixação e os significados contidos nela para os mesmos. De início, perguntava-me qual era a racionalidade contida no ato da pixação para os/as pixadores/as, como essa grafia as/os comunicava e, na opinião deles/delas, qual o alcance das inscrições para os cidadãos e transeuntes. Pois já era do meu conhecimento que tais inscrições comunicavam muito mais às/aos pixadoras/es e menos às/aos caminantes.

A pixação é uma ação de deixar uma assinatura, uma inscrição individual ou de um grupo, em locais visíveis no meio urbano. No Brasil, ela se popularizou no momento da ditadura militar, ainda na década de 1960. Naquele momento, ela era uma escrita inteligível e que trazia dizeres políticos, principalmente, da juventude que estava nas ruas contra as ações do governo ditatorial, mas, já nessa época, era possível ler inscrições

feitas em muros com dizeres aleatórios e com pouco alcance significativo para a sociedade.

Em 1970, uma escrita peculiar e que era vista em diversos locais de São Paulo ficou conhecida: “*Cão fila K26*”¹, que se referia a um adestrador de cães e seu endereço de trabalho. Do mesmo modo, “*Juneca*” e “*Pessoinha*”² eram inscrições espalhadas por toda a cidade de São Paulo, que tinham o intuito de dar visibilidade e ao mesmo tempo anonimato de ambos os autores, pois, por muitos anos, a população não sabia do que se tratava. Contudo, essas pichações causaram comoção da população paulistana, que acreditava ser um grande desrespeito à cidade e mobilizou a Polícia Civil durante décadas. No Rio de Janeiro, a escrita do jornalista Carlos Alberto Teixeira “*Celacanto provoca maremoto*”, que tinha como referência um seriado de TV japonês, ficou anônima por anos, provocando grande curiosidade nos transeuntes cariocas, e aponta para os primórdios da pichação no Brasil.

Esses são os primeiros indícios da grafia nomeada pichação. Nessa época (1960), além das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, é possível apontar que, de maneira semelhante, inscrições de pessoas anônimas também estivessem espalhadas nas mais diversas cidades do Brasil. Um bom exemplo de como essas inscrições perpetuaram e continuam até os dias atuais é o caso da grafia “*Adão*”, na cidade de São Paulo, “*Amareloucura*”, na cidade de Salvador, “*AME*”, em Goiânia e “*Arroz, feijão e ganja*”, em diversas cidades brasileiras. É importante notar que essas inscrições, embora também sejam colocadas de forma ilegal, apresentam, necessariamente, uma escrita legível, com o intuito de ser uma palavra ou frase política, poética ou até um recado, isto é, ela é inteligível aos transeuntes. Entre os/as pixadoers/as, essa é entendida como sendo a “pichação”, assim escrita, com “CH”. Já “pixação” com “X”, conforme explicação de Anark, um dos meus interlocutores, é referente às escritas com letras estilizadas, muitas das vezes, feitas por “galeras” ou gangues de pixadores/as com o intuito de marcar território. Já a “pichação” escrita com “CH” remete, normalmente, às escritas de protestos, recados e poesias. Por tanto, nessa tese, estou tratando da “pixação”, com “X”. Ambas os tipos, seja com “CH” ou “X”, surgem em meados dos anos 1960. Contudo, a “pixação” com X está relacionada a uma forma de expressão que é, em grande medida, juvenil e parte fundante do movimento *hip hop*.

¹ Sobre esse tema, ver: <http://besidecolors.com/a-pre-historia-do-pixo-cao-fila-km-26/>.

² Para saber mais, ver: <http://besidecolors.com/juneca-e-pessoinha/> 18.08.2020.

Segundo Tavares (2010)³, o *hip hop* tomou força como movimento cultural produzido por jovens negros e latinos, surgido em espaços segregados de grandes metrópoles dos EUA e da Inglaterra, com influências de ritmos caribenhos que chegavam nesses países por meio dos imigrantes. O *hip hop* surge como um fenômeno cultural que engloba três elementos estéticos e artísticos: o *breakink* (ou *breakdance*), o grafite (incluindo pichações ou pinturas aerográficas) e o *RAP* (como combinação de ritmo e poesia).

O *hip hop* tem grande importância no tema que trato nesta tese. Movimento cultural e político, ele engloba várias ações praticadas pelo seu público cativo. Como mencionado acima, são várias práticas reunidas que fazem um todo chamado de *hip hop*. É também um movimento de luta e protesto com cunho político crítico em relação à sociedade, principalmente pela ideia do direito ao espaço público, já que parte dos adeptos, tanto nos EUA, quanto no Brasil, surge a partir de uma juventude negra, pobre e periférica. Por essa constituição contestatória, social e racial, o *hip hop* foi e é ainda um movimento marginalizado, embora tenha ganhado espaço na mídia nas últimas décadas, sendo até bastante lucrativo dentro da indústria cultural em todo o mundo. Apesar de ter se integrado ao mercado de bens culturais, em especial na parte musical, o movimento ainda carrega a ousadia em sua contestação, segundo explica Tavares (2009):

Aparentemente, esses jovens ligados ao *hip hop* reagem a marginalidade estabelecendo meios de integração de modo específico, convertendo a falta de perspectiva, a falta de utopia em elemento de identidade e a utilização ostensiva e violenta desta como forma de conquistar respeito no espaço de discussão política propiciado pela indústria cultural e pelos veículos da mídia. O *hip hop* revela um tipo de alternativa de inserção pelo viés simbólico, em que uma estetização da política abre um novo campo de possibilidades para a materialização da cidadania. O jovem pode apontar para novos caminhos além do tradicional mandonismo do mundo adulto. (TAVARES, 2009, p. 82).

Se, por um lado, o *hip hop* coloca a questão das desigualdades sociais e, principalmente, a questão racial para serem constantemente problematizadas, por outro, essa manifestação cultural juvenil se perde no quesito de gênero. As mulheres que

³ Para saber mais, ver: Tavares, Breitner. Geração hip-hop e a construção do imaginário na periferia do Distrito Federal. *Sociedade e Estado* [online]. 2010, v. 25, n. 2 [Acessado 24 Agosto 2021], pp. 309-327. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-69922010000200008>>. Epub 05 Nov 2010. ISSN 1980-5462

chegaram ao movimento *hip hop* precisaram levar a temática gênero a contragosto dos que ali já estavam. Nesse aspecto, Tavares (2009, p. 84) comenta:

O hip-hop, enquanto um bem simbólico produzido no contexto da produção estética da juventude negra na modernidade, trouxe aspecto de reconstrução e positivação dos negros excluídos. A questão do gênero e especificamente da misoginia presente em relações desiguais da juventude, estabelece novas frentes por uma mobilização que contemple respectivamente as demandas de atores sociais contrários ao racismo e ao sexismo.

Essa questão misógina ou sexista também está posta nas relações entre as/os pixadores, conforme explicarei no Capítulo 2.

Ainda na década de 1980, o movimento *hip hop* ganha força e popularidade no Brasil. E, embora o *RAP* tenha sido uma das culturas mais difundida dentro desse movimento, o grafite e a pixação viriam a se popularizar entre os jovens dos grandes centros urbanos.

Em Goiânia, na primeira metade da década de 1980, surgiram os primeiros grupos de dança (*breakdance*), que começavam a se apresentar nos bailes “*black*” da cidade e nas ruas. Segundo Waldemir Rosa⁴, não é possível precisar qual a data do surgimento do *hip hop* no Estado de Goiás, mas, precisamente, em Goiânia, ao que tudo indica, ocorreu a partir do ano de 1982. Segundo Rosa (2014, p. 26): “Não existe um consenso acerca da data em que o Hip hop se inicia em Goiás, mas diversas narrativas informam que isso ocorreu entre 1982 e 1985”.

Nessa mesma década, no ano de 1987, Goiânia passa por um terrível ocorrido que ficou internacionalmente conhecido, o “acidente radiológico do césio-137”, conforme explicarei no Capítulo 3. Esse foi o período do surgimento de uma dupla de artistas plásticos que se utilizava de técnicas de grafite na cidade. Em referência ao acidente radiológico, eles se intitularam: “*Pincel Atômico*”. A dupla grafitava mensagens e desenhos que transmitiam esperança aos moradores de Goiânia, em vista daquele trágico acontecimento. Esses artistas impulsionaram e motivaram outros artistas urbanos, assim como pixadores, a se apropriarem da cidade, e são lembrados até os dias atuais pelos grafitadores e pelos próprios pixadores como precursores.

⁴ Para saber mais, ver Rosa (2014).

Já no decorrer da década de 1990, a pixação foi impressa na cidade com um teor de rivalidade, exprimindo disputas entre torcidas de futebol, ganguismo e territorialismo. Segundo interlocutores desta pesquisa, a época foi de muitas brigas por territórios e de concorrência entre participantes das galeras⁵ consideradas mais numerosas, conforme mencionarei mais adiante. Na década seguinte, no ano de 2003, surge em Goiânia um importante espaço para encontro desses jovens, o Centro de Cidadania Negra do Estado de Goiás (CENEG), uma Entidade filantrópica não-governamental declarada como órgão de utilidade pública federal e estadual. Segundo o próprio *site* do Centro explica, ele foi criado a partir da necessidade de desenvolver atividades socioeducativas e culturais junto à juventude goiana negra e periférica. Desde 2004, eles trabalham a cultura *hip hop*, principalmente, com oficinas e atividades desse seguimento. Contudo, as atividades direcionadas ao público em questão se tornaram menos frequentes e até mesmo quase inexistente nos últimos anos.

Os/as interlocutores/as dessa pesquisa afirmaram terem tido algum contato com o movimento *hip-hop*, tendo também participado de eventos de *hip-hop* na cidade de Goiânia, e ainda que este tenha sido e seja atualmente um movimento que dialoga com a pixação, principalmente em termos de seu conteúdo contestatório. Esses jovens relatam inclusive que eventos de *hip-hop* se tornaram importantes locais de encontros para elas/eles antes de saírem para pixar nas ruas. E isso demonstra a importância do movimento *hip-hop* para esse grupo, pois proporcionou um espaço de diálogo acessível e de ampla autonomia.

A pixação passou a despertar o interesse de estudos acadêmicos, principalmente, a partir da década de 1990, sendo material de pesquisa em diversas capitais, como, por exemplo: São Paulo (COSTA, 1994; LARA, 1996; PEREIRA, 2005; FRANCO, 2009, LASSALA, 2014), Belo Horizonte (CARVALHO, 2013; SOARES, 2013), Rio de Janeiro (SOUZA, 2007; COELHO, 2015), Salvador (OLIVEIRA, 2012), Brasília (ABRAMOVAY, 2010), Teresina (SILVA, 2017), João Pessoa (DUARTE, 2010), Fortaleza (DIÓGENES, 2013) e Porto Alegre (SILVA, 2010). Esses/as pesquisadores/as contribuíram substancialmente para um maior conhecimento sobre a pixação e seu sentido nas diversas capitais do Brasil, de maneira que iniciaram e desenvolveram um debate mais aprofundado a partir das múltiplas intersecções (gênero, classe, raça e

⁵ Galeras são os grupos de jovens que se identificam devido ao mesmo local de moradia ou porque se reúnem para pixar. Algumas galeras se tornam rivais de outras, contudo no grupo pesquisado muitos jovens se identificaram fazendo parte de galeras diferentes sem com isso terem problemas de rivalidades.

geração), apontando, neste sentido, a relação territorial de aproximações e distanciamentos dentro dessa mesma ação entre os jovens. Não obstante, tais estudos também demonstraram como os autores dessa prática são frequentemente criminalizados.

Em Goiânia, importantes pesquisas auxiliaram na compreensão do fenômeno da pixação na cidade e como um todo, principalmente a partir de pesquisas apresentadas na Universidade Federal de Goiás (UFG), em programas de pós-graduação de diferentes cursos. Esses são alguns exemplos de pesquisadoras/es encontradas/os: José Renato Masson (2005), Lívia Nunes Borges Rodrigues (2015), Maíris dos Santos Dantas (2017), Paul Cezanne Souza Cardoso de Moraes (2014), Marcelo Perini Peralta Cunha (2019) e Milena de Souza (2021).

O estudo feito por Masson (2005), no campo da Geografia, intitulado *Pichadores de rua, territorialidades urbanas em conflito: territórios (in) visíveis de Goiânia*, descreve como se deu o início da pixação e a relação com as torcidas organizadas, da década de 1990 até meados de 2000. Em sua dissertação, Masson argumenta que a pixação se coloca na cidade de Goiânia como uma maneira de provocar grupos rivais. Para ele, as pichações não podem ser entendidas simplesmente como atos de vandalismo, mas como parte do cotidiano da cidade, (re)presentando e (re)significando a paisagem. O estudo faz um intenso debate sobre como os/as jovens pixadores/as constituem uma identidade própria que insubmete e se contrapõe aos ditames convencionais do urbano. Segundo ele, a Geografia não pode se abster da compreensão deste fenômeno que envolve diretamente categorias da análise geográfica, como: território, territorialidades, identidade e urbano. Nesta tese, estabeleci um importante diálogo com essa pesquisa, pois corrobora com o que muitos/as das/dos interlocutores/as mencionaram sobre as gerações anteriores de pixadores/as da cidade de Goiânia. O estudo de Masson forneceu base para discorrer sobre como uma determinada geração de jovens passa para outras gerações uma mesma técnica de se reconhecer na cidade, acessar territórios e construir identidades.

Moraes (2014), na sua dissertação de mestrado em Arte e Cultura Visual, desenvolveu a temática da pixação em uma instituição escolar com jovens do Ensino Fundamental da rede pública. Em sua pesquisa, intitulada *Intervenções clandestinas*, ele partiu das visualidades que integravam o contexto escolar, com ênfase naquelas intervenções visuais não autorizadas produzidas pelos discentes, consideradas, então, como ato depredatório, as quais o autor vai chamar de “intervenções clandestinas”. Para

ele, o contexto escolar foi transformado pelo tempo, desde que ele próprio foi aluno da escola pesquisada. Além da análise crítica das intervenções clandestinas rotuladas pela escola como pixações, essa pesquisa buscou evidenciar as vozes anônimas dos discentes. A pesquisa de Moraes dialoga diretamente com o projeto de extensão *Entre os muros da escola*⁶, que executei durante o período de 2018, sob coordenação dos professores Dijaci David de Oliveira e Flávio Munhoz Sofiati, que versa sobre como professores e professoras das escolas da rede pública reagem às inscrições feitas nos espaços escolares e como essa é uma prática que se inicia nos primeiros anos dos/das alunos/as. Comentarei tal projeto mais adiante.

Lívia Nunes Borges Rodrigues, no ano de 2015, desde o campo da Antropologia Social, retratou a pixação como uma arte urbana performática. Na dissertação intitulada *Caligrafia marginal: pichação, performance e patrimônio*, a pesquisadora buscou explorar como esta ação urbana considerada ofensiva socialmente pode ser interpretada como ato performativo. A autora procurou compreender como pixadores e habitantes de Goiânia lidam com os elementos dispostos no espaço urbano, dando ênfase às construções arquitetônicas de valor social.

Maíris dos Santos Dantas, pesquisadora da área de Letras e Linguística, defendeu em 2017 a dissertação intitulada *A epidemia caligráfica: pixo, transgressão e desestabilização das resistências*. A autora fez uma análise de discurso de um dos mais importantes pixadores do Brasil, o paulistano Djan Crypta. Nessa perspectiva, a autora discorre que o pixo não é somente uma epidemia caligráfica, mas também uma epidemia discursiva. Maíris ensejou entender quais foram as metamorfoses que o pixo atravessou, tanto em sua forma discursiva, quanto em seu objeto, uma vez que o discurso sobre o pixo e o próprio pixo sofreram uma plasticização dos dispositivos – no sentido foucaultiano. A autora concluiu que algumas metáforas são na verdade sinônimo ou forma de nomeação para o pixo e que estas surgem de uma crítica sobre a forma como o poder público trata a pixação, em outras palavras, demonstra como o poder público veio a considerá-la como uma patologia a ser combatida, eliminada.

⁶ Este projeto de extensão foi executado pela Universidade Federal de Goiás – UFG com o apoio da Faculdade de Ciências Sociais - FCS em conjunto com a Secretaria da Educação Municipal e Centro Municipal de Educação Infantil _ CMEI Viver a Infância e objetivou discutir o grafite como forma de intervenção na cidade. A proposta problematizou a recuperação, o cuidado e o uso dos espaços públicos da cidade.

Marcelo Perini Peralta Cunha, em dissertação defendida no ano de 2019 pelo mestrado em Projeto e Cidade da UFG, abordou a pixação da perspectiva da intervenção urbana e de suas diferenças com o grafite. A pesquisa nomeada *O pixo como ato político* descreve que essas duas práticas possuem uma relação paradoxal, pois, segundo o autor, o grafite é aceito como uma obra de arte legítima e transformado em mais uma mercadoria cultural das cidades, e que atua no meio urbano para promover sua valorização, enquanto o pixo se nega a seguir essa linha e se mantém propositalmente ilegal, constantemente questionando o caráter público das cidades e seu gerenciamento estratégico mercadológico. Marcelo Cunha conclui que a pixação é um ato político de contestação, principalmente pela forma com que as cidades são geridas atualmente e como podem ser apropriadas pelos seus moradores.

A pesquisa ainda em curso de Milena Souza, mestranda em Sociologia, aborda questões de gênero no campo da pixação com foco na cidade de Goiânia. A proposta da pesquisadora é dialogar com debates da Geografia quanto à urbanização, bem como lançar mão de propostas etnográficas na observação da cidade enquanto cenário onde as relações sociais se estabelecem. Segundo a autora, a pesquisa pretende analisar mulheres atuantes na pixação, assim como marcadores sociais da diferença que as atravessam e as potências e desafios da prática da pixação para essas mulheres enquanto sujeitas individuais e coletivas. Essa pesquisa, embora não concluída, aponta uma problemática na questão de gênero, tema saliente e que orbita minha tese, sendo de extrema relevância no campo da Sociologia.

Considerando que toda pesquisa é temporal e que a pixação se colocou como tema a ser explorado por diversos campos de estudos, tem-se que esses/essas autores/as se debruçaram sobre uma época específica e em relação com interlocutores distintos, que narraram sua versão sobre a pixação em um dado momento da história.

Não obstante, os estudos citados acima não investiram em análises sobre o prisma da criminalização compulsória da juventude e também não se aprofundaram em tal prática como uma possibilidade de insurgência na cidade. Isto é, os/as autores/as não consideraram a pixação como uma ação que pode vir a ser a tentativa de existir e resistir à cidade da maneira como ela está posta, pois os grupos de jovens que entrevistei foram enfáticos no quesito da criminalização da prática e dos percalços sofridos em relação ao acesso à cidade.

A questão da criminalização e dos pixadores serem alvos da Polícia Militar e da Polícia Civil na cidade de Goiânia é um dado importante para esta pesquisa, a valer pelo nível de perseguição e da brutalidade que acomete esses/essas jovens. Relatos das/os interlocutoras/es apontam para uma obstinação histórica da Polícia Civil, da Polícia Militar e até do Ministério Público em deter pixadoras/es na cidade, mas, segundo elas/eles, essa obstinação não foi capaz de acabar ou até mesmo diminuir a ação de pixar. Ao caminhar por diversas regiões da cidade, pude perceber certa quantidade de pixações, algumas mais recentes, outras nem tanto, o que aponta que tal prática permanece operante em Goiânia.

O tema da criminalização foi bastante comentado por eles/as, principalmente porque existe um processo iniciado no ano de 2012, em que o Ministério Público de Goiás apresentou denúncia criminal e requereu judicialmente o recolhimento domiciliar de 15 jovens acusados de pixação em Goiânia e Região Metropolitana⁷.

Paralelamente à criminalização intensa, os/as interlocutores/as foram enfáticos ao dizer que não possuem o menor interesse na aceitação de suas práticas por parte da população, pois existe um gosto de fazer algo proibido, porém, parte deles/as discorda da criminalização dessa prática.

Nessa perspectiva, percebemos uma juventude alocada em um perfil de criminalidade, e, sendo assim, faz-se importante refletir sobre o debate do encarceramento desse grupo. Estudos apontam que o Brasil é um país que prende muito, mas, para além disso, que prende mal (SCHLITTLER, 2016). Assim, a punição no país, ao contrário do que a população e a mídia apontam, elegendo o Brasil como “país da impunidade”⁸, é colocada em prática cotidianamente, entretanto, essa punição tem cor, gênero, endereço e idade.

De outro modo, se a pixação é algo que pode vir a compor a cidade e os espaços (sejam públicos ou privados), a presente tese possibilita refletir, a partir da visão desses jovens, até que ponto a pixação é um ato criminal ou um ato de transgressão. Poderíamos também ponderar, na perspectiva inversa, sobre como a pixação talvez seja o reflexo do que fazemos ou deixamos de fazer pelas nossas cidades e quais são os espaços possíveis de convivência, lazer e cultura que construímos ao longo do tempo.

⁷ Para saber mais, ver Ferreira e Mendes (2018).

⁸ Para saber mais, ver Adorno (2002).

Criminalizar determinados grupos juvenis é uma ação histórica no Brasil⁹. O controle pelos espaços e a privação do que é público é algo indicado em diversas pesquisas e os jovens são os maiores afetados. E, diante disso, esboço um questionamento em torno de como certo imaginário social e policial sobre a criminalização excessiva da juventude não aponta para uma resolução eficaz do conflito: por quê a criminalização desta prática é a única forma utilizada pela sociedade (e pela segurança pública) para interceptar esses indivíduos?

Não há como entender a pixação pela pixação, é necessário entender as/os pixadoras/es a partir de suas relações com a própria pixação e com a cidade. É preciso também compreender a sociedade em que tal grupo está inserido. A presente tese se constrói nessa perspectiva, de compreensão e análise do porquê criminalizamos e punimos a pixação em nossa sociedade sem atentar para outros tipos de resolução desse conflito. Essas são questões importantes, isto é, a perspectiva de que a pixação, mesmo sendo tratada como ato criminal, indica uma forma de resistir à lógica imposta pela cidade, implicando, também, na construção de sociabilidade entre indivíduos, aparentemente, invisibilizados, seja pela sociedade, seja pelas políticas públicas. Esses/as jovens se sentem apartados da cidade e é a partir da pixação que tentam resistir à lógica imposta.

Essa resistência, igualmente, cria uma forma de memória – coletiva e individual – em relação à existência deles/delas na cidade. Em vista disso, o ato de pixar determinados espaços de uma cidade se torna a possibilidade de obter voz, identidade e visibilidade por parte desses jovens, ou seja, de outra maneira, possivelmente não seriam vistos, percebidos e, menos ainda, lembrados fora da criminalidade.

Esta tese está dividida em cinco capítulos de desenvolvimento. Os capítulos têm o objetivo de articular a descrição etnográfica com temas cruciais à análise. Para tanto, apresento o diálogo feito com teorias e conceitos articulando temas e estabelecendo intersecções entre categorias, a saber: direito à cidade, criminalidade, juventude e pixação.

No Capítulo 1, apresento as metodologias e técnicas de que me utilizei, explicando como foram empregadas em cada uma das etapas da pesquisa.

No Capítulo 2, em seu primeiro subcapítulo, apresento alguns marcos teóricos sobre o conceito de cidade e explico o que considero por urbano tendo em vista o contexto

⁹ Ver Sampaio (2019).

estudado. Os autores mencionados deram embasamento ao debate sobre os temas levantados pelas/pelos jovens entrevistadas/os ao longo da pesquisa. No segundo subcapítulo, descrevo a cidade lócus da pesquisa, Goiânia, apresentando informações históricas sobre o seu surgimento e os conflitos locais.

Na sequência, no subcapítulo *A cidade e suas disputas*, exploro a importante relação entre Goiânia e Brasília, tanto na formação de ambas as cidades, quanto na relação que os/as jovens pixadores/as estabeleceram com elas. Neste, aponto como a ideia da arquitetura moderna sofreu modificações e de que forma atinge goianos e brasilienses até os dias atuais. E, no quarto e quinto subcapítulos, descrevo aqueles que foram considerados, no contexto da pesquisa, como os principais espaços ocupados por jovens pixadores/as em Goiânia: o “Beco da Codorna” e o “Chorinho” (evento que ocupa a área externa do Grande Hotel e a pista da Av. Goiás à frente, como melhor descreverei no Capítulo 2). Nesta parte da tese, ademais, explano ao/à leitor/a os modos como os/as pixadores/as constroem determinados territórios e lugares de pertencimento, e, paralelamente, apresento o debate de importantes geógrafos sobre a construção de territórios de significação e/ou ressignificação como espaços de reconhecimento.

Por último, no sexto subcapítulo, apresento dados referentes ao perfil dos/das entrevistados/as, apontando distanciamentos e aproximações dessas/es jovens com jovens pixadores/as de outros Estados. Discorro sobre as profissões, classes econômicas, locais de moradia e faixa etária do grupo estudado. Aponto a polêmica apresentada por eles/elas em torno da questão de gênero e demonstro como as jovens mulheres se posicionam de maneira diferente sobre sua atuação nessa prática.

No Capítulo 3, intitulado *A grafia da cidade*, exploro a perspectiva dos jovens sobre sua inserção na cidade, a partir das narrativas que eles/elas produzem sobre o que é cidade e o que caracteriza uma verdadeira vivência nesta. No segundo tópico deste capítulo, apresento ao/à leitor/leitora registros visuais da pixação na cidade de Goiânia, apontando suas características e diferenças internas, e apresento também amostras da pixação de outras importantes capitais, para fins de comparação. Na sequência, no terceiro subcapítulo, descrevo minha saída a campo com um dos meus interlocutores, para mostrar ao/à leitor/leitora as proezas e complicações da etnografia. Por último, explico porque importa o estudo da pixação para a sociedade brasileira, quais são as principais questões intrínsecas nesse debate e o que a juventude tem a dizer sobre isso.

No Capítulo 4, trato da questão basilar da pesquisa: a criminalização da pixação e da juventude. No primeiro subcapítulo, adentro o debate sobre os conceitos crime, criminalização e criminoso a partir de importantes autores e aprofundo na discussão sobre segurança pública, que se dá a partir do policiamento, ideia construída na Europa e que chega ao Brasil em meados século XIX. No segundo subcapítulo, descrevo a legislação que criminaliza a pixação no Brasil e os posicionamentos das/dos pixadoras/es sobre a aplicação da lei, e apresento os discursos acionados por criminalistas e suas considerações a favor e contra a lei. No terceiro tópico do capítulo, para contextualizar de que forma a criminalização é posta, descrevo os relatos dos/das jovens pixadores/as que narram a atuação violenta da Polícia Civil e da Polícia Militar na cidade de Goiânia. No quarto subcapítulo, apresento algumas reflexões em torno do porquê criminalizamos a pixação e qual seria o cenário de uma possível discriminação dessa prática em nossa sociedade. Na sequência, desenvolvo a questão da pixação como forma de expressão e o grafite como algo paliativo na avaliação dos interlocutores, e concluo que grafite e pixação, embora ocupem diferentes espaços, coexistem, mas não se misturam. Por último, apresento uma discussão latente entre os/as jovens entrevistados/as, que se mostrou nas “entrelinhas” do que percebi e registrei junto aos/às interlocutores/as: a questão da pixação ser arte ou vandalismo. Nesse aspecto, esta tese apresenta importantes reflexões de seus/suas interlocutores/as quando apontaram que, independentemente de a pixação ser ou não uma arte, ela deve estar nas ruas de forma pública, para todos e todas.

No Capítulo 5, apresento uma discussão latente entre os/as jovens entrevistados/as e que se mostrou nas “entrelinhas”: a questão da pixação ser arte ou vandalismo. Nesse aspecto, esta tese apresenta importantes reflexões de seus/suas interlocutores/as quando apontaram que, independentemente de a pixação ser ou não uma arte, ela deve estar nas ruas de forma pública, para todos e todas. Concluo com o subcapítulo 2 em que analiso como a pixação se inicia para esses jovens e como a escola tem uma importância fundamental para a organização dos grupos de pixação na cidade de Goiânia. E, por fim, problematizo a questão de como esses jovens se diferenciam de outros, isto é, o porquê desse grupo ser, preferencialmente, criminalizado.

Ao final, na conclusão desta tese, apresento questões do âmbito da juventude e de suas lutas políticas no espaço urbano. Para tanto, desenvolvo questões e posicionamentos juvenis políticos na cidade de Goiânia, mostrando ao/à leitor/a como a juventude é tratada em momentos de conflitos e de tentativa de diálogo com o Estado, e, mais

especificamente, com a Polícia Militar. Abordo ainda a historicidade da cidade de Goiânia a partir de acontecimentos representativos para entendermos a questão do acesso à cidade para alguns grupos de jovens. E finalizo trazendo importantes aspectos sobre a descriminalização da pixação e como essa ação poderia vir a ser uma possibilidade de diálogo entre Estado e juventude.

1 PERCURSO METODOLÓGICO

Na elaboração dessa pesquisa, utilizei-me de métodos e técnicas mistas. Propus-me aqui compreender, a partir de suas narrativas, como jovens pixadores/as se apropriam da cidade por meio de uma prática considerada criminosa. Sendo assim, a pergunta de partida foi: de que maneira jovens os/as pixadores/as constroem sua sociabilidade e acessam a cidade partindo do pressuposto que a pixação é criminalizada?

O campo se iniciou nos primeiros contatos que tive com estudantes secundaristas de escolas públicas no intuito de localizar jovens que participavam da prática da pixação na cidade de Goiânia. A partir do primeiro encontro, utilizei a técnica chamada *snowball* (“bola de neve”) para possibilitar as primeiras aproximações com os/as interlocutores/as da pesquisa, conforme explicarei mais adiante.

Paralelamente a essas primeiras tentativas de contato com jovens pixadores/as, procedi com o levantamento bibliográfico de obras de referência, a fim de contribuir para a construção de um quadro conceitual e teórico sobre o entendimento dos conceitos de: juventudes, cidade e criminalidade. Essa revisão da literatura¹⁰ demarcou de forma mais objetiva e aprofundada os/as interlocutores/as dessa pesquisa em relação ao debate sobre “ser jovem” na cidade de Goiânia e as suas múltiplas possibilidades. Da mesma maneira, a leitura sobre o “acesso à cidade” e as diferentes formas de vivenciá-la foi feita com base em autores de referência¹¹.

Na perspectiva de entender de que forma parte da população goiana se relaciona com a pixação, fiz buscas em *sites* de mídia eletrônica¹² e foi possível constatar que, comumente, as reportagens e o senso comum imprimem na imagem que fazem desses jovens características como: o envolvimento com drogas e tráfico; a marginalidade; são moradores de periferia. Nesse aspecto, a mídia reforça características que marginalizam esse grupo, e acaba endossando as opiniões de uma parte da população que crê que são todos criminosos e que merecem receber punição para não voltarem a transgredir. Entretanto, as narrativas do grupo estudado para esta tese trouxeram à tona outra perspectiva em relação a eles mesmos e suas ações, bem como nos revela outro perfil de

¹⁰ Tavares (2012), Miriam Abramovay (2010), José Machado Pais (2003), Luis Groppo (2000; 2017), Angelina Peralva (1997), Helena Abramo (1994) e Bourdieu (1983).

¹¹ Souza (2006), Coelho, 2002, Silva e Mancini (2007), Freitas (2014) e Silva e Almeida (2010).

¹² Conforme aponta a seguinte matéria jornalística: <http://g1.globo.com/goias/noticia/2014/09/policia-identifica90-suspeitos-de-pichar-10-mil-pontos-em-goiania.html>. Acesso em: 18/04/2017.

jovem, bastante diferente daquele desenhado pela mídia e pelo imaginário popular por ela alimentado. Essa questão será detalhada no Capítulo 4 da tese.

O levantamento bibliográfico inicial e de notícias serviram para me preparar em relação à entrada em campo, e, partir daí, fui empregando de forma alternada e diversificada técnicas e metodologias de pesquisa e trabalho de campo, tais como: observação etnográfica, bola de neve, entrevistas em profundidade e grupo de discussão. Esses procedimentos de investigação não se deram, necessariamente, uma ordem de uso, mas acompanharam todo o processo da pesquisa.

A etnografia de alguns espaços da cidade de Goiânia é bastante relevante para a construção da tese, considerando que não sou natural de Goiânia e nem do Estado de Goiás. Os locais percorridos primeiramente foram setores¹³, ruas, vielas e becos da região central que continham indícios de pixação. Esse primeiro “reconhecimento” da cidade se deu sem informantes/interlocutores, pois a ideia era elaborar minhas próprias impressões, na tentativa de iniciar sem pré-julgamentos ou perspectivas e valores de terceiros em relação à cidade a pesquisa de campo.

Por outro lado, a etnografia não ficou estanque na cidade vivida pelos/as pixadores/as, ela foi utilizada para compreender os/as próprios/as pixadores/as em suas ações e caminhos que percorreram pela cidade. Nesta parte da pesquisa, tive como horizonte a formulação: “de perto e de dentro”, do expoente da Antropologia Urbana no Brasil, José Guilherme Cantor Magnani.

Segundo o autor:

A simples estratégia de acompanhar um desses “indivíduos” em seus trajetos habituais revelaria um mapa de deslocamentos pontuado por contatos significativos, em contextos tão variados como o do trabalho, do lazer, das práticas religiosas, associativas etc. É neste plano que entra a perspectiva de perto e de dentro, capaz de apreender os padrões de comportamento, não de indivíduos atomizados, mas dos múltiplos, variados e heterogêneos conjuntos de atores sociais cuja vida cotidiana transcorre na paisagem da cidade e depende de seus equipamentos. (MAGNANI, 2002, p. 17).

A pesquisa etnográfica ostenta e traduz a experiência da observação e descrição densa das práticas interativas e comunicativas como uma das mais relevantes técnicas das Ciências Sociais. Para a realização da observação etnográfica, devem ocorrer

¹³ Em Goiânia, assim como em Brasília, os bairros são chamados de setores.

encontros ou se estabelecer relacionamentos no plano da vida cotidiana. Nesse sentido, é possível perceber as evidências necessárias para compreender os contextos nos espaços e nos relacionamentos que neles se dão, e, a partir das análises das dinâmicas que marcam os encontros, podemos ter uma compreensão das experiências humanas segundo os grupos observados e com quem interagimos.

A observação etnográfica não é estritamente um método ou uma técnica, mas uma forma de abordagem que utiliza um conjunto de procedimentos objetivando exercer exaustivamente a descrição, inscrição e transcrição das experiências vividas em um local ou evento, por meio da participação direta do observador no ambiente e em meio ao grupo que se pretende conhecer.

Segundo Peirano (1995), a etnografia pertence a uma tradição de estudo ou investigação focada na produção de materiais para servir à análise cultural e que, simultaneamente, tem sido utilizada como ferramenta técnica ou metodológica. Trata-se de uma técnica artesanal, que se faz no cotidiano e nas resoluções de problemas ocorridos em campo. Para a autora, a etnografia comporta, como objetivo geral, uma intensa busca por visões alternativas à “universalidade dos conceitos sociológicos” (PEIRANO, 1995, p. 16). Nesse sentido, a etnografia não se prende a grandes teorias, nem a abrangentes arcabouços teóricos que a informam, mas, ao comparar os nossos conceitos com outros conceitos nativos, ela se propõe formular uma ideia de humanidade construída pelas diferenças.

A inspiração na tradição etnográfica aqui assumida, partiu do pressuposto que a autora aponta sobre o estreito vínculo entre teoria e pesquisa. Sobre isso, ela explica:

[...] a pesquisa etnográfica é o meio pelo qual a teoria antropológica se desenvolve e se sofisticava quando desafia os conceitos estabelecidos pelo senso comum no confronto entre a teoria que o pesquisador leva para o campo e a observação entre os nativos que estuda. (PEIRANO, 1995, p. 41).

Para tanto, além de estar entre os/as interlocutores/as e de os ouvir atentamente, realizei também uma etnografia pela cidade de Goiânia, no intuito de registrar não somente os espaços pixados, mas também o cenário que eles/elas me narravam frequentemente. Dessa maneira, foi possível perceber espaços preferenciais e padrões nas grafias dos/as pixadores/as, assim como a efemeridade da prática. Nesse aspecto,

utilizo a etnografia não apenas como uma metodologia ou uma técnica de pesquisa, mas prática e teoria vividas.

As primeiras caminhadas exploratórias foram muito importantes para que eu percebesse os “espaços disputados”, o que auxiliou, *a posteriori*, na construção de um roteiro de perguntas mais qualitativo para as entrevistas. Conhecer de forma antecipada os espaços ou os territórios dos/as entrevistados/as deu mais segurança nas entrevistas e transmitiu aos/às interlocutores/as o entendimento de que a pesquisadora conhecia minimamente o tema discutido. Essa estratégia ajudou na aproximação e construiu uma relação de confiança entre os envolvidos. Este respaldo aparece também nas experiências relatadas por outros autores, principalmente Weller (2005) e Tavares (2012). De forma semelhante, na minha pesquisa de mestrado (FERREIRA, 2016), eu já havia utilizado como técnica essa estratégia de me inserir nos contextos sociais alheios, o que ajudou, consideravelmente, na aproximação com os interlocutores, que, na ocasião, possuíam diferentes marcadores sociais em relação à minha pessoa.

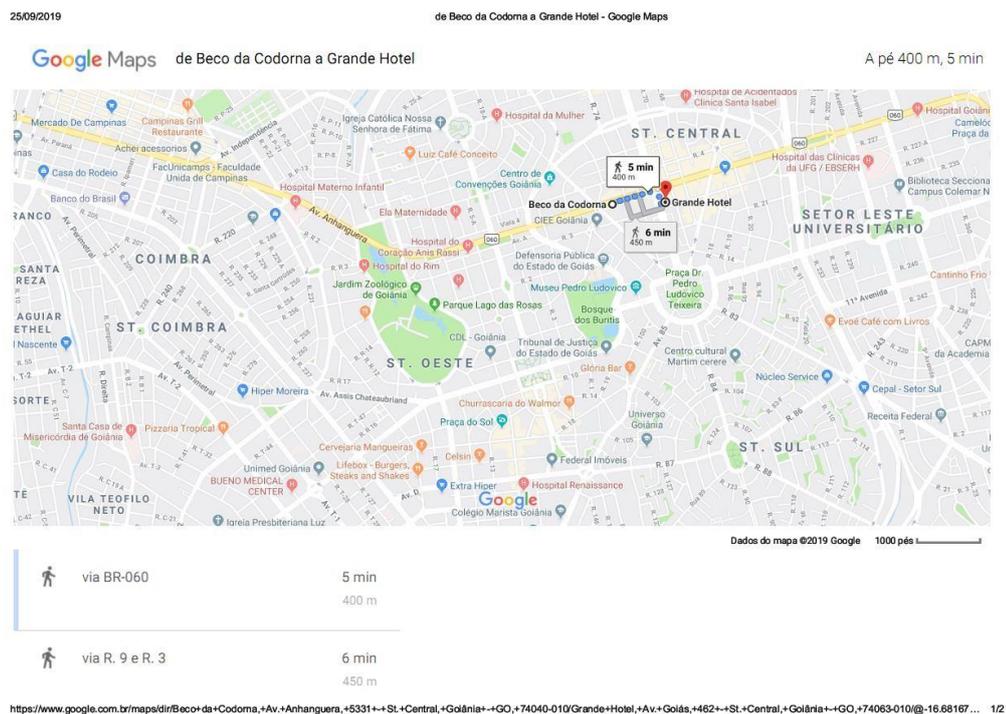
O reaproveitamento da técnica e da metodologia utilizadas na minha própria dissertação corrobora com o que Peirano (1995) defende quando diz que:

Na antropologia a pesquisa depende, entre outras coisas, da biografia do pesquisador, das opções teóricas da disciplina em determinado momento, do contexto histórico mais amplo e, não menos, das imprevisíveis situações que se configuram no dia-a-dia local da pesquisa. (PEIRANO, 1995, p. 22).

Iniciadas as caminhadas que chamo aqui de “exploratórias”, percebi que havia na cidade de Goiânia, naquele momento, dois importantes espaços frequentados pelos jovens em questão: o museu de arte urbana “*beco da codorna*” e o evento do “*chorinho*”¹⁴.

¹⁴ O Museu de Arte Urbana (Beco da Codorna) e o Chorinho, ambos no Setor Centras de Goiânia, foram espaços em que consegui fazer observação etnográfica e estabelecer contato com alguns/mas pixadores/as. Esses espaços serão detalhados no capítulo que trato sobre os espaços ocupados pelos/as pixadores/as.

Figura 1 – Mapa da cidade de Goiânia e os espaços frequentados pelos jovens.



Fonte: Google Maps (2019) – adaptado pela autora (2019).

Ambos os espaços estão localizados no Setor Central da cidade de Goiânia e reúnem pessoas de diversas faixas etárias, de diferentes gêneros, classes e raças. Por outro lado, eventos de *hip hop*, apresentações de batalhas de *RAP*¹⁵ e *slam*¹⁶ ocorridos em outras regiões da cidade também tiveram lugar na observação etnográfica junto aos/às jovens pesquisados/as, conforme irei detalhar no terceiro capítulo, que trata dos espaços possíveis na cidade de Goiânia. Dessa maneira, a partir de informações anotadas no caderno de campo, acumulei um considerável conhecimento sobre as características dos espaços utilizados pelos jovens, delineando diversos perfis de pixadores/as.

Paralelamente, como mencionei, na etnografia, utilizei a técnica conhecida como bola de neve para chegar aos interlocutores. Nessa técnica, parte-se de um primeiro informante e, em seguida, tem-se acesso a um segundo, procedendo, então, por contatos sucessivos. Sendo assim, inicia-se com uma primeira pessoa – que não necessariamente

¹⁵ Batalhas de *RAP* são encontros entre jovens em locais públicos. Esses encontros são marcados pela disputa entre eles com rimas que devem ser sempre continuadas por outros jovens que estão presentes na roda.

¹⁶ O *slam* é uma nova modalidade e tem uma dinâmica parecida com as batalhas, contudo, utilizando poesia.

é grande conhecedora do tema – e, por meio dela, chega-se aos interlocutores que sabem ou conhecem mais do assunto.

Segundo Vinuto (2014), essa técnica possibilita a aproximação do/a pesquisador/a com o tema, mesmo quando a pesquisadora não está familiarizada com os/as interlocutores/as. É por meio dos contatos indicados por pessoas que não necessariamente fazem parte do grupo a ser pesquisado que se chega a interlocutores/as importantes para a pesquisa. Dessa maneira, escolhi esta técnica, primeiramente, porque necessitava de sigilo ao falar com os/as interlocutores/as que atuam de forma restrita, agindo muitas vezes durante a noite, sem poder serem vistos/as.

Nos primeiros meses de campo, não consegui chegar diretamente aos pixadores, então, passei a frequentar locais e eventos em que, possivelmente, haveriam jovens envolvidos com o movimento *hip hop* e movimentos políticos juvenis de Goiânia¹⁷, pois acreditei ser possível, nesses grupos, conhecer pessoas que pudessem dar acesso ao meu verdadeiro público-alvo.

O primeiro contato com jovens da cidade de Goiânia foi na “culturata”, um encontro juvenil ocorrido em 2017, na Praça Universitária. Na ocasião desse evento, que é promovido por jovens secundaristas e universitários, encontrei-me somente com jovens que atuavam com “pichações políticas”¹⁸, porém, esse tipo de pichação não era o foco da pesquisa.

A Praça Universitária é um espaço notável na cidade de Goiânia para o público juvenil. Localizada no Setor Leste Universitário, é rodeada por um *campus* da Universidade Federal de Goiás e quatro *campus* da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Desde 1964, os conflitos entre estudantes e militares ocorrem ali e, historicamente, também as manifestações nacionais, encontros estudantis e partidários e demais eventos políticos da cidade. Sendo assim, o público que frequenta a Praça Universitária é majoritariamente jovem e bastante politizado.

Foi depois de conversar com diversas pessoas que consegui, por meio de um colega do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da UFG, o acesso a um primeiro informante pixador atuante na cidade. Na ocasião, consegui marcar

¹⁷ Exemplos desses movimentos são: Levante Popular da Juventude, grupo de feministas, grupo de feministas negras, gremistas de escolas públicas e centros acadêmicos das universidades UFG e PUC.

¹⁸ Estou chamando de “pichações políticas” aquelas mensagens em escrita convencional e de cunho explicitamente contestatório, como, por exemplo: “Fora Temer”, “Volta Dilma”, “Marconi devolve nosso dinheiro” ou “estamos contra o aumento da tarifa do ônibus”.

uma primeira entrevista e apresentar a pesquisa para o primeiro interlocutor. Esse processo, desde as primeiras conversas com jovens até encontrar um primeiro interlocutor que me permitisse construir meu escopo de estudo levou seis meses, dando-se entre março e setembro de 2017. Devido à pixação ser uma prática proibida e ilegal, especificamente na cidade de Goiânia, muitos dos pixadores já tiveram problemas com a Polícia Militar e/ou com a Polícia Civil e, por isso, alguns deles não quiseram participar da pesquisa ou não assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido, mesmo quando esse meu primeiro interlocutor me apresentava como pesquisadora e informava que eu era de confiança.

A questão *ser de confiança* é relevante para este grupo de jovens. Já no começo das idas a campo, a partir das conversas iniciais para apresentar a pesquisa, tive dificuldades em relação ao aceite em participar das entrevistas por parte dos/as pixadores/as. As principais dificuldades no fato de este grupo agir de noite e também por a pixação ser considerada uma prática ilegal. No caso dos/as entrevistados/as, muitos/as já haviam sido procurados/as e investigados/as pela Polícia Civil ou até mesmo já tinham sido flagrados/as enquanto atuavam e sofreram diversos tipos de violência. De maneira geral, quando não sofreram eles/as próprios/as, os/as jovens entrevistados/as conheciam pessoas que haviam sofrido processo criminal por pixação e isso implicou em bastante resistência na sua participação, mesmo eu explicando que não haveria qualquer identificação nas entrevistas. O que possibilitou minha entrada no campo dentro dessa problemática foi a relação estabelecida com esse meu primeiro interlocutor, pois ele foi muito solícito e, desde o início, acreditou na seriedade da pesquisa e confiou na minha pessoa. Esse interlocutor esteve sempre intermediando os contatos antes mesmo das entrevistas, auxiliando, principalmente, quando havia algum tipo de negativa ou desconfiança. Foi, também, por meio dele que pude ter acesso à minha primeira interlocutora pixadora, a qual se tornou a principal referência dessa pesquisa.

Uma vez em contato com as/os interlocutoras/es “conhecedoras/es do assunto”, iniciei com as entrevistas em profundidade. Nesse momento, eu já possuía uma bagagem considerável de leituras e de pesquisas sobre o tema da pixação, conhecia os espaços ocupados por esse grupo na cidade (por meio da observação etnográfica) e já havia

conversado com alguns interlocutores chave. Portanto, foi possível construir um roteiro de perguntas¹⁹ para realizar as entrevistas em profundidade.

O primeiro contato antes da entrevista era feito por telefone, e, como nunca havia falado com o/a entrevistado/a, era preciso me identificar, primeiramente, como a amiga do primeiro interlocutor de referência, e, depois, percebendo alguma receptividade, apresentar a pesquisa. Inicialmente, apresentava-me como pesquisadora da UFG e informava o nome de quem havia me passado seu telefone de contato. Essa informação era importante porque a indicação de um conhecido passava segurança para quem estava do outro lado da linha, conversando com uma pessoa totalmente desconhecida. Explicava que estava interessada em conversar sobre pixação na cidade de Goiânia para fins de pesquisa. Em a conversa fluindo, eu propunha um encontro já para os dias seguintes e deixava o entrevistado ciente sobre sua participação se dar de forma voluntária. Às vezes a conversa não fluía tão bem, gerando desconfiança, sendo necessária uma explicação mais detalhada sobre mim e sobre a pesquisa.

No dia da entrevista, eu procedia com uma explanação minuciosa sobre a proposta da pesquisa, informava-lhes meus contatos pessoais – celular e *e-mail* – e falava sobre o sigilo dos nomes. Por fim, deixava claro que a pesquisa já havia sido aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFG²⁰, bem como desistir a qualquer momento ou ainda desautorizar a gravação e publicação das informações dadas na entrevista. Dos 20 entrevistados, 2 não autorizaram parte da entrevista e não assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido. Para esses jovens, essa foi uma forma de participar e, ao mesmo tempo, manterem seus nomes em sigilo devido à publicação da pesquisa.

As entrevistas eram orientadas por um roteiro de perguntas, composto de 23 questões, mas, em geral, muitas delas nem chegavam a ser feitas, pois as/os entrevistadas/os acabavam já as respondendo no decorrer de suas narrativas. Essas questões também foram modificadas (mas sem invalidar ou distorcer os trabalhos feitos anteriormente) ao longo da pesquisa, considerando que quanto mais eu conversava com os/as interlocutores/as, mais eles/elas iam aprimorando o meu roteiro e meu repertório de conhecimento. Para completar o roteiro da entrevista, eu levava em torno de cinquenta minutos a uma hora e meia, e em todas elas utilizei o gravador de áudio do meu celular, sendo, posteriormente, transcritas. Ao todo, realizei vinte (20) entrevistas, das quais

¹⁹ Modelos de roteiro disponíveis nos Apêndices A e B.

²⁰ Consta no Apêndice D o modelo do termo de consentimento livre e esclarecido fornecido aos/às entrevistados/as.

dezesesseis (16) com homens e quatro (4) com mulheres, todos/as ligados/as a diferentes galeras (grupos), como especificado no Capítulo 2 da pesquisa, no Quadro 1.

Os encontros com as/os interlocutoras/es ocorreram em lugares escolhidos por elas/es. Fato interessante é que boa parte das entrevistas que fiz, apesar de eu sugerir lugares públicos, como praças, bibliotecas ou centros culturais, ocorreu na casa dos/as próprios/as pixadores/as. Isso foi muito gratificante, pois gerava confiança e predisposição em falar mais abertamente. Se, por um lado, eu passei por dificuldades para convencê-los da minha idoneidade, por outro, também fui muito bem recebida e acolhida por essas pessoas. Fiz entrevistas nos quintais, na sala e no quarto de um bebê. Fui convidada para churrascos e festas, e apresentada para amigos e familiares. E também esperei três interlocutores por horas, os quais marcaram entrevista, mas nunca apareceram.

Segundo Boni e Quaresma (2005), as entrevistas em profundidade se caracterizam por trabalhar perguntas fechadas e abertas, nas quais o interlocutor tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. O pesquisador segue um roteiro de questões previamente definidas, mas não necessariamente precisa seguir à risca o roteiro como em um questionário aplicado em um contexto formal. Usando dessa técnica, eu pude ter bastante flexibilidade no roteiro utilizado, e, muitas vezes, as perguntas seguiram de acordo com a dinâmica posta pela/o entrevistada/o, criando espaço para o acréscimo de novas questões surgidas no momento – e também a exclusão daquelas que não apresentaram relevância para o/a entrevistado/a.

As técnicas de entrevista em profundidade também têm como vantagem a flexibilidade em relação ao tempo, permitindo a possibilidade de prolongar determinados assuntos de acordo com o conhecimento e disposição dos/as interlocutores/as. Além disso, é de se notar que quanto mais havia interação entre entrevistadora e entrevistada/o mais espontâneas eram as respostas. Percebi que quanto maior era a interação com meus/minhas interlocutores/as, mais facilidade obtinha ao tratar de assuntos mais complexos e delicados. Ou seja, quanto menos fechada era a entrevista, maior era o favorecimento de uma troca mais afetiva entre as partes. Sendo assim, esse tipo de entrevista colabora muito na investigação dos aspectos afetivos e valorativos dos/as interlocutores/as, determinando os significados pessoais de suas atitudes e comportamentos. As respostas espontâneas das/os entrevistadas/os e a maior liberdade

que tinham também fizeram surgir questões inesperadas ou sobre pontos que eu nem imaginava de antemão, e que foram de grande utilidade no decorrer da pesquisa.

Após executar entrevistas em profundidade, propus para alguns/umas interlocutores/as formarmos pequenos grupos para que falássemos do tema, utilizando a metodologia do grupo de discussão. Inicialmente, eu convidei os/as interlocutores/as que mais se abriram sobre o tema e se mostraram mais interessados/as na pesquisa, como, por exemplo, os/as que detalhavam mais as técnicas e contavam mais sobre suas memórias, para participar de uma segunda rodada de conversa, explicando que, nessa atividade, a proposta seria do tipo roda de conversa²¹, com a participação de outros/outras pixadores/as. Todos/as que convidei aceitaram e foram bastante proveitosos os resultados obtidos. Realizei três grupos discussão, que contaram com de três a quatro pessoas cada. Na formação desses grupos, organizei um grupo misto, um grupo somente com homens e um somente de mulheres. Os encontros duraram entre uma hora e meia e duas horas, e, muitas vezes, após o término oficial, o grupo seguia conversando e novas informações surgiam. Dessa maneira, fiz muitas anotações no caderno de campo que auxiliaram cada vez mais na elaboração e aperfeiçoamento dos roteiros e até no surgimento de novos temas.

Inicialmente, a metodologia do grupo de discussão foi utilizada pelos integrantes da Escola de Frankfurt, a partir dos anos 1950 do século passado. Entretanto, foi somente no final da década de 1970 que esse procedimento recebeu características teóricas e metodológicas mais precisas, passando de uma técnica para um método (WELLER, 2006). Na década de 1980, tal metodologia começou a ser utilizada por sociólogos, principalmente no campo dos estudos sobre juventude. Segundo Weller (2006), os grupos de discussão contribuíram para a análise de fenômenos típicos dessa fase do desenvolvimento humano. Para esta autora, no grupo, o jovem desenvolverá narrativas sobre, entre outras atividades, as experiências vividas no meio social, as experiências de desintegração e exclusão social, assim como as inseguranças geradas a partir dessas situações. A metodologia também privilegia as interações e admite uma maior inserção de pesquisadores/as no universo dos sujeitos, reduzindo os riscos de interpretações equivocadas sobre o meio pesquisado.

²¹ Utilizei o método de grupo de discussão, mas, em um primeiro momento, para poder explicar e simplificar qual era a proposta da atividade, eu dizia ser um tipo de roda de conversa.

Esse método foi também estudado pelo sociólogo húngaro Karl Mannheim, que afirma que, na Sociologia do Conhecimento, é imprescindível a compreensão das diversas visões do mundo partindo da vivência dos sujeitos investigados. Para tal compreensão, ele se utilizou do método documentário como ferramenta de investigação dos sujeitos quando agindo em grupos, os quais, segundo o autor, constroem expressões indiciais e que servem como elementos de conhecimento conjuntivo, oriundos da estrutura social, guiando o pertencimento social. Sendo assim, seria a partir da interpretação de entrevistas com o grupo, com os seus indivíduos e pela observação que se extrai o sentido da ação e se pode compreender a realidade social (SEVERO, 2017, p.317).

O uso da metodologia de grupo de discussão foi de grande valia nessa pesquisa, pois possibilitou aos entrevistados falarem abertamente sobre o tema em questão na companhia de seus “iguais”, o que deixou os pixadores e as pixadoras menos inibidos/as e mais propensos a conversar.

Pesquisadores como Weller (2005) e Tavares (2012) também utilizaram a metodologia do grupo de discussão em suas pesquisas com jovens brasileiros e apontaram como essa teoria e prática de abordagem sociológica pode ser vista como um instrumento que permite a inserção do/a pesquisador/a nos contextos sociais alheios, a compreensão e conceituação das diversas visões de mundo ou orientações coletivas de um grupo, assim como as suas ações e formas de representação.

Os grupos de discussão possibilitaram acesso a um grupo seletivo de entrevistados/as e permitiram reconstruir, a partir das falas dos/as jovens, seus diferentes marcadores sociais e características comuns, assim como suas representações de gênero, classe e de pertencimento étnico e geracional. No limite, esse método me permitiu alcançar os relatos sobre experiências coletivas e individuais, assim como características sociais do grupo em questão. Assim, como método de pesquisa, os grupos de discussão constituíram uma ferramenta importante para a reconstrução dos contextos sociais e dos modelos que orientam as ações desses diferentes sujeitos (WELLER, 2006).

Para a execução desta metodologia, eu utilizei um segundo roteiro²² de perguntas. Na verdade, era um roteiro de tópicos importantes sobre questões que eu consegui elaborar a partir das entrevistas individuais. A proposta era utilizar os grupos de discussão

²² Segue modelo de roteiro no Apêndice B.

para aprofundar ainda mais as respostas que os/as jovens formularam, principalmente as que continham divergências ou contradições. Uma questão polêmica nas entrevistas individuais e muito útil no grupo de discussão foi sobre se para eles/elas a pixação era arte. E, se considerada arte, se ela deveria estar nas galerias, museus ou nas ruas. Ao final do grupo de discussão, os/as entrevistados/as se mostravam bem interessados/as na pesquisa, pois percebiam que ali surgiam muitas questões que eles próprios não haviam pensado anteriormente.

Outro fato relevante e que foi comum acontecer nos grupos foi as/os jovens explicarem de forma mais detalhada os acontecimentos que anteriormente foram narrados individualmente e com pouco aprofundamento explicativo, mas, quando estavam em grupo, estabeleceram uma fala coletiva mais detalhada e interessada.

Os locais onde foram realizados os grupos de discussão, assim como as ocorrências do entorno em questão, serviram como observação de campo, contribuindo assim para o diálogo entre as metodologias escolhidas para a pesquisa. Essas informações constam no caderno de campo e serão compartilhadas ao longo desta tese.

Ao final do trabalho com os grupos de discussão, no ano de 2018, tive a oportunidade de participar do projeto de extensão *Entre os muros da escola*, conforme mencionado anteriormente, coordenado pelo professor Dijaci David de Oliveira, meu orientador, e pelo professor Flávio Munhoz Sofiati, ambos docentes da Faculdade de Ciências Sociais (FCS) e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal de Goiás (UFG), em uma parceria com a Secretaria de Educação do Município de Goiânia. O projeto teve como propósito criar laços e estabelecer diálogos entre: crianças, professores/as, comunidade, jovens artistas urbanos, gestores públicos e transeuntes da cidade de Goiânia. O objetivo foi estimular discussões e atividades que apresentassem o grafite e outras artes urbanas como possibilidade de acesso e vivência na cidade. Para tanto, o projeto realizou rodas de conversa, oficinas de grafite e intervenções artísticas que resultaram em um painel grafitado no muro de uma escola pública. O projeto de extensão executou um trabalho de investigação sobre a arte urbana como forma de conexão com a cidade e, ao mesmo tempo, propiciou uma aproximação entre transeuntes, pesquisadores, crianças e jovens.

O projeto também problematizou a recuperação, o cuidado e o uso do espaço público, compreendendo que, por meio das práticas artísticas e culturais, podem ser produzidas formas e maneiras outras de sociabilidade e de habitar o espaço urbano,

implicadas em uma reflexão acerca do comum. Essas questões serviram de material para pensar o urbano e as formas de vivenciar a cidade de Goiânia.

Concluída esta etapa da pesquisa, comecei a trabalhar com a convergência entre minha observação e minhas impressões acerca a cidade, as primeiras entrevistas e a inserção no campo dos/as jovens. Com isso a pesquisa avançou para um primeiro “diagnóstico” sobre a pixação na cidade de Goiânia.

O uso de metodologias mistas dentro do escopo da abordagem qualitativa, apresentam diferentes técnicas ou procedimentos de campo que auxiliam ampliar os resultados da pesquisa ou uma forma de chegar aos sujeitos com múltiplas estratégias e isso possibilitou uma interação e um diálogo fluído em todo o processo de feitura da pesquisa. Isso não significa que não enfrentei problemas, conforme irei relatar mais adiante no texto.

Outra questão relevante na metodologia da pesquisa é que, para compreender o que os/as entrevistados/as estavam falando em relação à ação de pixar, foi preciso aprender a interpretar as grafias da pixação. Em cada Estado ou cidade, a pixação apresenta características distintas e que um olhar despercebido vai entender como: “tudo é um mesmo rabisco” – mas não é!

Da minha parte, foi necessário aprender e decifrar cada letra do alfabeto da pixação goianiense. Esse aprendizado demonstrava interesse pela prática da pixação e isso foi colocado logo no início da pesquisa, quando contatei os/as primeiros/as interlocutores/as. Para eles/elas, eu só entenderia a pixação se soubesse minimamente o que estava escrito nos muros, além de diferenciar as galeras e os/as pixadores/as individualmente.

Obtive acesso ao caderno de um dos entrevistados com exemplos de letras do alfabeto²³. Segundo ele, esse alfabeto é passado aos iniciantes com o propósito de aprendizado da grafia entendida como básica. Depois de aprendê-lo, o/a pixador/a passa a fazer sua grafia pessoal. Para a pesquisadora, o processo de aprendizado deste novo alfabeto consistiu em caminhar pela cidade e tirar fotos de diversas pixações. Feito isso, eu enviava a foto por celular para alguns dos interlocutores informando o que eu tinha conseguido decifrar e eles respondiam se eu havia decifrado corretamente ou não. Algumas vezes, percebia diferenças na grafia de forma a ficar incompreensível, e depois descobria que se tratava de pixadores/as de Brasília ou outro Estado e que, por isso, era

²³ Ver Figura 21.

diferente daquela que eu estava aprendendo a ler. Inicialmente, eu já tinha um pouco de entendimento da grafia utilizada na pixação paulistana. Expliquei para eles/as que tinha alguns/as conhecidos/as pixadores, inclusive citava nomes reconhecidos nacionalmente entre os/as pixadores/as e, por isso, entendia um pouco sobre a grafia da pixação com referência na cidade de São Paulo: o “tag reto”, mas que precisaria entender a grafia goiana, o que foi uma segunda alfabetização na pixação. Esse aprendizado levou quase um ano e ainda hoje leio com muita dificuldade algumas pixações.

Na sequência, analisei densamente as anotações do caderno de campo e as entrevistas com os/as jovens, para que, dessa maneira, fosse possível compreender o sentido dado por eles/elas sobre as práticas da pixação. Sendo assim, as anotações apontaram impressões acerca do modo de vida dos jovens, a criminalização, as percepções sobre a cidade e o entendimento sobre os espaços ocupados. Surgiam aí as interpretações e os sentidos dados por esses/essas jovens sobre suas grafias na cidade.

Desde o início da pesquisa, planejei saídas a campo junto com os/as jovens pixadores/as. Foi possível realizar apenas uma saída, e nela acompanhei um interlocutor, conforme descrevo detalhadamente no Capítulo 3. De início, planejei três saídas, entretanto, devido à pandemia de COVID-19, iniciada no primeiro semestre de 2020, precisei suspender as demais saídas.

A incursão na cidade acompanhada por um interlocutor foi valiosa para uma percepção aprofundada sobre a prática desses jovens. O entendimento sobre como agem, suas técnicas, seus saberes e a *expertise* de como chegar ao local sem fazer alarde, atuar rapidamente e partir deixando sua obra sem ser percebida na ação é digno de análise. Após essa entrada em campo, percebi de forma mais precisa o uso do corpo e o uso da grafia para a ocupação de um espaço na cidade, e também ficou evidente a adrenalina e o risco eminente relacionado à ação dos/as jovens.

Na última etapa, a junção de observação, inserção no campo e entrevistas possibilitou um refinamento em relação à primeira hipótese e às perguntas norteadoras da pesquisa.

As estratégias e a lógica de visibilidade requerida por estes jovens foram interpretadas em conjunto e, dessa maneira, a partir do olhar da pesquisadora e de pesquisados, pude explorar formas de acesso à cidade e a criminalidade imputada a esses jovens.

2. GOIÂNIA, CIDADE OCUPADA E JUVENTUDE À REVELIA

A primeira parte desta pesquisa é dedicada à cidade de Goiânia e suas peculiaridades. Abro o primeiro capítulo apontando minha base teórica sobre a definição de cidade e urbano, e descrevo de forma breve as referências que darão suporte ao debate acadêmico sobre o tema. Isto posto, discorro sobre como ocorreu a criação da cidade lócus da pesquisa.

O Estado de Goiás fora habitado, inicialmente, por diversos grupos indígenas: Caiapós, Xavantes e Javaés são alguns exemplos. Nos idos de 1700, recebeu imigrantes europeus e deu início a uma nova população para povoamento (SANDES; ARRAES, 2013). Porém, a cidade de Goiânia foi fundada apenas em 1933, em um contexto político de disputas territoriais, tanto é que ela surge sob encomenda para a mudança da capital do Estado de Goiás. Não obstante, ela cresce demograficamente e economicamente em meados da década de 1950, com a ideia de Brasil moderno e desenvolvimentista propagada no governo de Juscelino Kubitschek.

Foi, principalmente, a partir da década de 60 que Goiânia estabeleceu uma relação importante com a nova capital do Distrito Federal, Brasília. Não apenas pela proximidade das cidades, mas também por ambas passarem por um processo semelhante, salvo as proporções, de receberem imigrantes de todo o país e se desenvolverem numa perspectiva de trazer a ideia de moderno para as outras capitais brasileiras. A proximidade física apresenta convergências nas narrativas das/os entrevistadas/os, o que merece um estudo aprofundado (PEREIRA, 2013).

No decorrer da década de 1980, a cidade de Goiânia passa por muitas transformações e perde, principalmente, seu reconhecimento de cidade moderna e “verde”, título conquistado desde o seu planejamento, devido ao lastimável acidente com o césio-137, ocorrido em 1987 (FREITAS, 2014). Esse foi um momento desolador para a cidade e seus moradores. Justamente nesse período, testemunha-se o surgimento das intervenções urbanas, como, por exemplo, o grafite e a pixação.

Tendo isso em consideração, trabalho com os conceitos de território e territorialidades (HAESBAERT, 2004; MASSEY, 2004) para entender como as/os pixadoras/es se identificam com a cidade de Brasília. Por último, relato como os/as interlocutores/as se relacionam com espaços da própria cidade de Goiânia, como, por

exemplo, o Chorinho e o Beco da Codorna, ambos locais que, segundo eles/as, são possíveis de se ocupar, até certo ponto, sem intervenções policiais.

Ao final, trato detalhadamente do perfil dos/as jovens que entrevistei. Foram 20 no total, 16 homens e 4 mulheres. Além das entrevistas, realização 3 grupos de discussão. Um primeiro com mulheres, um segundo com homens e um terceiro misto. Nessas entrevistas e nos encontros em grupos, as/os jovens falaram abertamente sobre a pixação, relataram qual era o sentido de tal prática e os riscos que corriam por ser considerada um crime a pixação. Além das explicações do “fazer”, da técnica e do risco que corriam, também discutiram sobre suas vidas, suas expectativas, suas insatisfações, seus sonhos, assim como sua maneira de ver e vivenciar a cidade de Goiânia.

Traço um perfil para apontar características pouco perceptíveis desses indivíduos em suas realidades cotidianas, e, com isso, talvez seja possível expor ao/à leitor/a uma espécie de lente de aumento a revelar nesses corpos, vistos comumente apenas como transgressores/as, indivíduos que tentam existir na cidade e resistir à criminalidade imposta aos seus corpos.

2.1 Revisitando o conceito de cidade

Essa tese pensa a cidade a partir do conceito de urbano. Diversos autores reconhecem o “urbano” como lugar de produção e consumo de mercadorias e também de um aglomerado de pessoas que gera a cada dia diferentes formas de socializações, o que, conseqüentemente, reflete em outros tipos de tensões e conflitos.

Tendo a cidade como ponto de partida epistemológico, é possível compreender as diversas experiências que se constroem nesse espaço. Como assinalado por Harvey (2014), inspirado por Lefebvre, nós moldamos a cidade, assim como ela nos molda. A cidade não é um lugar estático, ao contrário, ela é um organismo dinâmico que reconstrói os valores da sociedade constantemente.

No entanto, é importante refletir sobre quem pode usufruir da cidade. Lefebvre (2001) afirma que, para se alcançar o direito pleno à vida nas cidades (das condições materiais às imateriais), é preciso revolucionar o modo de produção capitalista, responsável por produzir o espaço urbano, no qual se veem refletidas as determinações da lógica da reprodução ampliada do capital. O autor tem como ponto de partida da análise o processo de industrialização e os impactos deste na vida dos indivíduos, afirmando que as concentrações urbanas acompanharam o acúmulo de capitais no sentido proposto por Karl Marx. Foi a partir da ideia de “acúmulo” que a indústria produziu seus próprios centros urbanos modificando as relações sociais com e no espaço (LEFEBVRE, 2001, p. 15).

A formação econômico-social de uma dada sociedade informa de maneira particular sua organização em determinado espaço. Dessa forma, podemos entender o processo de produção e reprodução de algumas de nossas cidades. Para o autor, a cidade é trabalho materializado e as formas da cidade revelam a sociedade que a produziu. A cidade é condição, meio e produto das sociedades, lugar de realização da vida humana e extensão do próprio corpo humano, já que o indivíduo usa e vive a cidade por meio de seu instrumento *prior*, o corpo, com suas sensações, ações, reações, emoções e contingências.

Assim, o uso da cidade pelas sociedades fez da cidade um produto de obras humanas. Nesse aspecto, a cidade deve fazer sentido para aquele que ela habita, e, sobre isso, David Harvey (2004) comenta:

Somente quando se entender que os que constroem e mantêm a vida urbana têm uma exigência fundamental sobre o que eles produziram e que uma delas é o direito inalienável de criar uma cidade mais em conformidade com seus verdadeiros desejos, chegaremos a uma política do urbano que venha a fazer sentido. (HARVEY, 2014, p. 21).

Aqui, o pensamento de Harvey (2014) pode dialogar com as ações dos/das pixadores/as. Pois, para eles/elas, a cidade é cheia de sentidos. E esses sentidos serão explicitados nas suas inscrições. Será nelas que a cidade será construída e vivida cotidianamente, como explicarei nos capítulos subsequentes.

David Harvey (2014) ressalta o quanto o capitalismo precisa do modelo urbano para absorver seu excedente de produção e como a cidade se torna economicamente lucrativa para um pequeno grupo e inviável para o restante, assim, viabilizando a concentração de capital nas mãos daqueles que detêm maior poder, segregando os que não terão acesso ao capital. Segundo o autor, as classes abastadas e o capital financeiro se estabelecem nos lugares centrais, usufruem das melhores formas de mobilidade e moradia e não se expõem às violências e aos sentimentos de medo e vulnerabilidade – destinando essa exposição àqueles que já são vulneráveis.

É importante perceber que ambos os autores mencionados, Harvey e Lefebvre, apontam para a cidade enquanto valor-de-uso, que, apropriada pelos indivíduos para a garantia de sua subsistência, torna-se, sobretudo, valor-de-troca. Suas funções se distribuem, portanto, segundo possibilidades de reprodução e acumulação de mercadoria e de riquezas. A ideia central neste cenário é a da sociedade que tudo consome e transforma em mercadoria, não sendo diferente no que diz respeito à apropriação do espaço. Lefebvre (2001) relaciona isso com uma ideia de “miséria urbana”, em um sentido não somente material. Para o autor, a “miséria” está atrelada à alienação do acesso à cidade no seu sentido pleno. Contudo, como podemos aproximar essas análises da nossa realidade? Nesse aspecto, concordando com esses autores, para pensarmos a nossa forma de urbanização e os processos que possibilitaram o surgimento das cidades e que seguem até os dias atuais, Ermínia Maricato (2000) aponta que:

As reformas urbanas, realizadas em diversas cidades brasileiras entre o final do século XIX e início do século XX, lançaram as bases de um urbanismo moderno “à moda” da periferia. Eram feitas obras de saneamento básico e embelezamento paisagístico, implantavam-se as bases legais para um mercado imobiliário de corte capitalista, ao mesmo tempo em que a população excluída desse processo era expulsa

para os morros e as franjas da cidade. Manaus, Belém, Porto Alegre, Curitiba, Santos, Recife, São Paulo e especialmente o Rio de Janeiro são cidades que passaram, nesse período, por mudanças que conjugaram saneamento ambiental, embelezamento e segregação territorial. (MARICATO, 2000, p. 22).

A autora problematiza, historicamente, as debilidades no planejamento e no urbanismo das principais cidades do país, demonstrando, assim, como foram produzidas favelas e moradias precárias. Dessa maneira, é importante refletirmos sobre os estudos urbanos, principalmente na atualidade, uma vez que, no modo de produção capitalista, dois agentes se colocam como os principais produtores ou influenciadores das decisões que produzem dinâmicas oportunizadoras de transformações espaciais: o Estado e os agentes econômicos privados. David Harvey (2014) reforça essa perspectiva de modo mais universal, chamando atenção para o direito à cidade e para o quanto este está condicionado aos moldes dos grupos elitizados:

O direito à cidade como hoje existe, como se constitui atualmente, encontra-se muito mais estreitamente confinado, na maior parte dos casos, nas mãos de uma pequena elite política e econômica com condições de moldar a cidade cada vez mais segundo suas necessidades particulares e seus mais profundos desejos. (HARVEY, 2014, p. 63).

No Brasil, as elites também moldaram diversas cidades a partir de seus interesses, isso se deu historicamente e segue nos dias atuais com as mais variadas nomenclaturas, como a de “revitalização” ou as chamadas “intervenções urbanas”. As “intervenções urbanas” – dos mais variados tipos – podem ser uma tentativa de escapar dessa lógica de cidades moldadas a partir das necessidades de uma única classe específica, contudo, a cidade acaba sendo palco de outras classes com outros “gostos”, o que dá à cidade a oportunidade de ter outros cenários e também muitos conflitos.

No que concerne aos estudos críticos sobre cidade e urbanismo, Mike Davis (2009), no livro intitulado *Cidade de quartzo*, faz uma análise crítica da reestruturação socioespacial da metrópole como parte do processo de globalização do capitalismo e das transformações locais. O autor nos instiga a pensar a escalada urbana ocorrida em Los Angeles, EUA, nas últimas décadas, quando os governantes desta cidade passam a dar ênfase ao tema da segurança urbana. Segundo ele, nesse cenário, é possível perceber o exercício da violência governamental com o intuito de manter uma segurança onipresente, e que pouco tinha a ver com uma violência das ruas. O referido autor

descreve a vulnerabilidade de uma cidade onde a vida social resulta da articulação entre a pobreza urbana, formas de vida extremamente segregadas e os “eficientes” métodos desenvolvidos pelo departamento de polícia para manter drasticamente separados os diferentes universos sociais, sempre beirando o conflito.²⁴

Não obstante, Mike Davis (2009, p. 366-367) toma como exemplo a prática da pixação, considerada por ele uma cultura de rua, e como esta era utilizada pela polícia para propagar violência contra as gangues existentes. A hipótese do autor nos ajuda a refletir sobre a atuação da Polícia Militar na cidade de Goiânia quando a mesma alimenta a ideia de que todos/as os/as pixadores/as estão relacionados ao crime e ao tráfico, conforme discuto no Capítulo 4.

É importante ainda somar a todas essas questões levantadas o debate da autora Teresa Caldeira (2011) acerca do surgimento dos “enclaves fortificados” nas cidades. Segundo ela, os ditos “enclaves” podem ser vistos na arquitetura das cidades, nos espaços privados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer ou trabalho que, sobretudo em função do medo da violência, privatizam-se, fecham-se ou se blindam, cada vez mais, para a proteção das classes média e alta, enquanto a esfera pública das ruas se destinaria aos pobres. Na mesma perspectiva, Davis (2009) descreve essa nova forma de ver e construir as cidades a partir da contribuição de grandes arquitetos. Segundo ele, trata-se, pois, da “destruição do espaço público”, cujo esforço criativo está basicamente voltado para a produção de formas fechadas de “vida urbana”.

Por tanto, e para revisitar o conceito de cidade, o que nos interessa aqui é a ideia central dos autores citados acima (CALDEIRA, 1997, 2000; DAVIS, 2009) quando afirmam que os maiores problemas urbanos presentes nas grandes cidades e metrópoles do mundo hoje não são, de maneira alguma, o resultado de erros ou de enganos contidos em planos urbanos/diretores, mas são, na verdade, uma estratégia socioespacial fortemente dirigida às cidades de destaque no cenário global do denominado capitalismo tardio. Ou seja, as grandes cidades são planejadas para se controlarem as “diferenças”, criando, assim, uma ideia de cidade perfeita sem conflitos e sem contradições.

A ideia de cidade perfeita e sem conflitos já estava prevista na perspectiva modernista da qual nasce a cidade de Goiânia, conforme explicarei a seguir.

²⁴ De forma semelhante, a cidade de Nova York passa por esse mesmo processo em relação à segurança pública, inclusive tendo implementado projetos de lei contra a pixação como prioridade no decorrer das décadas de 1980 e 1990. O documentário *Wild Style*, do diretor Charlie Aheam, mostra, a partir de notícias midiáticas, todo o esforço da polícia nova-iorquina no combate à prática da pixação e sua falácia.

As estratégias socioespaciais atingem cidades com diferentes tamanhos e dimensões, como o caso de Goiânia²⁵, e não somente isso. Tais cidades podem absorver características de um urbanismo específico a partir de estratégias pensadas desde uma lógica da segurança. O principal autor dessa perspectiva é Graham (2009), que trata da transformação do urbanismo no urbanismo militar. Segundo ele, na forma de organizar as cidades, serão utilizadas técnicas militares de rastreamento e triagem de pessoas e de espaços da vida cotidiana. Essas técnicas intentariam verdadeiras “guerras” citadinas, já que operam para colocar os chamados terroristas ou insurgentes sob o controle da segurança de alta tecnologia, assim como, as forças militares e de inteligência de Estados-nações o fazem com ameaças internacionais. Para o autor:

A guerra, como todo o resto, está sendo urbanizada. As grandes disputas geopolíticas de mudança cultural, conflito étnico e mistura social diaspórica de reorganização e liberalização econômica; de militarização, informatização e exploração de recursos; de mudança ecológica – estão, e em um grau cada vez maior, se reduzindo a conflitos violentos nos espaços estratégicos da nossa era: as cidades contemporâneas. As lutas geopolíticas do mundo se articulam cada vez mais em volta de conflitos violentos sobre espaços urbanos estratégicos, e, em muitas sociedades, a violência em torno dessa guerra civil e cívica molda a vida urbana cotidiana. (GRAHAM, 2016, p. 64).

Dialogando com Graham (2016), é possível pensar sobre como atua a Polícia Militar em Goiânia em relação aos jovens e pixadores/as e também sobre a forma como a pixação foi combatida a partir da legislação e, conseqüentemente, tornou-se uma prática criminosa. São nas ações violentas contra a juventude em questão que o Estado tem se mostrado mais preocupado com a segurança pública e demonstra, assim, características militarizadas no meio urbano.

Considerando as dimensões de certas metrópoles (como Los Angeles, Londres e São Paulo), a partir dos autores citados, podemos refletir sobre a ideia de planejar uma cidade com princípios baseados na segurança urbana militarizada e, alternativamente, na perspectiva de um planejamento para uma maior diversidade de pessoas coabitando um mesmo espaço. Inclusive, no quesito de como uma cidade se torna violenta e passa a ter

²⁵ Goiânia está em 10º lugar entre as capitais brasileiras no quesito tamanho da população urbana, segundo o IBGE, são 1.536.096 habitantes em todo o Estado.

o seu planejamento urbano com o principal foco em policiamento, a socióloga Dalva Borges Souza (2006) fornece suporte para pensar Goiânia. Tratarei desse tema mais adiante.

Os/as autores/as apresentados/as aqui elucidam para o/a leitor/a o debate de noções de cidade e de urbanidade. Obviamente, os trabalhos que tratam dos problemas urbanos em esferas internacionais não alcançam a idiossincrasia da cidade de Goiânia. E, embora autoras brasileiras (MARICATO, 2000; CALDEIRA, 1997; SOUZA, 2006) se aproximem da realidade das nossas cidades e também nos apontem um norte a ser seguido, não trazem nenhum tipo de resposta à questão aqui colocada, pois a reflexão sobre os problemas urbanos ou de como pensar a cidade em sua dinâmica na perspectiva dos/as pichadores/as é posta a partir dos/as interlocutores/as da pesquisa.

2.2 Como surge uma cidade: notas sobre Goiânia

Goiânia é a capital do Estado de Goiás, Estado localizado na Região Centro-Oeste do Brasil. Esse território teve inicialmente a presença de diversos grupos indígenas: Goya, Krixá, Kayapó, Xavante, Araés, Canoeiro, Apinajé, Capepuxi, Xerente, Karajá, Akroá, Xacriabá, Avá Canoeiro, Tapuias e Karajá. Esses três últimos grupos estão presentes no território até os dias atuais (SANDES; ARRAES, 2013). A história de Goiás narrada por historiadores/as, em grande parte, apresenta memórias e acontecimentos a partir do século VXIII, ou seja, desde as invasões dos bandeirantes originários do Sudeste, que atuaram com o intuito de escravizar indígenas e destruírem quilombos em busca de obter mais mão de obra escrava e aumentar territórios no interior do Brasil, bem como de encontrar ouro. Desse modo, o surgimento do Estado de Goiás esteve atrelado a questões políticas, econômicas e sociais condizentes com a conjuntura da exploração colonial portuguesa. Segundo Souza (2006):

Às incursões no território Goiano deveram-se em primeiro lugar à caça de índios empreendida por paulistas no século XVIII à margem da economia de exploração colonial, os paulistas encontravam na mão de obra escrava indígena um sucedâneo para a cara aquisição de escravos africanos. Na aventura da busca de índios descobriu-se ouro. (SOUZA, 2006, p. 46).

Com as descobertas das minas, inicia-se a extração do ouro com o apoio do sistema colonial, organiza-se a produção com base no trabalho escravo e tudo de violento que nele está contido. Com o declínio da extração do ouro, em meados do século XIX, por todo o território brasileiro, inicia-se no Estado a economia pecuarista extensiva e a agricultura de subsistência.

Nas atividades de economia pecuarista e agrícola, é percebida a falta de mão de obra, devido ao Estado de Goiás apresentar uma baixa densidade populacional assentada no decorrer do século XX. Entretanto, mesmo com a escassez de mão de obra, registros históricos da época apontam uma significativa parcela da população que se encontrava desocupada e em constante deslocamento. Souza (2006, p. 60) aponta uma complexidade nesses deslocamentos. Segundo a autora, esta era uma população vista como “desocupada”, os chamados “errantes”, em sua maioria homens, sem família, que vagavam de fazenda em fazenda em busca de remunerações melhores. Assim, os deslocamentos dessas pessoas eram constantes e impediam a formação de vínculos afetivos e territoriais.

É importante pensarmos essa característica de população desocupada e que se deslocava com frequência para analisarmos a questão dos jovens pixadores, pois essa é uma característica marcante da população citadina atualmente. Os jovens são entendidos, aos olhos da população e dos órgãos de segurança pública local, como indivíduos “errantes” e desocupados. Corpos inúteis. Isso ficará mais compreensível adiante.

Em 1912, com a chegada da primeira estrada de ferro no Estado, surge a possibilidade de mais transporte para mercadorias agrícolas produzidas no Estado e de seu escoamento para outros Estados do Brasil, o que trouxe, assim, investimentos econômicos para Goiás.

Na década de 30, em consonância com a política desenvolvimentista de Getúlio Vargas, a região foi escolhida para fazer parte do grande programa denominado *Marcha para o Oeste*. Paralelamente, o Governo Federal incentiva o processo migratório para a região, embora Goiás já vivesse esse processo muito antes do incentivo governamental (SILVA; MANCINI, 2007).

Até o período mencionado, a capital do Estado de Goiás era a cidade de mesmo nome, Goiás. Foi somente em 1933 que se concretizou oficialmente a mudança da antiga capital para a cidade que hoje chamamos de Goiânia. A mudança da capital foi marcada

por resistências e muito jogo político por parte de Pedro Ludovico²⁶, aliado do então presidente Getúlio Vargas. No entanto, foi em 1942 que a nova capital aparece com grande visibilidade no cenário nacional (COELHO, 2002).

A nova capital do Estado de Goiás deveria representar o “novo” e o “moderno” para se afirmar como sede do Governo e, finalmente, trazer o “progresso” para Goiás. Ela significava, para o plano político do Estado, um símbolo de ascensão ao poder. Foi planejada para ser uma capital com população inicialmente estimada em cinquenta mil habitantes, mas a ideia de cidade moderna trouxe um aumento populacional não planejado. Seu plano urbanístico foi desenhado de forma a exprimir influências de traçados de cidades modernas como Versalhes, Karlsruhe e Washington. Seu desenho arquitetônico, segundo os populares, também pode ser entendido a partir da inspiração do manto de Nossa Senhora se visto de cima, entretanto, esse não é uma versão que tem sustentação documental, exprimindo, assim, um imaginário cristão-católico da população local (COELHO, 2002). O Governo de Getúlio Vargas, que tinha o lema “progresso e modernidade”, foi responsável pela disseminação do estilo arquitetônico conhecido como *Art Decó*, que, na mesma época, ficou bastante conhecido no Brasil. “Era o Art Déco que melhor representava o ‘desenvolvimento’ proposto por Vargas e o ‘progresso’ que igualaria o Brasil ao mundo civilizado da Europa e dos Estados Unidos” (COELHO, 2002, p. 107).

As autoras Silva e Mancini (2007) comparam a antiga capital Goiás com Goiânia e afirmam que se em Goiânia o estilo *Art Déco* representava o poder do Estado, na antiga capital, os casarões lembravam o período colonial e remetiam às velhas oligarquias. Assim, a nova capital representava o “novo” e o “moderno” e se afirmava como sede do governo para trazer o “progresso”. Desse modo, a construção da identidade da cidade representou a legitimação de novas relações de poder.

Contudo, foi durante a construção da cidade de Brasília, já no governo de Juscelino Kubitschek, entre 1956 e 1960, que Goiânia passa a ter um maior crescimento demográfico e geográfico. No ano de 1960, Goiânia se tornou sede das principais universidades: Universidade Federal de Goiás e a atual Pontifícia Universidade Católica, fazendo do local um importante espaço intelectual localizado no centro do Brasil.

²⁶ Pedro Ludovico Teixeira foi um político, interventor e governador de Goiás, formado em medicina no Rio de Janeiro.

Das décadas de 1970 até meados de 1980, o Estado de Goiás, assim como ocorreu em todo território nacional, esteve marcado por violentas e acentuadas disputas de terras, conflitos agrários e lutas camponesas que perpetuam até os dias atuais (MENDONÇA; THOMAZ, 2004).

Segundo Mendonça e Thomaz (2004), a “ocupação racional e indiscriminada das áreas de Cerrado reforçou o poder político e econômico das elites conservadoras” estimuladas pela reestruturação produtiva do capital mundializado. Para os autores, o ápice desse processo é o capital financeiro e hegemônico a partir dos anos 1970. Nesse aspecto, o discurso do progresso e da adoção das inovações tecnológicas leva a um processo que territorializa o Estado de Goiás, substituindo áreas de pecuária extensiva e de agricultura camponesa em criatórios por campos de agricultura moderna, expulsando milhares de camponeses, obrigados a se deslocarem para as periferias urbanas e/ou áreas de expansão da fronteira agrícola (MENDONÇA; THOMAZ, 2004, p. 99).

No final da década de 1980, Goiânia ganha atenção nacional e internacional devido ao acidente radioativo que ficou conhecido como “acidente radiológico do césio-137”, o maior acidente deste tipo ocorrido no Brasil. Esse episódio, a partir das mídias, levou a uma visão negativa do Estado e, principalmente, da sua capital, Goiânia, onde o acidente aconteceu. De acordo com Freitas (2014):

Essa visão negativa de Goiás que reverberava pelo Brasil acabou por colocar a população do estado em situações desagradáveis, como também reforçou o sentimento de inferioridade, angústia, pânico e medo na sociedade goiana. Tudo isso contribuía para agravar a imagem do estado no restante do país. Até mesmo no âmbito econômico o estado foi afetado, pois produtos goianos passaram a ser rejeitados em todo o território nacional. (FREITAS, 2014, p. 39).

O acidente radiológico do césio-137 desconstruiu toda a ideia de uma Goiânia moderna e civilizada, isso porque, ainda no início, as pessoas não entendiam o que estava acontecendo e isso propagou muitas informações erradas e pânico geral sobre a capital e sobre as pessoas que ali moravam. Segundo Oliveira (2006 *apud* FREITAS, 2014, p. 40):

O acidente radiológico trouxe obscuridade e isolamento. Obscuridade, pois girava um mistério em torno do acontecido, ou seja, havia pouca informação sobre o assunto. E isolamento, porque, com o acidente, as pessoas que eram de Goiás foram privadas de conviver com pessoas de outros estados. A imagem tão desejada da eficiência e progresso que

havia sido depositada em Goiânia desde sua construção na década de 1930 havia caído por terra.

Esse foi um trágico acontecimento para a cidade de Goiânia e conseqüentemente para seus moradores. Foram décadas para a população superar esse ocorrido. Por outro lado, na contramão dessa sensação de baixa estima e estigmatização, surgiram alternativas para tratar do assunto de forma mais leve a partir de iniciativas de diversos artistas urbanos. Um deles foi o “Pincel Atômico”, uma dupla constituída pelos artistas Edney Antunes e Nonatto Coelho, que faziam grafites satirizando questões polêmicas da época²⁷, e entre elas o acidente do césio-137. Uma de suas principais expressões era o desenho de uma barata em prédios públicos, com a intenção de refletir jogar com a população a partir da ideia de sobrevivência ou da resistência desse inseto ao acidente radioativo. Por outro lado, em conversa com o artista Nonatto Coelho,²⁸ o mesmo comentou que, após o acidente do césio-137, ele teve trabalhos artísticos devolvidos e exposições canceladas no Rio de Janeiro e em São Paulo, justificados pela possibilidade de contaminação.

Contudo, a participação desses artistas urbanos é um acontecimento emblemático nesse contexto catastrófico, pois insere a questão das primeiras e principais intervenções artísticas em meio público na cidade de Goiânia. Embora, essa pesquisa não trate do grafite, é importante notar que essa técnica utiliza do mesmo instrumento básico da pixação, o *spray*, assim como, está inserida em ruas, becos, muros e espaços semelhantes. Foi nesse momento que o grafite ganhou espaço notório na cidade de Goiânia e ficou reconhecido nacional e internacionalmente.

O terreno onde aconteceu o acidente do césio-137 nunca mais foi utilizado ou vendido e ficou abandonado por décadas. Existe ainda hoje uma discussão sobre a utilização do terreno e, recentemente, foi apresentado à Secretaria de Estado de Cultura um projeto para que naquele espaço seja construído um memorial sobre o ocorrido²⁹.

²⁷ O artista plástico Ednei Antunes, em meados da década de 1980, ficou conhecido internacionalmente por tratar da questão do HIV nos muros da cidade.

²⁸ Foi possível conversar com o artista Nonato Coelho sobre sua obra a partir da oficina: Projeto movimento pixo e grafite” oferecida pela artista plástica Claudia Jeane do Nascimento. Realizada 12 de novembro de 2021 pelo Sesc-Go através de um encontro por *Live*.

²⁹ Segundo o site do Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (IPEN) e a Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO) apresentam interesse em construir um memorial no local do acidente. Para saber mais, ver: https://www.ipen.br/portal_por/portal/interna.php?secao_id=40&campo=12344. Acesso em: 12 nov. 2021.

De qualquer forma, todos os imóveis existentes na rua em que está localizado o terreno perderam seu valor de mercado. Atualmente, essa situação mudou, mas ainda poucos imóveis se encontram ocupados. É importante notar que o muro do terreno em questão, ao longo dos anos, apresentou diversas inscrições de grafite e pixações. Nas diversas vezes em que passei pelo local, sempre foi possível ver algo grafitado e pixado. Isso aponta que grafiteiros/as e pixadores/as consideram a importância da memória para a cidade.

Figura 2 – Foto do muro do terreno onde ocorreu o acidente de césio-137.



Fonte: Site agência Metrópolis de notícias – <https://www.metropoles.com/>

No local do terreno, os grafites e as pixações trazem, esporadicamente, referências ao acidente. Nessa imagem, é possível ver o rosto de um homem bastante preocupado e o mesmo representado na cor azul, mesma cor do pó químico identificado no acidente, ao lado uma figura humana com roupas que lembram as roupas utilizadas pelos profissionais que examinaram o produto radioativo. Os grafites e as inscrições de pixações no terreno mudam de tempos em tempos, entretanto, e segundo os/as interlocutores/as apontaram, elas sempre remontam ao acidente com o césio-137. Nesse

aspecto, entendo ser importante a proposta de construir um memorial nesse local, inclusive com a participação de pixadores/as e grafiteiros/as, pois foram esses, desde o “pincel atômico”, que estiveram lembrando a população do ocorrido.

Ainda ao final da década de 1980, no ano de 1988, Goiás tem seu território dividido e sua região norte é nomeada em estado do Tocantins.

No decorrer das décadas de 1990 e 2000, Goiânia passou por mudanças paisagísticas, mas também manteve sua característica original do *Art Déco*. Paralelamente à arquitetura *Art Déco*, é possível perceber a construção de uma representação da cidade planejada com base nos elementos da natureza e no discurso ecológico. Segundo Silva e Almeida (2010), a cidade passa a ser “vendida” como local de investimento e qualidade de vida e, assim, cria-se a representação social de uma cidade livre das mazelas socioambientais. Para as autoras:

O slogan “capital mais verde do país”, divulgado em um cartão postal da Prefeitura de Goiânia, traduz uma representação da harmonia socioambiental na paisagem urbana. Esta e outras representações como a “cidade dos parques”, estão associadas à concepção de espaço público como um cenário destinado à fascinação dos usuários. Nesse caso, a paisagem é usada pela publicidade turística e/ou pelos administradores locais, sem nenhum contexto com as práticas sociais que lhe dão conteúdo e significado. São imagens e símbolos que reforçam o poder governamental e de determinados grupos na cidade. (SILVA; ALMEIDA, 2010, p. 5).

Dessa maneira, em um contexto mais recente, nasce a cidade turística, a cidade dos parques, a capital dos eventos e das feiras, a cidade *country*, a capital mais verde, entre outras nomenclaturas que foram impressas ao passar dos anos pela mídia e pelos agentes públicos – mas mantendo ainda a ideia de *Art Déco* como a sua referência principal (SILVA; ALMEIDA, 2010). Nesse aspecto, as autoras problematizam a questão dizendo que:

O slogan “Goiânia Cidade Moderna” vem, no decorrer dos anos, sendo acompanhada de outras imagens. Atualmente diversas representações, que usam como pano de fundo os atributos físicos, paisagísticos, econômicos e socioculturais da cidade ou mesmo da região, estão entre as diferentes formas de evocar a cidade e formar opinião sobre os processos urbanos. As características paisagísticas urbanas e regionais e, principalmente nos últimos anos, aos novos setores econômicos como o turismo e os eventos são elementos que compõem vários

slogans veiculados sobre a cidade e produzem diversas Goiânias. (SILVA; ALMEIDA, 2010, p. 10).

Em contraponto, a pesquisa de Silva e Mancini (2008, p. 28) também aponta que, na percepção dos usuários do centro histórico de Goiânia sobre o patrimônio *Art Déco*, a maioria dos sujeitos pesquisados “não conhece ou pouco reconhece a arquitetura Art Déco como um patrimônio constituído, conforme o passado e a história da cidade”. Segundo as autoras, “isto demonstra a falta de conhecimento que a população tem do meio em que vivem” (SILVA; MANCINI, 2008). Nesse sentido, o patrimônio não é um mecanismo pelo qual os moradores definem seu universo identitário. E, destarte, as autoras concluem que:

O que se nota é que a identidade Art Déco de Goiânia não é um construto baseado na representação e na apropriação do patrimônio cultural pelos habitantes da cidade. É uma identidade baseada em significados culturais, socialmente atribuídos por grupos com poder de representar, isto é, as elites. A representação só será eficaz na construção da identidade, se fornecer imagens da cidade por meio das quais os habitantes possam se identificar. (SILVA; MANCINI, 2008, p. 28).

A pesquisa apresentada pelas autoras nos fez refletir sobre a peculiaridade da sociedade goianiense quando indica que parte dos transeuntes não se identificam com a arquitetura Art Decó na atualidade, mas, por outro lado, a pesquisa de Freitas (2014) aponta o quanto foram valorizados, tanto pelos agentes públicos, quanto pela população, os trabalhos de intervenções artísticas que incluíam os grafites, a Galeria Aberta e o Pincel Atômico nas décadas de 1980 e 1990, e essa valorização repercutiu ainda nos dias atuais. Em 1996, a Prefeitura apresentou um programa a partir da Lei 7.658, alterada em 2018 pela Lei 10.136. Essa lei prevê a criação e a implantação do Programa “Goiânia Cidade Limpa”. A partir do programa, importantes projetos foram criados, como, por exemplo, o projeto Galeria Noturna com a proposta de transformar as portas dos estabelecimentos comerciais localizados na Av. Goiás e na Rua do Lazer, no Setor Central da cidade, em grandes painéis a céu aberto pintados por artistas plásticos e grafiteiros, segundo relataram interlocutores e interlocutoras. Comentaram ainda que, em 2011, a Câmara Municipal aprovou e promulgou a Lei 9.105 que autorizava, no âmbito

municipal, o “Projeto Grafite”, que também promoveu diversos editais para artistas urbanos e grafiteiros locais.

Esses programas, criados nas últimas décadas, apontam para certo interesse de setores públicos e privados em investir aleatoriamente nas artes urbanas. Entretanto, não dialogam com o plano diretor da cidade, e, portanto, não se tornaram políticas públicas. Por outro lado, esses programas/projetos também são uma maneira de persuadir a prática da pixação, convertendo-a em grafite, como explicarei no Capítulo 4.

Nessa perspectiva, a não identificação por parte dos transeuntes com a *Art Déco* e com receptividade, até certo ponto, das intervenções urbanas, não são perspectivas que se chocam, mas, ao contrário, complementam-se e talvez sejam um prenúncio sobre a necessidade do uso dos espaços públicos ocorrer de maneira mais democrática, ou ainda que as tomadas de decisões das políticas públicas de urbanismo e de preservação do patrimônio público estão descoladas das formas como a população em geral se reconhece no meio urbano.

Não obstante, a discussão de como a cidade de Goiânia se desenvolveu ao longo das décadas está relacionada com o debate sobre como a população é ou não inserida nas discussões do seu plano diretor. A cidade, inicialmente, planejada passa a ser construída e caracterizada de acordo com decisões mercadológicas e particularistas de uns poucos. Nesse aspecto, Maricato (2013) nos ajuda a refletir sobre como as cidades que se desenvolvem a partir “das ideias fora do lugar” e do “lugar fora das ideias”. Segundo a autora, o urbanismo brasileiro (entendido aqui como planejamento e regulação urbanística) não tem um comprometimento com a realidade concreta, mas com uma ordem que diz respeito a apenas uma parte da cidade. E afirma ainda que podemos dizer que estas se tratam de ideias fora do lugar, porque, pretensamente, a ordem se refere a todos os indivíduos, de acordo com os princípios do modernismo ou da racionalidade burguesa. Mas podemos dizer também que as ideias estão no lugar por isso mesmo: porque elas se aplicam a uma parcela da sociedade reafirmando e reproduzindo desigualdades e privilégios. Para a cidade ilegal, não há planos, nem ordem. Aliás, ela não é conhecida em suas dimensões e características, tratando-se, pois, de um “lugar fora das ideias” (MARICATO, 2013, p. 121122).

O interesse propagado por um grupo de que a cidade de Goiânia seja verde e arborizada por meio dos parques e de praças ou ainda que promova projetos de arte urbana, como o grafite, digira-se, principalmente, a fins mercadológicos e a atender os

interesses imobiliários. Nesse aspecto, o debate sobre a aprovação do novo plano diretor trouxe à tona velhos e novos conflitos e ocorreu com brevidade³⁰, sem considerar espaços para moradia popular, mas liberou espaços para loteamento em áreas de reserva ambiental, inclusive expandindo áreas rurais para urbanas. Sendo assim, cabe refletir sobre a legislação de crime ambiental como um todo, pois é nela que a criminalização da pixação está inserida.

2.3 A cidade de Goiânia: seus entornos e suas disputas

A partir das considerações feitas sobre a cidade de Goiânia, tomo aqui a proposição de Lefebvre (2008), que conceitua a cidade para além de um espaço formado ou fechado em si mesmo. Para ele, a cidade é moldada e ocupada pelas atividades e relações sociais de um tempo e espaço. A cidade é mediada por relações sociais, de vínculos das pessoas com o espaço, capaz de revelar a realidade social produzida pela mediação de processos históricos.

Dessa maneira, o autor considera que o espaço na cidade não se explica por si mesmo. É preciso situá-lo na totalidade que é a cidade e que também é a história dessa cidade, do Estado, do país etc. Assim sendo, é necessário compreender determinados espaços ou acontecimentos da cidade não por si mesmos, mas observando as suas conexões com outros fenômenos. Nesse aspecto, para entender as peculiaridades de Goiânia, faz-se necessário entender o surgimento de Brasília, capital do Distrito Federal.

A proximidade de Goiânia com Brasília reflete aspectos outros que não o dos 205 km de distância que as separam. Embora não sejam limítrofes, tiveram seu nascimento em épocas próximas, e, dessa maneira, foram investidas de certo imaginário de “Brasil moderno e em desenvolvimento”.

Goiânia, planejada antes de Brasília, foi pensada para ser organizada e racional numa perspectiva modernista e tudo mais que contempla esse conceito urbanístico. Ambas receberam imigrantes dos mais diversos cantos do país. Inclusive se estenderam e se encontraram em suas periferias, visto que muitas das cidades satélites de Brasília se encontram com cidades goianas conhecidas por sua grande densidade populacional e

³⁰ Para saber mais, ver: <https://diariodegoias.com.br/vereadores-defendem-prorrogacao-de-debate-a-respeito-do-plano-diretor-de-goiania/>

problemas sociais, como Luziânia, Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso de Goiás³¹, que são alguns exemplos.

Assim, desde a sua criação, são cidades que se complementam de diversas maneiras. Segundo o arquiteto e pesquisador Pedro Pereira, Brasília trouxe um refinamento urbanístico e arquitetônico para a região, mesmo em cidades pequenas e novas, que foi sentido de imediato (PEREIRA, 2021)³². Para ele, na época da construção de Brasília, Goiânia foi impactada de várias formas:

Novos técnicos, profissionais e empreiteiras chegavam à região, e com eles, saberes técnicos já praticados nas cidades mais desenvolvidas no território brasileiro passaram a ser praticados, em especial em Anápolis, por desejo de sua burguesia endinheirada. A arquitetura erudita se tornou mais comum nas cidades. A arquitetura popular deu um salto. A grande maioria das populações urbanas ali queria viver em um fragmento da modernidade trazida por Brasília. (PEREIRA, 2019, p. 48).

A comparação entre Goiânia e Brasília se faz pertinente não só por conter essa relação interurbana, baseada em particularidades arquitetônicas e sociais, mas, principalmente, porque é representativa em pesquisas acadêmicas, como, por exemplo, a do arquiteto Pedro Henrique Máximo Pereira, e também porque Brasília foi uma cidade comentada comumente entre as/os interlocutoras/es dessa pesquisa. A grafia da pixação em Brasília foi apontada como semelhante à grafia de Goiânia e esses jovens também informaram fazer um intercâmbio entre as cidades para a prática da pixação, como explicarei mais adiante.

Goiânia, assim como Brasília, constituiu-se como lugar de planejamento modernista, mas, paralelamente, convive com as mais diversas contradições. Pesquisas como a de Silva e Almeida (2010) e de Freire (2014), citadas anteriormente, apontam para essa dinâmica. Por isso, entendo que Goiânia seja uma cidade em disputa, pois existe nela o histórico (o *Art Decó*) e as insurgências (as pixações) concorrendo em um mesmo

³¹ Para saber mais, ver:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2013/07/18/interna_cidadesdf,377796/cidades-doentorno-do-df-estao-entre-as-mais-perigosas-do-brasil.shtml

³² 60 anos de Brasília e suas relações com o Entorno do Distrito Federal. Jornal opção. 23.05.2021. Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/opcao-cultural/60-anos-de-brasilia-e-suas-relacoes-com-o-entorno-dodistrito-federal-329866/> Acesso em: 02.04.2021

espaço. Sendo assim, para pensar as características de cidades planejadas a partir do espectro de ideias modernistas é preciso problematizar essa forma de viver a cidade.

A maneira como os jovens pixadores pensam e vivem a cidade de Goiânia será, então, em um sentido insurgente. Utilizo o termo “insurgente” na perspectiva de James Holston (1996, p.250). Segundo o autor, os lugares de insurgência introduzem na cidade novas identidades. Assim, “insurgente” se refere aos espaços que possibilitam uma cidadania não formal³³, isto é, novas formas metropolitanas de viver o social. São os futuros alternativos (não utópicos) e não os projetos de urbano desejados em planos diretores³⁴. Sobre cidades que se baseiam em planos diretores modernistas para sua construção, o autor explica que:

Tal modelo deriva, por sua vez, do conhecido ideal de modernidade de que o estado, geralmente sob a forma de um governo nacional, pode mudar a sociedade e administrar o social pela imposição de um futuro alternativo cristalizado em planos. Nesse sentido faustiano, o projeto do planejamento modernista é transformar um presente não desejado por meio de um futuro imaginado. (HOLSTON, 1996, p. 245).

Nesse sentido, a pixação pode ser uma afronta ao ideal modernista, e digo isto porque ela é uma prática insurgente. A pixação é feita por indivíduos que querem se colocar na cidade, ocupar espaços, querem ser vistos de alguma maneira. Os planos diretores com características modernistas não dão conta dos espaços que contenham diversidade ou diferenças, e, no limite, não comportam as contradições ou os conflitos existentes na sociedade. Dito isso, e a partir da perspectiva de Holston (1996), é possível pensar em uma nova produção da cidade. Para ele, o contraponto seriam as “cidades insurgentes”, as quais permitem novas e diferentes identidades, possibilitando que seus transeuntes ativem novas práticas e que, inclusive, perturbem o que é considerado estabelecido. Serão nas “perturbações”, nos processos de novas práticas, que a sociedade poderá se reinventar de forma contínua e dinâmica.

Dessa maneira, os lugares da cidadania insurgente, segundo James Holston (1996), são encontrados na intersecção desses processos de expansão e erosão:

³³ Cidadania aqui é também entendida como cidadania substantiva que é equivalente a direitos civis, políticos e sociais disponíveis ao povo sem distinções e que é contrária à cidadania formal, essa última garantida só para alguns, segundo James Houston (1996, p. 252).

³⁴ A crítica apontada aqui sobre “planos diretores” é àqueles com ideais modernistas e não em relação ao planejamento que é feito dentro de um plano diretor de maneira geral. É inegável a importância desse planejamento.

A cidade, a cidadania muda a medida em que novos membros emergem para fazer suas reivindicações, expandindo seu alcance, e em que novas formas de segregação e violência se contrapõem a esses avanços erodindo. (HOLSTON, 1996, p. 249).

Nesse aspecto, percebe-se uma briga de forças marcada pelo conflito entre um grupo específico (de pixadores/as) e as instituições públicas³⁵ que tentam manter a cidade como um “patrimônio” intacto, e contra a atuação de pixadores e demais artistas urbanos, sendo que os últimos podem estar presentes apenas quando previsto nos projetos e nos editais, e os pixadores enquadrados dentro do código penal, conforme mencionei. O ideal de cidade organizada, limpa e racional é bastante presente no imaginário local³⁶, portanto, a pixação vem a ser um elemento fortemente combatido. Dessa maneira, as pixações, que estou chamando de “insurgências”, são entendidas como atuações contra a cidade, e, no limite, estas são criminalizadas de forma descomedida, conforme explicarei adiante no Capítulo 4.

Se Goiânia apresenta seus entraves ante os/as jovens pixadores/as, a cidade de Brasília aparece no seu discurso e seu no imaginário como uma possibilidade de cidade insurgente. Os/as pixadores/as goianos/as costumam sair da cidade para pixar com outros grupos na cidade de Brasília, assim como pixadores/as de Brasília vêm para a cidade de Goiânia para pixar. Não obstante, dois dos interlocutores fazem parte de uma galera que começou em Brasília e que se estendeu conquistando integrantes de Goiânia. Existe, então, um intercâmbio de pixadores e pixadoras entre as cidades. Para os jovens, faz todo sentido pixar Brasília, pois é uma cidade “Irmã” segundo eles, e se internamente entre brasilienses existe uma disputa territorial bastante acentuada, para os pixadores goianos que vão até lá para pixar, essa disputa territorial diminui ou deixa de existir, demonstrando a relação das duas cidades para além dos limites geográficos.

Se considerarmos que a pixação está presente nesse espaço de intersecção, isto é, entre a ideia de cidade planejada e as ações insurgentes (pixação), é possível reconhecer que existe, nas ações desses jovens, a possibilidade da criação de espaços e de territórios possíveis. Nesse sentido, entendo que território vai ser o espaço de identidade alcançado

³⁵ Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitacional, Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Delegacia Estadual de Repressão a Crimes Contra o Meio Ambiente (DEMA).

³⁶ Para saber mais ver: <https://www.goiania.go.gov.br/revitalizacao-de-equipamentos-historicos-valorizacao-acultura-goianiense/>.

pelo grupo em questão. A cidade é o território por excelência e será nesse espaço, com demarcações bastante tênues, que pixadores e pixadoras se reconhecerão como iguais e pertencentes a tal cidade, pois, para eles/elas, tanto a cidade de Goiânia como Brasília são compreendidas como território identitário e espaço possível de pixação.

Dessa maneira, a cidade de Goiânia e seus entornos são mediadas por relações sociais e de vínculo das pessoas com o espaço capazes de revelar a realidade social produzida segundo a mediação de processos históricos, isto é, o espaço na cidade não se explica por si só. É preciso situá-lo na totalidade que é a cidade e que também é a história dessa cidade, do Estado, do país etc. Sendo assim, é necessário compreender determinados espaços ou acontecimentos da cidade não os explicando por si mesmos, mas observando suas conexões com outros fenômenos.

2.4 Os territórios e os espaços possíveis

A partir de narrativas das/dos interlocutoras/es, posso afirmar que a ideia de território passa a compreender cidades e espaços diferentes. Embora uma cidade apresente seu espaço delimitado geograficamente, os territórios para as/os pixadoras/es são espaços mais fluídos em termos de suas delimitações. Por isso, Goiânia e Brasília passam a significar para elas/eles, além de duas cidades com certa proximidade, um espaço territorial com identidades e territórios fluídos, segundo os interlocutores comentam:

A pixação aqui tem muita característica de Brasília, do pixo de lá, na verdade teve sempre muita influência e tem também muito dos pixadores daqui irem para lá pixar. No começo acho que muitos pixadores e galeras de Brasília trouxeram o pixo para cá. (SNEPSA, 2018).

Já fiz muito rolê de pixo em Brasília e tem os caras que vem de lá pixar aqui com a gente, lá tem mais disputa territorial entre eles que aqui e pixar Brasília dá bastante visibilidade, né?! (ANARK, 2018).

O que os interlocutores apontam é um fluxo entre as cidades. Brasília aparece para os pixadores como um território acessível, um espaço possível de estar e vivenciar a prática da pixação. Para muitos deles, Brasília, a despeito de Goiânia, vai ser um território e um espaço possível de ocupação e também de visibilidade.

Aqui, estou me referindo a território na perspectiva de Rogério Haesbaert (2004), e a espaço a partir do conceito de Doreen Massey (2004). Para o geógrafo Haesbaert (2004), pode se afirmar que o território está imerso em relações de dominação e/ou de apropriação entre sociedade e espaço. Nesse sentido, o autor aborda e desenvolve sentidos específicos para dois importantes conceitos da Geografia: território e territorialidades. O primeiro é entendido como dimensão espacial que se revela em processos de dominação concretos, tanto pela produção material, quanto em termos jurídico-políticos. Mas é também um espaço apropriado em termos imateriais desde a produção de identidade, subjetividade e simbolismos que possuem um lugar (HAESBAERT, 2004). O conceito de territorialidades apresenta um sentido de pertencimento, uso e vivência em um recorte do espaço. Para o autor, a territorialidade se expressa em termos mais abstratos (HAESBAERT, 2004). Nesse aspecto, compreendem também a configuração de multiterritorialidades pela possibilidade existente na globalização de processos de apropriação em pontos distantes do espaço envolvendo escalas diferentes³⁷. Segundo o autor explica:

O território, como espaço dominado ou apropriado, manifesta hoje um sentido multi-escalar e multi-dimensional que só pode ser devidamente apreendido dentro de uma concepção de multiplicidade, tanto no sentido da convivência de “múltiplos” (tipos) de território quanto da construção efetiva da multiterritorialidade (...). (HAESBAERT, 2004, p. 95-96).

Destarte, as/os pixadoras/es estão inseridas/os nessa multiplicidade de convivência que extrapola os espaços de sua própria cidade. O conceito de multiterritorialidade nos serve aqui para pensar a prática da pixação não como uma destruição da cidade, mas, ao contrário, como forma outra de apropriação da cidade.

Haesbaert (2004) explica que a multiterritorialidade “... aparece como uma alternativa conceitual dentro de um processo denominado por muitos como ‘desterritorialização’”, mas, para ele, muito mais do que perdendo ou destruindo territórios – a partir dos nossos processos de territorialização – estamos, na maior parte das vezes, “...vivenciando a intensificação e complexificação de um processo de (re)territorialização muito mais múltiplo, ‘multiterritorial’” (HAESBAERT, 2004, p.74).

³⁷ Para saber mais, ver: FUINI, Lucas Labigalini. O território em Rogério Haesbaert: concepções e conotações. Geografia, Ensino & Pesquisa, Vol. 21 (2017), n.1, p. 19-29

Para o autor, vivemos, hoje, um processo de maior complexidade dentro dos mais diversos territórios. E os/as interlocutores/as comentaram algumas questões que corroboram essa perspectiva:

Eu já fiz muita pixação em Brasília, tenho amigos lá e eles também vem pixar Goiânia. É comum pixadores pixarem outras cidades e isso faz com que a gente fique mais conhecido e considerado. Em Goiânia pixador começa indo para Brasília, depois faz outras cidades e outros estados. (EROI, 2018).

Essa complexidade de vivenciar vários territórios ao mesmo tempo pode ser tida, então, como multiterritorialidade, e, no caso das/os entrevistadas/os, estes não ficam restritos somente a Brasília ou a outras cidades como mencionado, mas também vivenciam espaços específicos dentro da própria cidade. Segundo as/os interlocutoras/es, existem os espaços que fazem parte da cidade de Goiânia e que são utilizados para socialização das/os pixadoras/es. Nesses espaços, o ambiente não é utilizado para a prática da pixação, mas é um espaço ocupado por elas/eles para socializar, estar entre seus iguais e trocar informações. Segundo Anark explica:

Antes tinha muito rolê no Beco da Codorna. Em 2016, teve evento lá de vários dias e de juntar muita gente, muita mesmo, mas aí a polícia começou a entrar e tentar fechar o local. Desde essa época, parou de ter os shows lá. Mas, até hoje, é um lugar legal de ir e dá para encontrar muita gente do rolê lá. (ANARK, 2018).

O Beco da Codorna é hoje um museu de arte urbana no centro de Goiânia, com entrada pela Av. Anhanguera. É um espaço tomado por grafites e pichações, onde também há uma pequena loja de roupas e materiais para grafiteiros, que também vende arte urbana em telas ou painéis. O interlocutor comenta que é um espaço de socialização e de encontros, mesmo depois da ocorrência de restrições por parte da polícia e da população local.

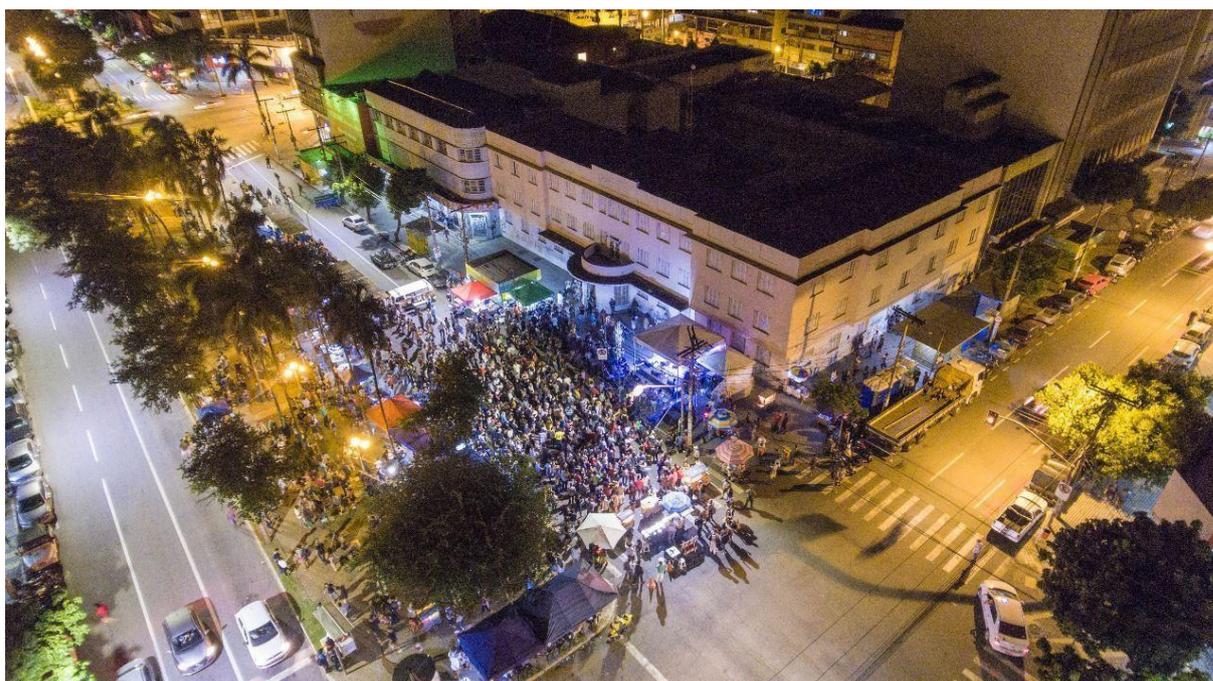
Figura 3 – Foto da entrada do museu de arte urbana – Beco da Codorna.



Fonte: Agência Municipal de Turismo e Lazer de Goiânia (2021)

Outro importante espaço de encontros desses jovens é o “Chorinho”. O Chorinho é um evento musical que ocorre toda noite de sexta feira no Setor Central da cidade de Goiânia, mais especificamente, na frente de um antigo hotel, o Grande Hotel, na Av. Goiás. Trata-se de um evento promovido pela Prefeitura de Goiânia, por meio da Secretaria Municipal de Cultura (SECULT) – na época da pesquisa, era uma das únicas atividades culturais de acesso gratuito na cidade de Goiânia.

Figura 4 – Foto vista de cima do evento musical “chorinho”.



Fonte: Página do Chorinho no Facebook (2021).

No Chorinho, é comum a presença de um público bastante diverso: jovens, adultos, idosos, skatistas, rappers, roqueiros, sambistas, transeuntes e etc.. Esse espaço foi lembrado por todas/os entrevistadas/os desta pesquisa, e, segundo elas/es, é um evento ou espaço importante para a cidade e que foi muito frequentado no decorrer da segunda década dos anos 2000. Lá, eram marcadas as saídas nos finais de semana, as festas e os locais em que iriam pizar.

O chorinho é um lugar que você vai e sabe que vai encontrar algum conhecido lá querendo fazer um rolê. Algumas galeras também marcavam de se encontrar lá para saírem todos juntos para o rolê ou para alguma festa. O chorinho era o lugar de encontrar o que fazer a noite em Goiânia (KALY, 2018)

O chorinho era muito conhecido e por isso todo mundo ia para lá. Por ser no centro ficava fácil para todo mundo chegar. Sem contar que era de graça e tinha música, né? (MUSA, 2018)

Tanto o Beco da Codorna quanto o Chorinho são espaços/lugares de entrada gratuita localizados no centro de Goiânia e se tornaram importantes por serem espaços onde esses jovens frequentavam corriqueiramente. Nesse aspecto, dialogo com os

conceitos de lugar e de espaço a partir da discussão de Doreen Massey (2004). Para a autora, a ideia de lugar é:

Um feixe eventual de conexão de redes de relações, de diferentes escalas, que se intersectam, mas continuam em processo, de formas que novas conexões são sempre possíveis. O lugar é também onde a negociação se impõem pela situação de coexistência e por isso ele é o espaço da política.

E o conceito de espaço:

Na conceitualização de espaço/espacialidade, é crucial o reconhecimento de sua relação essencial e de sua constituição por meio da coexistência da(s) diferença(s) - a multiplicidade, sua habilidade em incorporar a coexistência de trajetórias relativamente independentes. Trata-se de uma proposta para reconhecer o espaço como a esfera do encontro, ou não, dessas trajetórias - onde elas coexistem, afetam uma a outra, lutam. O espaço, então, é o produto das dificuldades e complexidades, dos entrelaçamentos e dos não entrelaçamentos de relações, desde o inimaginavelmente cósmico até o intimamente pequeno. O espaço, para repetir mais uma vez, é o produto de inter-relações. (MASSEY, 2004, p. 17).

Dessa maneira, os espaços/lugares – Beco da Codorna e Chorinho – citados pelos jovens são, preferencialmente, espaços de inter-relações. Nesse aspecto, o grupo pesquisado segue uma dinâmica parecida com outros grupos de pixadores provenientes de outras capitais, segundo nos explica o pesquisador Pereira (2012):

Em suas dinâmicas relacionais, os pixadores engendram um importante dispositivo de interação, circulação e memória. Eles estabelecem diversos pontos de encontro em espaços públicos da cidade, como praças, calçadões, parques etc. Destes, o mais importante, no período em que fiz a pesquisa, era o ponto de encontro, denominado por eles como point, que ocorreu entre os anos 2000 e 2005 nas proximidades do Centro Cultural São Paulo, na Rua Vergueiro. Nesse, conhecido como Point da Vergueiro, pixadores de toda a Região Metropolitana de São Paulo encontravam-se às terças-feiras à noite para, entre outras atividades, conversar e contar histórias sobre lugares pixados, passados com a polícia, festas de pixadores etc. Contudo, uma das principais ações no point era a combinação de novos papéis. Dessa maneira, a partir de um local específico de encontro semanal, indivíduos e grupos de diferentes regiões, ainda que não se conheçam pessoalmente, trocam informações e combinam de pixar juntos. (PEREIRA, 2012, p. 60).

Os espaços de encontro são característicos em diversos grupos juvenis e demonstram seu grau de organização. São esses espaços que possibilitam o encontro e em que esses jovens experimentam diversos tipos de vivências, e a partir delas desenvolvem sua visão de mundo. Para tanto, é importante que esses espaços sejam construídos e pensados por esses mesmos jovens, mas também sejam garantidos pelo mundo adulto com respaldo do Estado em termos de políticas públicas direcionadas a este grupo. Esses espaços deveriam ser entendidos também como lugar de lazer e essa é uma garantia social prevista na Constituição Federal de 1988, no Estatuto da Juventude e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Tais espaços, quando mantidos por uma política pública por meio dos órgãos de cultura e lazer das cidades, tendem a possibilitar a permanência dos territórios de reconhecimento e pertencimento dos jovens, e, sendo assim, correspondem a espaços da “esfera do encontro”, como mencionado por Massey (2004). Os jovens se utilizam deles para interagirem entre si, segundo contam:

Antes do chorinho acabar as pessoas começaram a falar que no chorinho dava muita briga e dava mesmo, mas qual lugar que nun dá? Muita gente ia lá só para conversar, ouvir a música, beber e não para brigar. Eu ia no chorinho toda noite antes de sair para pixar, lá o pessoal se encontrava e sabia o que ia rolar (BADAUI 2018).

Eu conheci muita gente lá. Era meio que um lugar obrigatório de ir (risos). Antes o chorinho era toda sexta feira, depois passou a ser a cada 15 dias e depois acabou. Você vê, já não tinha muito o que fazer em Goiânia, assim de graça, depois do chorinho não teve nada parecido (KALI, 2018).

Eu não acho que o chorinho acabou só por conta das brigas, acho que a prefeitura num dava conta de tanta gente, achavam sempre que ia ter tumulto, a polícia começou a ficar sempre por lá, mas era um lugar muito interessante com todo tipo de gente. Eu fui durante muitos anos lá (SNEPSA, 2018).

Acho que o Beco da Codorna é um espaço importante não só para o grafite, mas também para Goiânia. Para a gente que pixa é um ponto de encontro também, lá a gente consegue encontrar outros pixadores, gente que trabalha na arte e outros artistas. O Beco é uma referência para a gente (GARFO, 2018).

As narrativas trazem ambos os espaços como importantes pontos de encontro e que, apesar da inconstância³⁸, eram também espaços de reconhecimento e de presença de identidades diversificadas. Segundo as narrativas, esses eram locais onde os diferentes se encontravam. As diferenças apresentadas nos referidos espaços dialogam com a reflexão de Massey (2004). De acordo com a autora, o espaço se encontra sempre em processo, em um fazer-se, nunca está acabado, e isso significa que o espaço também contém, sempre, um grau imprevisibilidade ou comportam o inesperado. Segundo a autora comenta:

Assim, tal como extremidades inacabadas (loose ends), o espaço sempre contém, também, um elemento de "caos" (do ainda não prescrito pelo sistema). É um "caos" que resulta daquelas justaposições imprevisíveis, daquelas separações acidentais, o caráter frequentemente paradoxal das configurações geográficas em que, precisamente, um número de trajetórias distintas se entrelaçam e, algumas vezes, interagem. (MASSEY, 2004, p. 17).

Certo é que esses são territórios e espaços que foram lembrados e mencionados como espaços possíveis. Os espaços e territórios são locais de insurgência essenciais para a existência e permanência desse grupo em questão. As insurgências apontam ações que introduzem na cidade novas e diferentes identidades. Sendo assim, são essas identidades e práticas que de certa forma perturbam o já estabelecido, como mencionado por Holston (1996) e pelos interlocutores, e que, muitas vezes, fogem ao controle das instituições – Secretaria de Cultura e Secretaria de Segurança Pública, no caso – e se tornam pontos de encontros e espaços possíveis, mesmo que por tempo determinado.

Segundo as/os interlocutoras/es mencionaram, os espaços gratuitos de cultura e lazer em Goiânia são escassos e os que conseguiram se manter ao longo dos anos (Beco da codorna e Chorinho), foi devido a motivações e campanhas públicas dos seus próprios organizadores³⁹. A Prefeitura (Secretaria de Cultura), para esses jovens, não teve nenhuma importância no papel de construir e mater esses espaços, pois, ao contrário, esteve sempre apresentando questões de Segurança Pública para limitar a realização dos eventos.

³⁸ O chorinho por motivos desconhecidos deixou de ocorrer por alguns meses, depois retornou em meados de 2019 e logo teve sua programação interrompida pela pandemia. O beco da codorna também não pode mais fazer grandes eventos, ficando aberto só para visitação até meados de 2022.

³⁹ Ver: <https://diariodegoias.com.br/opiniao/carlos-brandao-a-ordem-e-fechar-o-chorinho-disse-o-rapaz/>

As questões apresentadas pelos/as interlocutoras/es sobre manter os espaços e territórios em funcionamento aponta para um fazer político unicamente dos jovens, corroborando com a perspectiva de Doreen Massey (2004) quando a autora fala que é o espaço que propicia o fazer da política ou da negociação, reforçando também a ideia de território e territorialidades do qual nos fala Haesbaert (2004). Pois esses jovens apresentam um sentido de pertencimento, uso e vivência desses espaços.

2.5 A questão da territorialidade

A partir da pesquisa sobre pixação de Masson (2005), do início dos anos 2000, e dos relatos dos/as jovens entrevistados/as, é possível perceber que, na década de 1990, foi bastante comum pixadores e pixadoras se envolverem com torcidas organizadas na cidade de Goiânia. Isso fez com que os chamados *rolês*⁴⁰ adquirissem características de ganguismo, e, sendo assim, segundo eles, houve muitos problemas. Sobre isso, a partir do grupo de discussão 2, os jovens comentaram:

O que levou a essas tretas assim era o envolvimento com as torcidas de futebol. Antes não tinha problema, torcer pelo Vila Nova ou Goiás. Muitas vezes as brigas eram por torcida e outras pelo território. Começou por território e depois ficou com as torcidas. No Flamboyant a torcida era do Goiás e no Goiânia Shopping era a do Vila Nova. (GRUPO DE DISCUSSÃO 2, 2018).

Em Goiânia, a pixação começou mesmo por volta de 1996. Antes disso era coisa de torcida organizada. (GRUPO DE DISCUSSÃO 2, 2018).

A gente ficou um tempo sem pixar, porque o pixo começou a virar gangueragem. Ficou relacionado com torcida de futebol aí paramos de pixar, aí voltamos e pixamos “o retorno dos ex (risos) (GRUPO DE DISCUSSÃO 2, 2018).

Atualmente, a pixação em Goiânia não apresenta grandes disputas territoriais, ainda que isso aconteça, como, por exemplo, quando os interlocutores explicam que a galera que mora no Setor Sul vai pixar a Região Noroeste para tentar “marcar” território e depois a galera da Região Noroeste vai para o Setor Sul pixar dando resposta ao outro grupo do setor. É mais comum as disputas se darem em função da quantidade de jovens

⁴⁰ Rolês são as saídas que esses/as jovens fazem para pixar.

de cada galera ou entre os pixadores mais considerados⁴¹, entretanto, os territórios a serem pixados não são motivo de disputas, como já foi meados dos anos 1990. Até porque as galeras são formadas de forma homogêneas, isto é, por indivíduos que moram em diferentes setores e até mesmo cidades diferentes e que, por meio da pixação, juntam-se. Por isso, essa questão de territorialidade é bastante difusa entre eles.

Musa e Coyote explicam:

Mas aqui é diferente, é mais de onde você vem, a gente quis rotular de onde cada um vem ou de onde a galera mora, mas todo mundo pixa em todo lugar, não tem guerra igual lá em Brasília que é tudo separado, você tem seu quadrado, aqui você pixa onde você quiser (MUSA, 2018)

Tinha uns bondes que juntava tudo. Bondes são várias galeras aliadas se juntando: Vila Nova, Jardim América, Parque Amazonas, Vila União, Setor Bela Vista, Vila Feliz, Atheneu, Setor Pedro e depois Aparecida, Brasília, Trindade e Itaberaí, ai pegava a cidade toda para pixar (COYOTE,2018)

Nessa perspectiva, para esses jovens, não se trata de defender um território específico, mas o que esses jovens demonstram é a forma peculiar de ver, entender e percorrer a cidade, não só no aspecto territorial, mas no aspecto dimensional.

Conhecer uma maior quantidade de espaços/lugares na cidade é uma característica respeitada entre ele. Isso significa dizer que quanto mais uma pixadora ou um pixador conhece os lugares ou “picos”⁴² de suas cidades mais considerados serão entre os demais. Entre eles/elas, é sabido que a pixação pode ser tirada/apagada a qualquer momento, sendo assim, é o conhecer a maior quantidade possível de locais disponíveis para pixar que importa. Dessa maneira, como aponta Pereira (2010, p. 40), “...o território nem sempre é o mais relevante entre eles (...) a demarcação do espaço, é mais o conhecer todos os espaços da cidade do que a ideia de defender o espaço”.

Para entender a questão da territorialidade, é importante perceber o quão relevante é o percurso e a destreza com que o/a pixador/a faz ou insere sua grafia na cidade. Pois é dessa perspectiva que as/os pixadoras/res fazem seus nomes e ficam conhecidos ou reconhecidos em diferentes cidades, Estados e até nacionalmente.

⁴¹ Conforme explicado por alguns/algumas pixadores, pixadoras, considerado vai ser o indivíduo mais respeitada/respeitado dentro do grupo de pixadoras/es devido ao maior número de pixação, ou a melhor qualidade da pixação ou ainda pelo tempo em que está pixando.

⁴² São lugares considerados mais importantes para fazer a pixação.

Fato interessante é que, durante a pesquisa de campo, ocorrida entre 2018 e 2019, muitos dos/das interlocutores/as disseram que, nos últimos anos, havia dois pixadores bastante atuantes na cidade. Nesse sentido, tinham sua representação na quantidade e no conhecimento dos mais variados espaços, mas não tinham tanto reconhecimento na qualidade da grafia. Isto significa dizer que tais pixadores eram reconhecidos e lembrados pela quantidade de espaço pixado, entretanto, não eram reconhecidos pela beleza da grafia e pela destreza de pixar locais de difícil acesso e muitas vezes de maior visibilidade. Por outro lado, outros/outras pixadores/as (esses já mais atuantes) eram lembrados/as pela exímia grafia, mesmo com uma quantidade pequena de pixações pela cidade. Exemplos desses pixadores, segundo os/as interlocutores/as, eram: Naomi, Tupac, Dimas e Axel. Contudo, até o final da pesquisa, quase não consegui encontrar pixações deles/delas pela cidade. Quase tudo já havia sido apagado.

Outro dado relevante nessa questão da territorialidade é o de que muitas/os das/os jovens informaram que foi na pixação sua primeira experiência em conhecer a cidade para além da sua rua, do seu setor ou do trajeto que fazem da escola para casa.

Para mim, foi possível conhecer melhor Goiânia com a pixação. Foi pixando que conheci mais setores da cidade... setores que antes não conhecia. (LEONA, 2018).

Eu acho que a pixação é um acesso à cidade. Pixando você conhece a cidade, o pixador tem que conhecer a cidade e os lugares certos. (BIZON, 2018).

A pixação me mostrou olhar a cidade. Você vai em lugar que nunca tinha ido para poder pixar e provavelmente se não fosse pixador não iria lá. (DMIC, 2018).

Segundo elas/es, é no rolê da pixação que se tem a oportunidade de conhecer a cidade. Mas não somente isso. Alguns dos interlocutores explicaram que é possível se localizar na cidade a partir das referências das pixações. Segundo comentado, Coyote aprendeu a identificar os endereços a partir dos pixos.

O Coyote só sabia se localizar num lugar pela pixação, por exemplo, vamos numa parada lá no centro? Vamos em tal lugar no centro? Aí você fala lá na Rua 9, aí ele; - Rua 9, onde é? Aquela que tem a pixação do fulano de tal, aí ele sabia chegar. (Grupo de discussão 2, 2018).

Para ele, eram as pixações que informavam onde ele estava, se estava no Centro, Região Noroeste, Leste ou Oeste da cidade. Em seu próprio relato, comentou que sabia reconhecer boa parte das ruas e dos setores a partir de sua memória com as pixações feitas nos muros. A pixação era sua referência de localização na cidade.

Assim, outros pixadores também apresentaram esse saber, explicando que conseguiam se localizar por meio da grafia da pixação;

Eu muitas vezes reconheço as ruas e os setores pela pixação. A pixação é tipo um guia turístico na cidade. (LÓTUS, 2018).

Eu consigo me localizar pela pixação em Goiânia ou em Aparecida. Muitos lugares eu sei onde é pela pixação que está lá. (GARFO, 2018).

De maneira semelhante, Pereira (2010) aponta que os jovens pixadores da cidade de São Paulo também utilizavam da pixação para conseguir se localizar. Segundo o autor comenta:

As pixações tornam-se referência para esses jovens na cidade. Muitos dizem reconhecer alguns locais pelas pixações. Afirmam até se guiar por elas, pois se lembram onde havia determinada pixação. Por isso, o olhar do pixador é sempre direcionado para o alto dos prédios. (PEREIRA, 2010, p. 53).

A pixação apresenta aqui um significado que auxilia a localização dos espaços a serem percorridos por estes jovens, indo muito além do que apenas uma escrita que suja a cidade. Ela é uma referência de espacialidade e dessa forma é possível ver nela outros significados.

E se a pixação é uma referência de espacialidade ou/e território, ela tem também suas semelhanças e diferenças entre as/os pixadoras/es de cada cidade. E, dessa maneira, podemos conferir a existência de nuances, proximidades e distanciamentos em cada pixação.

A pixação na cidade de São Paulo foi citada como importante referência pela maioria dos/das interlocutores/as. Esse reconhecimento da pixação da cidade de São Paulo é explícito na questão do surgimento da prática e também das melhores grafias. O conhecido tag reto é uma grafia única em relação a outras cidades do Brasil e do mundo. Pesquisadores (PEREIRA 2018; LASSALA, 2014; CALDEIRA, 2014) mencionam que a pixação em São Paulo teve seu surgimento nas grafias dos nomes das bandas de *heavy*

metal e das bandas *punks* que foram bastante presentes no meio juvenil no final da década de 1970 e início da década de 1980. Por isso, elas são pontiagudas e retilíneas. Embora a tinta *spray* seja o principal material utilizado, os/as pixadores/as paulistas também iniciaram a técnica dos chamados “rolinhos” (os mesmos rolos de espuma utilizados para pintura de paredes, adaptados a um cabo para aumentar o seu comprimento, aumentando assim o alcance da pixação) que deixam a grafia extremamente reta e enquadrada. Segundo Caldeira, a pixação paulista pode ser caracterizada da seguinte forma:

Equivalente ao tagging americano, a pixação é a escrita em espaços públicos, quase sempre sem o recurso à cor. Começou a ser notada na cidade por volta de 1980 e difundiu-se muito nas décadas de 1990 e 2000. É feita com latas de spray ou tinta preta aplicada com pequenos rolos de espuma. Em São Paulo, a pixação tem estilo próprio e reconhecido: uma caligrafia feita de letras alongadas na vertical com linhas retas e pontas aguçadas. O estilo é por vezes chamado de “tag reto”. Há quem sustente que esse tipo de letra tenha sido inspirado pelos edifícios altos da cidade. Outros dizem que provém das letras góticas usadas em encartes e capas de discos de heavy metal e punk, populares nas décadas de 1980 e 1990. (CALDEIRA, 2014, p. 37).

A pixação paulista apresenta alguns elementos básicos: a grife (a galera representada), o pixo (a inscrição em si), a abreviação dos nomes ou apelidos dos pixadores presentes no ato da pixação e muitas vezes o ano em que a pixação foi feita. Essas características estão presentes também em pixações de outras cidades, como Belo Horizonte e Brasília. Em Goiânia, é comum aparecer alguns desses elementos, como, por exemplo, a grife – nome da galera abreviado, os nomes individuais já impressos como pixo⁴³ e, algumas vezes, o ano em que a pixação foi feita.

Na cidade de Belo Horizonte, capital de Minas Gerais, a pixação também vem acompanhada do nome da galera (grife) e do nome do/a pixador/a, e, algumas vezes, do nome do bairro ou da região em que este faz parte. Segundo o pesquisador Carvalho (2013) explica, a pixação em Belo Horizonte tende a ser uma comunicação mais fechada, o que significa dizer que ela está restrita mais aos próprios pixadores e ininteligível em relação aos transeuntes. Pois ela apresenta uma dificuldade de entendimento de suas letras e vai se aproximar das grafias de São Paulo e Rio de Janeiro devido a sua grafia:

⁴³ É possível ver o exemplo nas figuras apresentadas no Capítulo 3.

Analisando uma série de imagens sobre as pixações de Belo Horizonte em meados da década de 90, percebemos uma semelhança muito grande com as formas da pixação carioca. Esta tem por marca principal um alto grau de estilização. No ato em que o pixador está inscrevendo sua marca esta é feita como se o pixador estivesse grafando em um papel uma espécie de rubrica, ou uma assinatura. Assim, a pixação carioca, dentre os pixadores, é caracterizada, Brasil afora, como a pixação com o maior grau de dificuldade de leitura. Dentre outras peculiaridades, a pixação carioca se difere também pelo uso, pode-se dizer quase que exclusivo, do spray, em suas inscrições. Diferentemente da pixação paulistana, a pixação carioca, praticamente, não utiliza o rolinho de pintura e as tintas látex, que por serem diluídas a base de água, têm um alto rendimento e um custo financeiro baixo (CARVALHO, 2013, p. 86).

A pixação mineira também vai fazer mais o uso da tinta *spray* e pouco utiliza o rolinho. Essas diferenças e analogias são importantes, pois caracterizam a pixação e o território/cidade que se constituiu e em que se desenvolveu tal prática, indicando que existe nela uma identidade, um saber e também uma técnica a ser apreendida, distanciando-se, assim, da ideia simplista de que pixação é apenas uma escrita sem sentido.

Em Brasília, identidade e grafia se fundem, da mesma maneira que ocorre em outras cidades, pois o/a pixador/a imprime junto a sua grafia o nome da galera à qual pertence. De acordo com Abramovay (2010):

É no momento da pichação que identidades individuais e grupais se fundem: o pichador e a gangue são responsáveis pela marca na parede. Conforme os entrevistados, o estilo de pichação candanga caracteriza-se pela grafia do nome do pichador em caracteres grandes, aparecendo sempre o nome da gangue ao lado, em letras menores. (ABRAMOVAY, 2010, p. 115).

Uma característica importante na grafia de Brasília em comparação à de Goiânia está no aspecto estético das letras, como apresentado nas figuras do capítulo 3, a grafia brasileira tem suas letras “sanfonadas”, isto é, bem juntas e arredondada. Muitos dos alfabetos criados em Goiânia se desenvolveram com referência à grafia de Brasília e logo em seguida imprimiram sua própria identidade.

Reconhecer espaços a partir de grafias passa a ser uma forma de conhecimento do indivíduo sobre o mundo em que vive, no limite uma alfabetização própria, diferente daquela institucionalizada, e se a pixação se apresenta para o senso comum como algo sujo, agressivo, abstrato e vazio de sentidos, para o/a pixador/a ela está repleta de

significados e referências. Não à toa a pixação tem uma grafia própria em cada cidade e para cada pixador/a.

Sendo assim, se no início da década de 1990 a pixação goiana estava altamente ligada às torcidas organizadas, no decorrer dos anos 2000, ela já tinha sua grafia própria. Para as/os jovens entrevistadas/os, o/a pixador/a em Goiânia pode ter seu reconhecimento pela quantidade e pela qualidade do seu pixo, isto é, o/a pixador/a pode ter muitas inscrições pela cidade, mas isso não garante que ela seja considerada bonita, e, por outro lado, o/a pixador/a pode ter uma grafia considerada bonita, mas não necessariamente apresentar uma quantidade expressiva na cidade. Contudo, o que a torna importante é o reconhecimento que ela apresenta entre o próprio grupo, ao ponto de alguns/as pixadores/as se locomoverem através da memória de pixações espalhadas pela cidade. É, pois, a visibilidade e o reconhecimento que a pixação dá para esses/as jovens que traz sentido a sua existência.

2.6. Quem foram as/os entrevistadas/os

*Pixar é arte correr faz parte
Sou pixador e tô na atividade,
Pixar é arte rodar faz parte
Não tô nem aí se eu tô no dopcad.
Pixar é arte correr faz parte
Minha marca espalhada nos 4 canto da cidade,
Pixar é arte rodar
faz parte. PM bola o
plano tô na atividade
O bonde tá formado
colorgin, montana
Extensor fat cap o out dor a gente ganha,
Preto fosco, prata azul delrei
Logo na cidade já destaca o novo rei.
De carro moto a pé ou de buzão
Cruzando a cidade praticando pichação (...),
Fat cap normal bico fino
É so apertar que a arte vai fluindo,
Centro bairro viaduto a
avenida
Sempre com o proposito a cidade mais colorida (...)
Picasso pinta é chique e
famoso,
Quando a gente pinta é chamado de criminoso
Artista do spray seu muro é nossa tela,
Seu muro se destaca como quadro de aquarela.*

*Artigo 163, tô sempre
assinando. Normal né,
Já tô até me acostumando
Pixo, gaffite, bomb, grapixo
A lata do spray e remédio do meu vício.*

Letra: Total Função Rap

Considerei como pixadores/as homens e mulheres maiores de 18 anos, moradores ou que já tivessem morado na cidade de Goiânia e que, por alguns anos de suas vidas, tivessem praticado a pixação. Entre esses, um é morador de Brasília, mas atua com pixadores de Goiânia, cotidianamente, há mais de 5 anos, pois é comum o trânsito entre pixadores/as que vivem em cidades diferentes. Quatro dos/as entrevistados/as são, atualmente, moradores/as de Aparecida de Goiânia, cidade da Região Metropolitana de Goiânia, sendo três homens e uma mulher, que também atuam na cidade de Goiânia. Entrevistei ainda um jovem que morava na Inglaterra na época em que foi feito o trabalho de campo da pesquisa, mas que atuou há mais de 8 anos em Goiânia, sua cidade natal. Com os dados obtidos foi possível, portanto, delinear importantes aspectos do grupo em questão. Abaixo segue um quadro que elucidava o perfil desses jovens:

Quadro 1 – Perfis dos jovens.

	Nome	Idade	Região de moradia	Escolaridade	Curso universitário	Profissão	Galera⁴⁴
1	Anark	31	Setor Ludovico	Ensino médio		Motoboy	Lua
2	Eroi	29	Jd. Goiás	Superior	Medicina	Não trabalha	Lua
3	Bizon	33	Setor Leste Universitário	Ensino médio		Barbeiro	Neuróticos
4	Leona	22	Aparecida de Goiânia	Superior	Arquitetura	Comerciante	Neuróticos/ Lua
5	Sipa	24	Setor Ludovico	Ensino médio		Não trabalha	MSN
6	Kaya	25	Setor Campinas	Superior	Marketing	Designer gráfica	Lua
7	Laika	21	Região noroeste	Superior	Relações Públicas	Relações públicas	LGN
8	Musa	24	Região sul	Superior	Serviço Social	Desempregada	AR
9	Coiote	32	Vila Santa Luzia	Superior	Filosofia	Não trabalha	NI

Continuação.

⁴⁴ Nos capítulos adiante descrevo o significado das siglas que nomeiam as diferentes galeras.

	Nome	Idade	Região de moradia	Escolaridade	Curso universitário	Profissão	Galera⁴⁵
10	Noite	34	Setor Vila Nova	Superior	Filosofia	Professor	NI
11	Badaui	33	Setor Aruanã	Ensino médio		Músico	KIG
12	Dollar	28	Jd. América	Superior	Design Gráfico	Design Gráfico	EUG
13	Fulano	31	Setor Itatiaia	Superior	Artes visuais	Artes visuais	PSA
14	Garfo	29	Aparecida de Goiânia	Ensino médio		Artesão	Los papas tintas
15	Snepsa	25	Aparecida de Goiânia	Ensino médio		Artesão	PSA
16	Dmic	28	Aparecida de Goiânia	Ensino médio		Tatuador e grafiteiro	GAP/CDP
17	Lótus	22	Setor Aruanã II	Superior	Design gráfico	Tatuador e designer gráfico	MAR
18	Enigma	20	Jd. Novo Mundo	Superior	Direito	Pintor	KIG

⁴⁵ Nos capítulos adiante descrevo o significado das siglas que nomeiam as diferentes galeras.

Primeiramente, no perfil apresentado, nota-se que a quantidade de mulheres é menor, e de fato as mulheres falaram da dificuldade de serem pixadoras, devido ao universo da pixação ser majoritariamente masculino. Demais pesquisas sobre pixação no Brasil (PEREIRA, 2005; FRANCO, 2009; LASSALA, 2014; CARVALHO, 2013; SOARES, 2013; SOUZA, 2007; COELHO, 2015; OLIVEIRA, 2012; ABRAMOVAY, 2010; SILVA, 2017; DUARTE, 2010; DIÓGENES, 2013; SILVA, 2010) também apontam que as mulheres estão em menor número nos grupos de pixadores.

Esse é um dado importante, pois é central para a pesquisa e foi um tema de bastante discussão entre as/os entrevistadas/os e também nos grupos de discussão. As interlocutoras relataram que havia, por parte delas, bastante interesse na prática, e que, por vezes, até tinham amigas que as acompanhavam em algumas saídas, porém, essas nem sempre conseguiam seguir na pixação por muito tempo. E os motivos disso eram muitos, mas, principalmente, porque os companheiros que elas tinham ou a família não apoiavam, e até, ao contrário, as proibiam de o fazer. Por isso, na visão das pixadoras, a ideia de que existem menos mulheres na pixação é relativa, pois o que existe, na opinião delas, é uma dificuldade de as mulheres se manterem por muito tempo nessa prática. E, sendo assim, elas passam a atuar de maneira mais rotativa que os homens dentro das galeras.

Os relatos demonstraram a dificuldade das mulheres se manterem como pixadoras por muito tempo ou ainda de conseguirem manter sigilo sobre a identidade de seus/suas amigos/as e familiares. Uma das entrevistadas mencionou que mantinha um relacionamento que durava 3 anos, mas o seu companheiro não sabia que ela atuava como pixadora. Em certa ocasião, ela comentou: “se ele souber não vai aceitar, ele não gosta, já comentou comigo que acha horrível (risos)”.

As interlocutoras relataram que passaram a ser pixadoras porque gostavam de “sair para fazer algo diferente” (MUSA, 2018), para “conhecer melhor a cidade” (LEONA, 2018) ou para “fazer algo diferente e com emoção” (LAIKA, 2018), e que, depois de conhecerem a prática, não conseguiram mais sair dela.

Quando perguntei aos rapazes sobre a presença feminina, a maioria informou que era de fato pequena. Parte deles não souberam dizer o porquê dessa presença ser menor. Alguns apontaram a forte presença do machismo nos grupos e que esse seria um fator que dificultava a presença delas. Outros chegaram a dizer ainda que o motivo seria o não interesse por parte das mulheres na prática.

No grupo de discussão misto, essa questão foi polêmica, pois um dos entrevistados relatou que a maioria das garotas que entravam na pixação era porque namorava algum pixador e, por consequência, era reconhecida pelo grupo como tal, mas que, na realidade, nem tinha sua própria grafia ou nem mesmo sabia fazê-la. Na ocasião, a interlocutora presente deu seu próprio exemplo como pixadora, informando que participa da sua galera sem nunca ter sido namorada de nenhum pixador, contradizendo o relato daquele interlocutor.

As interlocutoras, de maneira geral, comentaram que era difícil pixar sozinha e esse era um dos principais motivos por saírem menos e algumas vezes terem que saírem acompanhadas por pixadores homens. No entendimento delas, era, obviamente, mais uma questão “aparente” de segurança do que a necessidade da companhia masculina.

Nas entrevistas individuais, dos 14 interlocutores homens, 7 disseram que as mulheres se tornavam pixadoras depois que conheciam ou namoravam pixadores. Ao perguntar para as 4 mulheres sobre como elas começaram a pixar, 2 delas disseram que iniciaram sozinhas e que não entraram para suas respectivas galeras por meio de um namorado e 2 comentaram ter sido companheiras de outros pixadores. Mas disseram que, quando começaram o relacionamento, já faziam parte da galera e já haviam sido iniciadas como pixadoras.

Outro fato importante sobre a questão de gênero surgiu em uma ocasião que eu estava entrevistando um pixador e mostrei algumas folhas de caderno com grafias de pixações aleatórias do meu próprio acervo⁴⁶, justamente para ele me explicar as características da grafia. Nesse momento, estava conversando com ele sobre o que seria uma grafia típica da cidade de Goiânia. A grafia que ele achou mais bem-feita foi a de uma pixadora, contudo, as pixações nas folhas não tinham nomes que identificassem seus/suas autores/autoras, e esse entrevistado foi um dos que mencionou a presença feminina na pixação ser estritamente relacionada a mulheres que acompanhavam seus namorados e não conheciam nada da prática.

A questão do gênero é bastante importante nesse contexto, entretanto, não terei tempo hábil nessa tese para discorrer sobre o tema com o devido aprofundamento teórico.

Outro ponto relevante do perfil foram os espaços citados por esses/as jovens em que deram início a pixação. Todos/as relataram iniciar a prática na escola e depois, já com mais habilidade, passavam a pixar em lugares fora da escola e com maior visibilidade, pois, segundo eles/elas, para isso era preciso mais prática. A escola ser um dos primeiros espaços a ser pixado

⁴⁶ Consta, no Anexo B, material feito pelos/as próprios/as pixadores.

dialoga com os resultados obtidos na pesquisa feita no projeto de extensão no qual eu participei chamado *Entre os muros da escola*, conforme mencionei.

A faixa etária dos/das jovens entrevistados/as era de 20 aos 30 anos, entretanto, todos/as os/as interlocutores/as afirmaram ter começado entre 13 e 15 anos de idade. Pelo menos 11 dos 18 interlocutores disseram que pixavam a mais de 10 anos, e 7 deles que pararam com a prática por algum período, e que, depois, surgida a oportunidade, voltaram a pixar.

Esse é um dado importante e que coloca uma reflexão aprofundada sobre o discurso das polícias. Nas reportagens que citei⁴⁷, delegados e policiais civis e militares informavam que era importante a punição a esses jovens para que dessa forma eles não voltassem mais a incidir no mesmo crime. No entanto, 16 dos/das entrevistados/as já haviam sido capturados/as pela polícia sem que isso fizesse com que eles/elas parassem a prática, segundo os/as próprios me narraram. Mesmo os/as que não haviam sido flagrados/as pela polícia diziam que não se sentiam inibidos a ponto de não mais pixarem devido à punição da lei. Ao contrário, seguiram pixando por longos anos de suas vidas.

A região de moradia dos/as interlocutores/as também demonstrou outro dado importante e que difere de outras pesquisas sobre jovens pixadores/as em outras cidades. Nos estudos que pesquisei (ABRAMOVAY, 2010; PEREIRA, 2010; CALDEIRA, 2012; DIÓGENES, 2013), esse público é apontado frequentemente como provindo das periferias das capitais. Em Goiânia, de maneira diferente, o grupo pesquisado foge a esta regra. Dos 18 interlocutores, somente três, Coiote, Laika e Enigma, informaram morar em setores limítrofes de Goiânia, que poderiam ser considerados de periferia: Jardim Novo Mundo, Jardim Santa Luzia e Região Noroeste⁴⁸. Os demais informaram morar em setores que não considerados de periferia, e sim de classe média. Obviamente, morar em um setor classe média não torna um indivíduo pertencente a esta classe, pois há que se considerar outros marcadores sociais para tal classificação.

Nesse ponto, é importante problematizar a metodologia da bola de neve, pois ela pode tendenciar o universo da pesquisa em um grupo fechado e com similitudes, devido às indicações terem sido feitas a partir de pixadores/as que se conheciam entre si. Eu procurei ao máximo conversar sempre com interlocutores de galeras diferentes, algumas até rivais, como mostrou tabela acima. Nesse aspecto, no capítulo dedicado à metodologia, aponte como tentei resolver esse possível viés do método escolhido.

⁴⁷ Conforme matérias jornalísticas citadas nos subtítulos do Capítulo 4.

⁴⁸ A Região Noroeste abarca diversos setores considerados periféricos. Na ocasião, a entrevistada preferiu não falar o setor em que morava.

Outro marcador social frequente no grupo foi o do nível de escolaridade. Das/os 18 entrevistadas/os, 11 informaram ter nível superior. E, desse universo, alguns ainda não haviam concluído curso superior, mas estavam cursando, de maneira que este dado demonstra diferença com os demais grupos de pixadores que constatei nos estudos de outras capitais do Brasil.

Dessa maneira, os estudos que pesquisei são categóricos ao apontar que esses/as jovens são, preferencialmente, de periferias e que muitos não têm ou não chegam a completar o ensino médio. Esse dado se confirma ao tratarmos de jovens pixadores/as que atuam em Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador e Piauí (ABRAMOVAY, 2010; COELHO, 2015; FRANCO, 2009; OLIVEIRA, 2012; SILVA, 2017).

Embora tenha constatado essas diferenças nos marcadores sociais entre pixadores/as de outras capitais em relação aos/as de Goiânia, nas entrevistas, foi possível detectar que, de modo geral, os jovens apresentam uma visão de mundo tão engajada e politizada quanto parte dos pixadores de outras capitais. Nos relatos, observei reflexões que apontavam uma insatisfação muito grande contra o governo, contra a violência policial e contra a falta de espaços públicos para lazer e esporte. Eles reconheciam que essas demandas eram de outros jovens também, de jovens que, na sua concepção, necessitavam muito mais do que eles. Em entrevista, Lotus disse:

A cidade não me oferece nada bonito. Porque que eu tenho que oferecer uma pixação bonita? A periferia tá aí, sem nada de bonito. Não tem escola, não tem lazer... a cidade não oferece nada aos mais pobres. (LÓTUS, 2018).

Lótus não se reconhecia como morador de periferia, mas se posicionava estar sempre a favor desses moradores. Outro aspecto importante é que os/as interlocutores/as sempre se distinguiram dos “playboys” ou jovens pertencentes a classe média. Os interlocutores Coyote e Dmic fazem essa distinção quando comentam sobre as festas que ocorriam na Região Noroeste e no Setor Sul e quem as frequentam atualmente:

Quando tinha festa na Região Noroeste os playboys também iam lá, não era só festas no Setor Sul que a gente frequentava não era sempre gente de todo lugar. (COYOTE, 2018).

Nas festas a galera se mistura mais. Antigamente em 2006 tinha mais gente da classe média. Hoje é mais pessoal de quebrada de periferia mesmo. (DMIC, 2018).

Nas narrativas, é perceptível que esses jovens não se veem como classe média. Contudo, também não se reconhecem como moradores de periferia. Na verdade, essa identificação sobre

qual classe pertenciam não foi muito bem esclarecida por elas/eles. Não obstante, a pesquisa sobre pixadores de Goiânia feita por Masson (2005) nos aponta um dado importante. Ele relata que, à época da pesquisa, os jovens pixadores estavam envolvidos com torcida organizada de futebol e moravam em regiões consideradas de classe média.

O território elegido pelo grupo como área de domínio é constituído por três setores próximos, setores Sudoeste, Coimbra e Jardim América. Estes setores representam o local de moradia da maioria dos membros do grupo. Estes bairros são ocupados, geralmente, por pessoas da classe média. (MASSON, 2005, p. 89)

Sendo assim, os jovens entrevistados por mim trouxeram essa mesma percepção:

Porque aqui em Goiânia começou mais elitizado, mas quando a gente chegou mais com a galera de outros setores, mais de periferia, de escola pública, a gente começou a chegar nas portas das escolas particulares. A galera antes da gente era mais elitizada. Tanto é que a gente chegava no role a pé e a galera com 16 anos chegava de carro. (COYOTE, 2018).

É sem dúvida uma linha tênue a distinção que esses jovens fazem entre si e os da classe média. Mas o que essa questão também aponta é que no Brasil o perigo de ser jovem independe das vulnerabilidades. Seria necessário aprofundar nessa questão, contudo, não teria tempo nessa tese.

A questão da renda foi um dado inconsistente, pois 5 dos entrevistados informaram não ter precisão e 9 deles disseram que, como trabalhavam por conta própria, a renda não era um valor fixo, e que, por isso, não saberiam informar com exatidão. Somente 4 dos entrevistados responderam à questão sobre sua renda. Percebi que existia um incômodo em responder sobre a renda. Portanto, este dado não considero confiável na pesquisa.

Ser classe média ou ser *playboy* para os/as pixadores/as é uma nomenclatura pejorativa. Entretanto, pude perceber que, para eles/elas o que é levado em consideração são fatores que se relacionam com a consciência crítica das questões políticas e sociais do mundo em que se vive, e não o fato de ter ou não dinheiro ou pertencer a uma classe específica. Nesse sentido, ser classe média ou “playboy” é ser alheio a questões políticas e sociais, e, no entendimento deles/delas, essas características são repreensíveis.

Parece útil aqui refletir na perspectiva das teorias de capital cultural e capital econômico de Bourdieu (1983). Certo é que esse grupo possui um capital econômico e um capital cultural, conforme os dados da pesquisa demonstraram, mas parece importante, dentro da economia das

trocas simbólicas, entre eles/elas, distinguir-se daqueles jovens que possuem somente capital econômico. Sendo assim, a questão sobre o pertencimento de classe vai ter mais visibilidade quando traçado um perfil dos cursos universitários frequentados e também nas profissões que executam atualmente.

A maior parte dos cursos frequentados pelos/as interlocutores/as (ou em que já são formados) são na área de Humanas, com exceção do curso de medicina mencionado. Todos/as terminaram o Ensino Médio e 12 deles trabalham em seu próprio negócio. Dois entrevistados disseram trabalhar em pequenos serviços e explicaram que faziam um pouco de tudo em serviços gerais, como, por exemplo, consertos e serviços de pintura residencial, pois entendiam do material e da técnica utilizada para pintura.

Esse universo de jovens pesquisados/as foge à regra do atual cenário juvenil brasileiro.⁴⁹ Dentre os 18 entrevistados⁵⁰, somente a interlocutora Musa informou categoricamente estar desempregada. Foi a única que falou estar procurando um emprego para poder se manter. Todos/as os/as outros/as, quando questionados/as se tinham alguma ocupação ou se estavam trabalhando no momento, responderam: “Eu não estou trabalhando”.

É muito interessante esta questão, visto que é comum as pessoas responderem algo como “estou desempregado/a” ou “estou à procura de um emprego”. Mas esses/essas interlocutores/as não verbalizaram dessa maneira e tão pouco demonstraram estar nessa situação. Diziam: “Não trabalho, só estudo ou não estou trabalhando no momento” e seguiam em silêncio, aguardando a próxima pergunta. Dos/as 5 jovens a dizer que não estavam trabalhando naquele momento, todos/as moravam com suas respectivas famílias. Dos 18 jovens, 7 moravam com suas famílias e informaram ajudar financeiramente em casa. As características, escolaridade, curso e trabalho apontaram que o grupo pesquisado, majoritariamente, não pertence à classe trabalhadora.

Paralelamente, o local de moradia, conforme demonstrado no Quadro 1, também é um dado que nos leva a crer que são jovens de classe média.

Por outro lado, podemos também refletir sobre a possibilidade deste grupo ser resultado de políticas públicas dos últimos 15 anos do governo do Partido dos Trabalhadores (PT), e que acessaram um patamar de escolarização diferenciado, devido a políticas educacionais aplicadas à época. Nesse aspecto, o Brasil passou a inserir uma camada de jovens e adultos no Ensino

⁴⁹ Sobre este assunto ver: CARDOSO, Adalberto. Juventude, trabalho e desenvolvimento: elementos para uma agenda de investigação. **Cad. CRH**, Salvador, v. 26, n. 68, p. 293-314, ago., 2013. Disponível: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792013000200006>. Acesso em: 27 Set. 2019.

⁵⁰ Lembrando que dois dos 20 entrevistados não aceitaram assinar o TCLE inviabilizando assim o uso de suas entrevistas

Superior, tanto nas universidades federais e estaduais, quanto nas universidades particulares, o que proporcionou novas e maiores chances no mercado de trabalho para determinados grupos. Parte dos/as entrevistados/as informaram ter cursado Ensino Superior nos últimos oito anos em universidades particulares, com algum tipo de bolsa, e uma entrevistada informou estar cursando universidade pública.

Mas o que esses dados vêm a desvendar sobre o grupo pesquisado, diferentemente de outras pesquisas com pixadores/as, é que essa é uma juventude aparentemente não vulnerável economicamente ou que possui um maior capital econômico que muitos outros jovens. Não são jovens pobres, marginalizados, excluídos e periféricos que precisam ser ouvidos e atendidos como descritos na maioria das pesquisas apresentadas sobre esse tema. Certo é que os/as jovens participantes desta pesquisa apresentam ter as necessidades básicas resolvidas (escola, saúde, moradia etc.), mas almejam o direito aos espaços da cidade. Desejam assim, o direito à cidade, o direito ao lazer, à diversão e a atividades gratuitas, ainda que eles/elas possam pagar, ou seja, querem uma outra forma de viver a cidade, pois, para eles/as, não se trata de ter o básico.

Obviamente, talvez esses/as jovens almejem uma cidade menos privatizada. Isto significa dizer que esse grupo de jovens ambiciona outras formas de se relacionar com o que é público, com a rua e com a própria cidade em que vivem

3. A GRAFIA DA CIDADE

Certo é que diferentes são as formas de se apropriar ou de ocupar a cidade pelas juventudes, assim como são diversas as práticas simbólicas utilizadas para essa apropriação. Assim como descrito em capítulos anteriores, existem diferenças nas pixações a depender da cidade em que ela é impressa. Ela também se distingue entre os grupos e os indivíduos de uma mesma cidade, demonstrando assim um campo de saber de quem a faz e dos que se utilizam dela para se comunicar. Desse modo, na pixação, existe um “saber fazer” que está submerso e inacessível ao olhar desatento das/os caminhanes cidadinas/os.

Segundo os/as interlocutores/as, verem seu próprio pixo nos muros é sinônimo de fazer parte da cidade. Na pixação, existe a possibilidade de expressar sua identidade (individual e coletiva) e de fazer parte de um grupo. Nessa perspectiva, os/as entrevistados/as me explicaram que, para eles/elas, a cidade é de quem faz a cidade e que esse “fazer” está na feitura da pixação.

Sendo assim, a partir das narrativas desses/dessas jovens, apresento as características desse saber com fotos das pixações locais, suas especificidades e também as diferenças postas em relação às pixações feitas nas cidades de São Paulo e Brasília.

Nesse capítulo, apresento também parte de minha etnografia, incluindo a descrição da saída noturna que fiz acompanhando um de meus interlocutores, e, nela, descrevo como é o cotidiano desses/dessas jovens e todas as implicações contidas na prática da pixação.

3.1 A cidade é de quem faz a cidade

*Toda cidade tem pixação.
A pixação é o cartão postal da cidade.
Coyote (2018)*

Em 2017, quando cheguei em Goiânia para iniciar meus estudos sobre pixação, percebi uma cidade com pouca pixações em comparação a outras cidades que já havia visitado (Brasília, Salvador, São Paulo e Porto Alegre). De fato, nas primeiras entrevistas com os/as pixadores/as, eles/as mesmos/as confirmaram que, na última década, ocorreu uma diminuição considerável nas pixações. Em parte, os/as entrevistados/as não souberam me falar ao certo qual seria o real motivo, mas afirmaram que quem ainda estava na ativa tinha que manter certo cuidado devido à atuação violenta da polícia caso houvesse flagrante, pois havia uma busca desproporcional da polícia em relação aos pixadores.

Depois, durante a realização dos grupos de discussão, essa questão foi melhor explicada pelos/as interlocutores/as. Segundo eles/elas, havia um grande inquérito aberto pelo Ministério Público de Goiás (MPGO) com uma fina investigação da Polícia Civil que havia identificado e detido mais de 15 pixadores/as em 2012⁵¹ e que voltou à tona no ano de 2020 – poderia ser esse um dos principais motivos para a diminuição na prática da pixação nos últimos anos.

Para esses jovens, é bastante significativo percorrer e conhecer a cidade, descobrindo, assim, os melhores lugares para imprimir sua pixação. Esse trânsito é mais comum no período noturno, que limita a vigilância de transeuntes e da polícia. Passando por diferentes pontos da cidade, e transcendendo a dicotomia entre centro e periferia, um dos interlocutores explica:

A gente arrumava umas festas para ir, aí o caminho da festa era o rolê do pixo. A gente pegava o último ônibus e escolhia o lugar mais longe, ia de buzão e voltava a pé pixando (...) dormia na rua muitas vezes, tinha que tá todo mundo junto por que era tenso encontrar polícia na madrugada. (NOITE, 2018).

Segundo esse relato, é possível perceber que os/as jovens buscavam vagar pela cidade à procura do “lugar mais longe”, para que, dessa forma, fosse possível deixar um maior número de pixos. Para o interlocutor, o motivo do rolê era ir até uma festa, mas a festa nem importava tanto, pois o verdadeiro intuito era, de alguma forma, percorrer a cidade e marcar o máximo de espaços com a grafia, deixando por todos os cantos sua assinatura.

⁵¹ Para saber mais, ver Ferreira e Mendes (2018).

Por outro lado, a tensão de “encontrar polícia na madrugada” demonstra que um grupo de jovens vagando ou dormindo na rua é algo não previsto e, até certo ponto, não permitido, e isso era motivo de interceptação e uso da violência por parte da polícia e da vigilância privada, conforme descrito no Capítulo 4.

Nesse aspecto, percebemos que a rua é um local público, mas nem tanto. Pessoas que vagam ou dormem nas ruas nunca foram aceitas comumente por nossa sociedade. Indivíduos que se utilizam dos espaços públicos dessa maneira são facilmente relacionados a delinquência e criminalidade. Teresa Caldeira, pesquisadora do tema, apontou que:

Desde os tempos de Baudelaire, vagar pela cidade foi mais para uns — homens, ricos, dândis — do que para outros — mulheres, pobres, negros, jovens. O controle dos movimentos em público nunca deixou de estar no cerne da preocupação dos governantes e das suas tecnologias de segurança. Desde os primórdios das cidades modernas, circular por circular, andar em grupos, dar uma volta, ou dar um rolê, são atividades que acabam sendo escrutinadas e, no limite, criminalizadas, a não ser que os protagonistas pertençam a grupos privilegiados. (CALDEIRA, 2014, p. 13).

O fato deste grupo estar na rua de noite já o coloca em situação suspeita. Suas roupas, seus pertences e a forma de andar expõem mais seus corpos do que outros. Os relatos apontam que sempre que abordados pela polícia eram questionados do porque estavam na rua naquele horário e que o estavam fazendo naquele local.

Muitas vezes fui parado pela polícia, mas o baculejo era só perguntas: Para onde você vai? Onde você mora? O que tá fazendo nesse horário aqui na rua? Depois eles liberavam a gente. (BIZON, 2018).

Essa abordagem é rotineira para a polícia e faz parte das estratégias de segurança pública das cidades brasileiras de maneira geral. Isso indica que alguns indivíduos (ou grupos) são tidos como mais suspeitos que outros. Ou, sendo mais explícita, isso significa que: jovens, negros e pobres serão, preferencialmente, mais abordados. Nesse aspecto, podemos inferir que transitar em determinados horários e locais pela cidade é privilégio de alguns, mas os/as pixadores/as infringem essa lógica.

Como bem disse um dos interlocutores: “a cidade é de quem faz a cidade”. Fica aqui a pergunta: quem de fato “faz a cidade?”.

Para eles, “fazer” a cidade é pixá-la, significa imprimir sua marca, sua assinatura, sua grafia, isto é, de alguma maneira, ver-se nela, na cidade. Assim, é por meio da pixação que esse grupo constrói seu sentimento de pertencimento à cidade. Segundo eles:

Acho que espaço pixado é espaço ocupado e é assim que vejo a cidade, nos lugares que eu pixo são lugares que estive, que ocupei, tava lá vazio. (ANARK, 2018).

Você vai perceber que toda cidade tem pixação. A pixação tá no mundo. Você vai ver três tipos de pixação; a de protesto, a poética e a que vai ter uma estética de caligrafia que é a que eu faço. Mas, todas elas estão nas cidades de forma misturada e eu acho que todas essas pessoas que fazem qualquer uma delas se sentem representadas na cidade em que vivem. (GRUPO DE DISCUSSÃO 2).

Nessa perspectiva, a ideia de pixar aponta uma maneira de se colocar na cidade, ou seja, imprimir certo tipo de caligrafia nos espaços públicos faz com que pessoas invisíveis se sintam representadas. Essas interpretações nos dão pistas de como os/as jovens que participam de tais grupos, entendem a prática da pixação. Djan (Crypta), um dos mais reconhecidos pixadores do Brasil, vai falar que “o pixo” é uma forma de reconhecimento e de resistência. Aponta ele que, na cidade, o espaço público atende a interesses privados, surgindo, assim uma necessidade de ocupar esse espaço, que lhes é negado de antemão. Para Djan, “o pixo só existe porque o muro (assim como, outros espaços públicos) foi negado antes”⁵².

Para esses/as jovens, a pixação é uma forma de existirem e se reconhecerem na cidade. No limite, a pixação vem a ser uma possibilidade de muitos jovens não serem mais anônimos e invisíveis, de serem reconhecidos entre si e pela sociedade. Assim, para essas/os jovens, existir na cidade passa pelo “pixo”. Na cidade, feita da disputa por espaço, como diz Caldeira (2014), há lugar garantido para alguns, mas não para todos, de modo que a pixação se tornou a expressão daqueles grupos que necessitam disputar por espaço para garantir seu lugar na cidade.

3.2 A deriva com as/os pixadoras/es

Quando comecei a fazer o trabalho de campo dessa pesquisa logo fui informada pelos/as interlocutores/as que eu teria de sair em um “rolê” junto com eles/elas. Embora tais “saídas” já estivessem previstas na metodologia da pesquisa, na companhia dos/as pixadores/as, também

⁵² Entrevista dada a rádio escafandro, 09/06/2021. Para saber mais ver: <https://www.radioescafandro.com/2021/06/09/50-gente-invisivel-nao-estraga-parede/>

fui cobrada no sentido de aprender a ler e diferenciar os alfabetos elaborados por eles/as, o que exigiu de mim bastante pesquisa e treino.

Nas próximas páginas, farei uma exposição de amostras (colhidas mediante o registro fotográfico) da “pixação goiana” e suas especificidades, assim como, as diferenças entre a sua grafia e a de outras cidades. Em primeiro lugar, destaco que a pixação na cidade de Goiânia, assim como em Brasília, é conhecida, de acordo com os/as interlocutores/as, como “sanfonada”.

Figura 5 – Pixação Goiana.



Fonte: Acervo próprio (2018).

A foto acima, tirada no Setor Oeste, bairro nobre da cidade, apresenta em destaque dois codinomes (ou “apelidos”, como se diz em Goiânia) inscritos em um portão de cor preta: Kaya e Anark; e, ao lado, o nome de sua galera: Lua.

Abaixo, apresento outra pixação tipicamente goiana, localizada na fachada do Cinema Apolo, no Setor Leste Universitário, com as inscrições de dois apelidos: Aice e Adega.

Figura 6 – Pixação Goiana 2.



Fonte: Acervo próprio (2018).

Na foto abaixo, é possível perceber, em um mesmo espaço, a mistura de estilos de pixo – bombs, tags e grapixos – ou de diferentes técnicas gráficas dentro da estilização da pixação.

Figura 7 – Parede com mistura de estilos.



Fonte: Acervo próprio (2018).

Na foto abaixo, de um muro localizado entre a Av. Goiás e a Av. Anhanguera, no Centro (Setor Central) de Goiânia, é possível ver diferentes intervenções urbanas junto da pixação, como, por exemplo: o lamb-lamb (eu amo Goiânia *cnem* doido), o estêncil (casal se abraçando debaixo de um guarda-chuva) e tags.

Figura 8 – Pixações e intervenções artísticas.



Fonte: Acervo próprio (2018).

A escrita abaixo é conhecida como Tag. Essa escrita é conhecida por ser uma abreviação do codinome utilizado/a pelo/pela pixador/a. A Foto foi tirada do portão da escola pública Liceu Goiano, localizada no Centro de Goiânia.

Figura 09 – Escrita conhecida como Tag.



Fonte: Acervo próprio (2018).

Na próxima imagem, apresento um muro do tipo “agenda”. A agenda é construída com diversos pixos e em locais de grande visibilidade, normalmente bastante disputados, como, por exemplo, esse da foto, que fica na Av. 86, no Setor Sul, um bairro centralizado da cidade.

Figura 10 – Muro chamado de agenda.



Fonte: Acervo próprio (2018).

Outro tipo destacado pelos/as interlocutores/as é o “muro eterno”, que significa um local onde uma pixação fica por muito tempo, e isso dá bastante visibilidade para o autor da grafia. Na foto abaixo, vemos um muro eterno feito por Tupac e Troko, pixadores que não estão mais na ativa, mas são conhecidos pelos demais e reconhecidos por muitas outras pixações suas pela cidade. Ao que tudo indica, essa pixação deve ter mais de 8 anos.

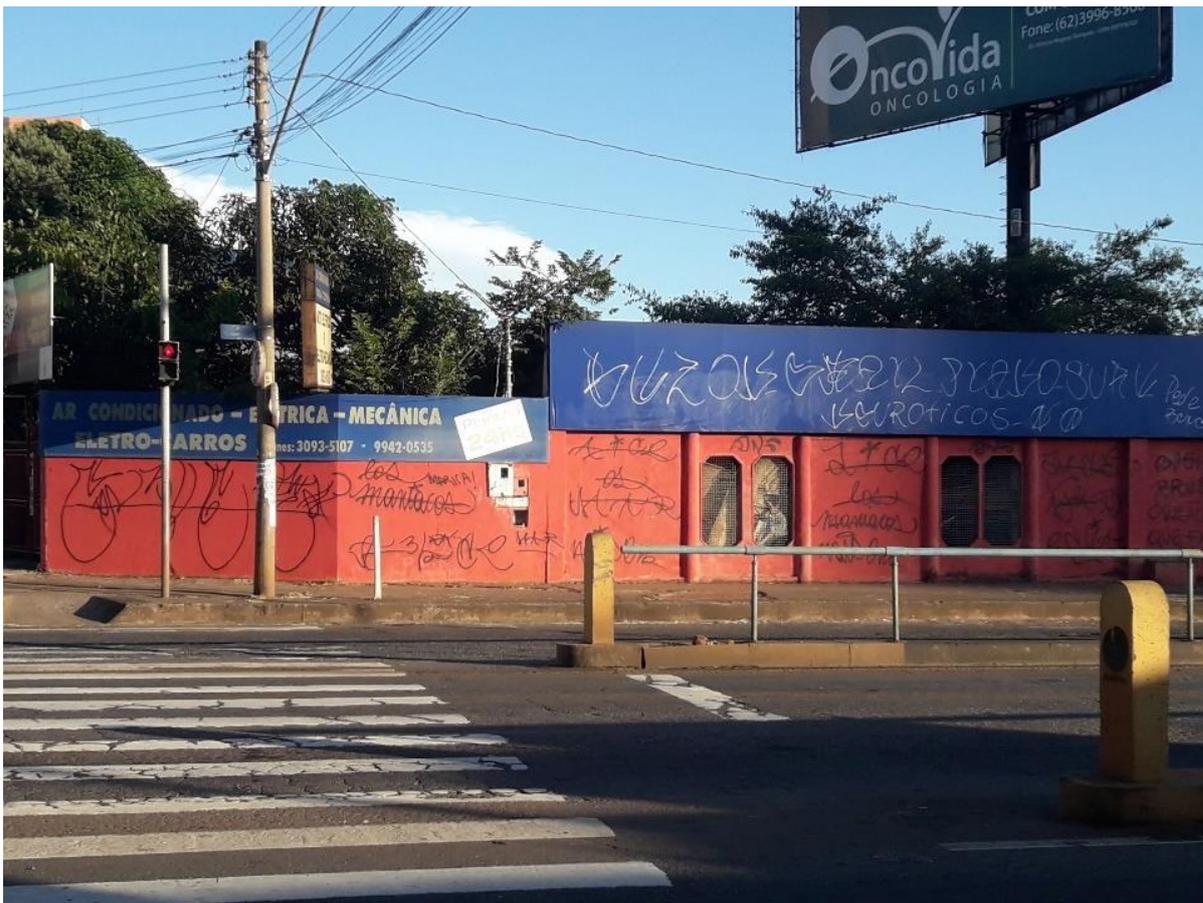
Figura 11 – Muro considerado “eterno”.



Fonte: Acervo próprio (2018).

O “atropelo” é um conflito bastante comum entre as/os pixadoras/es. Existe na maioria das cidades e é feito quando um pixador passa sua pixação por cima de outra já existente ou ainda em que se risca com um traço (ou com um X) por cima outra pixação existente (o que em Goiânia se chama “anular”), conforme foto abaixo:

Figura 12 – Exemplo de atropelo na pixação.



Fonte: Acervo próprio (2018).

É possível a pixação ter conotações políticas, o que não é necessariamente comum, mas alguns interlocutores informaram que, casualmente, aproveitam do momento da pixação para “mandar” algumas frases de protesto, conforme mostram as Figuras 13 e 14.

Figura 13 – Pixação com intervenção política.



Fonte: Acervo próprio (2020).

Nessa imagem, além da assinatura de meu interlocutor Bizon e de outro pixador, ao lado direito, nota-se a letra N dentro de um círculo, que significa *Neuróticos*, o nome da “galera”, e, ao lado, uma frase com conotação política: Fora Bolsonaro.

Figura 14 – Pixação com intervenção política 2.



Fonte: Acervo próprio (2021).

A frase escrita é: “Quem dá mais prejuízo [:] 100 pichadores ou 1 político vivo?”

A pixação pode, também, fazer referência a torcidas organizadas e a facções criminosas. Na imagem abaixo, vê-se no muro a sigla da Torcida Esquadrão Vila Novense (TEV), apoiadora do Vila Nova Futebol Clube, que demarca território, principalmente, em relação às torcidas do Goiás Esporte Clube, como a Força Jovem Goiás (FJG), por exemplo.

Figura 15 – Pixação de torcida organizada.



Fonte: Acervo próprio (2020).

Abaixo a escrita “ proibido roubar na quebrada” está relacionada a pixações de grupos de tráfico de drogas com intuito de marcar território.

Figura 16 – Pixação de facção criminosa.



Fonte: Acervo próprio (2020).

Abaixo, segue um exemplo da “pixação de escalada”, que não é tão comum em Goiânia, sendo um estilo mais comum em capitais mais verticais ou com mais prédios, como São Paulo. Nessa modalidade, exige-se a habilidade de escalar e, muitas vezes até, utilizar-se equipamentos de rapel⁵³. A dificuldade de acesso ao local em que se faz a pixação é proporcional ao *status* que alcança entre os/as pixadores/as, além de dificultar sua “anulação” por galeras rivais. Nota-se que na pixação retratada abaixo foram utilizadas duas técnicas: rolinho com extensor e *spray*.

Figura 17 – Pixação de escalada em prédio de Goiânia.



Fonte: Acervo próprio (2020).

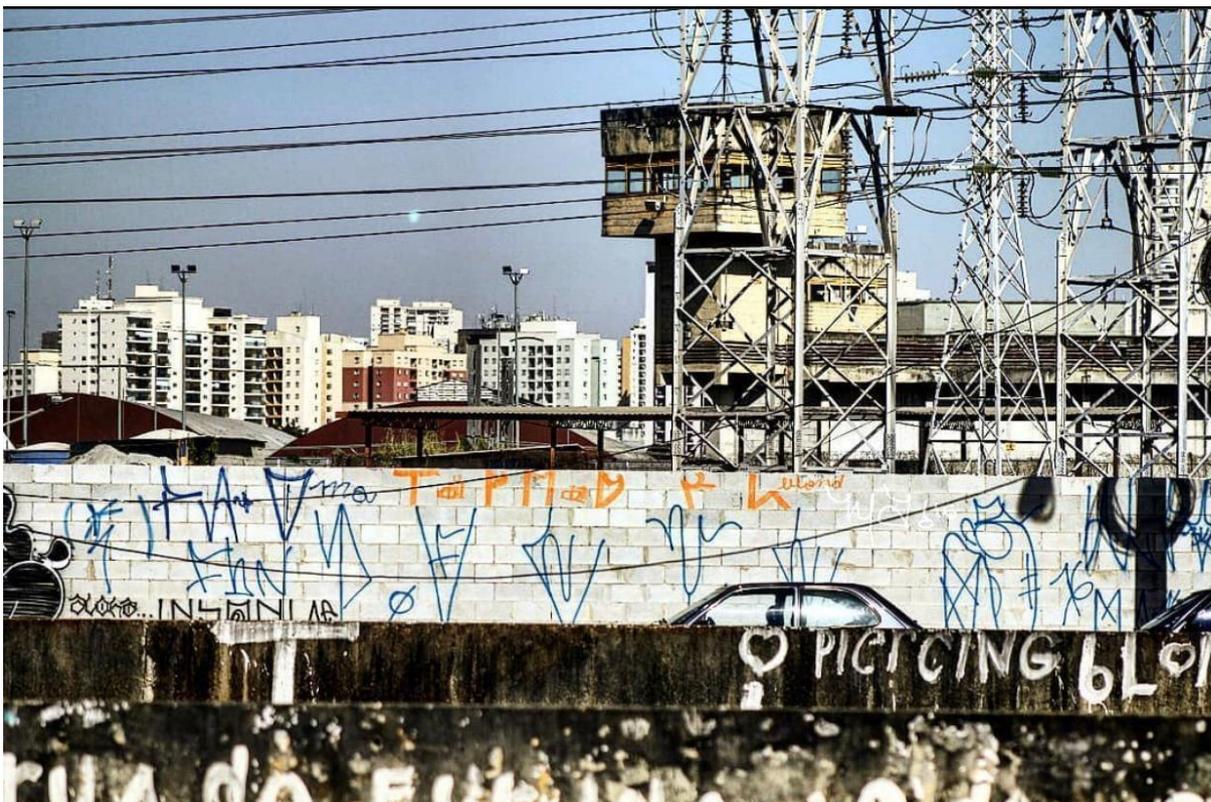
⁵³ Rapel é uma atividade vertical praticada com o uso de cordas e de equipamentos adequados para a descida de paredões e vãos livres, bem como edificações. Trata-se de uma atividade criada a partir das técnicas de escalada e que requer cuidados com a segurança do praticante.

Figura 18 – Pixação de escalada em prédio de São Paulo.



Fonte: Foto cedida gentilmente pelo pixador Pivete (2021).

Figura 19 – Pixação típica paulistana “Tag Reto”.



Fonte: Foto cedida generosamente por Pivete (2021).

A pixação paulista é conhecida pelo seu estilo chamado “Tag Reto”, feito de letras retas e pontiagudas, e por isso se difere das pixações goianas e brasilienses, que costumam ser mais arredondadas.

Nessas fotos, fornecidas por pixadores, podemos notar as diferenças entre as grafias das pixações de São Paulo e Brasília. Na imagem a seguir, vemos uma pixação feita em Brasília, que segue o estilo conhecido como “sanfonado”, tal qual a pixação goiana, e de forma diferente da paulista, mostrada na foto anterior.

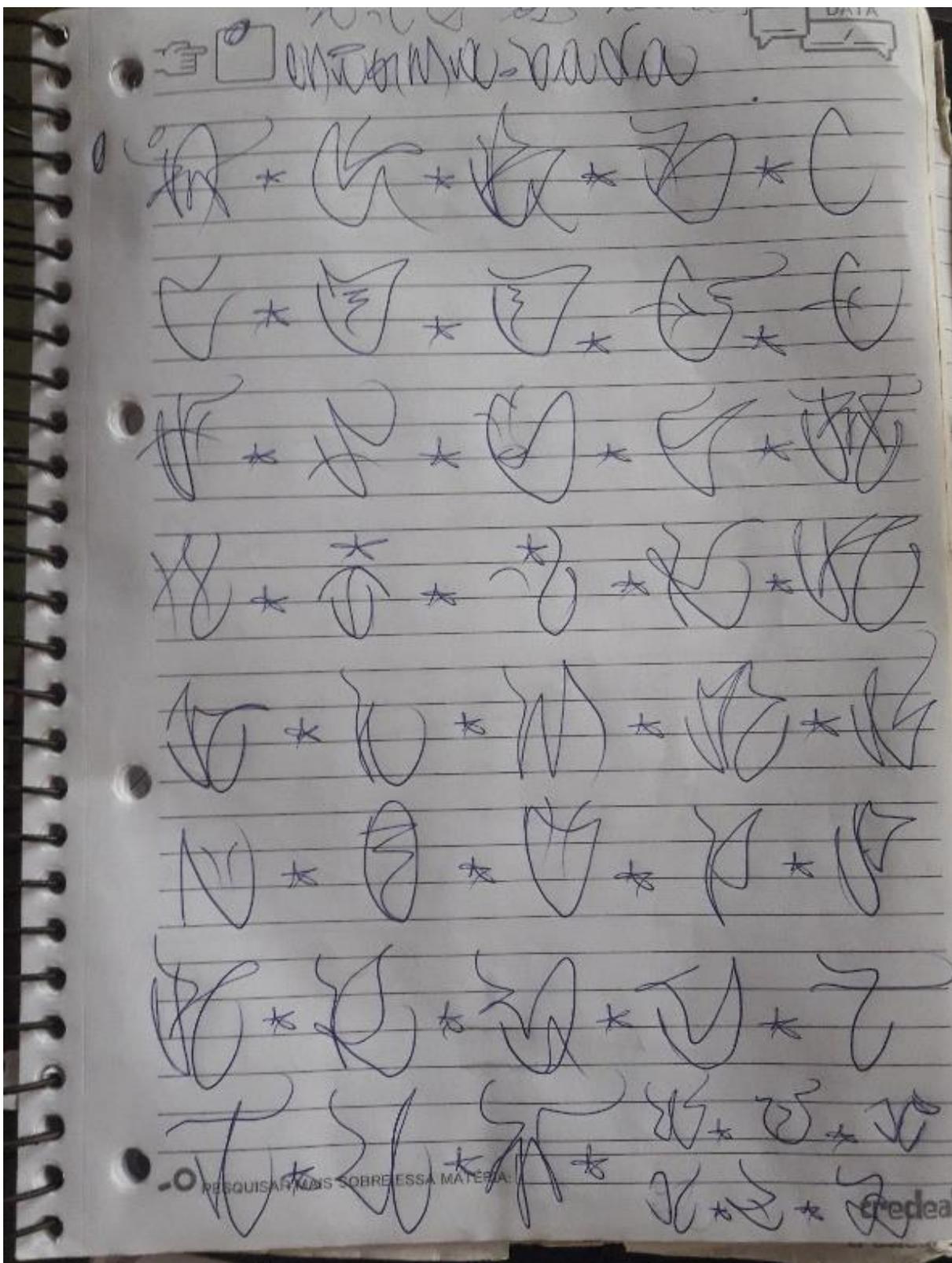
Figura 20 – Pixação típica de Brasília “Sanfonada”.



Fonte: Foto cedida gentilmente pela pixadora Kaly (2021).

A grafia de Goiânia se assemelha à de Brasília, o que não a impede de ter seus próprios alfabetos e subestilos, conforme dito pelas/os interlocutoras/es, apontando ainda para a questão da individualidade. Pois, para fazer pixo considerado bom, é necessário treinar as letras a partir de variações de um alfabeto (ou conjunto de alfabetos), e, dessa maneira, com a prática, como ocorre na caligrafia convencional, cada pixador/a acaba elaborando a própria forma de escrever.

Figura 21 – Imagem de um alfabeto típico goiano.



Fonte: Acervo próprio (2018).

Recebi esse alfabeto logo no início do trabalho de campo, cedido a mim, segundo as/os interlocutoras/es, como referência, para que eu conseguisse ler e entender a pixação na cidade de Goiânia. Contudo, até o final do trabalho de campo, eu ainda não havia me alfabetizado – o que torna esse alfabeto útil ainda.

A grafia de Goiânia tem suas especificidades, um estilo próprio, exprimindo um código muito bem trabalhado entre os/as autores/as. As/os pixadoras/es se reconhecem, sabem quem escreveu, assim como a galera e a região a que pertencem, demonstrando assim o sentimento de pertencimento, a territorialidade e a visibilidade na cidade que a pixação produz.

3.3 Bora dar um rolê hoje? Tem umas promoções ali!

No final do segundo semestre de 2018, quando já estava mais familiarizada com as/os interlocutoras/es e com a cidade de Goiânia, isto é, já havia feito várias saídas solitárias durante o dia, buscando entender a cidade a partir de suas narrativas, e minha primeira saída noturna, acompanhando atividades de pixação. Nesse aspecto, o que estou chamando de “saída noturna”, para os/as pixadores/as, pode significar um “rolê” ou uma saída em busca de “promoções” – que são muros disponíveis para pixação, conforme me foi explicado pela pixadora Kaly.

Essa saída noturna se deu junto ao primeiro pixador que entrevistei na pesquisa: Anark. Combinamos de sair após as 23h, pois, na época, tanto eu, quanto ele, trabalhávamos até o final do dia. Saímos do Setor Leste Vila Nova, de moto, e, para não chamarmos muita atenção, fomos somente nós dois. Perguntei se tínhamos uma rota⁵⁴ pré-estabelecida e Anark disse que sim, pois já havia mapeado espaços interessantes durante a semana, enquanto transitava na cidade.

Saímos do Setor Vila Nova, na Região Leste da cidade de Goiânia, em direção à Região Noroeste, região mais afastada do centro. A rota sempre começa por um ponto mais longe, e, no retorno, vai-se fazendo as pixações nos locais planejado, entretanto, surgem lugares atrativos no caminho e é preciso parar neles para não perder a “promoção” ou a oportunidade, tal como ocorreu nessa noite.

A cidade de Goiânia é conhecida por ser bastante arborizada e por isso necessita de uma iluminação pública acentuada. Entretanto, acaba sendo uma cidade bastante mal iluminada⁵⁵.

⁵⁴ No mapa apresentado no Anexo A, que disponibilizo para facilitar o entendimento do/a leitor/a, faz-se possível situar alguns dos setores da cidade de Goiânia.

⁵⁵ Para saber mais, ver: <http://www.mpggo.mp.br/portal/noticia/municipio-de-goiania-tem-prazo-ate-quinta-feirapara-fazer-troca-de-lampadas-da-iluminacao-publica>

Se, por um lado, isso facilita a vida dos pixadores, por outro, passa sensação de insegurança e medo entre os transeuntes.

Ao longo do trajeto, percebi que, quando parávamos e descíamos da moto, havia quatro oponentes em potencial: a Polícia Militar, os seguranças privados, os moradores e os cachorros.

Ao descer da moto, enquanto Anark abria a mochila para escolher a lata de *spray* que usaria, eu me distanciava para a retaguarda, e, caso alguém se aproximasse, estava incumbida de avisar com antecedência. Com o barulho das latas, que possuem uma esfera metálica dentro e devem ser agitadas antes do uso, e o próprio som do *spray*, algumas vezes, ouvíamos, atrás do muro, cachorros enlouquecidos latindo. Contudo, havia por parte do interlocutor a rapidez de fazer os traços na parede, a habilidade de utilizar o “jet”⁵⁶ e saber o distanciamento, o posicionamento e a força corretos para apertar o bico – parece simples, mas não é.

A ação levava no máximo um (1) minuto. Em situações menos comuns, pela extensão do espaço a ser pixado, levava até 4 minutos. Findada casa sessão, ele guardava a lata, subíamos na moto e partíamos para o próximo ponto. Nesse trajeto, passamos em uma rotatória, ao lado do Aeroporto Internacional de Goiânia (Santa Genoveva), de frente a uma antiga vila militar, onde se encontra o 1º Batalhão de Ações de Comando da Polícia Militar de Goiânia. Esse foi um dos pontos que surgiu no caminho, que não estava previsto pelo pixador, uma oportunidade típica de “promoção”. Boa parte da extensão do muro do aeroporto estava “lisinho”, entretanto, o muro dava de frente ao batalhão militar. Paramos a moto na avenida, na parte que estava mais escura, contudo, do outro lado da rotatória, o batalhão estava bem iluminado, a inscrição levou 3 minutos, pois o muro do aeroporto era alto e largo. Subimos na moto de novo, contornamos a rotatória, passamos de frente ao batalhão e, de lá, era possível ver a pixação. Nesse momento, pensei: Que audácia! E seguimos para o próximo muro.

Em seguida, percorremos uma rodovia estadual, aqui conhecidas como GO, por uns 10 minutos, e chegamos mais ao fundo da Região Noroeste de Goiânia, considerada uma região periférica. Chegamos no Setor Balneário Meia Ponte, eu nunca havia estado lá. Alguns setores de Goiânia, além de serem pouquíssimo iluminados, são, comumente, vazios durante a noite, entretanto, percebi uma movimentação diferente de pessoas nesse setor. Quando Anark reduziu a velocidade, notei que se tratava de “nóias”⁵⁷.

⁵⁶ É a forma como eles chamam a lata de *spray* de tinta.

⁵⁷ Nomeação dada a pessoas que estão sob o efeito de drogas, em especial, *crack*. A palavra nóia é um diminutivo da palavra paranoia.

Percebi pessoas sentadas em baixo de marquises e enroladas em cobertores e outras transitando de um lado para outro sem muito sentido. Vimos um muro em uma esquina, paramos a moto, um pouco distantes dos nórias, quando Anark disse: “vou fazer esse muro aqui rapidinho porque aqui é região dos GDA [Grafiteiros de Atitude]”. Anark explicou que os GDA são uma galera considerada rival de várias galeras em Goiânia e fazer um pixo naquela região poderia ser provocativo, pois nos últimos tempos havia ocorrido algumas desavenças por atropelo de grupos de outras galeras com os GDA. A ação contada no relógio durou 2 minutos, mas, para mim, uma eternidade, pois, embora a pixação em Goiânia nos últimos anos tenha apresentado uma menor rivalidade entre as galeras, pareceu-me bastante ousado estar ali naquela hora da madrugada – o relógio já apontava 1h da manhã e ainda havia a presença dos nórias que, embora estivessem imersos em um mundo à parte, deixavam o cenário bastante assustador.

Passamos pelo Residencial Recanto do Bosque, Anark realizou mais algumas inscrições e voltamos. Seguimos pela Av. Nerópolis até a Perimetral Norte, avenidas estas que também são rodovias estaduais, e paramos algumas vezes. Nestas, existem muitos terrenos baldios com vigilância privada. Segundo Anark, esses vigias costumam estar armados durante a noite e, por isso, é preciso ser rápido na pixação. De fato, escutei, em algumas das entrevistas, histórias de pixadores que haviam sido ameaçados com arma de fogo por vigilantes.

Seguimos de moto no sentido da Região Oeste. A cidade parecia mais escura e vazia do que nunca. Poucos eram os automóveis que passavam por nós. Logo avistamos uma avenida com muitas portas de comércio “lisinhas”, contudo, antes de pararmos, vimos uma viatura de polícia a alguns metros de distância, em velocidade reduzida. Desistimos e seguimos para outro setor.

Fomos em direção ao centro da cidade. Nesse trajeto, havia uma maior movimentação de carros e motos e um pouco mais de iluminação pública nas avenidas. Paramos de baixo de um viaduto bastante movimentado, com caminhões e carros, descemos, e, enquanto eu ficava de sentinela, Anark pegou as últimas latas de tinta que tinha e, rapidamente, fez sua grafia. No momento, passou por nós um caminhão em alta velocidade buzinando, depois, passaram outros carros em alta velocidade e com farol alto. Tínhamos somente um pequeno espaço de calçada entre a avenida e o muro, de modo que, caso a polícia chegasse, não teríamos para onde fugir, seria flagrante na certa. Terminado o pixo, subimos rapidamente na moto e fugimos dos olhares curiosos e perplexos dos motoristas que viram a pixação com a tinta ainda fresca.

No caminho, Anark foi me mostrando diversos pixos pela cidade, identificando quem os havia feito, sua galera e qual setor pertenciam. Para ele, a cidade se mostrava, então, cheia

de sentidos – sentidos baseados em grafias que, à luz do dia, aos olhares de transeuntes comuns, não significavam muito mais que poluição visual, sujeiras nos muros.

Na Região Leste da cidade, quando já estávamos concluindo o “rolê”, pois as latinhas estavam findando, ao passar pela Marginal Botafogo, uma das vias mais importantes de Goiânia em termos de fluxo, foi possível ver o que restou de uma galeria a céu aberto, que continha as mais variadas intervenções, entre grafites, bombs, grapixos, tags e pixações, distribuídas por praticamente toda sua extensão. Muitas destas intervenções se encontram um tanto já apagadas pela ação do tempo e muitas outras por peças de propaganda que as sobrepuseram, contudo, é ainda um excepcional registro da cultura visual urbana de Goiânia, bem como da atuação dos/as mais anônimos/as e conhecidos/as autores/as.

Na Av. Independência, que se inicia no Setor Campinas, atravessa por todo o Setor dos Funcionários, corta ao norte o Setor Central e contorna o Setor Leste Vila Nova, findando-se na Praça da Bíblia, paramos à altura do Setor Leste Vila Nova para fazer a última pixação. Um morador de rua dormia bem perto da porta de comércio que Anark escolheu para a pixação, mas nem percebeu nossa presença. Quase já não passava mais carros. Na avenida vazia e escura, escutava-se apenas o som do “jet”, um barulho que realmente parecia levar a alguma forma de transe. A pixação foi feita em uma fachada de pelo menos quatro metros de comprimento por três metros de altura, exigindo do pixador um esforço corporal que o deixou ofegante. A pixação exige corporalidade e agilidade, de fato, não é uma atividade para qualquer um.

Cheguei em casa ainda com muita adrenalina. Não consegui escrever e nem dormir. O trabalho de campo me exigiu demasiados esforços físicos e emocionais. O que posso dizer sobre essa ida a campo é que senti a todo momento muito medo e, ao mesmo tempo, percebi na ação do pixador muita audácia e coragem. Mas a palavra que resumiu o “rolê”, para mim, foi medo. Eu senti medo da polícia, dos vigilantes, dos cachorros, dos moradores que tiveram seus muros pixados e, no limite, também senti medo por estar sozinha com meu interlocutor de madrugada, andando de moto pelas ruas da cidade de Goiânia. Quando combinei essa primeira saída com o interlocutor eu optei por não comunicar meu orientador, pois tive receio de ouvir uma resposta negativa. Só o informei após haver concluído tal empreita. Assim, fui campo sabendo dos riscos e por acreditar nesta pesquisa, pois sabia o quanto a experiência do campo me aproximaria da realidade narrada pelos/as pixadores/as.

3.4 Por que importa o estudo da pixação?

Ao pensar sobre pixação nas cidades brasileiras, há a possibilidade de refletir sobre os indivíduos e grupos que reivindicam espaços que não foram designados para eles⁵⁸. Deste ponto de vista, é colocada em xeque a defesa desproporcional que se faz da propriedade privada em detrimento dos espaços públicos. Algumas narrativas das/os interlocutoras/es apontaram que, mesmo quando estão pixando em locais degradados ou abandonados, a polícia ou os transeuntes tendem a reclamar com esses jovens:

Você vê, mesmo no dia em que eu estava fazendo a porta de um comércio abandonado na rodovia, ali na saída da GO (rodovia), teve gente gritando do carro me chamando de vagabundo e a viatura também parou para saber o que eu estava fazendo. Era um lugar que estava abandonado há meses e cheio de lixo. (ENIGMA, 2018).

Desse modo, a pixação traz à tona a importância dada pela sociedade para a propriedade privada, demonstrando como se dá o processo de segregação de determinados grupos de jovens, mesmo quando esses procuram ocupar espaços ociosos, e ainda deixa posta a discussão sobre o direito à cidade. A pixação aciona diversos temas para reflexão. Entendo que o primeiro deles seja a questão da forma como compreendemos a convivência nas nossas cidades, que leva às questões do acesso e das formas de ocupação dos espaços públicos nos centros urbanos. Sobre a questão, um dos entrevistados comentou:

É todo um projeto maior de sociedade. É esse conceito burguês do que é permitido e do que não é permitido. A pixação é a grande afronta ao que é a propriedade, né? E é uma estrutura fundante desse esquema todo de sociedade é uma forma de marginalizar certos grupos, né? São muitos fatores para criminalizar essa expressão que é a pixação tentando dizer que é uma coisa maléfica para a sociedade, então, tem toda uma construção para que isso seja criminalizado mesmo. É esse lance de que tudo tem que ser limpinho é uma coisa muito burguesa, né? (FULANO, 2018).

É importante notar que ambos esses relatos convergem. Enigma comentou que estava pixando um local abandonado, degradado, “cheio de lixo” e, mesmo aí, o ato de pixar chamou a atenção de transeuntes e da Polícia Militar. Na sequência, Fulano aponta, em seu comentário, a ideia de

⁵⁸ Jornal da USP: A cidade contra os pichadores. Entrevistada: Raquel Rolnik. Entrevistadora: Sandra Capomacho. 16.fev.2017. Podcast. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/atualidades/a-cidade-contra-os-pichadores/>> acesso em 10 fev. 2019.

um conceito burguês de limpeza nas cidades, mas que não se concretiza, conforme o relato de Enigma.

Nota-se que as cidades não estão receptivas para quem quiser. O perambular de algumas pessoas é visto como uma ameaça por parte da população, e, dessa forma, cada cidade impõe restrições “sutis” a sua maneira. Os/as interlocutores/as sabem dessas restrições e tentam burlá-las, cotidianamente, por meio da pixação. Portanto, o estudo da pixação problematiza a briga de forças entre a proteção da propriedade privada e a tentativa do uso dos espaços públicos pelos jovens. Mas não somente isso, aponta também o quanto as cidades são, majoritariamente, abandonadas, degradadas e violentas, mas o que “incomoda” é a pixação. Dessa perspectiva, percebemos que a pixação incomoda a sociedade, mas incomoda mais quem a faz, pois serão esses indivíduos os mais observados, perseguidos e enquadrados pelos agentes de segurança, sejam eles públicos ou privados.

Pereira (2016) faz uma importante etnografia sobre os rolezinhos na cidade de São Paulo para mostrar o medo e o preconceito contra determinados grupos de jovens que ousam transitar resultou em um nítido pânico moral combatido com medidas segregacionistas e que tão pouco solucionaram o que muitos consideravam um grande problema. Nesse estudo, ele aponta o preconceito como gerador da segregação e a criminalização contra jovens pobres e negros em sua maioria. Esses jovens só queriam estar ali para fazer nada juntos e isso mobilizou um grande aparato policial e muito pânico dos clientes de um *shopping*. É notório que o ócio dos jovens representa perigo, medo e criminalidade da visão de grande parte da população, e em diversas cidades do Brasil.

Em Goiânia, nessa mesma época, alguns *shopping centers*, com medo dessas reações juvenis, precaveram-se colocando informativos nas entradas, que proibiam a aglomeração de jovens nesses recintos⁵⁹. Na perspectiva dos comerciantes de tais *shopping centers*, esses jovens não apresentavam condições de serem seus clientes e, portanto, não deveriam frequentar esses espaços. Esse é só um exemplo entre outros para apontar como o pânico moral gerado pelo medo e pelo preconceito traz à tona iniciativas arbitrárias e abusivas dirigidas a determinados grupos juvenis.

De maneira semelhante, em Goiânia, os/as pixadores/as são tratados com violência e, conseqüentemente, criminalizados. A violência, seguida da criminalização, vem de um pânico moral da população, que está envolta de um ambiente midiático que aborda a questão de forma

⁵⁹ Para saber mais, ver: <https://diariodegoias.com.br/rolezinho-em-shopping-de-goiania-gera-tumulto/>.

desproporcional⁶⁰ e de uma sensação de medo irreal, que os fazem acreditar que estão sujeitos à violência por parte desses grupos de jovens, o que quase nunca corresponde à realidade. Pois, se para parte da população e das polícias os/as pixadores/as são vândalos/as e criminosos/as, na perspectiva desses/as jovens, ao pixar estão a problematizar a cidade como produtora de espaços segregados e elitizados.

Olha se eu tiver que ti falar dos lugares que existe em Goiânia para lazer, arte, diversão que não tem que pagar eu num vou ter nada para te falar. Agora se você tiver dinheiro para gastar aí tem um monte, né?

Se vê um dos maiores festivais de música sertaneja acontece aqui em Goiânia, vem gente de todo lugar do Brasil, mas Goiano mesmo, tem poucos lá viu (risos), assim dos tipo nós, né? Tem os Goianos rico também que pode pagar para entrar.

Na verdade, eu acho que essa falta de entretenimento na cidade é ruim para alguns, mas para mim não, eu faço meu rolê acontecer, na pixação você só precisa da latinha.

Em Goiânia, se a pessoa gostar de *shopping*, compras, vai tá no lugar certo, porque isso aqui tem de monte. Mas se você gostar de sair a noite, assim, vai ter que ter dinheiro, porque a cidade num oferece nada cultural, gratuito, tudo tem que pagar. (GRUPO DE DISCUSSÃO 3).

Fica posto nesse debate, levantado pelos/as jovens entrevistados/as, que o uso da cidade está restrito a quem tem poder aquisitivo, pois, para os que não possuem as mesmas condições, a cidade oferta poucas atividades culturais ou de entretenimento.

Pereira (2020) mostra, em seu exímio artigo *Marcas de vida na paisagem de São Paulo: a pixação como epítáfio de uma cidade vandalizada*, a pixação como uma das possibilidades de experiência de vida que se imprime na paisagem de uma cidade, contudo, em uma cidade de urbanização violenta e excludente, acusando que, antes mesmo da chamada violência cometida pelo ato de pixar, os pixadores já foram violentados por esta mesma cidade, e não somente eles, mas toda uma população é atingida por diversos tipos de crimes ambientais e de desrespeitos de toda ordem à dignidade da vida humana. E afirma ainda que a perseguição do Estado contra os jovens pixadores possui uma lógica de gestão de vidas, de uma gestão de corpos na tentativa de dizer quem pode estar na cidade.

⁶⁰ Tenho exibido amostras dessas notícias ao longo da tese.

Os relatos dos/as jovens interlocutores/as da presente pesquisa apontam estas mesmas questões que trouxe Pereira (2020):

A pixação é uma forma de mostrar a sociedade o quanto a gente é vulnerável, exposto. A pixação é um protesto para a sociedade. (GARFO, 2018).

Acho que a pixação incomoda as pessoas porque elas estão tão entorpecidas com essa moral que elas acabam se fechando para certas coisas, então, isso de uma certa forma incomoda mesmo, né? Rompe com algumas certezas de algumas pessoas. (FULANO, 2018).

Tudo aquilo que fere o sistema é banido e criminalizado muitas vezes até exterminado. A pixação é uma transgressão e é a única maneira que consigo me expressar. Não precisa ser uma crítica ao governo, mas é meu lugar de fala, entende? (ENIGMA, 2018).

Desse modo, a importância desta tese reside, primeiramente, na análise do processo de criminalização da pixação. Por que parte da sociedade e o Estado (Ministério Público, polícias etc.) se incomodam tanto com a prática da pixação? Por que uma cidade pixada apresenta mais revolta aos transeuntes do que a desigualdade social nela existente? Pensar dessa perspectiva nos ajuda a entender os interesses de determinados grupos na cidade, os interesses de uma elite que governa por meio de políticas públicas que servem a interesses privados. Nesse contexto, os/as pixadores/as vêm a ser corpos que insistem em serem livres nas ruas. Corpos que, muitas vezes, não ser capturados e repreendidos pela lei e ordem, por quem tenta manter organizado, segundo seus interesses, o espaço urbano.

Por outro lado, para além do debate sobre a criminalização, o presente estudo doutoral também se faz importante dada a relevância do clássico debate sobre o direito à cidade, de que trato com maior afinco no Capítulo 2. Esse tema traz a perspectiva de pensar quem de fato tem direito a cidade. Como ocorre a luta dos espaços urbanos? Nos termos de David Harvey (2014), quem de fato tem se apropriado do espaço urbano? Ou ainda: quem tem produzido nesse espaço e o que se tem produzido?

Refletir dessas perspectivas possibilita perceber que a descriminalização da pixação é um primeiro passo no sentido de se entender a produção do meio urbano como espaço coletivo. Harvey (2014) fala da importância dos centros urbanos como produto da força coletiva, espaço de encontro, sociabilidade e de confluência de lutas por interesses comuns, e o quanto essas são características que possibilitam insurgências. Nesse aspecto, a pixação é, nata e por excelência, uma insurgência dos centros urbanos. As insurgências são necessárias para a construção de uma

cidade mais heterogênea e que contempla em si as diversidades que contém. O direito à cidade desemboca no direito à cidadania. No limite, é o direito de estar na cidade, isto é, de fazer e de pertencer a e à cidade em que se vive, e isso os/as jovens que atuam com pixação estão fazendo à sua maneira.

4. CRIME, PUNIÇÃO E PRÁTICAS COTIDIANAS DA PIXAÇÃO

No mês de fevereiro de 2020, recebi a notícia da morte por assassinato do jovem Jailson, conhecido como “Scank”, morador da cidade de Salvador, Bahia. Em agosto do mesmo ano, o veículo de mídia Alma Preta divulgou uma reportagem (OLIVEIRA, 2020)⁶¹ sobre a vida do artista e pixador, com entrevista dada por sua mãe. Scank foi espancado e morto com tiros nas costas, após ser abordado pela polícia enquanto grafitava um muro de um bairro da cidade de Salvador, com um colega também grafiteiro e artista de rua. Ambos faziam parte de um selo de música⁶² e eram promotores de arte de rua. Segundo sua família informou: “A atuação da polícia e a própria morte de Scank foram resultados do racismo. Estavam discriminando meu filho, porque ele era pichador, pois não tinha nem lata de spray com ele. Para a polícia, meu filho era mais um vagabundo que morreu assaltando alguém” (OLIVEIRA, 2020). Essa notícia é exemplar do que trato como questão nessa tese: a criminalização da pixação.

Em Goiânia, cidade lócus da minha pesquisa, não é diferente. Pixadores e pixadoras são criminalizados/as e tratados com brutalidade pela polícia e por parte da sociedade. O discurso narrado, tanto pela polícia, quanto pela população, não condiz com o grupo com quem realizei a pesquisa, assim como não condiz com a narrativas das/os pixadoras/es. Em sua maioria, as/os jovens de que estou tratando aqui trabalham, estudam, sustentam suas famílias e integram boa parte daquilo que se “espera” de cidadãos. Como disse uma das interlocutoras: “Nós também pagamos impostos, transporte público e não temos hospitais decentes. Onde que tá o marginal aí?” (LEONA, 2018).

Paralelo ao ato de criminalizar a pixação, é bastante comum entre parte da população e da polícia nomearem seus/suas adeptos/as de vagabundos/as e delinquentes. É possível perceber como essas nomenclaturas estão presentes no senso comum e como constroem um imaginário sobre determinada juventude, compreendida como transgressora, diante de uma população que sofre com os sentimentos de medo, impunidade e pânico moral.

Nos primeiros tópicos deste capítulo, discutirei como se constrói e aciona o discurso de criminalização e marginalização de determinados grupos de jovens urbanos: os/as pixadores/as

⁶¹ OLIVEIRA, Henrique. Mãe luta para manter vivo o legado artístico do filho espancado e morto na Bahia. Alma Preta – jornalismo preto e livre. 2020. Disponível em: <https://almapreta.com/sessao/cotidiano/mae-luta-paramanter-vivo-o-legado-artistico-do-filho-espancado-e-morto-na-bahia> Acesso em: 16.10.2020.

⁶² Um selo é uma pequena gravadora envolvido na cena musical que busca ajudar principalmente pequenos artistas em questões como assessoria, gravação e divulgação de suas músicas. Um selo musical pode agrupar diversos artistas com propostas semelhantes para que dessa forma consiga ter maior força de negociação e no mercado musical.

No segundo tópico, trato do porquê criminalizamos a pixação, aponto a problemática do pânico moral vivido por parte da população brasileira e da população goiana, para demonstrar que, a partir da sensação de medo exacerbado e do discurso da violência, produz-se um afastamento da população juvenil, desembocando em um gosto pela punição na sociedade. Na sequência, teço algumas reflexões sobre a possibilidade de descriminalização da pixação e quais seriam os seus possíveis ganhos sociais. Por fim, discuto a pixação como uma forma de expressão, com características anárquicas e ilegais, enquanto o grafite é oficialmente reconhecido como arte e está dentro da legalidade, sendo quase sempre ofertado por instituições públicas como paliativo para desencorajar os/as adeptos/as da pixação. Aponto a esterilidade dessa compreensão acerca dos/das pixadores/as, e como eles/elas próprios/as percebem o imaginário social em relação à noção de deixar a pixação para grafitar.

4.1 O criminoso, o crime e a criminalização

O debate sobre crime no Brasil é extenso. Nas Ciências Sociais, essa temática apresenta diversas teorias, como, por exemplo: teoria da desorganização social; teoria focada em estilos de vida; teoria da associação diferencial; teoria do controle social; teoria do autocontrole; teoria geral da anomia; teoria econômica da escolha racional; teoria interacionista; entre outras. Dentre essas, a última é a que mais interessa a esta pesquisa, já que, a partir dela, podemos aferir como é feita a construção do criminoso na nossa sociedade.

Para tal tarefa, o autor Howard Becker (2008) e seus estudos de Sociologia do Desvio nos auxiliam. Essa perspectiva parte das teorias interacionistas, que primam pela ideia de que a chamada delinquência ocorre em um processo simultâneo com diversas relações e interações sociais ao longo da vida dos indivíduos. Tal teoria não acredita que o crime faça parte de uma constante na vida, mas que é um processo que pode iniciar na adolescência ou já na vida adulta, a depender de cada trajetória de vida e dos acontecimentos diários de cada indivíduo.

Becker (2008) nos convida a pensar se tudo o que a sociedade e o sistema de justiça criminal consideram como crime é de fato crime. O autor aponta que o desvio se constitui por diversas atitudes que podem causar estranhamentos em algumas pessoas, mas que nem por isso devem ser consideradas crime, ainda que o crime possa ser entendido contextualmente. Para o autor, se um ato é ou não desviante depende de como outras pessoas (e outros grupos) reagem a ele. A reação sobre o desvio varia de grupo para grupo e de sociedade para sociedade. Nesse aspecto, a diferença existente em cada país sobre o entendimento do que pode ser denominado grafite e o que comumente pode ser denominado de pixação é um bom exemplo para pensarmos o fenômeno.

No Brasil, a prática do grafite foi, desde os seus primórdios, diferenciada da pixação. Grafite é entendido como arte urbana e pixação é entendida como crime ou vandalismo. Em países como Alemanha, Canadá e Rússia, essa diferenciação não existe claramente, de modo que o que vai colocar a prática na ilegalidade é simplesmente a presença ou não de autorização. Esse exemplo ilustra o que Becker (2008) aponta quando fala sobre o grau em que um ato será tratado como desviante depende também de quem o comete e de quem se sente prejudicado por ele. Alguns interlocutores trouxeram situações que concretizam essa ideia:

Olha, já aconteceu da polícia chegar e eu tá começando a fazer... aí eu falei: eu sou grafiteiro, tá aqui meu material e o dono autorizou, abri a mochila e mostrei meus desenhos, isso já deu certo (risos). (GARFO, 2018).

Dessa vez, foi lá na Avenida Mutirão, tava com tinta, rolinho e extensor na mão, com a roupa toda suja de tinta, a polícia encostou o carro e me parou, aí eu falei: sou grafiteiro, tô trabalhando, mas foi sorte também. (SNEPSA, 2018).

A gente tava lá no Shopping Flamboyant, aí, num sei o que rolou, o segurança pegou a gente, saca? Aí, viu que o Minhoca tava com uma mochila com umas revistas com uns negócios e eu com a pochete cheinha de *jet*, cheinha mesmo, um monte, aí levou a gente lá pro negócio lá, aí o segurança chamou a polícia, aí, a polícia chegou e achou as revistas, viu a mochila, só os desenhos de grafites na revistas, aí, achou uma pasta que o Minhoca tava com uns grafites em 3D, que ele tava treinando para pode fazer e tal... e tinta, um monte de trem... e o segurança lá embaçando e embaçando. Só sei que o policial falou assim para o segurança; não cara, cê tá perdendo tempo com esses caras, esses caras são grafiteiro e tal... olha aqui ó o desenho que o cara faz. O policial que falou, porque o segurança queria levar nossas coisas. Foi e liberou nós lá de boa. (COYOTE, 2018).

Garfo e Snepsa explicam que foram pegos pixando, mas conseguiram fazer a polícia acreditar que eram grafiteiros e trabalhadores ao mostrarem desenhos que se aproximavam do que é considerado grafite. Coyote relata um caso em que os seguranças do *shopping* o detiveram junto com o colega, contudo, os jovens não estavam pixando naquele local, não havia flagrante, e os policiais chamados pelos seguranças os liberaram por acreditarem que eram grafiteiros. O fato de terem sido considerados grafiteiros os colocou, durante as situações narradas, dentro da legalidade. Nesse aspecto, segundo Becker (2008), as regras são aplicadas de modos diferentes para algumas pessoas. No caso mencionado, as regras são mais rígidas para as/os pixadoras/es e mais distendidas para grafiteiras/os.

Outro importante exemplo foi o recente ocorrido em Belo Horizonte, capital do Estado de Minas Gerais, em que um conhecido grafiteiro, Robinho Santana, participou de um projeto da Prefeitura, no qual realizou um mural de dois mil metros quadrados em um prédio no centro da cidade, tendo convidado alguns pixadores para fazerem a moldura da obra.

Figura 22 – Mural feito pelo artista Robinho Santana na cidade de Belo Horizonte.



Fonte: G1 (2021).⁶³

A curadora foi intimada pela polícia e foi aberto inquérito para apurar os “traços” da obra. As informações relatadas na mídia sobre o ocorrido publicavam a seguinte frase: “para uns é arte, para outros existe traços de vandalismo e os autores devem ser investigados”⁶⁴.

Esse exemplo corrobora com a teoria de Becker (2008, p. 27), que aponta para o desvio não como uma qualidade que reside no próprio comportamento, mas na interação entre a pessoa que comete um ato e aquelas que reagem a a este ato. Dessa maneira, para Becker (2008), os indivíduos que apresentam tipos de comportamento diferentes daqueles que estabelecem as regras da sociedade mais geral serão entendidos como “outsiders”. Esse termo caracteriza as pessoas consideradas desviantes ou que estão fora do que é aceito como normal, embora assim o seja dentro de seus subgrupos. As/os interlocutoras/es desta pesquisa sabem que praticam um

⁶³ Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2021/01/30/com-pichacao-como-moldura-mural-deus-e-mae-em-belo-horizonte-e-alvo-de-investigacao.ghtml>. Acesso em: 02 mar. 2021.

⁶⁴ Jornal Nacional. G1. Com pichação como moldura, mural ‘Deus é mãe’ em Belo Horizonte é alvo de investigação. 30 de janeiro de 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornalnacional/noticia/2021/01/30/com-pichacao-como-moldura-mural-deus-e-mae-em-belo-horizonte-e-alvo-de-investigacao.ghtml>. Acesso em: 02 mar. 2021.

ato não aceito pelas regras da sociedade, entretanto, como grupo, não se veem criminosos como são rotulados. Eles comumente se diferenciam dessa categoria.

As pessoas não aceitam a pixação, mas aceitam corrupção. Você pode não gostar da pixação, mas eu não gosto da corrupção e isso é crime, e faz muito mais estrago do que o pixo, né? (LAIKA, 2018).

Para Becker (2008), o rótulo de *outsider* ou de desviante subtrai do indivíduo todas as suas outras características, tornando-o reconhecido somente por algo que fez de errado. Nesse aspecto, a interlocutora comenta:

Eu saio para pixar durante a noite, mas durante o dia eu trabalho, estudo, cuido da minha filha... faço tudo que outras pessoas fazem, igual, qual a diferença? (LEONA, 2018).

Segundo Becker (2008), para ser rotulado como criminoso é necessário cometer apenas um único crime, uma única vez. Nesse sentido, tudo que o indivíduo fez ou faz no seu cotidiano é subtraído ou apagado pelo rótulo de criminoso. O indivíduo se resume ao crime cometido, e todas as outras contribuições diárias suas são anuladas, invisibilizadas, assim como comentado por minha interlocutora Leona.

Desse modo, a construção da ideia do que é crime na sociedade também vai ao encontro com a teoria de sujeição criminal de que trata o sociólogo Michel Misse (2010). O autor discute o processo de construção da categoria bandido, demonstrando como esses sujeitos serão sempre subjugados como tal. Ele considera essa uma sujeição tão intensa que, para dela escapar, seria preciso uma conversão radical, como as que comumente ocorrem com pessoas que frequentam religiões neopentecostais. No caso dos/as pixadores/as, tem-se que serão sempre subjugados/as dentro de uma pressuposta marginalidade, tanto pela polícia, quanto por parte da sociedade, ou seja, estarão sempre sujeitos/as à criminalidade.

Para o autor, a ideia do que é crime não está dada apenas, isto é, o referente está dado não apenas nos códigos penais, mas na própria linguagem que será empregada para diferenciar a ruptura da normalidade ou a sua expectativa encarnada no ato de um sujeito. Segundo ele, se partirmos do pressuposto durkheimiano de que o crime não “existe”, nem no evento, nem em seu autor, mas na reação ao evento e ao autor, poderemos compreender melhor como se dá o processo de sujeição criminal para as/os pixadoras/es como um todo.

A acusação social que constrói o criminoso (e que coincide com o início do processo de incriminação) é sempre resultante de uma interpretação contextualizada, entre agentes, de cursos de ação cujo significado “normal” ou “desviante” se produz nesse mesmo processo e não antes dele. Evidentemente, há uma pauta classificatória dos crimes (o Código Penal, por exemplo) que é anterior e exterior ao evento e que é tomada como referência, mas essa pauta não existe senão no processo social que a aplica, que a interpreta, que a contextualiza ou que a despreza (MISSE, 2010). Para o autor, há também uma reação jurídica local, que nem sempre coincide ou concorda com os códigos peritos. O crime é primeiramente definido no plano das moralidades que se tornaram hegemônicas e cujo êxito será inscrito posteriormente nos códigos jurídicos.

Desse modo, ambos os autores mencionados, Becker (2008) e Misse (2010), concordam que o chamado criminoso e o crime são antes de tudo sujeitos de impressões morais dadas pela sociedade de referência.

Misse (2010), a partir da categoria de bandido, explana que o “tornar-se sujeito” está vinculado à experiência da subjugação, da subordinação, isto é, o sujeito é pressuposto de uma agência. Sob esse aspecto, as/os jovens em questão são sujeitas/os subjugadas/os como delinquentes, vagabundas/os, marginais, traficantes etc. mesmo sem nunca terem feito algo de fato relacionado a essas características. Desse modo, o autor também aponta que, diferentemente dos conceitos de “rótulo” e de “desvio” (BECKER, 2008) ou de “estigma” (GOFFMAN, 1975), o sujeito não pode se livrar da categoria bandido, pois essa não é uma nomenclatura negociável, ela marca uma identidade.

De acordo com Misse (2010), a ideia de crime é como um tipo social, é aquele/a que porta o crime, é a essência do seu/sua portador/a. Ele/a sempre carregará essa condição. No caso dos/as pixadores/as, mesmo que tenham profissão, sejam estudantes, tenha suas famílias, entre outras características reconhecidas moralmente de forma positiva pela sociedade em geral, eles/as sempre serão a princípio pixadores/as, bandidos/as e marginais.

Misse (2014), assim como Becker (2008), parte das teorias interacionistas, e aponta que, desde os anos 1950, é tido como comum e justificável a eliminação física de criminosos, mesmo aqueles que cometeram crimes com baixo grau de periculosidade. Assim, o sujeito criminoso é aquele que pode ser morto, isto é, seu corpo pode ser subtraído da sociedade, e, nesse aspecto, é possível analisarmos o relato com o qual iniciei este capítulo sobre o pixador que foi morto pela polícia em Salvador. Seu corpo foi entendido como passível de ser eliminado. A pixação justificou o ato cometido pela polícia.

Por outro lado e segundo os autores mencionados, quando o sujeito não é subtraído da sociedade, ele pode tender a tomar outros rumos que o tirem da ilegalidade. Dessa perspectiva, podemos pensar a aproximação que muitas pessoas fazem da pixação com o grafite no Brasil. A não distinção que muitas pessoas fazem em relação ao grafite e a pixação foi mencionada pelos/as jovens entrevistados/as. Foi comum na fala deles/as ver o trabalho como grafiteiras/os enquanto uma alternativa legal e possibilidade de remunerado. Parte desses jovens, ao longo de suas vidas, acabam não deixando a pixação, mas passam a fazer paralelamente o grafite, mesmo que esporadicamente, pois esse trabalho é aceito no mercado formal. Sobre esse aspecto, Misse (2010) esclarece que:

Quando a experiência da sujeição criminal não é tão radical assim, ou é atenuada por uma subcultura que lhe confere intersubjetividade suficiente para arrefecer essa individuação extrema, o indivíduo, que geralmente também não se desafia ou tão completamente dos vínculos que o integram à ordem legítima, poderá abandonar a sujeição criminal utilizando-se de recursos sociais mais variados e menos extremados. Ainda assim, sua experiência anterior lhe servirá para diferenciar-se o homem comum. Em muitos casos, por falta de recursos e reintegração ao mercado de trabalho, ele migrará para as franjas da sujeição criminal, explorando as possibilidades de navegação entre o que aprendeu com a experiência anterior e o que poderá fazer agora, no interior e ao mesmo nas fronteiras da ordem legítima dominante. (MISSE, 2010, p. 30).

As entrevistas com as/os interlocutoras/res me apresentaram que “ser pixador/a” é um marcador importante e se difere de “ser grafiteiro/a”. Alguns disseram conseguir ser ambos ao mesmo tempo, mas são práticas distintas e isso deve ser sempre lembrado, segundo eles/as. Essa discussão será tratada nos próximos subcapítulos.

O/a pixador/a é um sujeito criminoso construído pela interpelação da sociedade e pela polícia principalmente, ele é sujeito que surge da moralidade pública e das leis penais. Nesse sentido, Misse (2010) aponta para uma importante questão, a relação entre “sujeição criminal” e pobreza como não causal. Ao contrário do que se coloca no senso comum, os indivíduos não se envolvem no crime (no nosso caso, a pixação) devido à pobreza, o que se percebe é que esta é uma relação construída histórica e socialmente e que não guarda ligação direta com a situação econômica do indivíduo.

No caso das/dos entrevistadas/os, a maioria é parte da classe média (como exposto na Tabela 1, do Capítulo 2), desconstruindo assim o imaginário social, de que compartilham boa parte da população e das polícias, sobre uma juventude diretamente ligada à marginalidade, ao tráfico de drogas e em situação de pobreza.

Antônio Luiz Paixão (1988) traz uma grande contribuição ao debate sobre a relação do crime com a pobreza no texto de título *Crime, controle social e a questão da cidadania*. O autor traça um paralelo entre a construção da cidadania e a consolidação da democracia no Brasil. Paixão (1988) aponta como a polícia trabalha historicamente com uma ideia do senso comum de que a criminalidade tem relação direta com a pobreza. A atividade prática das Polícias, em especial da Militar, baseia-se em ideologias estereotipadas sobre a marginalidade urbana como objeto preferencial de vigilância e inspeção, assim se estabelece de modo espúrio a correlação entre pobreza e criminalidade, como uma “profecia autocumprida” (PAIXÃO, 1988, p. 172).

Para Paixão (1988), a afinidade entre pobreza e criminalidade encontra sua explicação na vulnerabilidade das pessoas em situação de pobreza em relação às práticas organizacionais discriminatórias dos diversos segmentos do sistema de justiça criminal. E essa é uma prática comum em países como o Brasil, devido às desigualdades na distribuição de poder e recursos.

Nessa mesma perspectiva, observa-se uma frequente criminalização da marginalidade na nossa sociedade. Edmundo Campos Coelho (1987) também tratou da criminalização como um produto que não está relacionado com um engajamento de pobres urbanos no crime, mas de sua maior vulnerabilidade à vigilância e apreensão por parte das agências públicas de controle social e da sociedade como um todo.

Ambos os autores trazem a questão que o Brasil enfrenta, não só historicamente, mas, principalmente, no momento da abertura política, caracterizado pela redemocratização, que se inicia em 1974 e culmina com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que é a da dificuldade de acesso à cidadania, presente até os dias de hoje. A “falta de acesso”, possivelmente, deixou milhares de pessoas vivendo na marginalidade urbana, cedendo espaço ao controle social pelo Estado e fazendo com que muitos problemas de cunho social fossem resolvidos no âmbito da segurança pública, isto é, estritamente pela Polícia Militar.

A criminalidade que se coloca em perspectiva aumenta ainda mais devido ao sentimento de medo irreal que a população em geral expressa. Podemos dizer, portanto, que o sentimento de medo no Brasil tem fundamento histórico e que se concretiza a partir das notícias midiáticas e do discurso predominante no senso comum sobre o aumento da criminalidade. Mas, como já indicado por Caldeira (2011), isso tem relação com outros processos sociais. A autora afirma, por exemplo, que esse medo esteve presente, principalmente, durante a redemocratização:

Poderíamos sugerir que, por meio da questão da punição violenta e do crime, os brasileiros articulam uma forma de resistência às tentativas de expandir a democracia e o respeito pelos direitos além dos limites do sistema político. No

contexto da transição para a democracia, o medo do crime e os desejos de vingança privada e violenta vieram simbolizar a resistência à expansão da democracia para novas dimensões da cultura Brasileira, das relações sociais e da vida cotidiana. (CALDEIRA, 2011, p. 375).

A autora ressalta ainda outra dinâmica motivada pelo medo do crime, que mudou a vida cotidiana das pessoas radicalmente. O crime foi introduzido como um dos principais assuntos das conversas, criando o que Caldeira (2011) chama de “fala do crime”. Segundo ela: uma fala que “alimenta um círculo em que o medo é trabalhado e reproduzido, e no qual a violência é a um só tempo combatida e ampliada” (CALDEIRA, 2011, p. 27).

Assim, a “fala do crime” (CALDEIRA, 2011) teria como função reorganizar o mundo desorganizado pela experiência do crime, e, para isso, simplifica o mundo criando preconceitos, estereótipos e caricaturas, dividindo o mundo em termos maniqueístas, entre bem e mal. Essa perspectiva nos auxilia a refletir sobre a tensa relação criada entre a Polícia Militar e a Polícia Civil com os/as pixadores/as na cidade de Goiânia. É comum, por exemplo, ouvir profissionais de segurança pública citar os/as pixadores/as como indivíduos também envolvidos com crimes de roubo, furto e tráfico de drogas⁶⁵, conforme demonstrarei mais adiante nesta pesquisa.

A lógica de não diferenciar pixadores de criminosos reforça na população a percepção de que todo/a jovem pixador/a é necessariamente um/a criminoso/a em potencial e que, a partir desta constatação, a punição desses indivíduos deve ser feita com rigor. Nessa perspectiva, há ainda o incentivo de parte da sociedade para que a polícia atue inclusive com mais violência ao lidar com esse grupo específico.

Além disso, a “fala do crime” (CALDEIRA, 2011) estaria em desacordo com valores de igualdade social, tolerância e respeito aos direitos. Nesse aspecto, a pesquisa da referida autora, que trata mais especificamente do tema da segregação urbana, auxilia na análise de como o Estado – representado pela Polícia Militar – e a sociedade civil tendem a criminalizar determinados grupos e os espaços por eles utilizados.

Tais autores (PAIXÃO, 1988; COELHO, 1987; CALDEIRA, 2011) vão apontar que o problema da criminalidade no Brasil reverbera, principalmente, como dificuldades para garantir direitos e consolidar a cidadania de grupos mais vulneráveis e empobrecidos. É a partir dessa vertente que podemos pensar, sobre bases históricas, o que está envolvido na criminalização da pixação e o porquê de se criminalizar essa prática.

⁶⁵ Para saber mais, ver: <https://headtopics.com/br/homens-s-o-presos-suspeitos-de-pichar-mais-de-5-mil-locais-em-cinco-cidades-de-goia-s-11284272>

No decorrer desta pesquisa, os/as interlocutores/as relataram sofrer processos criminais devido à prática da pixação e me informaram como isso prejudicava as suas vidas. No ano de 2020, um dos interlocutores teve sua casa invadida por policiais civis e a sua moto retida. A argumentação da polícia pela apreensão de seu veículo foi a presença de uma lata de *spray* na garagem de sua casa. O veículo apreendido era utilizado pelo jovem para trabalhar, sendo assim, ele passou meses sem poder trabalhar e teve dificuldades em dar continuidade a suas atividades cotidianas. Por ocasião da mesma investigação, amigos/as desse jovem tiveram a presença da polícia em suas residências e foram detidos/as, necessitando acionar advogados para não serem incriminados/as penalmente, mesmo não tendo sido pegos/as em flagrante. Até o término dessa pesquisa em 2022 o jovem ainda estava com sua moto retida pela Polícia e o processo havia sido encerrado com a prestação de serviços à comunidade.

É importante dizer que a pixação está prevista na lei penal como um crime de menor potencial ofensivo⁶⁶. E a ida de um indivíduo detido por pixação para um espaço de privação de liberdade, compartilhado com autoras/es de outros crimes, traz danos tanto para a sociedade que se quer democrática, quanto para o próprio indivíduo. Embora, desde 2015, o Brasil tenha uma lei que estabelece critérios para a separação de presos nos estabelecimentos penais⁶⁷, o que ocorre na realidade é diferente. Exemplos disso são os polêmicos casos de detenção do jovem Mário Augusto em Minas Gerais e da jovem Caroline Pivetta, em São Paulo⁶⁸. A partir desses casos citados, cabe a pergunta sobre qual o expediente gasto desde a apreensão do pixador/a até o final do seu processo para a justiça e para a sociedade brasileira? Qual é o custo disso?

Embora parte dos/as jovens entrevistados/as nessa pesquisa tivesse passado ou estivesse respondendo a um processo penal, o grupo entrevistado aponta para um perfil que se difere em muitos aspectos do que é comumente imaginado no senso comum. Os/as jovens pixadores/as a que tive acesso eram em sua maioria mulheres e homens que trabalhavam, estudavam e que não tinham nenhuma “passagem” pela polícia – exceto por pixação, em alguns casos – e muitos/as viviam uma vida comum com suas famílias. Sendo assim, em grande medida, a periculosidade impressa nesses jovens está presente em uma espécie de caricatura da delinquência que a mídia

⁶⁶ Crimes de menor potencial ofensivo são contravenções penais, bem como crimes inseridos nos termos do art. 61 da Lei 9.099/95. Como penalidade para tais ações e transgressões, a legislação prevê o tempo máximo de reclusão de 2 anos, seja conjurado ou não a uma multa. Considera também que quando as infrações com menor potencial ofensivo são praticadas, sendo os meliantes presos em flagrante, serão conduzidos à Delegacia local de Polícia. Assim, os delegados podem lavar os Termos Circunstanciados.

⁶⁷ Para saber mais sobre a lei de execução penal, ver: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20152018/2015/lei/L13167.htm

⁶⁸ Para saber mais, ver: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2012200813.htm>

transmite e os órgãos de segurança pública confirmam diariamente em suas ações concretas de criminalizar determinados grupos. Assim, constrói-se um criminoso na sociedade.

Dessa maneira, é o imaginário social que está a criar e a perpetuar os estereótipos que justificam ou permitem alguns serem passíveis de cometer crimes e outros não, e, para tanto, o Estado precisa punir tais indivíduos criminosos. No caso dos/as intelorcutores/as, a qualidade de ser jovem e pixador/a vem a ser o principal catalisador dessa punição. O fato de transitarem pelas ruas à noite e pixarem locais públicos e privados os coloca em situação de criminalidade, e, dessa maneira, passam a carregar todos os requisitos de tal nomenclatura.

4.2 O que diz a legislação? Ou “baseado em quê?”

Juridicamente, a criminalização da pixação se faz a partir da Lei dos Crimes e das Infrações Administrativas Ambientais prevista no Código Penal Brasileiro. O Art. 65 da Lei Federal 9.605 de 12 de fevereiro de 1998 (BRASIL, 1998) dispõe que quem “pichar, grafitar, ou por outro meio conspurcar edificação ou monumento urbano” está sujeito a pena de detenção de 3 meses a 1 ano ou pagamento de multa. Podendo também a Justiça inserir artigo de número 163 da mesma lei, que condena os atos de “destruir, inutilizar ou deteriorar coisa alheia”.

É importante lembrar que o meio ambiente é definido na Lei 6.938 de 31 de agosto de 1981 (BRASIL, 1981), ou Política Nacional do Meio Ambiente, e conforme previsto no artigo 3º: “O conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”. E “Poluição”, por sua vez, é “a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente”.

Em entrevista com a interlocutora Musa e com o interlocutor Noite, quando pergunto a opinião deles sobre a pixação ser um crime previsto no Código Ambiental, comentam:

Eu acho que crime ambiental é quando você mata uma árvore, quando você desmata um lugar ou tira a madeira para fazer papel. Para mim, isso é um crime ambiental. Poluir rio ou jogar lixo na rua, isto é um crime ambiental. E eu? O que que eu estou ferindo? Você? Pixando muro? Se eu tiver pixando seu muro sim, mas tipo assim, se você paga imposto eu também pago, mas se é público? Mas o que é depredação para você? Porque pixar é tinta, é cor, é letra num é você ir lá derrubar, quebrar não. Então eu acho errado. Acho que tem tanta coisa que deveria ser crime e não é (silêncio). Baseado em que a pixação é crime? (MUSA, 2018).

É, tudo tem que ter uma regra, né? Assim, de boa convivência na sociedade. Mas eu acho que essa lei não... não... interpretar isso como crime ambiental... eu não consigo entender bem porque se encaixaria ou porque seria crime ambiental, entendeu? Se tem tantas outras regras assim, por exemplo, matar num pode matar, mas, assim, ao mesmo tempo, morre muita gente... e pixar nem é tão agressivo assim. (NOITE, 2018).

Essas falas apontam que as/os interlocutoras/os não estão alheias/os ao sistema de leis da sociedade em que vivem, elas/es inclusive às vezes as conhecem, e apontam, desde a sua visão de mundo, o que entendem como crime e regras a serem cumpridas.

Para esses/as pixadores/as, está em questão o fato de que existem situações/ações mais graves a serem entendidas como crimes ambientais, e, nesse sentido, para eles/elas, o Estado coloca a pixação na mesma lógica do desmatamento de árvores, poluição de rios ou até de matar uma pessoa. Musa questiona o que seria depredação para cada pessoa, colocando em questão a subjetividade de algumas regras. Noite aponta que a pixação não poderia ser uma transgressão equiparada a crimes que têm relação mortes de pessoas.

Nesse aspecto, fica posto que a pixação, na perspectiva de seus praticantes, não poderia ser equiparada a muitos crimes reconhecido no Código Ambiental. Se considerarmos que, para esses/as jovens, a pixação é uma forma de se comunicar e de ser visto na cidade, entre eles/elas e os transeuntes, talvez pudéssemos pensar em outras formas de dialogar diante do conflito que se cria em torno da pixação. Não obstante, operadores do direito apontam variadas formas de punição, mencionando até a prisão temporária ou preventiva para os autores de tal prática.

Na opinião do promotor de justiça Marcos Paulo Miranda (2018)⁶⁹, a pixação pode ser enquadrada em outros artigos, não somente naqueles que se referem a crimes ambientais, mas em outras tipificações, inclusive menciona que a pixação não deveria ser entendida como crime de menor potencial ofensivo⁷⁰.

Para ele, a partir do Código Civil Brasileiro, a pixação pode ser considerada um dano e um ato ilícito, determinando que o causador efetue a respectiva reparação, ou em se transferindo a responsabilidade, no caso de incapaz, ao seu responsável, podendo ser utilizados: o Art. 186, que trata de “ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência”, dispondo que, quando

⁶⁹ MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. Pichação nem sempre é crime de menor potencial ofensivo. Consultor Jurídico. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2018-abr-28/ambiente-juridico-pichacao-nem-semprerime-menor-potencial-ofensivo>. Acesso em: 5 mai. 2019.

⁷⁰ É um conceito jurídico para nomear os crimes de menor relevância, com ações julgadas e processadas pelos Juizados Especiais Criminais. Conforme a Lei n.º 9.099/95, em sua redação original, seriam consideradas infrações de menor potencial ofensivo os crimes e contravenções com pena cominada em até um ano. Mas, para estender o carácter de agilidade, desafogando os sobrecarregados Juizados Criminais Comuns, a Lei n.º 10.259/01, combinada com a Lei n.º 11.313/06, ampliou o leque da competência dos Juizados Especiais, para a apreciação de processos penais de crimes com penas cominadas em até dois anos.

“o autor pode violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito”; o Art. 927, que trata do ato ilícito (Arts. 186 e 187), dispendo que, se “causar dano a outrem”, o autor “fica obrigado a repará-lo”; o Art. 928, escreve que “o incapaz responde pelos prejuízos que causar, se as pessoas por ele responsáveis não tiverem obrigação de fazê-lo ou não dispuserem de meios suficientes”; e no Art. 932 são também responsáveis pela reparação civil:

- I - Os pais, pelos filhos menores que estiverem sob sua autoridade e em sua companhia;
- II - O tutor e o curador, pelos pupilos e curatelados, que se acharem nas mesmas condições.

Operadores do direito podem ainda tipificar a pixação a partir do Art. 935, que trata da responsabilidade civil, assim como do Art. 944, que trata da indenização, medida pela extensão do dano. Sendo assim, segundo alguns operadores do direito, é possível colocar a pixação como ferindo dois textos fundamentais do Estado de Direito no Brasil: Código Penal e Código Civil.

Para exemplificar seu ponto de vista, em relação à inserção da prática da pixação em diversos artigos criminais, o promotor de justiça Marcos Paulo Miranda relata alguns episódios ocorridos em diferentes capitais do Brasil:

Em dias recentes, as pichações e danos provocados no prédio em que reside a presidente do Supremo Tribunal Federal, ministra Carmem Lúcia, bem como na sede da Procuradoria-Geral de Justiça de Minas Gerais, em Belo Horizonte, e no complexo cultural do Pátio do Colégio da Companhia de Jesus, em São Paulo, ganharam as luzes da imprensa nacional, fazendo-se necessárias reflexões sobre a exata dimensão e enquadramento de atos de pichação e outros a eles associados, tais como o dano qualificado ao patrimônio (artigo 163, I a III), a incitação ao crime (artigo 286, CPB), a apologia de fato e de autor de ato criminoso (artigo 287, CPB) e a associação criminosa (artigo 288, CPB), além do clássico tipo penal do artigo 65 da Lei 9.605/98, que criminaliza a pichação, mas está inserido no conceito de crime de menor potencial ofensivo.

Dessa maneira, o promotor defende que, para os praticantes da pixação, deveriam estar previstas também modalidades de punição mais severas, como, por exemplo, prisão em regime fechado de até oito anos, conforme explica:

Condutas que encontrariam adequação típica em todas as previsões dos artigos acima referidos e sujeitariam os autores a uma pena máxima abstrata de até oito anos de prisão (por exemplo, grupos que se organizam para pichar e

depredar bens do patrimônio público e privado, com chamada e convocação por redes sociais e posterior postagem e divulgação de imagens e vídeos enaltecendo os autores e seus delitos, bem como as consequências danosas à paisagem urbana) são singelamente tratadas como se abarcassem o simples tipo penal do artigo 65 da Lei de Crimes Ambientais, cuja pena máxima é de 1 ano de detenção, sujeitando o autor do fato a um simples Termo Circunstanciado de Ocorrência, sem possibilidade de prisão em flagrante ou sequer fixação de fiança (artigo 69, parágrafo único, da Lei 9.099/95).

Continua ele:

Temos defendido, há tempos, que atos associados à pichação também podem atentar contra a paz pública e encontrar adequação típica nos artigos 286, 287 e 288 do Código Penal Brasileiro, gerando possibilidade de prisão em flagrante ou mesmo, se preenchidos os necessários requisitos legais, a decretação de prisão temporária ou preventiva.

Por outro lado, existe um debate entre operadores do direito que desconsideram essas variadas e aleatórias punições ao ato da pichação. Os advogados e pesquisadores criminalistas Guilherme Gomes Sabino e Felipe Bernardo Furtado Soares (2018)⁷¹ explicaram, em um artigo em revista especializada, as problemáticas da aplicação da quantidade de penalidades descritas pelo promotor Marcos Paulo Miranda. Os autores esclarecem que pichação é sempre crime de menor potencial ofensivo, pois assim é definida em lei e explicam o porquê de a pichação estar inserida somente no Art. 163 do Código Penal:

O tipo penal do artigo 163, inciso III do CP exige como resultado da conduta criminosa que o objeto considerado patrimônio público seja danificado, inutilizado ou deteriorado, sem o qual é impossível falar na incidência desse tipo penal. Vale dizer: é imprescindível para a configuração do crime que, com determinada ação, o patrimônio público seja efetivamente danificado, inutilizado ou deteriorado. A assertiva simplista de que a pichação sempre danifica vai mais à indignação popular, mas não pode ser consideração levada ao Direito.

Para esses autores, deve ser considerada toda uma conjuntura para avaliar o processo penal. Segundo eles:

Tem-se que, a levar em conta as balizas técnicas que devem orientar a prática do Direito e do processo penal, não há que se falar, quando verificada apenas

⁷¹ SABINO, Guilherme Gomes; FURTADO, Felipe Bernardo. Pichação sempre é crime de menor potencial ofensivo, pois assim define a lei. Consultor Jurídico. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2018-mai23/opinioao-pichacao-sempr-crime-menor-potencial-ofensivo> Acesso em: 20.06.2018.

a conduta de pichar (conforme colocado pelo articulista), na incidência de outros crimes, sendo qualquer outra imputação sobre o ato único de pichar além do crime do artigo 65 da Lei 9.605/98, *data venia*, abuso do direito de acusar.

A pixação pode ser forçadamente enquadrada em diferentes artigos, contudo, como os criminalistas afirmaram, isso extrapola “o ato único de pichar”, configurando “abuso do direito de acusar”. Nos exemplos das penalidades descritas pelo promotor e, então, contestadas pelos criminalistas, há ainda a questão da visibilidade do caso, que foi além dos exageros e do clamor público, em Belo Horizonte, Minas Gerais, tendo sido levado a instâncias jurídicas superiores, devido a uma inconsistência na atuação da justiça do referido Estado. Segundo o advogado e pesquisador Felipe Bernardo Furtado Soares, o referido caso foi emblemático, pois encaminhou da seguinte forma:

No ano de 2015, instaurou-se ação penal decorrente de investigação policial em que se apurou a prática de pichação na Biblioteca Luís de Bessa, na capital mineira (tombada como patrimônio cultural pelo estado de Minas Gerais), em que o Ministério Público *escolheu* denunciar os acusados conforme o ponto de vista defendido pelo articulista: concurso formal dos crimes de pichação (artigo 65, da Lei 9.605/98), dano ambiental (artigo 62 da Lei 9.605/98) e dano (artigo 163 do Código Penal. Passado mais de um ano, em processo que apurou pichação na Igreja da Pampulha (reconhecida como patrimônio da humanidade pela Unesco), os mesmos membros do Ministério Público optaram por denunciar apenas pelo delito de pichação (artigo 65, da Lei 9.605/98). Como explicar essa diferença de atuação? Pelo voluntarismo. A primeira ação penal mencionada, em que o MP optou pela aplicação do concurso material dos crimes, é paradigmática para o debate travado pelo articulista. Isso porque, embora a condenação de primeira instância tenha se dado na forma posta pela acusação, ou seja, aplicando o concurso material, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais, em sede de apelação, desmontou tal tese. A sentença condenatória exarada pela 11ª Vara Criminal da Comarca de Belo Horizonte, adotando o ponto de vista do *parquet*, chegou a impor a absurda pena de 8 anos e 6 meses de reclusão, inicialmente em regime fechado, a um dos acusados condenados.

Adiante, a decisão foi devidamente reformada pela 4ª Câmara Criminal do TJMG, em acórdão que reconheceu a impossibilidade de aplicação do concurso formal entre o crime de pichação e o crime de dano com a seguinte fundamentação: Primeiramente, analisando os tipos penais dos delitos de dano, seja do Código Penal, seja da legislação específica, vê-se que os verbos igualmente são “destruir”, que consiste em desfazer, desmanchar, demolir, exterminar, arruinar; “inutilizar”, que significa tornar inútil, imprestável, estérreo, improficuo; bem como “deteriorar”, que é estragar, corromper, alterar, adulterar. A conduta de pichar, por sua vez, significa escrever, fazer marcas, sinais, desenhar, rabiscar dizeres de qualquer espécie, mediante o emprego de tinta ou spray.

O caso foi finalizado com um chamado “acordão judicial”, em que o desembargador responsável, Júlio Cesar Gutierrez, colocou seus apontamentos:

Estudando a fundo o tema, percebo que a legislação em tela é muito falha em vários aspectos, o que pode gerar desproporções e sentimento de impunidade. Vários doutrinadores apontam críticas à legislação, quanto à penalização aplicada, quanto aos tipos penais e etc. (...)

Assim, vejo na denúncia do Ministério Público uma tentativa de "corrigir" as distorções da legislação aplicável, buscando a condenação dos réus em vários tipos penais, para que a pena seja compatível com a conduta degradante dos acusados, de puro vandalismo gratuito contra o ordenamento urbano, que gerou tanta repercussão perante a população e na mídia. (...)

Todavia, não cabe a mim, como operador do direito, procurar “corrigir” as imperfeições da legislação, com condenações excessivas, gerando com isso imperfeições jurídicas.

Sendo assim, para os profissionais criminalistas mencionados o que cabe até o momento no quesito de punição aos atos da pixação é o Art. 65, parágrafo primeiro, da lei 9.605/98, o qual menciona pena de 6 meses a 1 ano e se trata de crime de menor potencial ofensivo.

O debate jurídico aponta para uma incoerência do tratamento dispensado a pixadores/as no Brasil, em termo de sua criminalização. As decisões tomadas vão depender dos profissionais que ali estão e como se articulam com os artigos de leis existentes. Dependerá também de quem são os/as julgados/julgadas, coincidindo assim com as análises apresentadas por Becker (2008) e Misse (2010), quando ambos vão tratar do processo de construção do crime e do criminoso.

Nessa perspectiva, o caso ocorrido na 28ª Bienal Internacional de Artes de São Paulo, em 2008, quando pouco mais de 40 pixadores ocuparam o chamado “andar vazio”, onde foram detidos pela polícia e sofreram processos criminais, incluindo até a prisão de uma das pixadoras (Pivetta), demonstra o quanto a visibilidade impressa aos fatos está relacionada à criminalização ou não. Profissionais que atuaram nesse evento, dois anos depois decidiram ceder um espaço para as pixações como uma forma de pensar o que é arte, convidando aqueles antes tidos como invasores para participar. Tais questões vão ao encontro do que Howard Becker (2008) afirma ser desviante ou não, pois, para o autor, algo será ou não desviante a depender de como outras pessoas reagem. Segundo Misse (2010), há uma pauta classificatória da pixação como crime, no Código Penal, por exemplo, que é anterior e exterior ao evento, e que é tomada como uma referência, “mas ela não existe senão no processo social que a aplica, que a interpreta, que a contextualiza ou que a despreza” (MISSE, 2010, p. 22).

Assim, podemos entender que a pixação pode ser considerada um crime, sobretudo, a depender da situação, do território e do indivíduo que a pratica, e menos em relação às leis se

tomadas em separado do contexto em que são aplicadas, como ocorreu na Bienal Internacional de Arte de São Paula, em dois diferentes momentos.

Não obstante, a legislação contra a pixação é uma forma legitimar o medo construído por uma população que se sente ameaçada pela prática. Notícias diárias transmitidas via redes sociais (programas de televisão, notícias de WhatsApp e Facebook) amplificam cotidianamente mensagens sobre violência urbana. Portanto, parte da população se sente ameaçada por tudo e por todos, e o/a pixador/a, nesse cenário, vai ser mais um/a a ameaçar a tranquilidade desses cidadãos. Esses/as jovens, então, passam a ser aquela minoria que assusta e deve ser combatida.

Da mesma forma, esses fatos apontam elementos para uma reflexão sobre a ideia de pânico moral tratada pelo autor Stanley Cohen (2002), na obra de título *Folk Devils and Moral Panics*, e por Appadurai (2009), em *O medo ao pequeno número: ensaio sobre a geografia da raiva*. Para Cohen (2002), o pânico moral designa uma situação em que um indivíduo ou um grupo de indivíduos é definido como uma ameaça aos valores e interesses de uma sociedade, sendo a definição e amplificação efetuada, em grande medida, pelos meios de comunicação, e dando lugar a reações aos chamados porta-vozes da moralidade. Nessa mesma linha, Appadurai (2009) demonstra como um pequeno grupo presente na sociedade é apontado como uma ameaça aos valores sociais e precisa ser combatido. Estes grupos se tornam o que René Girard (2004) chama de “bode expiatório”, tal qual na narrativa bíblica: a sociedade escolhe um grupo para ser sacrificado para “limpar” os pecados da sociedade e pouco importa se está se atacando os problemas reais ou se camuflando os problemas reais.

Segundo Cohen (2002), o conceito de “pânico moral” apresenta certas suposições sobre a mídia de massa. Ela é a principal fonte de conhecimento do público sobre desvios e problemas sociais. A mídia desempenha o papel principal de agência a selecionar os eventos considerados dignos de atenção, transmitindo as imagens e divulgando a retórica da palavra das vítimas. Em grande medida, alguns agentes e elementos são mais tomados como bodes expiatórios do pânico moral que outros. Entre eles, as culturas juvenis e de consumo de substâncias ilícitas.

As notícias jornalísticas apontam para uma imputação da ideia de marginalidade aos/as pixadores/as, como mencionado anteriormente, o que, de acordo com o levantado na pesquisa, não corresponde à realidade. As características de marginalidade e de delinquência, em grande medida, impostas, é o que permite que profissionais das instituições de justiça e de segurança pública atuem de forma desproporcional diante de jovens envolvidos na prática da pixação.

A legislação existente para o ato de pixar, conforme citada, faz acreditar que não existe outra saída para banir essa prática senão com forte repressão e severa punição aos indivíduos,

e, paralelamente, parte da opinião pública, embasada em notícias midiáticas sobre tais eventos, corrobora com tais decisões.

Não obstante, a criminalização da pixação nos discursos jurídicos demonstra decisões incoerentes, muitas vezes, a depender da visibilidade do caso, como, por exemplo, o do rapaz acusado criminalmente por ter pixado a igreja da Pampulha, em Belo Horizonte, e aos pixadores que foram acusados de crime por pixarem o “andar vazio” da Bienal.

Sendo assim, é embasada em uma forma de seletividade que a justiça executa a punição a determinados grupos de jovens e constrói um imaginário de “pânico moral” (COHEN, 2002) na população ou o “medo ao pequeno número” (APPADURAI, 2009).

4.3 Polícia para quem precisa

Dizem que ela existe pra ajudar
 Dizem que ela existe pra proteger
 Eu sei que ela pode te parar
 Eu sei que ela pode te prender
 Polícia para quem precisa
 Polícia para quem precisa de polícia
 Polícia para quem precisa
 Polícia para quem precisa de polícia
 (Música: Titãs, 1986)

A polícia é o principal agente coibidor da ação das/dos pixadoras/es em qualquer cidade do Brasil, apoiada por parte da população que se sente exasperada com a ação desses jovens. As/os pixadoras/es narram vários episódios de encontros e desencontros com a Polícia Militar e com a Polícia Civil. Esta última trabalha fortemente no Estado de Goiás, há algumas décadas, com a investigação e a captura de diversos grupos de pixadores a partir de processos junto ao Ministério Público de Goiás (MPO).

As investidas da Polícia Civil e da Polícia Militar contra a pixação estão relacionadas com as funções primárias desses órgãos de segurança pública e com a forma com que foram criados e implantados para atuarem nos Estados.

Paixão (1988) afirma que a invenção da polícia foi marcada pela racionalidade e pelo controle social que se buscou estabelecer na Europa do Séc. XVIII. Na Inglaterra, por exemplo, esteve presente uma criminalidade difusa paralela a uma violência coletiva e, dessa maneira, foi preciso articular políticas públicas de combate ao crime à institucionalização da democracia. Diferente de outras polícias que foram criadas como instrumentos de monopólio da violência

absolutistas, o aparelho policial inglês foi criado como uma burocracia de profissionais, cujas atividades práticas se voltaram para a repressão de uma violência coletiva das chamadas classes perigosas e, também, para a prevenção da criminalidade cotidiana ou rotineira, por meio da vigilância sistemática das interações sociais locais (PAIXÃO, 1988, p. 177). O autor aponta ainda que o desenvolvimento da polícia não expressava um consenso coletivo, mas era resultado de um profundo conflito de classes. Era uma polícia fortemente moralista e repressiva, e que cumpria a função ética do Estado de garantir a vida e a propriedade dos membros individuais das chamadas classes respeitáveis (PAIXÃO, 1988).

No Brasil, uma sociedade com alto nível de desigualdade social, o autor aponta que a polícia enfrenta dilemas para atuar dentro da ordem democrática. Sobre a institucionalização dos direitos civis em nossa ordem política, Paixão (1988) escreve:

Menos do que o resultado do arbítrio de policiais despreparados, corruptos e brutais, as práticas policiais brasileiras são um reflexo de nossa cultura jurídica. O sistema processual penal concebe a estrutura social brasileira como sendo hierárquica, atribuindo diferentes graus de cidadania e civilização a diferentes segmentos da população (...) À polícia cabe a difícil tarefa de selecionar quais indivíduos tem direito aos seus direitos constitucionais, enquanto pessoas civilizadas, e quais não tem. (PAIXÃO, 1988, p. 179).

Embora a ideia de polícia militar tenha origem na época do Brasil Colônia, foi no início do autoritarismo da década de 1960 que a instituição apresentou uma maior sistematização em relação à forma de atuar, próxima à que conhecemos hoje⁷². Nessa época, a Polícia Militar no Brasil atuou frequentemente com torturas e assassinatos. Foram décadas de ações violentas, marcadas por eventos como: Massacre do Carandiru (1992), Chacina da candelária e de Vigário Geral (1993), Massacre de Eldorado dos Carajás (1996), Operação Castelinho (2002), Chacina da Baixada Fluminense (2005). Esses episódios noticiados apontam para os procedimentos da Polícia Militar contra civis. Segundo Adorno e Dias (2014):

A repressão aos crimes e o crescimento da violência urbana são acompanhados do aumento da violência policial, cujas raízes remontam às tradições autoritárias da sociedade brasileira. O policiamento preventivo e ostensivo militarizado tornou frequentes as incursões arbitrárias pelas ruas e casas populares, sem autorização judicial. Nas prisões e delegacias, torturas e maus tratos a presos e suspeitos constituem a rotina das investigações. Acrescenta-se ainda, o surgimento dos esquadrões da morte e organizações paramilitares envolvendo policiais civis e militares com o objetivo de eliminar criminosos

⁷² Embora seja notável que em conflitos como Canudos, Farrapos e Balaiada a violência e truculência na maneira dessa instituição atuar com a população já estavam postas.

e testemunhas dispostas a denuncia-los à justiça, cujas raízes se remontam à década de 1960. (ADORNO; DIAS, 2014, p. 192).

Sendo assim, com os/as pixadores/as, ambas as polícias vão atuar de forma ostensiva e punitiva. Nos relatos, foi bastante comum as/os interlocutoras/res citarem a violência policial, tanto da Polícia Militar atuando durante o “baculejo”⁷³, quanto da Polícia Civil na dedicação à investigação da prática da pixação na cidade de Goiânia.

Outro elemento importante na atuação da polícia direcionada aos/às pixadores/as é a construção da narrativa de delinquência e do vandalismo, o que pode ser comprovado tanto nas matérias jornalísticas – que comumente citam os adjetivos vândalos, criminosos e usuários de drogas e álcool⁷⁴ –, como nas narrativas dos/as jovens entrevistados/as:

Eu já fui pego mais de três vezes pela ROTAM⁷⁵ e dessa vez eles me bateram um tempão no meio da rua me chamando de vagabundo, essas coisas... já fui duas vezes para a delegacia... eles batem mesmo sem dó, num deixa nem você falar. (FULANO, 2018).

Fiquei no carro e só ouvi os caras gritarem levando porrada e cassetete, sendo chamados de vagabundos ou vai trabalhar vagabundo, e eu pensava: mas todo mundo trabalha aqui, moço! Eles apanharam por uns 15 minutos. Os policiaes foram embora e a gente ficou lá uns 30 minutos para entender o que tinha acontecido antes de ir embora. (LEONA, 2018).

Dessa vez, eles me levaram para casa e entraram para ver se tinha mais material escondido, não encontraram nada, pois eu não tinha nada guardado, mas deixaram meus pais bem assustados com isso, né? Me encheram de coronhada e tapa na frente da minha mãe... ela ficava falando que eu era trabalhador. (SIPA, 2018).

Eu já levei um bacu severo, na verdade já levei vários... teve uma vez que corri da Civil e teve até tiro na gente... eles viram que nós estávamos pixando e perseguiram a gente a tiro... corremos, viu? (BADAUÍ, 2018).

A ideia de delinquência e vandalismo é, em parte, o que autoriza a atuação desmedida da polícia com eles/as. Os relatos trazem diversas ocorrências de agressões físicas, invasão de

⁷³ “Baculejo” é a técnica utilizada pela polícia militar de revistar cidadãos no intuito de saber se estão com algum tipo de armamento ou algum material ilegal. Nas cidade de São Paulo e do Rio de Janeiro, tal prática é conhecida como “enquadro”.

⁷⁴ Para saber mais, ver: <https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2020/02/13/considerados-os-maiores-pichadoresde-goiania-homens-sao-presos-suspeitos-de-pichar-mais-de-5-mil-locais-em-goiania.ghtml>

⁷⁵ ROTAM – Rondas Ostensivas Táticas Metropolitanas – são unidades operacionais de elite das polícias militares que atuam em vários estados brasileiros. Foram criadas no ano de 1981.

privacidade e até tiros. A menção do interlocutor de que os policiais viram o que eles estavam fazendo e que esse foi o motivo para que esses utilizassem armas de fogo e perseguissem de carro jovens que estavam a pé mensura a violência desproporcional da polícia contra esse grupo. Outro interlocutor narra a violência sofrida na frente de seus pais. O medo que os policiais deixaram naquelas pessoas remonta àquela mesma polícia mencionada por Paixão (1988) e por Adorno e Dias (2014), citados acima.

Por outro lado, também obtive relatos sobre jovens pixadores que se tornaram policiais (tanto militares, como civis). Os/as jovens entrevistados/as narraram, inclusive, exemplos de encontros com antigos colegas de pixação trabalhando fardados no momento do flagrante:

Como eu te falei meu pai é policial, mas também só da minha época que eram pixador e hoje é policial tem uns 8 só da minha época, eu até já encontrei. (NOITE, 2018).

Pixador que virou policial: o Alicate, o Fraude era, né? Tem o Cana, o Primo, o Bruno Marçal, o Cafu... é... pois é, viraram tudo policial. Teve os caras que veio e me contou que saiu para pixar aí chegou a polícia já enquadrando, aí, quando viu, era o Alicate, aí falou que o cara chegou e trocou ideia. (COYOTE, 2018).

Lembro do Alicate, acho que ele é policial, né? (risos) ...e tem aquele lá que virou policial federal... acho que é o Dengue... hoje, ele é policial federal. (ANARK, 2018).

Essa situação de ambiguidade – primeiro, jovem pixador e, depois, adulto policial – aponta para muitas reflexões. Em diferentes épocas de nossas vidas, temos ideias diferentes sobre nossas ações, e, nesse ínterim, as ideias de certo e errado podem mudar ou serem, em parte, relativizadas. Significa que nossa moral pode mudar, que nossa opinião sobre as leis ou sobre o que é certo e errado é passível de mutação. Não obstante, podemos elucubrar, que se um jovem se envolveu em algum momento da sua vida com a pixação não significa que ele não vá desenvolver mais tarde sentimentos do que é entendido como civilidade ou até mesmo que ele seja um indivíduo delinquente e imoral conforme a sociedade e as instituições de segurança o percebem.

Sobre esse aspecto, o autor David Matza (2014) nos auxilia com o conceito de “deriva”, que é também com o conceito de “subcultura do crime”. O conceito de “deriva” é uma das contribuições de Matza (2014) para os estudos sobre juventude. O autor entende que a “deriva” torna o crime possível ou permissível ao remover temporariamente as restrições que controlam os membros da sociedade (MATZA, 2014). Segundo o autor:

Si se parte de la base de que la delincuencia no es más que una respuesta específica al funcionamiento de las instituciones legales, se puede concebir que el joven que delinque comparta el mismo sistema de valores y creencias que el resto de la ciudadanía. Sólo que sus prácticas y costumbres delictivas reproducen, deforman y resignifican las perspectivas legales. (MATZA, 2014, p. 255).

A proposta de Matza (2014) é que não existe uma separação nítida entre a cultura convencional e a subcultura criada, ou que, pelo menos, não seja dada em termos de oposição. Embora os preceitos da subcultura do crime não sejam, para ele, os de uma cultura criminosa, eles não estão em conflito com as normas aceitas pela sociedade. Para o autor, faz-se a análise das subculturas do crime em termos de sua essência e seu conteúdo, uma vez que se pretende diferenciar uma subcultura daqueles que cometem crimes (esporádicos) contra outra puramente criminosa deve ser diferenciada. Nesse aspecto, o autor auxilia na reflexão sobre a realidade pouco conhecida pela população de maneira geral e que, nos casos aqui levantados, foi posta pelos/as entrevistados/as nos exemplos que relataram sobre pixadores que se tornaram policiais.

Não obstante, isso demonstra o quanto é tênue a linha entre defender/respeitar a lei ou estar no chamado mundo do crime⁷⁶ para um indivíduo em nossa sociedade. Para muitos dos/as jovens interlocutores/as, trabalhar, estudar e manter relações familiares durante o dia e durante a noite sair de casa para subverter algumas regras é uma forma de vida desejável. E isso não necessariamente os tornam criminosos de carreira. Para eles/elas, essas práticas são quase sempre momentâneas, vivências e experiências que podem ou não se perpetuar ao longo de suas vidas. Isso fica posto quando a interlocutora Kaly comenta: “A pixação para mim é uma vida dupla (KALY, 2018)”.

Matza (2014) ainda vai mais longe quando nos apresenta o termo “*drift*”. *Drift* ou deriva é um conceito utilizado para abordar uma fase fundamental em que os jovens podem quebrar certas leis em certas ocasiões ou contextos, mas sem estar de forma condicionada a isso ou cometer delinquências o tempo todo. Exemplo disso é que a maior parte dos/as jovens entrevistados/as nessa pesquisa são trabalhadores/as, arrimo de família, estudantes e exercem diversas funções sociais como específico no Capítulo 2, em que analiso seu perfil. De certa maneira, o conceito de deriva reafirma a perspectiva de que a sujeição criminal é algo imposto externamente. Assim, se não forem “assujeitados” como criminosos, os jovens que transitam

⁷⁶ Essa expressão “mundo do crime” é melhor discutida na obra do sociólogo Gabriel Feltram sobre jovens periféricos envolvidos com o tráfico de drogas na cidade de São Paulo. Para saber mais, ver: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7136>

por práticas transgressoras ou mesmo que atuam em algum delito criminal escapariam mais facilmente do rígido processo de rotulação discutido por Misse (2014).

De qualquer maneira, os jovens pixadores reconhecem que alguns companheiros se tornaram policiais, mas isso não faz a polícia ser melhor. Ao contrário, continuam sendo reativos à postura da polícia e se sentindo sempre injustiçados por ela. Em consonância com o argumento de Matza (2014), o sentimento de injustiça leva à perda de legitimidade da lei. Tais sentimentos nem sempre são pessoais. Um olhar para a história das subculturas criminosas pode ser compreendido como cargas emocionais repletas de experiências de injustiça. Para o autor, os infratores juvenis percebem o sistema de justiça como um mecanismo injusto que, para atingir seus fins e objetivos, utiliza procedimentos seletivos nos quais os adolescentes são os primeiros a serem capturados (MATZA, 2014).

Matza (2014, p. 252) diz que “o crime não é cometido contra o indivíduo; é cometido contra a cidadania como um todo”. O sentimento de injustiça cumpre o papel de enfraquecer o domínio da lei e, assim, abre caminho para a condição imediata de neutralização: a negação da intenção. A neutralização torna a deriva possível. É o processo que nos liberta do vínculo moral da lei.

Ressalta-se, ainda, que há uma incompreensão por parte da polícia em relação a quem são os pixadores e também sobre o que é pixação. Segundo os jovens, normalmente as pessoas comuns conseguem distinguir a pixação do grafite, inclusive existe uma parcela dos transeuntes que gostam do grafite, entretanto, os policiais atuam de forma arbitrária na distinção desta prática. Em exemplo dessa indistinção ocorreu em um evento da Secretaria de Planejamento Urbano e Habitação junto a Secretaria de Cultura (SECULT) na inauguração de um novo espaço de convivência na conhecida como “Rua do Lazer”, Rua 8, no Centro de Goiânia. O evento fazia parte da semana de comemoração dos 86 anos da capital e entregou um projeto de revitalização feito nesta rua e nos becos ao entorno. Neste evento, a Secretaria contratou uma equipe de grafiteiros renomados para fazer sua arte no local. Quando estava trabalhando, uma das coordenadoras do projeto foi abordada por dois policiais militares que a identificaram como pixadora. Os policiais queriam levá-la a força para a delegacia. A jovem conseguiu ser ouvida apenas quando os demais colegas grafiteiros interviram na atuação da polícia mostrando papéis e credenciais de autorização da Prefeitura. Sobre essa ocorrência, a jovem abordada comentou:

Eu estava escrevendo os nomes nos espaços que cada artista iria grafitar sua arte, então estava meio afastada dos outros, aí o policial me viu sozinha e veio para cima gritando e dizendo; você está fazendo o quê? Você vai ter que me

acompanhar! Eu falava: eu faço parte do evento, sou a coordenadora e trabalho no evento, olha aqui minha credencial, num tô pixando, olha, minha credencial! Os meninos vieram porque ouviram a gritaria dos policiais comigo, eles todos começaram a mostrar as credenciais e os papéis de autorização. Foi ridículo. (KALIANE, 2018).

Sendo este um evento realizado pela própria Prefeitura, segundo a SECULT, os policiais estavam lá justamente para dar apoio ao evento. O fato ocorrido exemplifica a forma arbitrária de atuação da Polícia Militar.

Não obstante, alguns dias depois, saiu no noticiário que o entorno do evento havia sido pixado, entretanto, nem os comerciantes, nem os policiais viram quem fez a pixação no local no dia da inauguração. Se à primeira vista pode ser entendido como uma maneira arbitrária de lidar com a questão, por outro lado, podemos refletir, como essas ações podem ser, na realidade, uma maneira de agir estratégica do Estado. Segundo Grahan (2016) sobre cidades militarizadas:

Em vez de direitos legais e humanos e de sistemas jurídicos baseados na cidadania universal, essas políticas de segurança emergentes se fundamentam na elaboração de perfis de indivíduos, locais, comportamentos, associações e grupos. Tais práticas atribuem a esses sujeitos categorias de risco baseadas em suas supostas associações com violência, desordem ou resistência contra as ordens geográficas dominantes que sustentam o capitalismo neoliberal global. (GRAHAN, 2016, p. 27).

Para o autor, o urbanismo militar compreende a ideia de “presumir um mundo em que civis não existem”. Dessa maneira, e, assim como no exemplo mencionado acima, todos os elementos humanos são cada vez mais vistos como criminosos reais ou em potencial, terroristas ou insurgentes, alvos legítimos dos policiais.

É preciso refletir sobre a maneira como a polícia foi pensada e organizada no Brasil. Se considerarmos que ela responde a interesses elitistas e de combate a determinados grupos de indivíduos vamos perceber que a juventude insurgente será alvo preferencial de criminalização.

4.4 Por que criminalizamos a pixação?

A literatura sobre criminalidade (COELHO, 1987; PAIXÃO, 1998; CALDEIRA, 2011; MISSE, 2010) aponta, historicamente, para o chamado desenvolvimento urbano excludente nas capitais como um fator importante a ser considerado. Indicam também que a criminalidade se desenvolve e se estabelece, principalmente, mas não somente, em locais com baixa capacidade de regulação estatal e controle social.

Sendo assim, a criminalização da pixação nas grandes capitais pode estar relacionada a esta ideia de pouco controle social por parte do Estado, que geraria vandalismo e delinquência, tendo como consequência o chamado pânico moral que se instaura sobre a população. Na perspectiva de Stanley Cohen (2002), a partir do que define como pânico moral, esses jovens estão caracterizados, de modo exagerado e caricatural, como indivíduos que ameaçam os valores morais de parte da sociedade. E isso é ampliado por uma mídia que corrobora um discurso negativo sobre os mesmos. A ideia de pânico moral é cabível para pensarmos como determinadas pessoas reagem às ações juvenis que destoam do reconhecido como normal. O pânico moral é a reação social aos processos sociais que são marcados pelo sentimento de medo e pela pressão das mudanças sociais.

Não criminalizar penalmente um/uma pixador/a pode fazer parecer que é certo fazer o que ele/ela faz e ainda dar margem para demais jovens fazerem o mesmo, então, a opinião pública acredita que o melhor é punir criminalmente para dar exemplo e assim não possibilitar que o mesmo seja feito por outros indivíduos. Existe um medo e um repúdio de ter a propriedade pixada, que transborda para uma fácil aceitação em colocar esses indivíduos presos como criminosos por atos de vandalismos, tornando assim suas ações inaceitáveis.

De maneira semelhante, Stanley Cohen (2002) problematiza o discurso da mídia em relação aos jovens *Mods* e *Rockers* em Londres, durante a década de 1960, mostrando como foi possível, apenas com notícias midiáticas, demonizar esse grupo de jovens.

Os *Mods* e *Rockers*⁷⁷ eram dois grupos juvenis com estilos bem diferentes. Os primeiros eram jovens de uma classe média trabalhadora em ascensão em Londres no pós-segunda guerra. Eram jovens que trabalhavam e podiam escolher de que maneira desejavam se vestir, pois compravam peças de vestuário com seu próprio salário. Estavam sempre arrumados e possuíam seu próprio meio de transporte: motos do tipo *scooter*. Já os *Rockers*, ao contrário, eram jovens que não gostavam de estar na moda como os *Mods*. Eram jovens trabalhadores, filhos de pais operários e não tinham interesse em ascensão social. Possuíam motos velhas e barulhentas, usavam *jeans* surrados e jaquetas de couro pretas.

Os dois grupos, durante as décadas de 1950 e 1960, eram rivais na cidade de Londres, o que rendeu muita matéria jornalística. Segundo eles, as divergências no estilo de vida era motivo para agressões físicas e destruição do local em que as brigas ocorriam. Embora fossem autores de grande confusão, a mídia retratava esses encontros com exagero, e, muitas vezes, relatava

⁷⁷ Para saber mais ver: <https://universoretro.com.br/mods-e-rockers-esquecem-rivalidade-e-celebram-lancamentodo-universo-retro-conheca-a-historia-dos-dois-grupos/>

uma violência que não refletia a realidade dos fatos. Stanley Cohen (2002) trabalha essa questão nomeando a reação da mídia e da população como de “pânico moral”.

Na sociedade brasileira, o “pânico moral” pode ser percebido contra a juventude, na década de 1980, a partir do *funk* (VIANA, 2014), depois, na década de 1990, com os arrastões cariocas (HERSHMANN, 2005), e, nas últimas décadas, nos rolezinhos (CALDEIRA, 2014), esse último, com ocorrência em várias capitais do Brasil. Nesses exemplos de comportamentos juvenis, o que se percebe é como diferentes grupos se expressam historicamente e qual a reação da população em relação a eles.

As formas como a juventude se mostra existente são apresentadas pela mídia de maneira estigmatizada e, também, superficial. E, conseqüentemente, grupos juvenis são entendidos pela sociedade como aqueles que agem, comumente, de forma violenta, criminosa e sem nenhum escrúpulo. É importante lembrar que foi também na década de 1980, paralelamente à chegada do *funk*, através da mídia, que a sociedade brasileira pôde ver como muitos jovens, também na tentativa de acesso, utilizavam o transporte público carioca: o chamado surfe de trem, atividade extremamente perigosa, que mostrou como a juventude pobre, preta e periférica saía das periferias para os chamados centros urbanos cariocas.

Esses são alguns exemplos de ações contra a juventude, e é possível que muitas ações semelhantes tenham ocorrido em diversos centros urbanos brasileiros. Dessa maneira, é possível perceber que a criminalização de determinados grupos foi uma forma de gerenciar as cidades nas últimas décadas. Sobre a forma de gerenciar o urbano, podemos inferir a expressão “urbanização militarizada” como característica da ação de combater e monitorar determinados grupos, e, sobre essa questão, Grahan (2009) aponta que:

O predomínio de modelos neoliberais de administração nas últimas três décadas, combinado com a difusão de modelos punitivos e autoritários de policiamento e controle social, exacerbou as desigualdades urbanas. Como resultado, os pobres da cidade são muitas vezes confrontados com redução nos serviços públicos, de um lado, e uma palpável demonização e criminalização, do outro. (GRAHAN, 2009, p. 53).

Não obstante, o que fica posto é um pânico moral contra uma juventude singular que tem cor, endereço e classe social, ou seja, é uma juventude preferencialmente pobre e negra das periferias das grandes capitais brasileiras. Hermano Viana (2014) comenta que o *funk* passou a se popularizar na zona sul do Rio de Janeiro no início dos anos 1970 e, depois, por uma questão classista e territorial, passa a ser consumido por muitos moradores dos bairros suburbanos da zona norte. Sendo assim, tanto o *soul*, quanto o *funk*, ainda que naquela época também tenham

sido consumidos por uma população branca, concretizaram-se no Brasil como estilos musicais diretamente ligados à cultura da população negra. Sobre esse aspecto, Viana (2014) aponta que:

Apesar de hoje o circuito funk carioca ser uma manifestação cultural predominantemente suburbana, os primeiros bailes foram realizados na Zona Sul, no Canecão, aos domingos, no começo dos anos 70 (...) Foi o período dos cabelos afro, dos sapatos conhecidos como pisantes (solas altas e multicoloridas), das calças de boca estreita, das danças à James Brown, tudo mais ou menos vinculado à expressão “Black is beautiful”. (VIANA, 2014, p. 13-14).

Nessas manifestações musicais, majoritariamente juvenis, estavam explícitas questões raciais. Segundo Viana (2014, p. 14) comenta: “O soul perdia suas características de pura diversão, ‘curtição’, um fim em si (no discurso das equipes) e passava a ser um meio para se atingir um fim – a superação do racismo (no discurso do movimento negro)”. Dessa maneira, não só a música, mas o ambiente, a vestimenta e toda uma forma de viver desses/as jovens já estava estigmatizada por parte da sociedade brasileira.

Paralelamente, foi a partir desses dois estilos musicais – o *soul* e o *funk* – que novas gerações receberam influências de músicas negras, e, por conta dessas influências, a chegada do *Hip hop* foi muito bem recebida pelas camadas jovens. O *Hip hop* é estigmatizado devido ao fato de seus principais seguidores serem procedentes de uma classe econômica mais baixa e, em sua maioria, jovens negros e negras, pobres e de periferia. Contudo, o *Hip hop* possibilita uma maior consciência dos/das jovens negros/negras sobre seu lugar na sociedade, fazendo com que muitos/muitas jovens passem se questionar a realidade que está posta em uma sociedade racista e classista.

Nessa mesma perspectiva, sobre uma juventude estigmatizada, o estudo de Herschmann (2005) nos lembra do pânico da sociedade brasileira quando discutiu a questão dos arrastões ocorridos na década de 1990.

Conhecido sob o rótulo de “arrastões” na mídia nacional e internacional. Cenas exibindo correrias desenfreadas, brigas, gritos e confusões envolvendo jovens e a polícia criaram um clima de “histeria” junto à população. O fenômeno dos arrastões não era propriamente novo ou inusitado, mas aqueles, particularmente para a reitificação de uma certa imagem estigmatizada dos jovens dos seguimentos populares do Rio. (HERSCHMANN, 2005, p. 16).

A forma como a mídia divulgou os “arrastões” foi crucial para construir a forma como parte da população passou a ver os/as jovens que participavam da cena do *funk* e do *hip hop*,

estigmatizando-os ainda mais. Herschmann (2005, p. 29) enfatiza que o *funk* e o *Hip hop* não surgiram com os arrastões, mas os arrastões popularizaram de forma estigmatizadora parte da juventude que estava envolvida com esses movimentos.

O autor aponta não somente o arrastão, mas também o *Hip hop* e o *funk* como ações juvenis com significado, no que o autor vai nomear de “espelhos de seu tempo”. Significa dizer que, de alguma forma, essa juventude precisava expressar suas emoções e sensações em relação à maneira como eles/as se relacionavam com o mundo naquele momento. Dessa maneira, cabe a nós pesquisadoras/es enfrentar e perceber, a partir do contexto, e além da aparente desordem ou do caos, uma visão mais realista da população jovem. É o que proponho nesta tese quando chamo atenção para o descomedimento na criminalização das/os jovens pixadoras/es.

A estigmatização e a criminalização de culturas juvenis é histórica na sociedade brasileira. Estiveram presente nas cenas musicais e culturais desde as décadas de 1950 e 1960, com o *soul* e o *rock*⁷⁸, o *funk* em 1970, o *hip-hop* e o *punk* em 1980, e segue, até nas últimas décadas, como discutido pelos autores citados acima.

Mais recentemente, irromperam na mídia os “rolezinhos”, que também causaram pânico e perplexidade na sociedade brasileira. Segundo Caldeira (2014):

Os rolezinhos não surgiram do nada. De fato, “dar um rolê”, ou a prática de circular pela cidade como forma de entretenimento e lazer, é algo arraigado no cotidiano de jovens paulistanos que habitam as periferias há pelo menos duas décadas. Esses jovens, sobretudo os *rapazes*, vão com frequência de um bairro a outro à procura de bailes e festas, ou só para encontrar os amigos e circular. Mais recentemente, vão sobretudo aos shoppings, para zoar, paquerar e, quem sabe, comprar algo. Essa circulação se intensifica de modo significativo se os jovens fazem parte de alguma forma de produção cultural ou se têm especial interesse por alguma delas. Um bom evento de *rap* é um ótimo motivo para cruzar a cidade e voltar para casa só ao amanhecer. (CALDEIRA, 2014, p. 14).

Sendo assim, a partir dessa digressão, é possível perceber as maneiras como a juventude tenciona a esfera pública e a sociedade com seu anseio de circular, ocupar e acessar a cidade. A despeito disso, percebe-se que, mesmo com a criminalização, os grupos de jovens não se permitem ficar invisíveis, ao contrário, mantêm diversas ações que inserem seus corpos na rua. Teresa Caldeira (2014) aponta ainda que uma característica importante das circulações juvenis é a presença de uma forte crítica social. São esses jovens que estão a expor sua vida precária, a

⁷⁸ Embora o rock e o punk possam ser considerados estilos musicais mais relacionados com uma juventude branca.

violência cotidiana, a constante repressão policial e, ainda, o racismo cotidiano. A autora ainda ressalta que:

Eles articulam uma voz poderosa e complexa que simultaneamente afirma seu pertencimento a esse universo sempre descrito em termos distópicos como um espaço de precariedade e desespero e tenta transformar o que é pejorativo e ofensivo em fonte de dignidade. (CALDEIRA, 2014, p. 14).

Fator importante, que é fortemente destacado por Viana (2014), Herschmann (2005) e Caldeira (2014), é a histórica estigmatização e criminalização das culturas de jovens negros e negras pobres e da periferia. Serão esses jovens os mais afetados pela violência e invisibilidade imputadas em seus corpos quando expostos nas cidades. Dessa maneira, a ideia de pânico moral é recorrente e pode ser acentuada sobre uma população específica devido a sua cor e condição econômica. Para essa população, o que o Estado oferece são ações punitivas e a criminalização.

É provável que seja a partir do pânico moral que a ideia de solucionar o problema se dê sempre por meio da punição. No livro *A sociedade punitiva*, Michel Foucault (2015) descreve as diferentes formas de ilegalismo vivenciadas pelos trabalhadores e as formas de identificá-lo encontrada pelos burgueses e pelo Estado no século XIX. Essa ideia talvez nos auxilie a pensar a questão de como os/as pixadores/as são historicamente vistos enquanto uma ameaça para parte da população e para os órgãos de segurança pública.

O conceito de ilegalismo nos serve aqui para pensarmos como determinada atitude pode ser, em dado momento, aceita moralmente, e, em outros, abolida, punida e penalizada. O autor descreve como, na Europa do século XIX, os trabalhadores foram vistos pela burguesia e pelo Estado. Ele explica que, com a urbanização acelerada, muitos trabalhadores se espalharam pelos arredores das cidades, e, por isso, era preciso manter a ordem, isto é, manter um controle social rigoroso sobre a mobilidade dessas pessoas. Com trabalho pesado e remuneração ruim, esses indivíduos tentavam encontrar outras formas de existências, o que, muitas das vezes, significava fugir do trabalho e das demais responsabilidades. Segundo o autor, eram as festas, o jogo de loteria e o concubinato as formas mais características de se vivenciar o chamado “ilegalismo de dissipação”. E o ilegalismo levava os indivíduos à vagabundagem, à desordem e a cometerem irregularidades (FOUCAULT, 2015 p. 177).

O que mais nos interessa na explanação de Foucault (2015, p. 177) é o que ele nomeia de “mecanismo de penalização da existência”. Ele explica, primeiramente, que o ilegalismo de dissipação se caracterizava por exprimir atitudes dos trabalhadores contrárias ao controle e pressão sobre suas vidas pelos seus patrões. Essa/e trabalhadora/or era aquela/e que atentava

contra sua própria força de trabalho, atentava contra sua própria vida, seu tempo e seu corpo. Pois tais pessoas viviam um “nomadismo moral”, segundo Foucault (2015). Como não se sabia como controlar os/as trabalhadores/as, fez-se necessário manter uma moralização do sistema penal, ou seja, a questão era: pelo que penalizar as pessoas efetivamente? Era preciso mais do que o sistema penal para dar conta, segundo o autor, era preciso uma máquina mais sutil, um mecanismo de penalização da existência (FOUCAULT, 2015, p. 177). Sobre a penalização da existência, que caracteriza a sociedade punitiva, o autor explica que:

A sociedade punitiva só é possível desde que haja uma espécie de vigilância geral, de organização não só de um controle ou de uma percepção, mas também de um saber sobre os indivíduos, de maneira que eles sejam submetidos a uma prova permanente, até o momento que for possível fazê-los para o outro lado e submetê-los efetivamente a uma instância de julgamento. (FOUCAULT, 2015, p. 179).

Para ficar claro como se aproximam as atitudes dos/as trabalhadores/as “desregrados” e a ideia da penalização de sua existência em relação aos/às interlocutores/as dessa pesquisa, trago alguns relatos de determinadas situações:

Já aconteceu deles [policiais militares] ficarem segurando a gente e ficarem conferindo o RG, aí, não encontravam nada e pediam a carteira de trabalho. Moça, quem sai de casa com carteira de trabalho hoje em dia? (SNEPSA, 2018).

Nesse dia, eu estava grafitando, mas eles já tinham me pego de outra vez pixando, aí reconheceram, né? Eles viram que era grafite, mas sabiam que podiam me levar, aí, citaram vários artigos, pediram dinheiro e levaram todo o meu material e eu deixei para eu não ser fichado na delegacia. Avisaram que se me pegassem de novo iam me levar preso. (DMIC, 2018).

Às vezes, quando faço em local que tem muita gente vendo, aí, tem gente que fala... eles passam de carro e gritam: vagabundo, vai trabalhar! Cara, eu trabalho muito (risos). (ENIGMA, 2018).

Esses relatos apontam situações que retratam os jovens sendo revistados, julgados e até saqueados na tentativa de os incriminar, embora não houvesse motivo oficial para a repreensão de suas atitudes. E quando o policial solicita a carteira de trabalho do rapaz está contida nessa ação a tentativa de incriminar o pixador por vagabundagem. Ou seja, não encontrar motivo para incriminar e solicitar a carteira de trabalho é tentar um encontrar propósito condizente para se reprimir aquele corpo que age e está fora dos padrões morais esperados. O interlocutor Snepsa, inclusive, reconhece o contrassenso na solicitação da sua carteira de trabalho.

O relato de Dmic retrata o método utilizado pela Polícia Militar de apreender o material do suposto flagrante, embora não efetivado, deixando o jovem sem o material de uso em seu trabalho, até porque, conforme explicarei mais adiante, para esses, jovens trabalhar com grafite ou pintura de maneira geral e atuar, paralelamente, como pixador/a é corriqueiro. Dessa maneira, a polícia, atuando com o poder estatal ao confiscar os utensílios dos/as jovens, também as/os impossibilita de exercer a única forma de trabalho que alguns/mas deles mantêm.

O terceiro relato evocado acima, de Enigma, demonstra a opinião da sociedade de forma geral. Estar na rua “riscando” um muro ou uma parede é sinônimo de vagabundagem. Se os transeuntes dizem “vai trabalhar”, o que os incomoda é menos o que está sendo feito e mais o corpo que está fazendo, que está fora do espaço de trabalho. É o corpo solto na rua, é o estar na rua, mas não da maneira que a sociedade entende como trabalhando, que acaba criando uma forma de penalizar o/a pixador/a por sua existência.

O corpo do/a pixador/a solto na rua é o que aponta que algo moralmente está errado em uma sociedade que tenta ser altamente regrada, e baseada em relações de produção e consumo. Michel Foucault (2015) explica que o que caracteriza o chamado “ilegalismo de dissipação” são as atitudes dos trabalhadores em relação a faltas, atrasos, preguiça, festas, devassidão e nomadismo, isto é, tudo que possa ser incluído na ordem da irregularidade, da mobilidade no espaço (FOUCAULT, 2015, p. 173).

O corpo do/a pixador/a se insere nesse ilegalismo. Ele/ela está à revelia das regras, está fora daquilo que é entendido como uma ocupação ou algum tipo de trabalho. Daí o porquê de um corpo na rua incomodar tanto, um corpo livre, desregrado e sem disciplina que insere uma escrita ininteligível nos muros, nas paredes, nas portas. No limite, parece ser insuportável para alguns tolerar a liberdade desses corpos. Se existe um ódio aos pixadores/as pelo desrespeito que eles imprimem pela propriedade privada e pelo bem público, existe juntamente uma não permissão de seus corpos estarem livres pela cidade.

Não obstante, a ideia do corpo no ilegalismo também pode ser analisada pela perspectiva de Erving Goffman (1975) sobre os corpos estigmatizados. Para Goffman (1975), a presença física do corpo é estigmatizada em relação ao corpo considerado dentro da normalidade. O termo estigma é usado em referência a um atributo profundamente depreciativo. Um estigma é então, na realidade, um tipo especial de relação entre atributo e estereótipo (GOFFMAN, 1975, p. 13). Assim, os corpos das/os pixadoras/es são vistos e julgados por atributos quase sempre negativos e estereotipados, e, no que tange especificamente o conceito do autor, esse corpo está dentro de um comportamento político radical e por isso ele é estigmatizado.

Por outro lado, se os corpos dos/as pixadores/as são entendidos como estigmatizados por parte da sociedade e da polícia, entre eles/as, o sentimento é de normalidade sobre suas ações e seus corpos. Para elas/es, não existe nada de errado. Os pixadores sabem que parte da sociedade e da polícia não aceitam seu comportamento. Sobre esse aspecto, Goffman (1975) aponta que:

Além disso ainda, pode perceber geralmente de maneira bastante correta que, não importa o que os outros admitam, eles na verdade não aceitam e não estão dispostos a manter com ele um contato em bases iguais. (GOFFMAN, 1975, p. 17).

Esses corpos são comumente chamados de “vagabundos” e de “delinquentes” por parte da sociedade e da polícia, mas, para esses/as jovens, tais acusações não fazem o menor sentido. Segundo citado por parte das/os entrevistadas/os em seus relatos, conforme apontarei no Quadro 1, Capítulo 6, elas/es agem segundo o que entendem como normal, principalmente quando mencionam suas profissões, estudos ou ocupações, bem como suas famílias, e, sendo assim, divergem de tais afirmações estigmatizadoras.

Nessa perspectiva, com corpos criminalizados, subjugados e marginalizados, o que seria possível fazer para além da criminalização? Um dos mais reconhecidos pixadores brasileiros, Crypta DJan, comenta⁷⁹ sobre o assunto:

O mais correto e justo seria a pixação deixar de ser crime e voltar a ser contravenção, porque dessa forma o pixador não seria mais enquadrado no crime de formação de quadrilha, como vem acontecendo. Este seria o caminho mais eficiente para a descriminalização da prática da pixação. É muito contraditório que um pixador seja preso por formação de quadrilha no Brasil, sendo que até os políticos envolvidos no “escândalo do Mensalão” foram absolvidos desse crime. E esses são os caras que realmente estão fudendo com país, roubando milhões de toda a nação e de seus cidadãos e contribuintes, e permanecendo impunes. (CRYPTA, 2015).

A partir dessa afirmativa, fica claro que, embora os/as pixadores/as não concordem com a criminalização de suas ações, também não defendem que não existam infrações contida nelas. Não podemos afirmar que se essa prática deixasse de ser crime se tornaria extinta, contudo, considerando o que é dito pelas/os interlocutoras/es, mudanças seriam possíveis. Mas são essas as questões que fazem com que a criminalização da pixação seja tão intensa no Brasil.

⁷⁹ Matéria publicada na sua página de facebook em junho de 2015

Parte da sociedade entende o ato da pixação como algo violento, agressivo ou sinônimo de sujeira. Se considerarmos tais afirmações, podemos analisar a questão pela perspectiva de Herschmann (2005, p. 46), que aponta que: “em determinadas expressões culturais, a violência é tanto um recurso de expressão quanto uma estratégia de obtenção de visibilidade”. Ao meu ver, as ações das/dos pixadoras/es se inserem nessa perspectiva. Herschmann (2005) comenta que:

A questão da violência, tal como se apresenta nos espaços urbanos brasileiros, por trás de suas manifestações frequentes, se não deixa entrever uma reivindicação por ordenamentos sociais mais justos, pelo menos evidencia a impotência do Estado em cumprir o antigo projeto de unificação e equilíbrio. (HERSCHMANN, 2005, p. 47).

A sensação de que a criminalidade ou de que a violência surge de determinados grupos faz com que parte da sociedade sofra de pânico moral, e, por outro lado, com que as formas que o Estado apresenta para combater essa insegurança social pareça não apontar para uma solução. Utilizando de controle rigoroso, que coloca grupos específicos em situação de ilegalidade e de vulnerabilidade, Estado e sociedade tentam solucionar o problema por meio da punição, muitas vezes exagerada e intermediada por uma violência desmedida.

Os/as pixadores/as são então caracterizados/as pela mídia de maneira estigmatizada e superficial, e, conseqüentemente, são compreendidos pela sociedade como aqueles que agem, comumente, de forma violenta, criminoso e sem nenhum escrúpulo. Historicamente, desde o *funk*, passando pelos arrastões cariocas, até chegarmos aos rolezinhos nos *shopping centers*, a criminalização vai ser uma forma notória de gerenciamento desses grupos de jovens por parte do governo. Dessa maneira, e, por todas essas razões, criminalizamos a pixação.

4.5 A descriminalização da pixação como alternativa

A criminalização da pixação tem impactos na sociedade e nas vivências da juventude, os quais passarei a expor agora.

No Brasil, a partir de 1998, a pixação deixou de ser considerada contravenção e passou a ser um crime de acordo com o Código Penal, nos termos do artigo 65 da Lei 9.605/98 (Lei dos Crimes Ambientais), que prevê pena de detenção de 3 meses a 1 ano e/ou multa, para quem “pichar, grafitar ou por qualquer meio conspurcar edificação ou monumento urbano”. Sendo

assim, é possível que as pessoas sejam presas caso pegas em flagrante ou denunciadas como autoras de pixação.

Desse modo, é preciso refletir sobre a criminalização de ações que mais ampliam os problemas do que solucionam. Se pensarmos o frequente apelo das políticas proibicionistas, que, comumente, apresentam baixa efetividade, como por exemplo, a criminalização ao uso da maconha, que afeta de maneira desproporcional determinados grupos de jovens, e tem como principal consequência a problemática do encarceramento em massa no Brasil (SCHLITTLER, 2016, p. 310), podemos chegar a algumas conclusões.

Pesquisadores/as apontam que, historicamente, os sujeitos encarcerados apresentam um biotipo que é selecionado por policiais e pelo sistema de justiça brasileiro⁸⁰. Esse biotipo é o dos negros, jovens, na sua maioria, homens, e da periferia. Nesse cenário, muitos deles estariam submetidos ao crime organizado e envolvidos com o mercado de drogas ilícitas – embora o uso de drogas seja feito por um público bastante diverso, se pensarmos, por exemplo, na questão da criminalização do uso de maconha, sobre o qual, pesquisas recentes (SILVA, 2020) apontam que as políticas proibicionistas e de repressão fracassaram em muitos aspectos.

Nesse sentido, na criminalização da pixação ocorre algo semelhante, visto que todos os/as interlocutores/as dessa pesquisa afirmaram não terem parado com a prática mesmo depois de inúmeras situações de serem flagrados/as pela polícia, de passarem por agressões físicas e verbais e de terem seus nomes envolvidos em processos criminais. Nesse sentido, as próprias decisões judiciais, algumas aqui apontadas, mostraram-se inconsistentes e acabaram por terem de retroceder à aplicação da pena de prisão conforme previsto na lei 9.605/98 em seu artigo 65. Sendo assim, a criminalização tem produzido mais problemas do que soluções. Ela cria mais sujeitos todos como criminosos, aumenta o encarceramento, gera gastos público e emprega o uso da violência. Paralelamente, pesquisas apontam que o encarceramento em massa não trouxe e nem aponta para a solução de muitos problemas criminais e sociais no Brasil (SCHLITTLER, 2016; SILVESTRE, 2016; SILVA, 2020).

Apresento aqui uma tríade de problemas – criminalização da maconha, encarceramento em massa e pixação – para auxiliar na reflexão sobre como o Estado tem resolvido determinadas questões, obviamente sem negar a complexidade dessas questões.

⁸⁰ SILVESTRE, Giane; MELO, Felipe Athaide L. de. O. Encarceramento em massa e a tragédia prisional brasileira. Instituto Brasileiro de ciências criminais – IBCCRIM – Boletim 293. Abril.2017. Disponível em: https://arquivo.ibccrim.org.br/boletim_artigo/5947-Encarceramento-em-massa-e-a-tragedia-prisionalbrasileira Acesso em: 20.03 2018.

A proibição e a criminalização do uso da maconha e de drogas de maneira geral são semelhantes à criminalização da pixação. A criminalização das drogas não tem levado em conta pesquisas e questões científicas relacionadas a saúde, mas considerado fatores morais, raciais e outros (SILVA, 2020). A legislação aponta a questão do proibicionismo e da criminalização das drogas como uma forma de higienizar a sociedade, a partir da ideia de que o Estado deve controlar certas populações.

Nessa perspectiva, Foucault (2008) entende que a arte controlar e de governar na contemporaneidade é relevante para os dispositivos de segurança, pois esses têm como instrumento a governamentalidade. Para o autor, os dispositivos são tecnologias de poder que têm como foco o governo das populações. Os dispositivos de segurança se dirigem ao meio, isto é, ao ambiente onde estão situadas essas populações. Para Foucault (2008, p. 116), o desenvolvimento das cidades e o planejamento urbano se vinculam como uma questão de segurança biopolítica. Dessa maneira, podemos inferir que a criminalização da pixação está no campo da segurança biopolítica da qual nos fala Foucault (2008). O que caracteriza basicamente os dispositivos de segurança é a gestão da população em suas regularidades, sendo assim, as/os pixadoras/es e as/os consumidoras/es de maconha são alvo preferencial das polícias e, também, são estigmatizados por parte da sociedade.

De maneira diferente da criminalização da maconha, a proibição do álcool se deu de outro modo, menos repressiva. O álcool não era preocupação do governo e das elites, mas sim o seu uso e quem o fazia, considerado como desregrado e imoral nas camadas mais pobres da população.

Segundo Silva (2020, p. 142), as proibições e criminalizações no Brasil, historicamente, desenvolveram-se atreladas à questão étnico-social. A exemplo do consumo de álcool, que era praticado mais por brancos, sendo menos criminalizado do que o consumo da maconha. Este último estava mais associado ao uso por negros no século XIX e isso aponta o desenvolvimento de tecnologias de controle e vigilância, em nível nacional, sobre os mais pobres e os negros. Houve, também, mais tarde, perseguição jurídica a determinados grupos étnico-sociais e aos considerados vadios e vagabundos.

Segundo o jurista Eugenio Raul Zaffaroni (2006), o crime e a criminalização entendem um inimigo comum e sua existência é considerada como perigosa e nociva, por essa razão, ele pode ser desprovido de dignidade e de direitos. O único direito que cabe ao inimigo é o direito penal. No caso das/os pixadoras/es não é diferente, pois são considerados como

vagabundas/os e delinquentes. Dessa maneira, a criminalização das drogas está configurada para ser aplicada em certos “tipos sociais”, assim como na pixação.

A criminalização das drogas e suas penalizações nos serve aqui como comparativo para a criminalização da pixação, pois a primeira tem mostrado muitos exemplos do seu fracasso, haja vista o encarceramento em massa e o número de mortes relacionadas ao tráfico (SILVA, 2020). Para Silva (2020), a questão que se coloca é a de que a proibição não coibiu nem a oferta e nem a demanda dessas substâncias ilícitas, e, ao mesmo tempo, possibilitou que outras drogas entrassem no circuito do consumo, e, ainda que, no que diz respeito a sua criminalização e ao proibicionismo, essa falhou enquanto política, porque o direito penal não dispõe de recursos nem de meios para dar resposta a uma realidade tão complexa (SILVA, 2020, p. 204).

No caso das pixadoras entrevistadas, os relatos apontam para um fracasso na proibição da prática da pixação. Segundo as interlocutoras, a penalidade não fez com que as mesmas renunciassem à prática, ao contrário, muitas vezes até as estimulou:

Já fiquei detida, uma vez minha mãe foi me buscar, pois eu era menor de idade, mas logo voltei a pixar com a galera do setor. (GRUPO MISTO, LEONA, 2018).

Eu já fui pintada uma vez, não cheguei a ser presa, mas já fui pintada, pintaram meu corpo todo, na minha cara e era um policial homem, imagina na madrugada, é rua e ninguém te vê, mas eu continuei saindo para pixar. (GRUPO MISTO, LAIKA, 2018).

A primeira vez que eu fui processada eu tinha 16 anos, eu nem entendia, minha mãe não foi me buscar não. Eu fui embora sozinha. Meu processo de 16 anos ele é desse tamanho aqui ó (...) é enorme. Eles foram lá na minha casa e pegaram tudo que você pode imaginar, alfabeto e tudo que tinha que comprovar contra mim, eles foram lá na minha casa e pegaram. Mas a gente sabe que estamos sujeitos a isso. Eu voltei a pixar depois de algum tempo. (GRUPO MISTO, MUSA, 2018)

A criminalização ou a penalização pela prática da pixação não apareceu na fala dessas interlocutoras como algo que as fizesse interromperem a prática, pelo contrário, tais práticas continuaram, e talvez até com mais afinco, mesmo depois que esses/as jovens vivenciaram diversos tipos de violência e constrangimentos por parte da polícia e de parte da sociedade, conforme citarei adiante.

Existe um gosto, uma preferência pelo risco na prática da pixação, que a proibição vem a alimentar. Em pesquisa feita com jovens pixadores da cidade de São Paulo, o pesquisador Alexandre Pereira Barbosa (2010) apontou que:

Entre os pixadores, o que demonstra ter bastante importância é a dinâmica de criação dos riscos para se produzir excitação, expressas como anseio por adrenalina. Por isso, aquele que realiza a maior proeza e enfrenta os maiores desafios consegue maior reconhecimento. No entanto, é importante observar como esta questão configura-se entre os próprios pixadores, a partir de suas práticas na cidade. Ao invés da noção de delinquência, o melhor termo para analisá-los seria o da transgressão, pois há uma valorização desta ideia e de certa postura marginal, que está presente em diversos momentos de seu cotidiano e não apenas no ato da pixação. (PEREIRA, 2010, p. 152).

Existe um fascínio por parte dos/as pixadores/as para com a transgressão e o risco. Dessa maneira, a criminalização reforça essas sensações, deixando o ato de pixar ainda mais atrativo, mesmo quando ocorre o encontro com a polícia. Em relação a esses encontros, Snepsa, Badauí e Fulano comentaram:

Eu sofri todo tipo de violência com a polícia por conta da pixação. Já levaram minhas latas, meu material. Já fui levado para a delegacia e tenho processo com ministério público. (SNEPSA, 2018).

Levei baculejo algumas vezes, mas teve um que foi severo, perdi o rumo de casa, eles me bateram sem dó, mas isso faz parte do rolê da pixação. (BADAUI, 2018).

Já apanhei na rua, fui levado para delegacia. A ROTAM já me pegou umas 3 vezes. Eu segui pixando. Pixador sabe que isso pode acontecer. (FULANO, 2018)

Sendo assim, a prática da pixação está relacionada com o risco, contudo, ela é marcada pela violência e pelas agressões cometidas pela polícia e, muitas vezes, por parte da população. A partir das falas das/os interlocutoras/es, constatei que as/os pixadoras/es reconhecem que já sofreram diversos tipos de agressões e violências quando foram pegos e que, mesmo assim, seguem com a prática. Percebe-se que a polícia não resume o seu papel a apreender, mas atua com diversas formas de violência, como, por exemplo: agressão física e verbal, utiliza-se das próprias tintas *spray* dos/as pixadores/as para pintar os corpos desses/as jovens como forma de humilhação e os/as levam para a delegacia sem requisitar a presença de um advogado ou ainda do Conselho Tutelar, considerando que muitos/as deles/as eram ainda menores de idade nas ocasiões relatadas. Isto significa dizer que a criminalização da prática da pixação produz mais problemas do que soluções e, conseqüentemente, produz mais sujeitos nomeados criminosos.

Dessa maneira, se o problema não é solucionado, ao contrário, o que se percebe é uma tentativa de controle desses corpos segundo a perspectiva de Foucault (2008) sobre o desenvolvimento das cidades e o planejamento urbano, que estão altamente vinculados com a

questão da segurança e da biopolítica. Contudo, embora haja certo controle sobre esses corpos, os mesmos se utilizam desse controle e dessa proibição como um impulsionador. Alguns jovens chegaram a verbalizar que se a pixação fosse permitida perderia sua “graça de ser”. Disseram, inclusive, que se a pixação deixasse de ser proibida eles deixariam de praticá-la. Nesse aspecto, comentam:

Eu acho que a pixação tem que estar no Código Penal se não fica banal. Perde o sentido, perde o peso de protesto. (LÓTUS, 2018).

Nessa questão, da pixação estar no Código Penal, a sociedade está certa, faz sentido. Mas também depende, porque a pixação é uma forma de expressão, de sentimento, então, ela tem que existir. Se a pixação deixar de ser crime deixa de ser pixação, perde o conceito de protesto. (GARFO, 2018).

Se a pixação não for ilegal acabou! Ninguém faz mais. (BADAUI, 2018).

Isso aponta para uma não eficácia da legislação, da criminalização e da perseguição feita às/aos pixadoras/es. É justamente a proibição que mantém seu “gosto” por fazê-la. É o risco que atrai essas/es jovens. Sobre essa questão, Ricardo Campos (2013), um estudioso do tema, comenta:

O risco procede da ilegalidade e dos contextos em que a pixação⁸¹ é executada, os quais implicam ações que ameaçam a integridade física dos executantes. [...] O perigo está, também, associado à probabilidade de captura dos pixadores pelas autoridades. Existe, portanto, uma relação proporcional entre o risco e a glória (ou, pelo contrário, o infortúnio). Quanto mais arriscado e perigoso for um local ou contexto de atuação, maior o reconhecimento proporcionado. A vivência do risco, para além da estima social que possa trazer é, em si, um fator de motivação. (CAMPOS, 2013, p. 213).

É, então, a partir da possibilidade do risco iminente, da transgressão, da adrenalina e da aventura que a pixação se assenta e constrói, dando, assim, os sentidos que os/as pixadores/as esperam da sua prática. A sensação de poder ser pego impulsiona esses jovens e compõe parte de suas motivações.

Segundo Jeff Ferrel (1996), estudioso da criminologia cultural, “é essa sensação única” ou então uma espécie de “excitação incandescente” que vai mobilizar certas atitudes em grupos de jovens pixadores (FERRELL, 1996). Isto é, a busca pela excitação constrói e dá sentido a

⁸¹ No original do português de Portugal onde se lê Grafite pode se entender por pixação. Em Portugal, assim como em outros países, grafite tem a mesma conotação que a pixação, ambos não se distinguem. Pixação e pixadores são traduções minhas para um melhor entendimento do texto.

suas ações. Para o autor, a chamada “transgressão recreativa” gera esse tipo de sensação e, também, uma ritualidade muito própria, carregada de adrenalina e extremamente viciante. A transgressão recreativa seria, portanto, a característica de uma cultura que se orgulha de afrontar as autoridades e as normas de uma sociedade.

Por outro lado, o fato de os/as pixadores/as se colocarem em situações de risco e de transgressão para obter adrenalina não faz deles/as criminosos/as em potencial. Não presumo ser razoável normalizar a violência do Estado, via Polícia Militar, sobre os corpos desses/as jovens, mesmo quando alguns/as jovens relatam concordar com a criminalização da prática.

Sendo assim, a descriminalização da pixação pode ser pensada paralelamente ao debate que se faz sobre a descriminalização da maconha e sobre as políticas proibicionistas (SILVA, 2020), no sentido de que são esses argumentos que vão trazer um debate mais sólido sobre a efetividade ou não da Lei 9.605/98.

Não obstante, existem outras formas de lidar com essa prática, e uma delas é a tentativa de fazer /a pixador/a migrar para o grafite, contudo, há controvérsias. A descriminalização da prática, então, poderia trazer outra maneira de vivenciá-la, tanto pelos/as pixadores/ as, quanto para a sociedade.

4.6 Pixação como expressão, grafite como paliativo

Para as/os pixadoras/es, a proposta de migrar para o grafite soa simplória. É importante dizer que parte desses jovens, comumente, transitam entre as duas práticas, entretanto, uma não substitui a outra. E, ainda que isso aconteça, não é devido ao empenho de projetos sociais que frequentemente são ofertados por prefeituras e Organizações Não Governamentais (ONG's), mas por uma escolha pessoal de cada pixador/a.

Na cidade de Goiânia, de tempos em tempos, projetos desse tipo são oferecidos como iniciativas de findar a pixação. Em 1996, o programa nomeado Goiânia Cidade Limpa foi criado a partir da Lei 7.658 (que foi alterada em 2018 pela Lei 10.136). Essa lei prevê a criação e a implantação do Programa “Goiânia Cidade Limpa” e, em seu primeiro artigo, esclarece que pretende ser: “ferramenta de prevenção, combate e denúncia ao ato de pichação no Município de Goiânia”. Esse programa possibilitou o desenvolvimento de projetos junto à SECULT no decorrer da década dos anos 2000, como, por exemplo, o projeto que ficou conhecido como “Galeria Noturna”, cuja proposta foi transformar as portas dos estabelecimentos comerciais localizados na Av. Goiás e na Rua do Lazer, no Centro da cidade, em grandes painéis pintados

por artistas plásticos e grafiteiros. Entretanto, tais ações foram bastante pontuais e direcionadas a grafiteiros e artistas já reconhecidos. Desde essa época, a atuação dos órgãos públicos e da sociedade junto aos/às pixadores/as já era de intolerância.

No ano de 2011, a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e promulgou a Lei 9.105, que autorizava, no âmbito municipal, o “Projeto Grafite”. Na descrição desse projeto, o texto informa seu objetivo: “disciplinar, embelezar e criar arte urbanística na cidade de Goiânia”. E ainda: “buscar colaboração com o fim da poluição visual, transformando os pichadores em grafiteiros, possibilitando identidade artística e cultural aos seus praticantes”.

No entanto, parece ter surtido pouco efeito, principalmente, se olharmos para os muros da cidade. Talvez tenha dado maior visibilidade aos/as grafiteiros/as, pois, a partir dessa época, foi possível ver mais grafites pela cidade, principalmente em setores da classe média, como, por exemplo, os projetos que estão presente até os dias atuais no Setor Sul.

Apontando o insucesso do projeto, no ano de 2012, o MPMGO apresentou uma denúncia criminal e requereu judicialmente o recolhimento domiciliar de 15 jovens acusados de pixação na cidade de Goiânia e Região Metropolitana. Pouco tempo depois, em 2014, a Delegacia Estadual do Meio Ambiente (DEMA) concluiu 6 inquéritos que informava ter identificado 90 pixadores no Município de Goiânia. Segundo notícias midiáticas da época⁸², esse ocorrido teve quase um ano de investigação. Dos 90 jovens identificados, 26 foram indiciados, pois, segundo o delegado responsável pela investigação, os demais eram todos menores de idade.

A lei traz como alternativa oficinas de grafite como forma de persuadir e “ensinar” as/os pixadoras/es a se “tornarem” grafiteiras/os. As/os entrevistadas/os apontam essas ações como uma forma errada de entendimento sobre a questão da pixação pelos agentes do Governo e pelas ONGs:

Olha, eu vejo como coisas diferentes (pixação e grafite). A pixação para mim é lazer e o grafite é trabalho, por isso, eu faço os dois ao mesmo tempo, um não exclui o outro. (GARFO, 2018).

Eu faço rolê de grafite porque sempre aparece trabalho com o grafite, principalmente em Brasília, mas o rolê da pixação é diferente, tem adrenalina, tem riscos. Um rolê num desqualifica o outro, sabe? Da para viver dos dois. Mas é claro que a pixação tem mais riscos né? (KALY, 2018).

Eu comecei com a pixação, depois aprimorei umas letras e comecei a fazer desenhos mais elaborados. Isso me deu uma forma de trabalho, mas eu nunca

⁸² Para saber mais, ver: <https://www.policiacivil.go.gov.br/noticias/delegacia-do-meio-ambiente-identifica-90pichadores-na-capital.html>

deixei a pixação. São rolês diferentes. Eu gosto de sair para pixar, mesmo sabendo que o que dá sustento é o grafite, ali bonitinho... as pessoas gostam (risos). (FULANO, 2018).

Tais jovens, embora relatem sua preferência pelo risco da pixação, também apontam formas de adquirir trabalho com o grafite. Por outro lado, parte da opinião pública acredita que pixadores/as deveriam ter “oportunidade” de aprender uma arte e que esses jovens deveriam ter um espaço dedicado para fazer grafite, pois, assim a cidade ficaria mais bonita, já outra parte acredita que esses jovens devem ser punidos⁸³.

Para os/as interlocutores/as, a pixação não está diretamente ligada a querer ser uma/um artista e tampouco querer um espaço permitido para fazer a grafia. É, na verdade, mais do que isso. Esses/as jovens querem infringir a lei e fazerem sua própria grafia no local que desejarem, sem regras. A partir dos discursos das/os pixadores/as, aceitar o grafite como proposta de deixar a pixação não faz sentido. No limite, o que se faz é praticar os dois simultaneamente, ou então, deixar de pixar por motivos pessoais e não motivações externas, tal como uma oportunidade de aprender a grafitar. O Grafite não substitui a pixação. Segundo eles/as:

O grafite saiu da pixação. O grafite é o lado legal [legalizado] da pixação. São duas coisas diferentes e uma não diminui a outra, cada um faz o que quer. Eu não tenho nada contra o grafite, mas eu gosto da pixação. (BADAUI, 2018)

O grafite e a pixação para mim são as mesmas coisas. A polarização existe para falar que um é bom e outro é mal. (NOITE, 2018).

Essa separação [entre grafite e pixação] para mim é errada. Não é verdade. Em outros lugares [países], não existe essa separação. O que muda é a autorização para se pixar o muro. (COYOTE, 2018).

Tanto a criminalização da pixação no âmbito da lei federal, quanto a lei municipal que possibilita projetos de grafite na cidade de Goiânia são uma estratégia. No limite, esta última possibilita, para alguns/as, uma forma de inserção social e reconhecimento por via da arte e de um emprego formal. Mas, no fundo, a separação que se faz entre pixação e grafite não existe, pois, para os/as pixadores/as, o que se reconhece é a diferença entre uma técnica e outra, e, portanto, oferecer a substituição da pixação pelo grafite como possibilidade de se diminuir a

⁸³ Para saber mais ver: <http://g1.globo.com/goias/noticia/2012/03/pixadores-desafiam-policia-e-revoltampopulacao-em-goiania.html>

poluição visual segundo o projeto da Prefeitura é uma estratégia trivial. No grupo de discussão 2, os interlocutores falaram sobre essa questão:

Acho uma grande idiotice separar as coisas, grafite e pixação. E usam o grafite para combater o pixo para dizer que um é bom e outro é mal, mas, na real, tá tudo no mesmo saco. O cara é grafiteiro, mas o cara faz uma tag⁸⁴ no buzão, tem um *pilot* ali e o cara vai lá e lança uma *tag*. (GRUPO DE DISCUSSÃO 2).

O grafite é o *mainstream*⁸⁵. Rola um lance de separar as culturas na rua... aí, você vai ver que as coisas vai permeando antes e tava tudo no mesmo balaio... daí, o sistema deve ter sofrido uma pressão. Isso aqui é diferente disso daqui, visualmente, isso aqui é diferente daquilo ali, vamos separar: aquilo ali é feio e isso é bonito... porque aí tem o feio e tem o mal, né? Então... mas o feio e o bonito não têm a ver com a beleza. Acho que a essência é o se opor. (GRUPO DE DISCUSSÃO 2).

Foi comum alguns/as interlocutores/as dizerem, inclusive, que, muitas vezes, quando algum/a grafiteiro/a é chamado/a para fazer seu trabalho em um local pixado, a primeira coisa a fazer é tentar localizar o/a pixador/a para avisá-lo/la, explicar que foi contratado para fazer um grafite em cima de sua pixação. Segundo eles/as, a situação precisa ser “notificada” antes do/a grafiteiro/a fazer seu trabalho e sem essa conversa pode parecer uma ação conhecida como “atropelo” entre os pixadores⁸⁶. Por outro lado, alguns/as interlocutores/as apontaram situações em que pixadores/as pixam em cima de grafites. Segundo eles/as, isso não é uma ação muito bem vista entre os/as pixadores/as, mas acontece.

Podemos também lembrar o ocorrido no evento de aniversário da cidade de Goiânia de 2019, na inauguração da Rua 8 ou da Rua do Lazer, no Centro⁸⁷. Na ocasião, a Prefeitura convidou grafiteiros/as para fazer murais nas fachadas do comércio. Na mesma semana, o local foi pixado, contudo, nos locais pixados não havia grafites. Essa ação demonstrou que ambas as práticas podem estar juntas num mesmo local e que existe certo respeito entre seus praticantes. Dessa maneira, percebemos o descompasso da realidade vivida pelos jovens e suas práticas com as propostas apresentadas pelo poder público. Pois as ações oferecidas pelos gestores públicos,

⁸⁴ Tags, conforme explicado pelos interlocutores são típicas assinaturas feitas junto ou separado com a pixação, normalmente aparecem em uma grafia elaborada e ao lado da pixação feita como assinatura de um grupo ou de um indivíduo.

⁸⁵ Tudo aquilo que faz parte de uma corrente ideológica ou cultural dominante, convencional ou mais divulgada que outras

⁸⁶ Segue a explicação do chamado atropelo entre os/as pixadores/as e também uma imagem como exemplo na figura de número 12 no capítulo 03

⁸⁷ Para saber mais ver: <https://www.aredacao.com.br/noticias/125540/rua-do-lazer-e-alvo-de-vandalismo-tresdias-apos-entrega-da-revitalizacao>

a partir de implementação de leis ou programas direcionados a essa população, imprimem uma ideia de que a pixação não deveria acontecer nas cidades.

Outro exemplo do descompasso entre os órgãos públicos e os praticantes de diferentes tipos de intervenções urbanas, seja a pixação ou o grafite, foi o ocorrido na cidade de São Paulo: o apagamento do mural de 700 metros feito na Av. 23 de Maio. Tal obra foi elaborada a partir de um projeto da Prefeitura na gestão de Fernando Haddad, em 2015, com a colaboração de mais de 200 grafiteiros/as, muitos conhecidos mundialmente, como, por exemplo: os Gêmeos, Nunca e Nina. No ano de 2019, o mural foi deliberadamente pintado com a tinta de cor cinza em toda sua extensão, causando polêmica entre a população paulista e a classe artística, que se colocou contrária à ação da prefeitura. O prefeito na ocasião, João Doria, informou que o motivo era que as obras estavam pixadas e deterioradas, e se defendeu com a seguinte justificativa: “Quero deixar claro: pichadores são condenados na nossa cidade. A população não quer a pichação e não vai ter a pichação, porque nós vamos fiscalizar e punir os pichadores.”⁸⁸

O Tribunal de Justiça de São Paulo condenou a Prefeitura e o prefeito João Doria com um pedido de indenização, que foi revertida ao Fundo de Proteção do Patrimônio Cultural e Ambiental Paulistano (FUNCAP), o que ocasionou mais polêmica ao referido caso.

O episódio do apagamento desses 700 metros de mural, com obras de notáveis artistas, em uma importante avenida de São Paulo, foi tema do documentário *Cidade Cinza (2013)*, que conta como o grafite surgiu no Brasil, na década de 1980, como as gerações de artistas surgiram nas décadas seguintes e como ainda é uma ação notadamente incompreendida pelos gestores públicos no Brasil. O documentário mostra desde a feitura do mural até o arrependimento da Prefeitura pelo seu apagamento e o pedido de reconstrução do mesmo, anos depois da polêmica.

João Wainer, diretor do documentário *Pixo (2009)*, também apresentou forte crítica à Prefeitura da cidade de São Paulo em relação às intervenções urbanas, mas vai na contramão da defesa do grafite que o documentário *Cidade Cinza* traz e descreve como e por que surge a pixação na cidade de São Paulo. Esse é um importante material de pesquisa sobre o tema da pixação. Nele, os pixadores/as entrevistados/as revelam seu cotidiano e como o risco faz parte dessa prática, mas não somente isso, os/as entrevistados/as questionam a propriedade privada e seus usos, apontam a segregação que se perpetua no meio urbano, e, com isso, a produção de mais desigualdades em uma sociedade tão desigual como é a nossa. O documentário, a partir

⁸⁸ Para saber mais ver: <https://oglobo.globo.com/politica/doria-apaga-grafites-em-avenida-cria-polemica-em-sp20815081>

dos discursos dos/as pixadores/as, traz a inutilidade da discussão sobre se tal prática é arte ou não, e acusa a perseguição e violência policial desmedida para com esse grupo.

Ambos os documentários apontam as diferenças de tais práticas e demonstram essa incompreensão da esfera pública – ou gestores públicos – no entendimento de tais intervenções, assim como problematizam as possibilidades dos usos da cidade e apontam as implicações que isso traz para toda a sociedade.

O que interessa na análise desses dois importantes documentários é que o grafite e a pixação são práticas distintas, embora sejam diferenciadas em sua nomenclatura “somente” no Brasil. Seus praticantes podem até transitar entre as duas, mas é impensável para eles/as usar uma em detrimento da outra.

Desde os primeiros programas oferecidos pela Prefeitura (o Goiânia Cidade Limpa, o Galeria Noturna e o Projeto Grafite) como estratégia para dissuadir pixadores/as, tais políticas parecem ter causado pouco impacto na diminuição da ação dos/as pixadores/as, haja visto que os processos criminais movidos pelo MPGO continuaram ocorrendo nas últimas décadas. Se de fato são programas criados como estratégicos, não consideram as diferenças entre esses/as jovens. Não se trata somente de possibilitar espaços e autorizar determinados estilos artísticos no meio urbano, é preciso mais do que isso. Deve-se dialogar com as diferentes juventudes que ocupam as cidades de formas diversas.

Isto posto, fica evidente que as políticas que se utilizam do grafite para tentar persuadir os/as pixadores/as estão, em grande medida, fadadas ao fracasso.

5. OS/AS PIXADORES/AS E SUAS APROPRIAÇÕES

Este último capítulo descrevo como as/os pixadoras/es constroem suas apropriações, especificamente, falo de como eles vão dar significado e status para a pixação ser ou não arte. Nesse aspecto, tais jovens defendem suas opiniões e colocam a reflexão sobre o que de fato é arte na nossa sociedade.

Paralelamente, elucido a/o leitor/a como se iniciaram e se organizaram as “galeras” de pixadores/as na cidade de Goiânia, com suas peculiaridades, e quais as regras existentes nos diferentes grupos. Trabalho a questão que as/os jovens relataram sobre a escola ser o espaço onde ocorrem as primeiras pixações, e ainda que, nesse primeiro momento, tais jovens iniciam se quase que sozinhos/as e depois se organizam em grupos maiores, passam a atuar por toda cidade e em outros Estados do país.

5.1 A discussão desnecessária: a pixação é arte?

Quando iniciei as entrevistas com os/as interlocutores/as dessa pesquisa, deparei-me com algumas perguntas bastante complexas na perspectiva dos/as entrevistados/as. Uma delas apareceu quando eu questionava as/os interlocutoras/es sobre se a pixação poderia ser entendida como arte. Nenhuma resposta foi monossilábica ou direta. Um dos entrevistados me alertou dizendo que: “Essa não é uma questão importante para nós, mas é necessário posicionar a pixação, né?”.

É importante notar que os grupos (as galeras) de pixação em Goiânia têm seus nomes conhecidos por siglas, como por exemplo AR (Arte nas Ruas), LUA (Legião Unida pela Arte), GAP (Galera da Arte Proibida), e que é muito comum terem como referência a “arte”, como é possível ver nos exemplos acima.

Por outro lado, as respostas sobre a pixação ser ou não arte não tiveram unicidade, como explicarei adiante, mas apresentaram muitas reflexões por parte dos/as entrevistados/as, que se mostraram preocupados/as em responder à questão, ao mesmo tempo que, também, apontavam que essa não era uma questão relevante para elas/eles. Parecia ser mais uma questão colocada por quem está de fora, isto é, por quem não é pixador/a.

Sobre isso, um dos entrevistados me deu a seguinte resposta:

Acho que a cidade funciona como uma galeria, por exemplo o que ocorreu na Bienal de artes em São Paulo em 2008 foi bom porque promoveu um debate sobre a pixação dentro de um espaço de arte, mas daí colocar ela lá oficialmente não tem sentido, porque aí é também pedir aprovação de quem “entende de arte”, entende? A pixação não precisa de aprovação. (ANARK, 2018).

Fica posta a complexidade na resposta sobre essa questão da pixação ser arte ou não. Pois, para eles, a própria cidade faz a função de expositora, para eles, há uma indiferença entre o que os críticos de arte falam da pixação e a prática da pixação. Assim, os demais interlocutores afirmaram falas que vão no sentido da seguinte reflexão:

Olha, eu acho que quando o pixador vai para a galeria de arte ele está só expondo o nome dele, mas quando ele coloca isso na rua ele também está transmitindo a relação dele com a rua e com a cidade. É aquela discussão de terem apagado o grafite dos gêmeos em São Paulo porque julgaram ser um simples grafite, mas depois voltaram atrás, numa sociedade que acha que arte é Romero Brito. Sabe, essa onda do pixo ir para a galeria de arte eu acho meio restritivo, saca? Tira o peixe do oceano e coloca no aquário, a cidade é um

organismo que se movimenta independente de qualquer coisa não pode ser enquadrada assim, como um simples objeto de observação ou enquadrada, saca? É como eu falei tem uma relação do pixo com a cidade. A pessoa que foi lá e pixou tem uma relação com a cidade ou com bairro onde ele escreveu ou se ele não tem uma relação ele tá fazendo a partir do momento que ele colocou o pixo ali. Se você tirar e levar para a galeria que contexto que está isso aqui? É o nome dele, mas está na galeria de arte, beleza, é o nome dele, mas era para tá onde? E qual foi a intenção dele de fazer isso (silêncio). Por isso eu acho que a pixação é arte. Porque tem o intuito de chocar velho. É dizer: ó isso aqui não é bem aceito nessa sociedade não. (NOITE, 2018).

Esse interlocutor apresenta a perspectiva de que o pixo na galeria de arte pode trazer alguma função, entretanto, ela passa a ser restritiva. Na opinião dele, a pixação na galeria serve, principalmente, para levar o nome do pixador, mas, por outro lado, quando o pixo está na rua, ele constrói uma relação entre o pixador e a cidade, sendo assim, ambas as maneiras de se expor são maneiras de fazer arte. Entretanto, Noite aponta que a ideia do pixo ir para a galeria é também restritiva e enquadra a prática, pois o pixo deve se relacionar com a cidade e, portanto, deve estar em um ambiente aberto e não “enquadrado”, como dito nas suas palavras. Ambos os entrevistados – Anark e Noite – vão na mesma linha, isto é: a pixação pode até ser considerada arte, mas não em espaços que a restrinjam. Outros interlocutores também comentaram sobre a importância da pixação não estar restrita:

Eu não vejo problema na pixação está na galeria, no museu. Muita gente quer tá lá e acho que essa é a ideia da arte de rua, mas a pixação também é protesto e por isso é importante estar nas ruas e não só nas galerias. (GARFO, 2018).

Eu acho muito massa a pixação na galeria. Tem artistas que quer ser reconhecido. Mas a pixação é expressão, é sujeira, é rua. Acho que pixação é pura expressão, então, deve estar onde quiser. (SNEPSA, 2018).

Não sei, não sei definir. Eu me preocupo em fazer. Acho que a pixação na galeria ou no museu não tem problema, mas para mim é outra proposta. (LOTUS, 2018).

A pixação é também apresentada como uma forma de expressão e isso se torna mais importante que o fato de ela estar na galeria ou não. A ideia da pixação ser protesto também apareceu, frequentemente, nas falas dos interlocutores e talvez, por isso, a questão de ela estar em algum espaço oficialmente reconhecido pela sociedade não tenha tanta importância para eles/elas, pois, como comentou um dos pixadores expositores na Bienal Internacional de Arte de São Paulo, pixar é se “apropriar de espaço público sem aval de ninguém”.

Por outro lado, recebi opiniões divergentes e que apontam para importantes reflexões. Segundo os entrevistados Dóllar e Fulano explicaram:

Eu penso que a pixação não é arte. É mais uma forma de expressão. No mundo inteiro há pixação e os estilos são bem variados, pode ser de jovens, mas também sei de gente que pixa com mais de 40 anos (risos) é uma ideologia da pessoa, mas eu vejo assim, não é arte é uma forma de expressão. (DOLLAR, 2018).

Eu falo que pixação é expressão porquê de alguma forma ela ta ali transmitindo algo. Eu enquadraria como uma forma de expressão, uma maneira de se colocar no mundo. A pixação é uma voz, é um grito que ta vindo ali de um grupo. Eu acho que a galeria de artes não é o lugar da pixação porque a galeria de artes ta visando outra coisa, né? É o mercado, a galeria é o comércio e é isso ai que o capitalismo faz; é pegar tudo e transformar em produto porque enquanto tem um cara ganhando 10 mil em um rabisco dele lá numa tela tem o cara da periferia sendo espancado lá pesadamente sendo criminalizado, fudido né? Porque quando entra para a galeria é outra coisa até o próprio grafite hoje em dia virou outra coisa, até surgiram outros nomes para isso como fine arts que é uma coisa mais mercadológica. (FULANO, 2018).

Para alguns pixadores, a pixação não é arte. Ela segue sendo nomeada por eles como expressão, contudo, não pode ser compreendida como arte. Ela é compreendida também como uma forma de vida ou uma ideologia de cada um e com um largo espectro geracional.

Os/as pixadores/as problematizaram a pixação quando ela está exibida em espaços que são oficialmente autorizados. Pois, nesse caso, ela passa a fazer parte de um mercado, passa a ser um produto rentável para alguns, enquanto para outros ela pode vir a ser motivo de violência sofrida devido a certos atributos sociais.

Assim, como dito no início do texto, a pixação ser considerada arte não é relativamente importante para este grupo, e, no limite, é uma questão desnecessária, mas é preciso posicioná-la, ainda que seja para os outros. Os pixadores apontam por muitas vezes que a pixação pode ser considerada uma forma de expressão, que pode estar ou não nas galerias, e, entretanto, não pode ser restrita, deve estar presente e comunicando com as ruas e por meio das ruas, pois ela é majoritariamente uma forma que esses indivíduos têm de se relacionar com a cidade.

6.2 Como se iniciam e se organizam os grupos de pixação em Goiânia

Nos relatos, foi comum aparecer a lembrança da escola como o local das primeiras experiências na pixação. Na porta do banheiro, na cadeira do colega da frente, na mesa, nas paredes e nos corredores, a escola para todas/os entrevistadas/os foi o ponto de partida, alguns

sozinhos, outros acompanhados de colegas. Assim, da sala de aula, seguiram para o corredor, depois para o muro, para o ônibus, para as ruas, para o bairro e chegaram aos limites da cidade, em sua dimensão, atuando no período noturno.

A escola foi apontada como o primeiro local de pixação pelos/as interlocutores/as, assim como, também, apareceu no discurso proferido pelos professores do projeto de extensão nomeado *Entre os muros da escola*. Nesse projeto de extensão, que durou 6 meses, foi possível constatar a unanimidade na fala das professoras e dos professores sobre a percepção de que alunas e alunos, mesmo bem pequenos (5 anos), já gostavam de escrever seus nomes nas paredes, carteiras, cadeiras e demais espaços do recinto escolar, assim como, também, perceberam ser frequente a escrita de frases, que variavam desde insultos a declarações afetivas, a grafias que denominavam de rabiscos, nas portas dos banheiros e salas de aula. Os/as artistas grafiteiros/as participantes das oficinas do projeto também relataram terem começado sua atividade na pixação ainda nos primeiros anos de escola.

De maneira similar, os/as interlocutores/as desta pesquisa relataram terem se iniciado em suas escolas, algumas vezes acompanhados/as e outras sozinhos/as. Diziam manter segredo por algum tempo, até descobrirem algum amigo que já fazia pixação e a partir daí passavam a compartilhar da prática com mais pessoas, formando assim as conhecidas galeras da pixação. Quando percebiam, já estavam atuando em grandes grupos, mas afirmam nunca terem deixado de atuar sozinhos. Sobre essas questões, Garfo e Noite comentam:

Eu comecei na escola na 5ª série. No início, tinha medo, mas, aí, comecei a treinar no caderno, depois, comecei a sair com a galera, mas o comezinho mesmo foi na escola... o caderno era só pixação, treinando as letras. Agora eu não saio mais com galera, saio com um ou dois caras. (GARFO, 2018).

Pixar na porta de escola sempre rendia fama, porque todo mundo estudava, e, na saída da escola, via, né? Era o início de tudo também. (NOITE, 2018).

Essa questão é interessante porque se entende que pixar em grupo para eles é importante, mas que também existe a necessidade de atuar individualmente. Alguns afirmavam ser uma terapia nos dias de estresse e cansaço dos afazeres cotidiano. Segundo Coyote:

Quando eu fico em casa, ansioso com alguma coisa, conta para pagar...fico escrevendo no caderno assim ó... o muro, então, chega a ser até terapia, né? Fico desenhando para relaxar. (COYOTE, 2018).

Outros também informaram que quando tinham entre 15 e 16 anos e estavam em grupo se sentiam mais seguros/as, mas sabiam também que, desta forma, chamariam mais atenção, principalmente da polícia e da vigilância privada. Depois, quando já tinham mais de 18 ou 20 anos de idade, comentaram preferir sair sozinhos/as ou no máximo em dupla.

Outra categoria apontada como importante na organização dos grupos de pixadoras/es foram os pontos de encontro. Para eles/elas, eram nos encontros semanais que os trajetos seriam escolhidos, assim como, também, escrutinavam os locais a serem pixados durante a semana. Quem trabalhava durante o dia, normalmente, avistava ou reconhecia bons lugares para serem pixados durante a noite.

Segundo os relatos, desde o ano de 1998 até meados de 2014, as festas reuniam muitas pessoas e também geravam muitas brigas entre galeras. Desde essa época, era comum que os encontros acontecessem ao redor do Shopping Flamboyant, no Setor Sul da cidade. Mas outros pontos também eram utilizados para combinar o “rolê” durante a noite. Segundo eles/elas, muitas das festas que aconteciam na cidade eram descobertas por algum/a pixador/a, e, a partir daí, eram frequentadas por todos/as que estavam reunidos naquele dia. Seguiam em bandos até o local, como Coyote comenta:

Os caras de 1998 foram saindo e a gente foi chegando, mas os conflitos com a galera do Setor Sul continuaram. O Flamboyant era o point das brigas. Depois gerou a galera Garotos Rebeldes em Ação – GRA que juntou várias galeras. Aqui em 2004 juntou umas 130 pessoas. Nessa época a gente chegou a parar um show do Rappa (risos). (COYOTE, 2018).

Esses encontros nos *points* da cidade, como também são conhecidos esses lugares entre os/as pixadores/as, foram uma prática bastante semelhante à de grupos de outras capitais. De acordo com Abramovay (2010), Caldeira (2012), Pereira (2010) e Diógenes (2013), os grupos de pixadores/as costumam se reunir em pontos centrais das capitais, para depois saírem pela cidade para fazerem pixação.

É a partir desses pontos de encontro que muitos/as fazem sua primeira saída em grandes grupos, as chamadas “galera”. São nesses espaços que informações sobre quais são as pixações que estão “dando mais *ibope*”⁸⁹ ou quem teve problemas com a polícia, ou ainda quem voltou a pixar, entre outras notícias sobre “o mundo” da pixação, são transmitidas.

⁸⁹ A expressão; “*Ibope*” se refere as pixações que estão sendo mais vistas e conseqüentemente ficam mais reconhecidas entre os/as pixadores/as

Um dado interessante do que ocorria nesses encontros foi relatado pelas pixadoras: a sai entrada nas galeras. Para algumas delas, existia uma numeração de acordo com o período de entrada delas no grupo e, a partir daí as mais velhas “recrutavam” as que iam chegando para participar do grupo. Para explicar essa questão, Musa comenta:

A primeira mina a entrar na galera é nomeada de número 1 e ela escolhe as meninas que vão entrando, aí, passa a ter a número 2 e 3, e assim [em] uma sequência. Quando por algum motivo sai a número 1, a número 2 assume o papel dela, e assim por diante. Existe uma seleção para entrar na galera... mesmo com os meninos é assim. (MUSA, 2018).

Eu perguntei sobre a existência de hierarquias e me foi explicado que, nos grupos, era utilizado um tipo de numeração para organizar e selecionar quem iria participar dos “rolês”. Musa e Laika, que participaram do grupo de discussão feminino, explicaram:

Primeiramente, não é que tem que ser ou tem que fazer. Eu num nomeio assim essa menina vai ser escolhida por causa disso e disso, não. É a afinidade. Porque tem muita menina que só gosta de ficar falando, gostava de ficar falando e na hora de você ir pixar, bora? Você bora? Mas ai não ia! Então quem era da AR (arte na rua) e era da nossa galera tinha a disposição, tinha que ter humildade tinha que saber chegar tinha que saber chegar e sair de onde você estava. (GRUPO DISCUSSÃO 1, 2018).

E tinha que ter disponibilidade de sair também, não adianta você querer entrar para uma coisa e não poder sair no rolê (silêncio). Eu tinha 15 anos quando eu entrei para galera da pixação e eu saía dia de segunda feira, eu saía, eu avisava minha mãe e eu saía. Tinha que tá lá com a galera. (GRUPO DISCUSSÃO 1, 2018).

Nesse aspecto, as interlocutoras apontam, além de uma “seleção” para entrar no grupo, um senso de responsabilidade em estar nos grupos a qual pertenciam, pois seria a “disposição” e a “disponibilidade” de cada uma que marcaria o espaço que ocupavam na galera, mais do que a numeração imposta a cada uma delas.

Com relação aos pixadores, não era diferente. Para serem aceitos, também passavam por uma espécie de seleção, como alguns interlocutores comentam:

A entrada no grupo era assim; tinha que ser alguém de confiança, tinha que ser uma indicação. Já teve vez de ter que falar para uns caras que eles estavam fora. Uma vez percebemos que ficou fora do controle de tanta gente (risos) (COYOTE, 2018).

Não é entrada livre. Tem que ter afinidade, convivência, as pessoas tinham que ser meio que convocadas, quando pediam era negado, tinha que ter aceitação por parte da galera também. Tinha uma lenda que quem entrava tinha que dar umas latas de spray e coisas desse tipo (DOLLAR, 2018).

Aqui também é perceptível a noção de afinidade e confiança para fazer parte do grupo e também de controle sobre quem participa do grupo. A maioria dos interlocutores falaram sobre certa seleção para entrar, mas que muitas das escolhas eram por afinidade ao candidato.

Dessa maneira, esses/as jovens têm um porquê de estarem juntos, para o que apontam, em seus discursos, a questão das relações de sociabilidade e do reconhecimento entre si. Não se juntavam de forma aleatória para barbarizar a cidade a esmo, mas se sentiam pertencentes a um determinado grupo de referência. Isso ficou explícito no Grupo de Discussão 2, em que os jovens comentaram:

É igual eu falei para você, é uma rede social. Você leva esses caras para a vida inteira. (GRUPO DE DISCUSSÃO 2, 2018).

É porque, na pixação, você tá falando com alguém. E, por meio da pixação, fiz os meus melhores amigos. Todos vieram por meio da pixação. O Negão tá aí comigo desde 98. É um cara que vai em casa... eu tenho mais convívio com essa galera do que com meu próprio irmão, você entendeu? (GRUPO DE DISCUSSÃO 2, 2018).

Esses jovens apontam que diversas relações afetivas são construídas e mantidas a partir da prática da pixação. É notório que a maioria deles passa boa parte de sua adolescência e início de vida adulta envolvidos nessa prática. Sair para pixar é também uma forma de encontro, nesse sentido, o termo “trombar”, utilizado por um interlocutor, significa se encontrar com alguém. Sobre isso, Fulano comentou:

A pixação tem uma dimensão de trocas de pessoas de tantos lugares diferentes e de ter a oportunidade de se trombar por causa da pixação. Isso é uma coisa muito forte para mim, né? Porque se não fosse a pixação teria muita gente que eu nem conheceria. (FULANO, 2018).

Aqui, a pixação é entendida como identificação, referência de relações afetivas e de amizades, são trocas e encontros entre pessoas de diferentes lugares. E são esses aspectos que, principalmente, iniciam e vão organizar a pixação para esses jovens, e que vão dar importância ao entendimento de pertencimento e de território.

Nesse contexto, nas explicações sobre como iniciaram a prática da pixação, esses/as jovens apresentam uma história de vida dentro do que pode se considerar normal ou até igual a muitos outros jovens. Quando crianças, estão inseridos na escola, fazem suas redes de amizades, mais tarde quando jovens trabalham diariamente, saem nos finais de semana, reconhecem-se e competem entre si. Para eles/as, é a partir da pixação que se faz sua rede de apoio, formas de terapia e amizades que perpetuam até a vida adulta. O que de fato os/as diferenciam de outros/as jovens?

É dessa perspectiva que construo a ideia de descriminalizar a pixação. São indivíduos que não representam ameaças concretas à sociedade. O histórico de suas vidas demonstra o que a sociedade espera da normalidade. A criminalização que, tanto a sociedade, quanto o Estado, aplicam sobre este grupo está, desta forma, inserida na perspectiva de julgamentos morais e da seletividade criminal. Essa perspectiva não reflete a realidade deste grupo de jovens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa tese, além de tratar da questão da criminalização da pixação, pretende abarcar pontos importantes sobre como alguns/as grupos de jovens são invisibilizados por parte da sociedade e, principalmente, pelos agentes das políticas públicas. Dessa maneira, trabalho com a reflexão sobre quais seriam as possibilidades de diálogo entre os jovens e os espaços políticos, assim como, as próprias políticas existentes e direcionadas ao público em questão, de modo a demonstrar quais são os conflitos que os jovens relataram estar inseridos em busca do direito à cidade. Contextualizo ainda a maneira como a cidade de Goiânia desenvolve (ou não) políticas públicas que se aproximam (e se afastam) da realidade vivida pelos jovens e quais as possíveis consequência disso.

Em um levantamento rápido sobre quais são as políticas, programas, projetos e ações para este grupo específico em Goiânia, veremos que são quiméricos. Para as pesquisadoras Bezerra *et al.* (2013), existe uma desarticulação entre a Superintendência da Juventude do Estado de Goiás e a Assessoria Especial para Assuntos da Juventude da Prefeitura de Goiânia, os únicos órgãos direcionados a tomadas de decisão e execução de políticas públicas para essa parcela da população no Estado de Goiás. A mesma pesquisa aponta a inexistência de um banco de dados estatísticos sobre qualquer atividade existente, programa ou projeto para a juventude goianiense. Segundo as autoras:

O que mais chama a atenção é a desarticulação entre as diferentes instâncias governamentais e a ausência de um banco de dados mais consistente sobre as políticas, os programas governamentais, a legislação ou quaisquer atividades estatais/governamentais direcionadas a juventude. Conforme constatamos, não existe uma memória das ações efetivadas pelos diversos poderes públicos, a compilação dos dados revelou uma triste lacuna na área de políticas públicas para a juventude. (BEZERRA *et al.*, 2013. p. 102).

Por outro lado, ainda no que tange à juventude, programas e leis implementadas, pelo governo e prefeitura, na temática da segurança pública, possuem orçamento e visibilidade, são de conhecimento dos agentes públicos e da população em geral. Exemplo disso, é quando se procura informações sobre o sistema de encarceramento socioeducativo, sobre o qual obtemos dados sobre orçamento, unidades, número de vagas, projetos implantados e estatísticas recentes. A juventude, então, aparece de forma mais visível na agenda governamental ligada à esfera da criminalidade e da violência, do que na agenda de projeto culturais, educacionais e sociais. Segundo Bezerra *et al.* (2013):

Boa parte dos programas implementados pelos governos em âmbito local e estadual, ainda tem como parâmetro o menor envolvido na criminalidade, a perspectiva governamental é temática, conjuntural e orientada para “apagar incêndios”, ou seja, focada no problema e não no empoderamento juvenil (BEZERRA *et al.*, 2013, p. 102).

Não obstante, mesmo que governo e município apresentem certa visibilidade ao público jovem em específico, e ainda que seja na perspectiva da segurança pública, não podemos deixar de citar que o mesmo governo apresenta dificuldades em cumprir, dentro do que é previsto em lei⁹⁰, para esse público, outras funções inerentes ao atendimento do mesmo, isto é, o básico em termos de responsabilidade estatal em relação à proteção de vidas de crianças e adolescentes. Nesse aspecto, estou me referindo também ao trágico episódio em que 10 jovens foram mortos ao terem os corpos carbonizados em um incêndio, enquanto cumpriam medidas socioeducativas na modalidade “meio fechado”⁹¹. Devido à insalubridade de suas dependências e, ao que tudo indica, o não pronto socorro por parte dos/das funcionários/as do local, o Município de Goiânia vivenciou essa tragédia no ano de 2018. Sob este aspecto, o Estado de Goiás não somente trata a juventude com invisibilidade como também permite sua morte.

Isso posto, percebemos uma juventude que somente é vista na perspectiva de problema social e não em sua capacidade protagonista das gerações, como nos aponta Mannheim (1997). Em consonância a esses fatos, os/as pixadores/as também demonstraram não ter conhecimento de programas ou projetos que atuem de forma frequente e duradoura na esfera do lazer, cultura e esporte. Segundo eles/elas, os espaços possíveis lembrados como exemplo foram: Chorinho e Beco da Codorna. Tais espaço sofreram, nos últimos anos, limitações e restrições para o seu efetivo funcionamento, conforme mencionado. Mesmos espaços fixos⁹² para eventos possuem uma agenda esvaziada, desconhecida e quase inexistente. Segundo os/as entrevistados/as, o que é oferecido por parte da Prefeitura ou de Governo estadual fica na esfera de eventos espaçados e não como uma política concreta, programa fixo ou duradouro, e ainda que muitos dos eventos não oferecem gratuidade. Os/as jovens mencionaram que os poucos eventos que são oferecidos estão limitados ao espaço central da cidade, que, se por um lado isso facilita para alguns jovens, por outro, limita para muitos, principalmente, os que são moradores de setores mais periféricos,

⁹⁰ O Estatuto da criança e do adolescente (ECA) e o SINASE são exemplos.

⁹¹ Para saber mais, ver: <https://www.geledes.org.br/goias-reconhece-responsabilidade-na-morte-de-10-menorescarbonizados/>.

⁹² Centro cultural Martins Cererê, Centro Cultural Oscar Niemeyer, Centro Municipal de Cultura Goiânia Ouro.

como, por exemplo, da Região Noroeste, que fica a 13km, aproximadamente, da região central, e cujo trajeto, via transporte público, pode levar mais de 1h 30min.

Essa limitação ao acesso dos espaços públicos e de lazer está relacionada às políticas de acesso aos equipamentos urbanos e são sentidas pela população jovem de maneira geral. De tempos em tempos, esse acesso é requerido, sob a formas de protestos, como os ocorridos em relação ao programa “Passe Livre”. Na capital, tanto a implementação, quanto a permanência desse programa, teve e tem grandes repercussões. Pesquisas⁹³ apontam a forte participação da juventude para manter o programa ativo em Goiânia, a partir de muitos protestos e conflitos violentos com as instituições responsáveis e também com a polícia.

Nessa direção, sobre o acesso à cidade, outra importante atuação da juventude goiana foi nas ocupações das escolas públicas durante os anos de 2015 e 2016⁹⁴, em situação exposta também a título de exemplo de como a Polícia Militar atua com brutalidade com os jovens. A maneira como os jovens se apropriaram e articularam as ocupações deixou clara a importância que o acesso à cidade tem para eles/as. E, destarte, foi perceptível o protagonismo e seu esforço de empoderamento diante de um governo que se mostrou altamente militarizado e sem preparo para dialogar com o grupo em questão.

No ano de 2017, em uma importante manifestação que ocorreu na cidade de Goiânia⁹⁵ e contou com forte presença juvenil, principalmente, jovens secundaristas, a atuação da polícia se mostrou axiomática. Na ocasião, ao final da manifestação, após um início de tumulto com um grupo de extrema esquerda, policiais militares se exaltaram e partiram, brutalmente, para cima dos demais jovens que estavam no local. Na tentativa de parar os policiais e se defender, um jovem universitário que se manifestava foi agredido com um cassetete, que foi quebrado em sua cabeça, e caiu desacordado no chão, causando medo e pânico entre os presentes. Esse estudante sofreu traumatismo crânio-encefálico e múltiplas fraturas, permanecendo em coma por mais de um mês, e outros 5 jovens necessitaram de cuidados médicos devido às agressões. Em 2019, o policial militar responsável pela agressão foi promovido por mérito, no governo de Ronaldo Caiado. Na ocasião, o mesmo ainda estava respondendo a um inquérito criminal por agressão e abuso de poder.

Esses exemplos de fortes conflitos envolvendo jovens e a Polícia Militar demonstram a sua tentativa de apropriação da cidade e apontam para uma reflexão sobre o tratamento dado à

⁹³ Moraes (2016) e Queiroz (2017).

⁹⁴ Para saber mais, ver Fernandes e Ferreira (2018).

⁹⁵ Sobre esse fato, ver: <https://g1.globo.com/goias/noticia/estudante-agredido-por-pm-durante-protesto-participade-audiencia-em-goiania.ghtml>

juventude pelas instituições públicas de Goiânia. O que se nota é que a juventude somente toma importância na esfera pública quando se trata de resoluções de conflitos e tensões. Pois, tanto na luta dos jovens para obter o passe livre estudantil, quanto nas ocupações das escolas públicas, o Governo não promoveu nenhum diálogo, ao contrário, resolveu por meio da Polícia Militar, e ambos tiveram como resultado jovens sendo presos e sofrendo diversos tipos de violência. Nesse cenário, fica a pergunta de quais são os espaços possíveis para a juventude? Ou ainda: como ser jovem em uma cidade entrincheirada pela polícia?

Talvez a prática da pixação e as narrativas sobre como vivenciar a cidade por parte dos/das jovens entrevistados/as nessa pesquisa possam responder a essas perguntas, pois a tática da invisibilidade e do tratamento violento dispensado a eles/elas é semelhante. Será, portanto, por meio dos aparatos e práticas de segurança, como, por exemplo, a legislação, o controle de circulação (baculejo), a prisão e a violência, que o Estado vai dialogar com esse e os demais grupos juvenis que ousarem ocupar a cidade.

Nesse aspecto, com intuito de aprofundar o debate, retorno brevemente ao surgimento da cidade de Goiânia e como se deu historicamente as relações entre Estado e indivíduo, mesmo que isso não seja determinante do momento atual em termos específicos.

O surgimento de Goiânia é resultado das políticas nacionais de desenvolvimento, das marchas para o Oeste, com o intuito de receber trabalhadores de todo o país com a expectativa de desenvolvimento econômico e populacional, força sobre a qual foram construídos os centros urbanos do Centro-Oeste e Norte do país, como é o caso de Goiânia. Na década de 1960, com a construção de Brasília, a cidade de Goiânia se concretiza nesse ideal de planejamento urbano. Nessa época, Goiânia fica conhecida no Brasil pela arquitetura *Art Decó* e por ser uma cidade organizada e “verde”.

Esse imaginário de cidade organizada e planejada é importante para se pensar o tema dessa tese, principalmente porque vai ser essa a ideia que vai dar visibilidade a Goiânia no cenário nacional Brasileiro. Entretanto, a história mostra que a realidade apresentou outras maneiras da cidade se construir e isso pode ser percebido nas formas como o Plano Diretor foi e é negligenciado. Ao longo dos anos, a ideia de cidade planejada tem se mostrado inconsistente. Podemos considerar os relatos dos /as pixadores/as sobre a ausência de espaços para lazer e as dificuldades na mobilidade pela cidade para apontar a inconsistência do planejamento urbano.

A pixação está presente em um espaço de intersecção entre a cidade planejada e as ações insurgentes, paralelamente, é possível reconhecer que existe, nas ações desses/as jovens, a vontade da criação de espaços e de territórios possíveis. Não à toa o Chorinho e o Beco da

codorna se tornaram espaços de resistências por quase uma década. E, nesse aspecto, os/as pixadores/as fazem parte do público que tenciona a Prefeitura quanto à importância de mantê-los funcionando.

Não obstante, o repúdio à pixação por parte de alguns/as traz à tona a importância dada pela sociedade à propriedade privada, demonstra como se dá o processo de segregação de determinados grupos de jovens mesmo quando esses ocupam espaços ociosos e ainda deixa posta a discussão sobre quem de fato possui o direito à cidade. Por essas razões, discuto a descriminalização da pixação nessa tese.

É o imaginário popular que está a criar e perpetuar características que permitem alguns jovens serem passíveis de cometer crimes e outros não, e, para atender às expectativas, o Estado precisa punir tais indivíduos tidos como criminosos. No caso dos/as intelorcutores/as dessa pesquisa, a qualidade de ser jovem e pixador/a vem a ser o principal catalisador dessa punição. O fato de transitarem pelas ruas à noite e pixarem locais públicos e privados os coloca em situação de suspeita, e, sendo assim, apresentam os requisitos para uma seletividade criminal.

A legislação existente para o ato de pixar, conforme citada na tese, faz acreditar que não existe outra saída para banir essa prática senão a forte repressão e severa punição aos indivíduos, e, paralelamente, parte da opinião pública embasada em notícias midiáticas sobre tais eventos corrobora tais decisões.

A descriminalização da pixação pode ser pensada comparativamente ao debate sobre a descriminalização da maconha e sobre as políticas proibicionistas (SILVA, 2020), no sentido de que são esses argumentos que podem trazer um discurso mais sólido sobre a real efetividade da Lei 9.605/98.

Sendo assim, é preciso refletir sobre a maneira como a polícia foi pensada e organizada no Brasil. Se considerarmos que ela responde a interesses elitistas e de combate a determinados grupos de indivíduos, vamos perceber que uma juventude insurgente será alvo preferencial de criminalização.

Por isso, suponho que o corpo do/a pixador/a se insere em um tipo de ilegalismo. Ele/ela está à revelia das regras, está fora daquilo que é entendido como uma ocupação ou algum tipo de trabalho, esse último tão importante na sociedade capitalista. Daí o porquê de um corpo na rua incomodar, um corpo livre e sem disciplina que insere uma escrita ininteligível no muro, na parede, nas portas. Parece ser insuportável para alguns tolerar a liberdade desses corpos.

O fato dos/as pixadores/as se colocarem, propositalmente, em situações de risco e de transgressão para obter adrenalina não faz deles/as criminosos/as em potencial. Não considero

ser razoável normalizar a violência que procede do Estado, via Polícia Militar, sobre os corpos desses/as jovens, mesmo quando alguns/as jovens relataram concordar com a criminalização da prática da pixação.

Tanto a criminalização da pixação no âmbito federal, quanto a lei municipal, que, por um lado, possibilita o projeto de grafite na cidade de Goiânia, são estratégias pouco condizentes com a realidade. A primeira porque tenta disciplinar esses/as jovens a não mais cometerem a prática a partir da detenção, da prestação de serviço à comunidade ou com aplicação de multas, e a segunda porque possibilita para alguns/as uma inserção social e reconhecimento por via da arte e de um emprego formal. Contudo, segundo os/as interlocutores/as, ambas não fazem com que eles parem de atuarem na prática.

É importante lembrar que a separação que se faz da pixação e do grafite é bastante tênue. Para os/as pixadores/as, o que se reconhece é a diferença entre uma técnica e outra, e, portanto, oferecer a substituição da pixação pelo grafite como possibilidade de diminuir ou acabar com ela é uma maneira de não dialogar com a juventude, de ignorar seus anseios e lutas por espaços que respeitem as diferenças e as diversidades desses grupos.

Não obstante, para o grupo em questão, a pixação ser considerada arte ou não é questão bastante relativa, no limite, apareceu na pesquisa como uma questão desnecessária para esses/as jovens, embora eles/as reconheçam que a pixação cause desconfortos à classe artística, como foi o caso da ocupação na Bienal Internacional de Arte de São Paulo, em 2008.

Os/as interlocutores/as apontam, por muitas vezes, que a pixação pode ser considerada uma forma de expressão e que pode até estar exposta em galerias, entretanto, o mais importante é não ser restrita, deve estar presente e comunicando com as ruas. Pois ela é, majoritariamente, uma forma que os/as pixadores/as têm de se relacionar com a cidade. Para eles/elas, a pixação assim como a cidade, não deve ser circunscrita.

O que conclui é que parte da juventude é, por um lado, silenciada via políticas públicas paliativas, e, por outro, criminalizada com veemência, por parte da sociedade e dos aparatos de segurança do Estado, contudo, a seu modo ela resiste.

Os/as jovens pixadores/as entrevistados/as apresentam suas demandas não somente em termos das dificuldades de acesso à cidade, mas também de seu distanciamento das tomadas de decisões e do acompanhamento das políticas públicas direcionadas a este grupo. A juventude é sistematicamente apartada da participação e da decisão política e isso é histórico no Brasil. Mas o que incomoda é a pixação no muro.

A realização dessa tese me levou a percorrer diversos caminhos para entender a ação da pixação e seus/suas autores/as. Foi preciso fazer uma escuta atenta sobre a pixação para de fato entendê-la, prática esta que, no limite, perturba, importuna e incomoda, sendo assim altamente combatida pelos órgãos públicos de segurança pública em diversas cidades. Entretanto, seus autores estão decididamente certos de que não vão deixar de fazê-la. E o que fica posto é que os espaços que deveriam dialogar com essa população vão na contramão disso, seguem surdos produzindo e impondo programas e projetos que passam longe dos anseios desses/as jovens.

Os/as interlocutores/as dessa pesquisa se mostraram grande conhecedores da cidade e de suas leis, e esse é um dado que deve ser considerado, pois são essas percepções que podem produzir e permitir uma real viabilidade na construção de programas e projetos para essa população, mas não somente isso. É preciso considerar a pixação uma referência de viver e entender as cidades. Pois, no limite, gostando ou não, ela é parte intrínseca da cidade.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena Wendel. *Cenas Juvenis: punks e darks no espetáculo urbano*. São Paulo: Scritta; Anpocs, 1994. 172 p.

ABRAMOVAY, Miriam (coord.). *Gangues, gênero e juventudes: donas de rocha e sujeitos cabulosos*. Brasília: Kaco; CUFA DF; SNPDC-SDH-PR, 2010. 314 p.

ADORNO, Sérgio. Crise no sistema de justiça criminal. *Cienc. Cult.*, São Paulo, v. 54, n. 1, p. 50-51, jun., 2002. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S000967252002000100023&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 12 ago. 2021.

ADORNO, Sérgio; DIAS, Camila. Monopólio estatal da violência. *In: LIMA, R. S.; RATTON, J. L.; AZEVEDO, R. G. (org.). Crime, polícia e justiça no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2014.

APPADURAI, Arjun. *O medo ao pequeno número: um ensaio sobre a geografia da raiva*. São Paulo: Iluminuras; Itaú Cultural, 2009.

BECKER, Howard Saul. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro. Ed. Zahar, 2008.

BEZERRA, H. D.; OLIVEIRA, S. M. de.; REZENDE, M. O.; ALVES, S. R. Juventude e política: entre a vontade geral e o abandono do Estado. *In: BEZERRA, Heloisa Dias; OLIVEIRA, Sandra Maria de (org.). Juventude e política: entre a vontade geral e o abandono do Estado. Juventude no século XXI: dilemas e perspectivas*. Goiânia, Cãnone Editoria, 2013. (v. 1). p. 91-129.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em ciências sociais. *Em Tese*, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 68-80, jan. 2005. ISSN 1806-5023. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/18027/16976>. Acesso em: 31 jan. 2019

BOURDIEU, Pierre. A “juventude” é apenas uma palavra. *In: BOURDIEU, Pierre. Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 112-121.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34; Edusp, 2011. 399 p.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Enclaves fortificados: a nova segregação urbana. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 47, p. 155-176, mar., 1997.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Inscrições e Circulação: Novas visibilidades e configurações do espaço público em São Paulo. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 94, p. 31-67, nov., 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002012000300002. Acesso em: 3 mar. 2015.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Qual a novidade dos rolezinhos? Espaço público, desigualdade e mudança em São Paulo. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 98, p. 13-20,

mar., 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010133002014000100002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 25 out. 2020.

CAMPOS, R. Liberta o herói que há em ti: risco, mérito e transcendência no universo graffiti. *Tempo Social*, [S. l.], v. 25, n. 2, p. 205-225, 2013. DOI: 10.1590/S0103-20702013000200011. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/78772>. Acesso em: 16 jun. 2020.

CARVALHO, Rodrigo Amaro. Entre prezas e rolês: pixadores e pixações de / em Belo Horizonte. 2013. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais, 204 f. il.

CIDADE CINZA. Direção de Marcelo Mesquisa e Guilherme Valengo. Brasil. 2013. (1h 20min).

COELHO, Edmundo Campos. *A Criminalidade urbana violenta*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1987. 59 p.

COELHO, Gustavo de Oliveira. *Pixadores, torcedores, bate-bolas e funkeiros: doses do enigma no reino da humanidade esclarecida*. Rio de Janeiro. 2015. Tese de Doutorado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro

COELHO, Gustavo Neiva. O art déco e a política modernizadora na fundação de Goiânia. *In: BOTELHO, Tarcísio Rodrigues (org.)*. Goiânia: cidade pensada. Goiânia: Editora da UFG, 2002.

COHEN, Stanley. *Folk Devils and Moral Panics: The Creation of Mods and Rockers*. 3. ed. Psychology Press, 2002.

COSTA, Roaleno Ribeiro Amancio. *Graffiti no contexto histórico-social, como obra aberta e uma manifestação de comunicação urbana*. 1994. Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

CUNHA, Perini Peralta Marcelo. *O pixo como ato político*. 2019. Dissertação (Mestrado em Arte e Cultura Visual) – Faculdade de Artes Visuais, Universidade Federal de Goiás, 2019.

DANTAS, Máiris dos Santos. *A epidemia caligráfica: Pixo, transgressão e desestabilização das resistências*. 2017. 102 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Goiás. 2017.

DAVIS, Mike. *Cidade de quartzo. Escavando o futuro em Los Angeles*. São Paulo: Boitempo, 2009.

DIÓGENES, Glória. *Signos urbanos juvenis: rotas da pixação no ciberespaço*. *Cadernos de Campo*, São Paulo, n. 22, p. 1-384, 2013.

DUARTE, Angelina Maria Luna Tavares. *A sociedade “secreta” de pichadores/as e grafiteiros/as em Campina Grande Paraíba*. 2010. 210 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal da Paraíba. 2010.

FERNANDES, C. N.; FERREIRA, T. da S. Juventude e atuação política: as ocupações em escolas públicas e novas formas de resistência e convivência nas cidades. *PerCursos*, Florianópolis, v. 19, n. 40, p. 86-110, 2018.

FERREIRA, Thaisa da Silva. Narrativas de jovens sobre percepções de violência em bairros periféricos da cidade de Salvador. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, 2016.

FERREIRA, Thaisa; MENDES, Diego, J. D. A juventude e a cultura do controle a partir das práticas da pixação. *In: Anais... Resumos. II Simpósio Nacional aproximações com o mundo juvenil*, Belo Horizonte: FAJE, 2018. p. 577-587.

FERRELL, Jeff. *Crimes of style. Urban graffiti and the politics of criminality*. Boston: Northeastern University Press, 1996.

FOUCAULT, Michel. *A sociedade punitiva*. Curso no Collège de France (1972-1973). São Paulo: Editora WMF; Martins Fontes, 2015.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território, População*. Curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRANCO, Sérgio Miguel. *Iconografias da metrópole: grafiteiros e pixadores representando o contemporâneo*. São Paulo. 2009. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, 2009.

FREITAS, Nathália. A catástrofe radioativa em Goiânia e o grafite do Pínel Atômico. *Revista Plurais (Virtual)*, Anápolis, v. 4, n. 1, p. 37-57, 2014. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/revistapluraisvirtual/article/view/2754>. Acesso em: 18 mar. 2022.

FUINI, Lucas Labigalini. O território em Rogério Haesbaert: concepções e conotações. *Geografia, Ensino & Pesquisa*, Santa Maria, v. 21, n. 1, p. 19-29, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/22589>. Acesso em: 18 mar. 2022.

GIRARD, René. *O bode expiatório*. Traduzido por Ivo Storniolo. São Paulo: Paulus, 2004.

GOFFMAN, Erving. *Estigma. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

GRAHAN, Stephen. *Cidades sitiadas o novo urbanismo militar*. São Paulo: Boitempo, 2016. 504 p.

GROPPO, L. A. *Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas*. Rio de Janeiro: Difel, 2000.

GROPPO, L. A. *Introdução à Sociologia da Juventude*. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HERSCHMANN, Micael. O funk e o hip-hop invadem a cena. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

HOLSTON, James. Espaços de cidadania insurgente. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Brasília, n. 24, p. 243-254, 1996.

HARVEY, David. Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

LARA, Arthur Hunold. Grafite: arte urbana em movimento. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

LASSALA, Gustavo. Em nome do pixo: a experiência social e estética do pichador e artista DJan Ivson. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2014.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001.

LEFEBVRE, Henri. A Revolução Urbana. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

MAGNANI, José G. Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 11-29, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/KKxt4zRfvVWbkbgsfQD7ytJ/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 20 abr. 2019.

MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. Pichação nem sempre é crime de menor potencial ofensivo. Consultor Jurídico. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2018-abr28/ambiente-juridico-pichacao-nem-sempre-crime-menor-potencial-ofensivo> Acesso em: 05.05.2019

SAMPAIO, Tamires. Genocídio da juventude negra no Brasil. In: MARTIN, Laura. VITIGLIANO, Luís Fernando (org.). Juventude no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2019. p. 43-66.

MATZA, David. Delincuencia y deriva. Cómo y por qué algunos jóvenes llegan a quebrantar la ley. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2014.

MASSEY, Doreen. Filosofia e política da espacialidade: algumas considerações. Rev. Geographia, Niterói, v. 6, n. 12, p. 7-23, 2004.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues; THOMAZ JUNIOR, Antonio. A modernização da agricultura nas áreas de Cerrado em Goiás (Brasil) e os impactos sobre o trabalho. Invest. Geog, Ciudad de México, n. 55, p. 97-121, dez., 2004. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S018846112004000300007&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 17 fev. 2022.

MISSE, Michel. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria “bandido”. Rev. Lua Nova, São Paulo, 79: 15-38, 2010

_____. Sujeição criminal. LIMA, R. S., RATTON, J. L., AZEVEDO, R. G. (Orgs.). Crime, polícia e justiça no Brasil. São Paulo: Contexto, 2014

MANNHEIM, Karl. “O problema da juventude na sociedade moderna”, in idem, Diagnóstico de nosso tempo, Rio de Janeiro: Zahar, 1967

MARICATO, Ermínia. Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras. São Paulo em Perspectiva [online]. 2000, v. 14, n. 4 [Acessado 10 Setembro 2021], pp. 21-33. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-88392000000400004>>

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In: *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*[S.l: s.n.], 2013.

MASSON, José Renato. Pichadores de rua, territorialidades urbanas em conflito: territórios (in) visíveis de Goiânia. 2005. 107 fls. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Goiás, 2005.

MELLO, Márcia Metran de. Goiânia: cidade de pedra e de palavras. Goiânia: Editora da UFG, 2006

MORAES, Paul Cezanne Souza Cardoso. Intervenções clandestinas [manuscrito]. Intervenções clandestinas. 2014. 181f.: Dissertação (Mestrado em artes visuais). Universidade Federal de Goiás, 2014

MORAIS, Lays B. Vieira. Movimentos sociais contemporâneos: o Tarifa Zero Goiânia. 2016. 200 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

OLIVEIRA, Anderson Eslye Leite, Pichação: arte pública e resistência em Salvador. Dissertação de mestrado em Ciências sociais. UFBA. 2012

PAIXÃO, A. L. (1988) Crime, controle social e consolidação da cidadania. In: REIS, F. & O'DONNELL, G. (eds.). A democracia no Brasil. São Paulo, Vértice. p. 168-199

PEIRANO, Mariza. A favor da etnografia. Rio de Janeiro. Ed. Relume-Dumará, 1995. Disponível em <http://www.marizapeirano.com.br/livros/a_favor_da_etnografia.pdf>. Acessado em 27/03/2018.

PERALVA, Angelina. O jovem como modelo cultural. Rev. Brasileira de Educação Mai/Jun/Jul/Ago 1997 N° 5 Set/Out/Nov/Dez 1997 N° 6.

PEREIRA, Alexandre Barbosa. De rolê pela cidade: os pixadores da cidade de São Paulo. Dissertação de mestrado em Antropologia. São Paulo: FFLCH-USP.2005;

PEREIRA, Alexandre Barbosa. As marcas da cidade: a dinâmica da pixação em São Paulo. Lua Nova, São Paulo, n. 79, p. 143-162, 2010;

PEREIRA, Alexandre Barbosa. Quem não é visto não é lembrado: sociabilidade, escrita, visibilidade e memória na São Paulo da pixação. Cad. de Arte e Antropologia, pp. 55-69, n° 2/2012;

PEREIRA, Alexandre Barbosa. Visibilidade e escrita de si nos riscos no pixo paulistano. *Rev. Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 47 n° 1, jan/jun, p. 77-100, 2016;

PEREIRA, Alexandre Barbosa. Um rolê pela cidade de riscos: leituras da pichação em São Paulo: EdUFSCar, 2018.

PEREIRA, Pedro Henrique Máximo. O entre-metrópoles Goiânia-Brasília: história e metropolização. 2019. 346 f., il. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

PIXO. Direção de João Wainer e Roberto T. Oliveira. Brasil. 2006. (61min.).

QUEIROZ, Eliani de Fátima Covem Frente de Luta pelo Transporte e as manifestações de rua em Goiânia. 209 f. Tese (doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017

RODRIGUES, Lívia Nunes Borges. Caligrafia marginal: Pichação, Performance e patrimônio. 2015. 87 fls. Dissertação (Mestrado em Antropologia social). Universidade Federal de Goiás,

ROSA, Waldemir. O Hip Hop goianiense e o antropólogo: experiência etnográfica e as margens da nação brasileira. Rio de Janeiro. Tese (doutorado) – UFRJ/ Museu Nacional / Programa de Pós-graduação em Antropologia Social. 2014

SABINO; SOARES. Guilherme, Gomes; Felipe Bernardo Furtado. Pichação sempre é crime de menor potencial ofensivo, pois assim define a lei. Consultor Jurídico. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2018-mai-23/opiniaopichacao-sempre-crime-menor-potencialofensivo> Acesso em: 20.06.2018.

SANDES, Noé Freire e Arrais, Cristiano Alencar. História e memória em Goiás no século XIX: uma consciência da mágoa e da esperança. *Varia Historia* [online]. 2013, v. 29, n. 51 [Acessado 28 Janeiro 2022], pp.847-861. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S010487752013000300010>>.

SCHLITTLER, Maria Carolina de Camargo. Matar muito, prender mal: a produção da desigualdade racial como efeito do policiamento ostensivo militarizado em SP. Tese (Doutorado em Sociologia) –Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016.

SEVERO, Ricardo Gonçalves. Sociologia do Conhecimento e o método documentário: instrumento qualitativo para análise sociológica. *Rev. Das Ciências Sociais*. Fortaleza, v.48, n 1, p.304-317, jan/jul, 2017;

SILVA, Clarinda Aparecida da. Goiânia (s) [manuscrito]: representações sociais e identidades 2012. 331 f. : il. Teses (doutorado em Geografia) Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, 2012.

_____; ALMEIDA, Maria G. As representações da cidade de Goiânia e a construção de identidades sociais. 2010. Instituto de Estudos Sócioambientais/IESA da Universidade Federal de Goiás – UFG

_____; MANCINI, Cristiane R. Percepção do patrimônio cultural art déco de Goiânia: caminhos de identidade local, caminhos de turismo. 2007. 38 f. Relatório (Pesquisa de Iniciação Científica). Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás, Goiânia, Goiás.

SILVA, Eloenes, Lima. A gente chega e se apropria do espaço! Graffiti e pichações demarcando espaços urbanos em Porto Alegre. 2010, 167f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2010.

SILVA, Guilherme Borges da. A figuração social das drogas e as relações de poder: ethos, habitus jurídicos e o meio caminho andado da decisão sentencial dos crimes de tráfico de drogas em Goiânia. 2020. 416 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

SILVA, John Wedson Santos. Pichando a capital: juventude, resistência e cultura em Teresina. Ed. Edufpi, 2017.

SILVESTRE, Giane. Enxugando o iceberg: como as instituições estatais exercem o controle do crime em São Paulo. São Paulo, Tese de Doutorado em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos, 2016

SILVESTRE, Giane; MELO, Felipe Athaide L. de. O. Encarceramento em massa e a tragédia prisional brasileira. Instituto Brasileiro de ciências criminais – IBCCRIM – Boletim 293. Abril.2017. Disponível em: https://arquivo.ibccrim.org.br/boletim_artigo/5947Encarceramento-em-massa-e-a-tragedia-prisional-brasileira Acesso em: 20.03 2018.

SOARES, Felipe Bernardo Furtado. Pichação sempre é crime de menor potencial ofensivo, pois assim define a lei. Conjur consultor jurídico. 2018. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2018-mai-23/opiniao-pichacao-sempre-crime-menor-potencialofensivo>. Acesso em: 22.02.2020

SOUZA, Dalva Borges. Violência, poder e autoridade em Goiás. Ed. UFG.2006

SOUZA, David da Costa Aguiar de. Pichação carioca: etnografia e uma proposta de entendimento. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2007.

SPOSITO, M. P.; SOUZA, R.; SILVA, F. A. e. A pesquisa sobre jovens no Brasil: traçando novos desafios a partir de dados quantitativos. Educação e Pesquisa, [S. l.], v. 44, p. e170308, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ep/article/view/143527>. Acesso em: 4 out. 2021.

TAVARES, Breitner, Luis. Na quebrada, a parceria é mais forte – Juventude hip-hop: relacionamento e estratégias contra a discriminação na periferia do Distrito Federal. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2009

TAVARES, Breitner. Geração hip-hop e a construção do imaginário na periferia do Distrito Federal. Sociedade e Estado [online]. 2010, v. 25, n. 2 [Acessado 24 Agosto 2021], pp. 309327. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-69922010000200008>>. Epub 05 Nov 2010. ISSN 1980-5462

VIANNA, Hermano. O mundo funk carioca. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 2014

VINUTO, Juliana. Amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. Rev. Temáticas. Campinas. VI 22, agosto/dezembro. p. 203-220. Ano 2014.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. O inimigo no Direito Penal, Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia-Revan, 2006.

WEBER, Max. 1999 [1922] “A dominação não legítima – tipologia das cidades”. In: Economia e Sociedade, Vol. 2. Brasília: Editora UnB;

WELLER, Wivian. A contribuição de Karl Mannheim para a pesquisa qualitativa: aspectos teóricos e metodológicos. Sociologias [online]. 2005, n.13, pp.260-300. ISSN 1517-4522. <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-45222005000100011>;

_____ Grupos de discussão na pesquisa com adolescentes e jovens: aportes teóricometodológicos e análise de uma experiência com o método. Rev. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.32, n.2, p. 241-260, maio/ago. 2006

WILD STYLE. Charlie Aheam.EUA.1983. (82min.)

APÊNDICES

APÊNDICE A – Roteiro de entrevista

Roteiro de entrevista

Pesquisa: Juventude em trânsito: o espaço urbano como lugar de sociabilidade de jovens pixadores

Pesquisadora: Thaisa da Silva Ferreira

Orientador: Dijaci David de Oliveira

Entrevistado N° ____ Data: ____/____/____

Bloco 1

1. Idade?
2. Qual o bairro de moradia?
3. Com quem mora?
4. Trabalha formalmente ou informalmente?
5. Qual a sua renda?
6. Você está na escola? Estudou até que série?
7. O que você costuma fazer como lazer/tempo livre?
8. Sua família sabe que você é pixador? Como é a relação entre a família e você?

Bloco 2

1. Com qual idade começou a pixar?
2. A quantos anos pixa locais públicos?
3. Como iniciou na pixação? Sozinhos? Algum amigo?
4. Você pixa sozinho ou acompanhado de outras pessoas? Faz parte de alguma galera?
5. Quantas vezes você pixa no período de um mês?
6. Quais os locais preferidos para pixação? Por quê?
7. Quais os locais você não pixa? Por quê?
8. Os lugares que vc escolhe para pixação são os mesmos locais que você frequenta cotidianamente?
9. Quando você sai para pixar é pensado um trajeto? Por quê? Como?
10. Já pixaram sua casa? E se pixassem, o que você faria? Porquê?
11. Você já sofreu alguma forma de discriminação por ser pixador? Como foi?

12. Você já teve problemas com a polícia? Como foi?
13. O que você acha sobre a questão da pixação estar no código penal brasileiro?
14. Pixação é o quê? Crime? Arte?
15. A partir da sua resposta. A pixação está no “lugar” certo na sociedade? Porque?
16. Como você acha que a sociedade deveria “entender” a pixação?

APÊNDICE B – Roteiro Grupo de discussão

Roteiro Grupo de discussão

Pesquisa: Juventude em trânsito: o espaço urbano como lugar de sociabilidade de jovens pixadores

Pesquisadora: Thaisa da Silva Ferreira

Orientador: Dijaci David de Oliveira

Grupo N° _____

Participantes: _____ Local: _____ Data: ____/____/____

Bloco 1 - identificação

1. Qual o nome do grupo/galera de vocês? Em quantos vocês são?
2. Quantas galeras existem em Goiânia?
3. Quando e como vocês começaram?
4. Vocês se conheceram pela pixação?
5. A parte da pixação esse grupo tem outra atividade juntos? Quais?
6. Esse grupo pertence a algum setor/bairro específico?
7. O que é preciso fazer para entrar para a galera de vocês?

Bloco 2 – Territorialidade/mobilidade

1. Os lugares que vocês escolhem para a pixação são os mesmos locais que vocês frequentam cotidianamente?
2. Quais os lugares preferidos para pixação? Porquê?
3. Quando vocês saem para pixar é pensado um trajeto? Como isso é feito?
4. Como vocês chegam até local?
5. O que vocês levam de material para fazer a pixação?

Bloco 3 – Relações/sociabilidade

1. As famílias de vocês sabem que vocês pixam? Como é a relação entre a família de vocês?
2. Como é o relacionamento de vocês com as outras galeras?
3. Como é a relação de vocês com a polícia?
4. Vocês já tiveram problemas com a polícia? Quais?
5. Vocês já sofreram alguma forma de discriminação? Como foi?

6. Pixação é arte? Porque? Ela está no lugar certo?
7. O que vocês acham sobre a questão da pixação estar no código penal brasileiro?
8. O que significa a pixação para vocês?

APÊNDICE C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Você Sr (a). _____, está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada “Juventude em trânsito: o espaço urbano como lugar de sociabilidade de jovens pixadores”. Meu nome é Thaisa da Silva Ferreira, sou a pesquisadora responsável e minha área de atuação é sociologia. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se você aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está impresso em duas vias, sendo que uma delas é sua e a outra pertence à pesquisadora responsável. Esclareço que em caso de recusa na participação você não será penalizado de forma alguma. Mas se aceitar participar, as dúvidas *sobre a pesquisa* poderão ser esclarecidas pela pesquisadora responsável, via e-mail (thaisafferreira@gmail.com) e, inclusive, sob forma de ligação a cobrar, por meio do seguinte contato telefônico: (62) 981115194. Ao persistirem as dúvidas *sobre os seus direitos* como participante desta pesquisa, você também poderá fazer contato com o **Comitê de Ética em Pesquisa** da Universidade Federal de Goiás, pelo telefone (62)3521-1215.

1. Informações Importantes sobre a Pesquisa:

A pesquisa em questão é intitulada “Juventude em trânsito: o espaço urbano como lugar de sociabilidade de jovens pixadores”. A pesquisa pretende identificar de que forma são construídas as sociabilidades dos jovens pixadores e sua relação com o acesso à cidade, tendo como desdobramento desta questão a busca pela compressão da prática da pixação, a partir das entrevistas a serem realizadas com jovens que desenvolvem tal prática na cidade de Goiânia.

O estudo sobre a pixação tem o intuito de dar voz a um grupo de jovens que comumente não é chamado a falar sobre suas práticas culturais. Nesse aspecto, com as entrevistas pretendese apresentar as narrativas dos próprios jovens sobre a pixação e possibilitar outros olhares sobre essa prática diminuindo assim, os distanciamentos sociais desse grupo com a sociedade.

Dessa forma, o presente trabalho estará sistematizado com diferentes procedimentos metodológicos de coleta de dados a fim de alcançar os objetivos propostos. Para tanto, a pesquisa está composta por pesquisa bibliográfica (teórica), pesquisa de campo e análise de dados. A pesquisadora pretende fazer uso de entrevista semiestruturada, a mesma levará aproximadamente 40 (quarenta) minutos de execução, e será registrada por 1 gravador de áudio juntamente com notas manuscritas, caso haja a permissão do sujeito de pesquisa.

(____) Permito a divulgação da minha entrevista nos resultados publicados da pesquisa;
 (____) Não permito a publicação da minha entrevista nos resultados publicados da pesquisa.

Somente serão obtidas cópias gravadas (áudio) da conversa supracitada mediante a autorização do sujeito pesquisado e todas as entrevistas serão armazenadas por cinco anos, conforme legislação em vigor.

(____) Permito o armazenamento da entrevista para futuras pesquisas; (____)
 Não permito o armazenamento da entrevista para futuras pesquisas.

A pesquisadora entende que a pesquisa não oferece riscos ao participante e que caso ocorra alguma situação, esta pode estar associada a constrangimento, inibição ou timidez,

porém, fica reforçado que o sujeito pesquisado pode se negar a responder ou a participar a qualquer momento sem perdas ou danos.

Fica esclarecido que todo e qualquer custo com a pesquisa é de inteira responsabilidade da pesquisadora, tal como transporte e alimentação quando se fizer necessário.

A pesquisadora garante manter o participante em anonimato ou se necessário uso de pseudônimos garantindo sua privacidade e, além disto, assegura ao sujeito de pesquisa que o mesmo pode, a qualquer fase da pesquisa, se recusar a participar e, até mesmo, retirar o seu consentimento, garantindo que o mesmo estará isento de qualquer penalidade. Além do exposto, está garantida a liberdade do participante de se recusar a responder questões que lhe causem constrangimento durante a conversa explicitada anteriormente.

() Permito a minha identificação nos resultados publicados da pesquisa; ()
 Não permito a minha identificação nos resultados publicados da pesquisa.

A pesquisadora esclarece que todos os dados e informações coletados durante a pesquisa estarão à disposição, o que implica em ampla divulgação e acesso de outros. A necessidade desta abertura é extremamente em prol da continuidade da pesquisa em torno do entendimento do direito a cidade e a partir desses jovens sobre o viver e o transitar na cidade de Goiânia a partir da pixação. Toda nova pesquisa em torno dos dados coletados será submetida para aprovação do CEP.

() Autorizo a divulgação dos dados coletados durante a pesquisa.
 () Não autorizo a divulgação dos dados coletados durante a pesquisa.

1.2 Consentimento da Participação na Pesquisa:

Eu, _____ sob o RG/CPF _____, abaixo assinado, concordo em participar do estudo intitulado “Juventude em trânsito: o espaço urbano como lugar de sociabilidade de jovens pixadores”. Informo ter mais de 18 anos de idade e destaco que minha participação nesta pesquisa é de caráter voluntário. Fui devidamente informado e esclarecido pela pesquisadora responsável Thaisa da Silva Ferreira sobre a pesquisa, os procedimentos e métodos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação no estudo. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade. Declaro, portanto, que concordo com a minha participação no projeto de pesquisa acima descrito.

Goiânia, _____ de _____ de 2018.

 Assinatura por extenso do participante

 Thaisa da Silva Ferreira
 Pesquisadora responsável

APÊNDICE – D – Termo de compromisso com o comitê de ética em pesquisa - CEP



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA/CEP



TERMO DE COMPROMISSO

Eu, Thaisa da Silva Ferreira, estudante regular do programa de doutorado em sociologia da Universidade Federal de Goiás (UFG), com matrícula de nº 2017 1145 cumprirei os requisitos da *Resolução CNS n.º 466/12*, e suas complementares, como pesquisadora responsável da pesquisa – Juventude em trânsito: o espaço urbano como lugar de sociabilidade de jovens pixadores.

A pesquisa pretende identificar de que forma são construídas as sociabilidades dos jovens pixadores e sua relação com a cidade, tendo como desdobramento desta questão a busca pela compressão da prática da pixação, a partir das entrevistas a serem realizadas com jovens que desenvolvem tal prática na cidade de Goiânia. Dessa forma, o presente trabalho estará sistematizado com diferentes procedimentos metodológicos de coleta de dados a fim de alcançar os objetivos propostos. Para tanto, a pesquisa está composta por pesquisa bibliográfica (teórica), pesquisa de campo e análise de dados

Tendo as informações apresentadas, comprometo-me, assim como os pesquisadores envolvidos (orientador), a utilizar os materiais e os dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo da pesquisa acima referido e, ainda, a publicar os resultados, sejam eles favoráveis ou não. Aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto, considerando a relevância social da pesquisa, o que garante a igual consideração de todos os interesses envolvidos.

Data: 24 / 08 / 2017

NOME DO PESQUISADOR	ASSINATURA
Pesquisador responsável: Thaisa da Silva Ferreira	
Orientador: Dr. Dijaci David de Oliveira	

ANEXOS

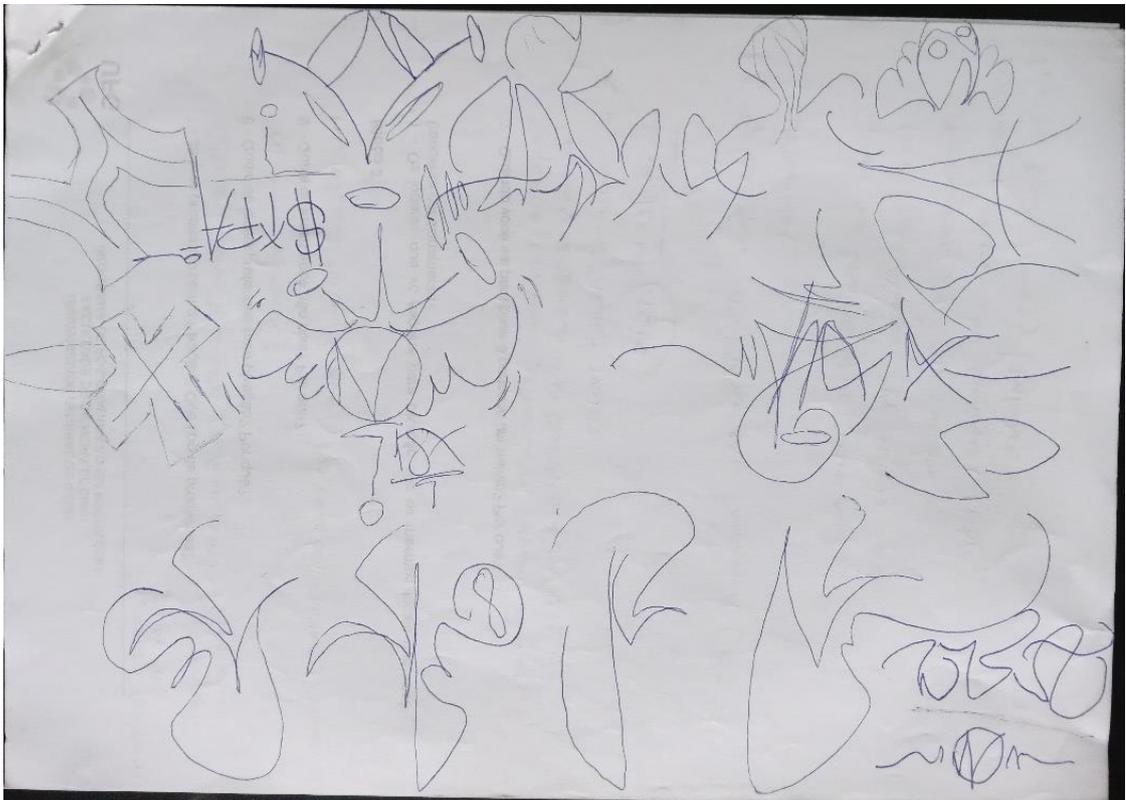
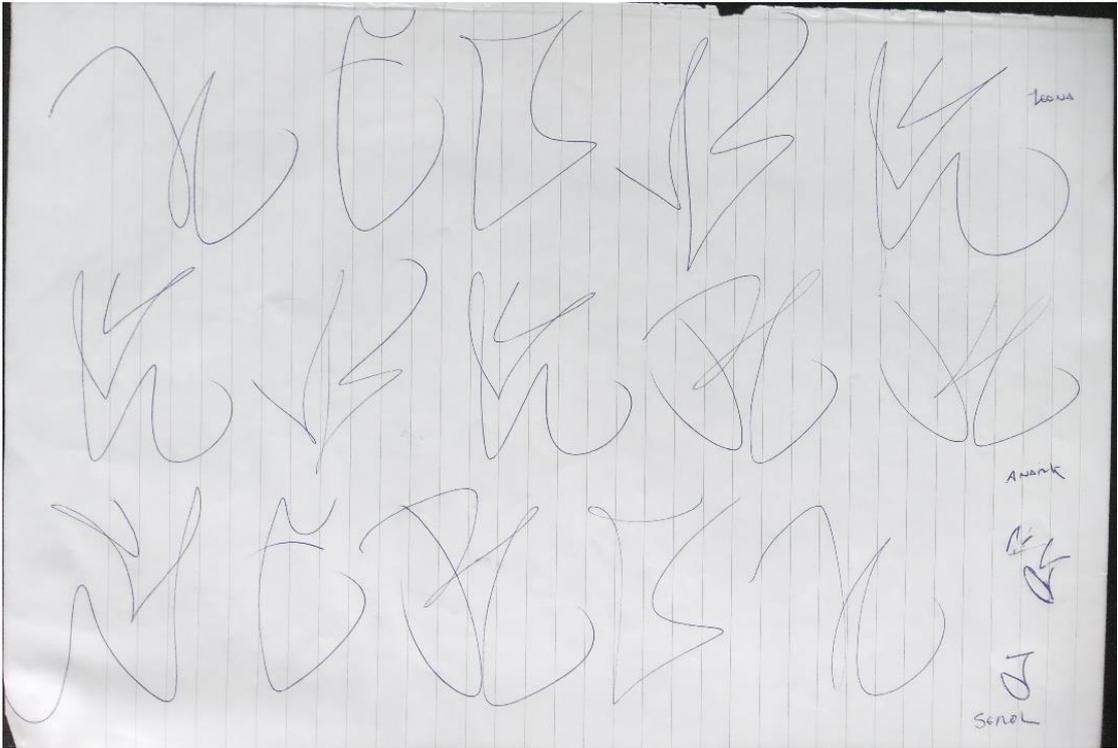
ANEXO A – MAPA BAIROS DE GOIÂNIA

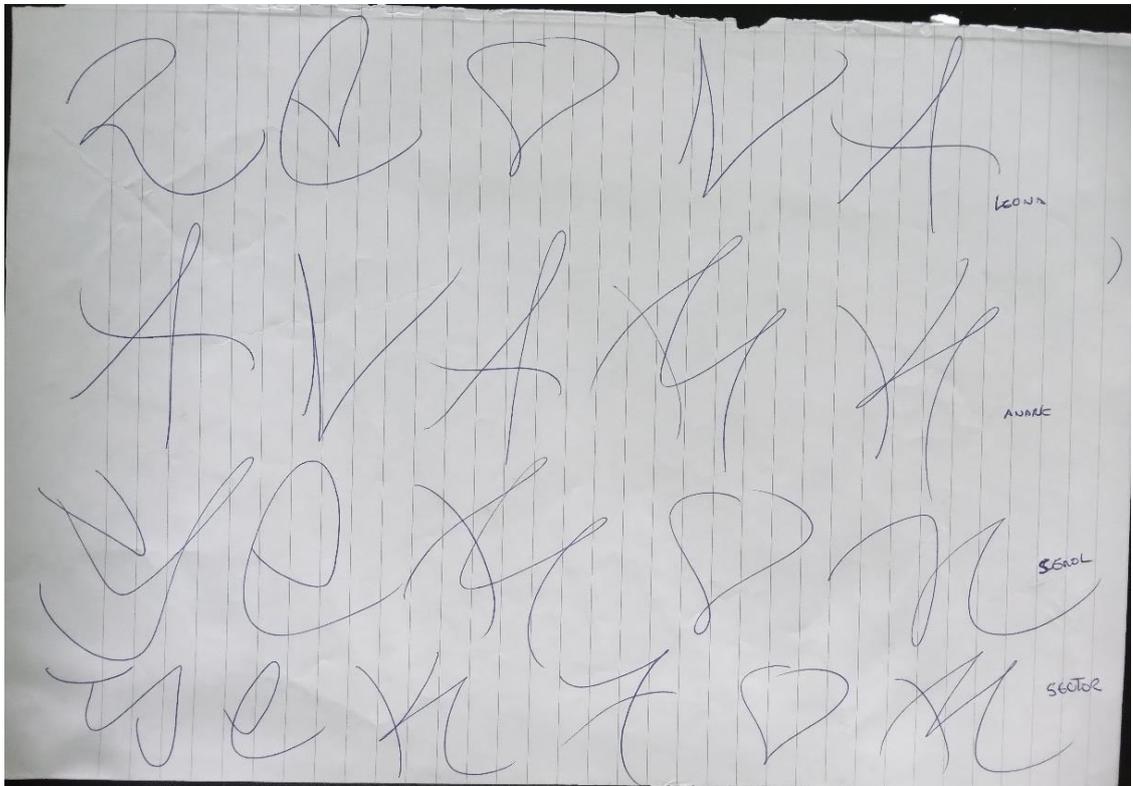
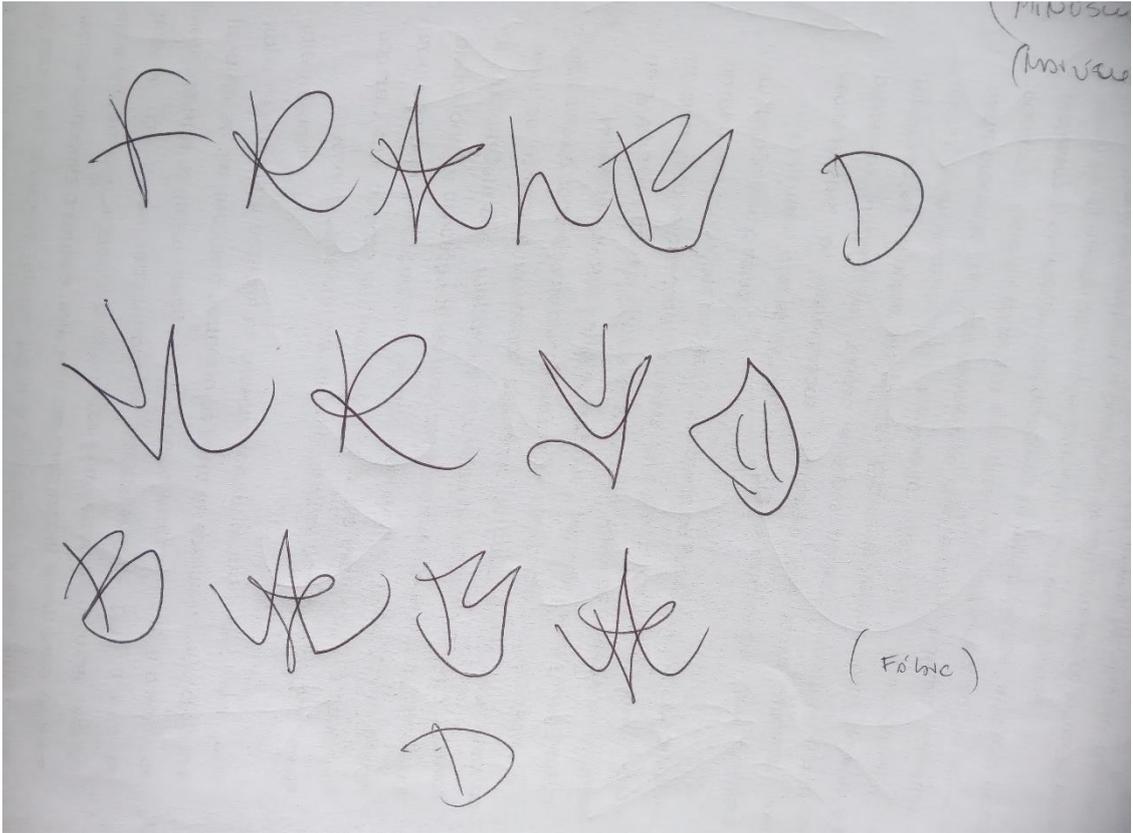


Fonte: encontraGoiânia (2021).⁹⁶

⁹⁶ Disponível em: <https://www.encontragoiania.com.br/sobre/bairros-de-goiania/>. Acesso em: 3 fev. 2022.

ANEXO B





(Miposulu) (Mivach)

f r h y d

u r y d

o r y r

(Fólio)

d